www.correiobraziliense.com.br
LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 27 DE FEVEREIRO DE 2025
NÚMERO 22.624 • 34 PÁGINAS • R$ 5,00

Rayra Paiva Franco/Divulgação



Aval do governo a cassinos e bingos

SAMANTA SALLUM

Ministro do Turismo, Celso Sabino disse, em evento do Lide-DF, que o projeto que permitirá a abertura dessas casas de jogos no Brasil será votado em breve, de acordo com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

PÁGINA 8. CAPITAL S/A, 16

Apoio a Nísia e indefinições

Um dia depois de ser demitida, Nísia Trindade foi aplaudida por servidores e recebeu a solidariedade de especialistas. No Planalto, reforma ministerial é avaliada para melhorar imagem do presidente.

PÁGINA 2. NAS ENTRELINHAS, 4

Minervino Júnior/CB/D.A Press



"Eu voltei do hospital diferente"

Uma das três vítimas do delegado Mikhail Rocha, Oscelina Moura está em casa após mais de um mês no hospital. Ela se recupera dos tiros disparados pelo policial, que também feriu a esposa e uma enfermeira, em 16 de janeiro. Apesar dos problemas de saúde e financeiros, a empregada doméstica está otimista. A fé, a perseverança e a gratidão a Deus aumentaram.

PÁGINA 14. VEJA O VÍDEO COM A ENTREVISTA DE OSCELINA NO SITE E NAS REDES SOCIAIS DO CORREIO

Barbárie e assassinato no caminho de um covarde

Atacada brutalmente dentro do carro, a motorista de aplicativo Ana Rosa Rodolfo de Queiroz, 49 anos, morreu, nesta quarta, numa rua do Cruzeiro Velho, assassinada a facadas por um passageiro. O seu algoz foi Antônio Ailton da Silva, 43, um ex-pastor que, desde terça-feira de madrugada fugia da Polícia Civil do DF, e pediu uma corrida no final da manhã de ontem para Valparaíso (GO). Violento, ele havia tentado matar a ex-companheira e uma amiga dela, no Recanto das Emas. Antônio foi preso numa quadra do Sudoeste, logo após esfaquear Ana Rosa. O crime chocou a família da vítima, moradores do Cruzeiro e de todo o DF e também os colegas de profissão, que fizeram uma carreata em protesto contra a falta de segurança.



Depois de ser esfaqueada por Antônio, Ana Rosa perdeu o controle do carro e bateu. Ela morreu dentro do veículo

Reprodução/Redes sociais



Ana Rosa foi atacada dentro do carro durante a corrida: ela deixa marido e dois filhos

Ed Alves/CB/D.A Press



Familiares da vítima, que morava no Entorno, se emocionaram ao chegar na 3ª DP, no Cruzeiro

Material cedido ao Correio



Motoristas de app pediram mais segurança nas ruas

Material cedido ao Correio



Antônio atacou três mulheres em menos de 48 horas: cadeia

PÁGINA 13

Direito & Justiça

Denúncia de excelência

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Ubiratan Cazetta analisa, em entrevista, a denúncia da PGR sobre a trama golpista, que agora será analisada pelo Supremo.

Artigo

Denise Rothenburg/CB/D.A Press



Um dos mais respeitados juristas do Brasil, Ives Gandra da Silva Martins avalia as mudanças na atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) nas últimas décadas.

Brasília já tem carnaval

Prepare a fantasia, reúna a família, os amigos e caia na folia, pois a palavra de ordem é diversão. A partir de hoje, há festa para todos os gostos, de samba a marchinhas, com muita vibração. E não esqueça de participar da votação do prêmio CB Folia, promovido pelo **Correio**.





Aponte o celular e conheça a programação.

Guilherme Felix/CB/D.A Press



CB.Poder — O secretário de Cultura, Cláudio Abrantes, avalia que mais de 2 milhões de pessoas vão estar nos blocos e nas festas nos quatro dias de folia.

PÁGINAS 15 A 18

PGR pede fim do inquérito sobre Ibaneis

Manifestação do procurador-geral da República, Paulo Gonet, enviada ao STF, indica que não há elementos que relacionem o governador do DF à ocupação e a depredação dos prédios dos Três Poderes em 8 de janeiro. Gonet pede ao Supremo que se arquive as partes onde há citações a Ibaneis Rocha. EIXO CAPITAL, PÁGINA 15

Corrupção

Operação mira aval a painéis pelo DER

Polícia Civil e MP investigam conluio entre servidores da autarquia e empresas do setor de mídia.

PÁGINA 16

FGTS

Pagamento será feito em duas fases

A partir de 6 de março, poderá receber quem tem direito até R$ 3 mil. Em junho, o saldo será pago para os demais.

PÁGINA 7

ISSN 1808-2661



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000  (61) 99158.8045 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166  (61) 99256.3846

GOVERNO

Lula diz ter escolhido substituto de Padilha na Secretaria de Relações Institucionais, em nova etapa da reforma ministerial. Presidente tenta mudar perfil da Esplanada para reverter desgaste na imagem, apontado por seguidas pesquisas

Busca por saídas enquanto popularidade derrete

» MAYARA SOUTO
» VICTOR CORREIA
» RAFAELA GONÇALVES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse já ter escolhido quem vai comandar a Secretaria de Relações Institucionais no lugar de Alexandre Padilha, que assumirá a pasta da Saúde após a demissão de Nísia Trindade, na terça-feira. "Eu vou contar quando falar com a pessoa primeiro. Tudo vai acontecer no tempo certo", afirmou.

Entre os principais cotados para as Relações Institucionais, estão os deputados José Guimarães (PT-CE), atual líder do governo na Câmara, e Gleisi Hoffmann (PR), presidente do PT.

Com a reforma ministerial, iniciada com a demissão de Nísia Trindade, Lula tenta reorganizar o governo e reverter a crise de imagem que enfrenta. A popularidade do chefe do Executivo está derretendo, até mesmo em bases eleitorais do petista, como o Nordeste.

Levantamento da Genial/Quaest, divulgado ontem, mostrou que a reprovação de Lula superou a aprovação nos oito estados pesquisados, dois deles são Bahia e Pernambuco.

Os piores cenários ocorreram em Goiás (70% contra 28%), São Paulo (69% contra 29%) e Paraná (68% contra 30%). Em seguida, vêm Rio Grande do Sul (66% contra 33%), Rio de Janeiro (64% contra 25%) e Minas Gerais (63% contra 35%), além de Bahia (51% contra 47%) e Pernambuco (50% contra 49%). Foram ouvidas 6.630 pessoas entre 19 e 23 de fevereiro, e a margem de erro é de três pontos percentuais — com exceção de São Paulo, onde a margem é de dois pontos.

Evaristo Sa/AFP



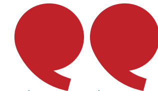
A taxa de reprovação do presidente Lula ultrapassa 60% em seis de oito estados pesquisados pela Genial/Quaest

Conforme o levantamento, Lula possui alta rejeição, de mais de 60%, nos maiores colégios eleitorais: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, em ordem decrescente. O estudo mostra, ainda, que, se disputasse eleição agora contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (que está inelegível), o petista perderia em São Paulo, Paraná e Goiás, empataria em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, e venceria apenas na Bahia e em Pernambuco.

Outras pesquisas mostram quadro semelhante. O mais recente da Datafolha mostrou que a aprovação do presidente atingiu 24%, menor índice entre todos os mandatos. Além de acender alerta no governo pela necessidade de mudanças urgentes, a queda também preocupa o mercado pela possibilidade de ampliação dos gastos, com medidas populistas.

Ante esse cenário, Lula quer ministérios com perfis mais políticos e que façam entregas marcantes na gestão dele. A própria Nísia ressaltou, nesta quarta-feira, que saiu da Saúde porque o presidente busca uma "mudança de perfil" na pasta (**leia reportagem abaixo**).

Questionado sobre a popularidade em queda livre de Lula, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, atribuiu o cenário ao aumento dos preços dos alimentos.



> **Já está escolhido o nome para a SRI. Eu vou contar quando eu falar com a pessoa primeiro, senão eu vou indicar a pessoa sem ter falado. Tudo vai acontecer no tempo certo"**
>
> ***Luiz Inácio Lula da Silva,*** *presidente da República*

"Em qualquer lugar do mundo, hoje ou ao longo da história, quando tem movimento de preços de alimentos, você mexe com a popularidade de qualquer governo. E nós precisamos ajustar e dialogar muito com os setores produtivos", argumentou, num evento em São Paulo.

Ele também alegou comunicação deficiente das ações do Executivo. "A avaliação é também a percepção do que você está fazendo. Se as pessoas não têm informação, eventualmente não vão poder avaliar, se não conhecem. Precisamos aperfeiçoar essa informação, capitalizar essa informação e fazer com que as pessoas tenham conhecimento do conjunto de ações do governo."

Costa também sustentou que o cenário deve mudar até o meio do ano, devido à melhora da safra, que deve baixar o preço dos alimentos.

O chefe da Casa Civil também reiterou o compromisso do governo com ajuste fiscal e negou aumento de gastos com medidas populistas.

Solidariedade e reconhecimento

A agora ex-ministra da Saúde Nísia Trindade foi ovacionada por servidores na despedida da pasta, ontem. No primeiro pronunciamento após a demissão, disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer uma "mudança de perfil" à frente do ministério. O substituto dela, o atual ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, assume a vaga no próximo dia 6.

"A conversa com o presidente teve o tom de me comunicar sua avaliação deste segundo momento do governo — vamos dizer assim —, que ele achava importante uma mudança de perfil à frente do Ministério da Saúde, e me agradecer pelo trabalho realizado", afirmou a jornalistas.

Ela ressaltou estar "consciente" de que a demissão não tem relação com a qualidade de seu trabalho e frisou que Lula avaliou "dimensões técnico-políticas" para tomar a decisão.

Sem entrar em detalhes, a ex-ministra afirmou que viveu "episódios muito ruins nos últimos 10 dias". No período, Nísia passou por frituras por integrantes do governo. "Não faltou apoio à Saúde e empenho. É claro, tivemos esses episódios muito ruins nos últimos 10 dias. Não são episódios para serem esquecidos, são para serem analisados. Mas eu gosto de dizer, aprendi isso com um professor meu, que na vida a gente tem que virar a página, não arrancar e ter o registro da memória, mas seguir em frente", destacou.

Nas redes sociais, autoridades e entidades deixaram mensagens de agradecimento à ex-ministra. O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), agradeceu pelo trabalho em conjunto para diminuir a judicialização da Saúde.

"Sempre aberta ao diálogo, a ministra Nísia Trindade foi fundamental para a celebração de acordos junto ao STF com o objetivo de reduzir a judicialização da Saúde. Nísia fez história ao ser a primeira mulher a ocupar a pasta e deixa legado de empenho, dedicação e espírito público", enfatizou o magistrado.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, também deixou um "abraço fraterno de colega e admiradora" à primeira mulher a comandar a Saúde. "Foi um privilégio contar com sua parceria, inclusive, nas ações destinadas a enfrentar as consequências das mudanças climáticas na saúde e na vida dos brasileiros", declarou.

Rafael Nascimento/MS.



Nísia Trindade foi ovacionada por servidores da pasta. Nas redes sociais, recebeu apoio de autoridades

Luciana Santos, ministra de Ciência e Tecnologia, também escreveu sobre Nísia. "Você travou o bom combate, reconstruindo um ministério devastado pelo negacionismo e pela falta de zelo com a saúde pública. Seguiu firme atuando pelo fortalecimento do SUS", ressaltou. "Obrigada pela parceria ativa, valorizando a ciência e seu papel para melhorar as políticas públicas de saúde."

A primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja, publicou uma homenagem e a cobriu de elogios. "Você fez um trabalho incrível de reconstrução do Ministério da Saúde. Trabalhou, dia a dia, de cabeça erguida, lutando o bom combate e mostrando ao povo brasileiro a importância da ciência", escreveu nas redes sociais, com uma foto ao lado de Nísia.

"Com você, o Ministério da Saúde e os profissionais do SUS (Sistema Único de Saúde) voltaram a ser respeitados, e isso nos enche de orgulho. Obrigada pela sua dedicação, profissionalismo e responsabilidade na condução do seu trabalho. Você foi e é gigante!", acrescentou Janja.

Na terça-feira, a deputada Daniela Carneiro (União-RJ), , demitida do Ministério do Turismo em 2023, escreveu uma mensagem para Nísia: "Sua atuação foi fundamental para fortalecer o SUS, ampliar o acesso à saúde e garantir avanços importantes para a população brasileira".

A Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) também publicaram comunicado agradecendo Nísia pelo trabalho.

"O que foi destruído nos seis anos de dois governos em que a saúde deixou de ser priorizada, Nísia reconstruiu em 25 meses. Isso não é pouco. A palavra que melhor expressa o sentimento da SBPC e da ABC é a gratidão à ministra Nísia Trindade Lima pela sua gestão competente frente ao Ministério da Saúde", disse o texto.



> **O governo pode ser pensado como um grande time ou orquestra, e o técnico desse time tem todas as bases e os elementos para definir que perfil, que jogador ele quer no momento, no segundo tempo. Isso não me diminui em nada"**
>
> ***Nísia Trindade,*** *ex-ministra da Saúde*

Eufrázio

BRASIL SUMMIT

L I D E - CORREIO BRAZILIENSE

12 DE MARÇO DE 2025 - 8h-12h

HOTEL BRASÍLIA PALACE
BRASÍLIA - DF





HUGO MOTTA

DEPUTADO FEDERAL (REPUBLICANOS-PB) PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS



IBANEIS ROCHA

GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL



HELDER BARBALHO

GOVERNADOR DO PARÁ



ISAAC SIDNEY

PRESIDENTE DA FEBRABAN



EDUARDO BRAGA

SENADOR (MDB-AM)



TEREZA CRISTINA

MINISTRA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (2019-2022)



EUNÍCIO OLIVEIRA

DEPUTADO FEDERAL (MDB-CE) E PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL (2017-2019)



PAULO HENRIQUE COSTA

PRESIDENTE DO BRB



HENRIQUE MEIRELLES

CO-CHAIRMAN DO LIDE, PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL (2003-2011), MINISTRO DA FAZENDA (2016-2018) E SECRETÁRIO DA FAZENDA DE SÃO PAULO (2019-2022)



GUILHERME MACHADO

PRESIDENTE DO CORREIO BRAZILIENSE



PATRÍCIA IGLECIAS

PROFESSORA E SUPERINTENDENTE DE GESTÃO AMBIENTAL DA USP E MEMBRO DO COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE DA AMBIPAR



PATRÍCIA ELLEN

HEAD DO LIDE TECNOLOGIA CEO DA AYA



PAULO OCTÁVIO

PRESIDENTE DO LIDE BRASÍLIA



DENISE ROTHENBURG

COLUNISTA DO CORREIO BRAZILIENSE



CARLOS ALEXANDRE

EDITOR DE POLÍTICA, BRASIL E ECONOMIA DO CORREIO BRAZILIENSE



CARLOS MARQUES

HEAD DO LIDE CONTEÚDO

PATROCÍNIO





CNT / SEST SENAT / ITL
Sistema Transporte

FEBRABAN

APOIO



MÍDIA PARTNERS











FORNECEDORES OFICIAIS





INICIATIVA

L I D E

CORREIO BRAZILIENSE

L I D E
BRASÍLIA

Inscreva-se:
CONFIRME.LIDE.COM.BR

Encontro presencial
VAGAS LIMITADAS

Eufrázio

PODER

Após Departamento de Estado acusar STF de tomar medidas contrárias aos valores democráticos, ministério diz que órgão norte-americano "distorce" decisões da Corte

Itamaraty rebate EUA por críticas ao Supremo

» LUANA PATRIOLINO

O Ministério das Relações Exteriores reagiu às críticas feitas pelo Departamento de Estado americano ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), após o magistrado ter suspendido a plataforma de vídeos Rumble no Brasil.

Por meio das redes sociais, o Departamento de Estado dos EUA acusou o Brasil de tomar medidas "incompatíveis com valores democráticos" em referência a recentes decisões judiciais de Moraes.

"O respeito à soberania é uma via de mão dupla com todos os parceiros dos EUA, incluindo o Brasil. Bloquear o acesso à informação e impor multas a empresas sediadas nos EUA por se recusarem a censurar indivíduos que lá vivem é incompatível com os valores democráticos, incluindo a liberdade de expressão", diz a nota divulgada pela diplomacia americana, que não cita o ministro.

Em resposta, o Itamaraty disse ter recebido a declaração com "surpresa" e que o Departamento de Estado norte-americano "distorce" as decisões do STF.

"A manifestação do Departamento de Estado distorce o sentido das decisões do Supremo Tribunal Federal, cujos efeitos destinam-se a assegurar a aplicação, no território nacional, da legislação brasileira pertinente, inclusive, a exigência da constituição de representantes legais a todas as empresas que atuam no Brasil", frisou. "A liberdade de expressão, direito fundamental consagrado no sistema jurídico brasileiro, deve ser exercida, no Brasil, em consonância com os demais preceitos legais vigentes, sobretudo os de natureza criminal."

No último dia 21, Moraes determinou o bloqueio do Rumble no Brasil, após a empresa ser intimada a indicar representantes legais no país, como prevê o Marco Civil da Internet, e descumprir a determinação.

Também neste mês a Rumble apresentou à Justiça dos Estados Unidos uma ação contra Moraes por censura. O processo foi aberto em conjunto com o grupo de comunicação Trump Media & Technology Group, do presidente dos EUA, Donald Trump, e pede também que as ordens do ministro do STF para a derrubada de contas de usuários não tenham efeito legal no país norte-americano.

Também ontem, o Comitê Judiciário da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos aprovou um projeto de lei com medidas que podem barrar a entrada de Moraes no país.

A proposta, batizada de No censors on our shores act" (sem censores em nosso território), estabelece a deportação e o veto de entrada nos EUA a qualquer estrangeiro que atue contra a liberdade de expressão.

O texto foi chancelado por deputados do Partido Republicano, de Trump, e avançou para análise do plenário da Casa — que tem maioria de parlamentares da legenda conservadora. Segundo o comitê, a medida responde a decisões judiciais internacionais que, na visão dos congressistas, ameaçam a liberdade de expressão. O caso de Moraes foi citado como um dos principais exemplos.

Assim, a proposta aprovada "tornaria as autoridades estrangeiras que violassem os direitos da Primeira Emenda dos americanos inadmissíveis e deportáveis dos EUA".

"Autoridades de governos estrangeiros que tentaram silenciar americanos nos Estados Unidos não deveriam poder voltar e visitar suas confortáveis casas de férias nos Hamptons ou em Miami Beach", publicou a conta oficial do Comitê do Judiciário dos EUA no X.

Gustavo Moreno/STF



Apesar de não citar Moraes, a crítica do Departamento de Estado dos EUA é direcionada ao ministro

Memória

Desobediência

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, determinou o bloqueio da plataforma de vídeos Rumble no Brasil afirmando que a rede social cometeu "reiterados, conscientes e voluntários descumprimentos das ordens judiciais, além da tentativa de não se submeter ao ordenamento jurídico e ao Poder Judiciário brasileiros". O magistrado havia exigido que a empresa indicasse um representante no Brasil. Além disso, tinha pedido a suspensão da conta do blogueiro bolsonarista Allan dos Santos, foragido da Justiça brasileira e alvo de um mandado de prisão preventiva por disseminação de desinformação e ataques a ministros do STF. Em março do ano passado, os EUA negaram um pedido de extradição feito pelo Brasil.

Em reunião do Brics, recados para Trump

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva usou a reunião de Sherpas dos Brics para criticar o aumento do protecionismo no mundo e as táticas agressivas de negociação no cenário internacional — em referência à mudança na política externa dos Estados Unidos sob o presidente Donald Trump.

"Quem aposta no caos e na imprevisibilidade se afasta dos compromissos coletivos que a humanidade precisa urgentemente assumir. Negociar com base na lei do mais forte é um atalho perigoso para a instabilidade e a guerra", sustentou Lula, que participou da reunião no Palácio do Itamaraty. O evento reuniu representantes diplomáticos dos 20 integrantes do bloco, entre membros plenos e parceiros.

Ao assumir o governo dos EUA, Trump adotou uma postura agressiva, ameaçando com tarifas e até aludindo a invadir o Canadá, o Panamá e a Groenlândia. Diplomatas avaliam que a retórica é uma estratégia de negociação com os países ameaçados. O mesmo é feito com ameaças de taxação.

Trump já endureceu tarifas de importação contra outros países, que afetam, inclusive, o Brasil. A taxa de 25% sobre a importação de aço, por exemplo, preocupa as siderúrgicas brasileiras. Ele também ameaçou taxar em 100% os países do Brics caso o bloco avance na discussão pela desdolarização de seu comércio.

Lula também criticou essa atitude em seu discurso e prometeu seguir com a criação de sistemas que permitam ao membros do Brics negociarem entre si em suas próprias moedas – o que atualmente depende do uso do dólar e dos sistemas financeiros criados pelos Estados Unidos, como o Swift.

"A atual escalada protecionista na área do comércio e investimentos reforça a importância de medidas que busquem superar os entraves à nossa integração econômica. Aumentar as opções de pagamento significa reduzir vulnerabilidade e custos", argumentou Lula.

O chefe do Executivo também citou os esforços do Brasil e da China para tentar negociar uma paz na guerra entre Rússia e Ucrânia e defendeu que a situação na Faixa de Gaza precisa ser resolvida com a participação de todos os países do Oriente Médio. Na avaliação dele, a maior prioridade para o bloco é a reforma da governança global, de órgãos como o Conselho de Segurança das Nações Unidas. "Mudanças vertiginosas no cenário internacional tornam essa convocação ainda mais necessária", enfatizou.

Ele também criticou os ataques de Trump à Organização Mundial da Saúde (OMS) — o republicano anunciou a saída dos Estados Unidos do órgão e cortou o financiamento norte-americano a programas como o combate à aids e a outras doenças infecciosas.

"Sabotar os trabalhos da OMS é um erro com sérias consequências. Fortalecer a arquitetura global de saúde, com a OMS em seu centro, é fundamental para garantir o justo e equitativo acesso aos medicamentos e vacinas necessários ao desenvolvimento sustentável de nossos países" argumentou o petista.

Ricardo Stuckert / PR



O presidente Lula participou do evento, com representantes dos 20 países, no Palácio do Itamaraty

Preparação

Sherpas são representantes diplomáticos dos países, que vão conduzir as reuniões preparatórias para a Cúpula de Chefes de Estado do bloco, em 6 e 7 de junho no Rio de Janeiro. O nome vem dos guias que ajudam montanhistas a escalarem o Monte Everest, o mais alto do mundo.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Lula vive seus piores momentos no poder

Quando o ex-ministro José Dirceu foi defenestrado da Casa Civil pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no auge da crise do Mensalão, em 16 de junho de 2005, parecia que o governo petista nem terminaria o mandato, tal a pressão que sofria no Congresso, na opinião pública e na mídia. No dia seguinte, José Dirceu voltou à Câmara, para a qual havia sido eleito deputado mais votado do país, num contexto em que sua cassação já parecia irreversível.

O petista estava resignado com a situação, disposto a lutar por seu mandato, mas sem muitas esperanças: "Eu sei que vão cassar meu mandato, mas vou lutar por ele". Indagado sobre a situação do PT, delicadíssima, por causa do depoimento de Duda Mendonça, que admitiu ter recebido recursos para campanha no exterior, fez um comentário que a vida viria a comprovar algumas vezes: "O PT vai sobreviver, por causa do Lula e da sua militância". Foi o que aconteceu, Lula foi reeleito e elegeu Dilma Rousseff, que foi reeleita depois da crise de 2013, mas não entendeu o recado das ruas e sofreu o impeachment. O petista voltou ao poder nas eleições de 2022, depois de condenado pela Lava-Jato, passar mais de 500 dias preso e ter a condenação anulada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Dirceu passou três anos e meio na cadeia, somadas as três prisões que sofreu, sem nunca aceitar as acusações. Agora, está de volta à cena política, com todos os seus direitos políticos recuperados no Supremo. Ao completar 79 anos, retornou aos bastidores da política nacional e ainda exerce grade influência no PT, porém sua volta ao estado-maior do presidente Lula é improvável. Talvez seja mais fácil um voo de fênix de São Paulo para a Câmara dos Deputados, em Brasília.

Como Dirceu, nove entre 10 quadros históricos do PT têm consciência de que o presidente Lula vive o seu pior momento, mas pouco podem fazer, a não ser lutar para que o PT adote uma política mais ampla. Lula não os escuta mais. O acesso ao presidente da República é controlado por Rui Costa (Casa Civil); seu discurso político, por Sidônio Palmeira (Comunicação). Janja da Silva, a primeira-dama, cuida da rotina de Lula e influencia certas decisões políticas.

Aumenta a desaprovação

O levantamento da Quaest, divulgado ontem, confirma a tendência apontada em pesquisas anteriores (Datafolha, Paraná e CNT/MDA) de queda da popularidade de Lula, reprovado por 50% ou mais dos eleitores em 8 estados pesquisados. A desaprovação supera os 60% em SP, RJ e MG, e a aprovação cai mais de 15 pontos na BA e em PE, estados onde Lula venceu as eleições em 2022.

A Quaest, contratada pela Genial Investimentos, entre 19 e 23 de fevereiro, abrange Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. A margem de erro é de três pontos em sete estados, com a exceção de SP, em que é de dois pontos para mais ou menos.

Em São Paulo, a situação é dramática. A desaprovação de Lula subiu 14 pontos, de 55% em dezembro de 2024, para 69% no levantamento divulgado nesta quarta-feira. A aprovação caiu de 43% para 29%. No Rio de Janeiro, 64% desaprovam a gestão de Lula, enquanto 35% aprovam. Em Minas Gerais, a desaprovação chega a 63%, crescimento de 16 pontos em relação aos 47% registrados em dezembro de 2024. A aprovação caiu 17 pontos: de 52% para 35%.

Esse é o Triângulo das Bermudas da política brasileira, onde naufragam candidaturas e surgem os surfistas de ondas gigantes. Para agravar a situação, a retaguarda de Lula também está vulnerável. Na Bahia, a desaprovação superou numericamente a aprovação pela primeira vez: 51% desaprovam, enquanto 47% aprovam o governo federal. Houve crescimento de 18 pontos entre os que avaliam negativamente o petista e queda de 19 pontos entre aqueles que aprovam.

Pernambuco, sua terra natal, tem uma situação também inédita: a desaprovação supera a aprovação por 50% contra 49%, dentro da margem de erro, que é de três pontos para mais ou menos. Em dezembro de 2024, a desaprovação era de 33%, aumento de 17 pontos para a pesquisa desta quarta, enquanto a aprovação era de 66% e sofreu queda para 49%, recuo de 16 pontos.

É cedo ainda para concluir que Lula virou um pato manco e precisa sair de cena. Sua volta ao poder em 2022 se deu em condições muito mais difíceis. Como em 2005, Lula tem a caneta cheia de tinta, o governo é a forma mais concentrada de poder; mesmo um mau governo, normatiza, arrecada e coage. Não à toa, o ex-presidente Jair Bolsonaro, com todo o ônus dos mais de 700 mil mortos na pandemia, quase conseguiu se reeleger.

Dois fatores adversos são determinantes na conjuntura: uma mudança estrutural de contexto político, econômico e social, para a qual Lula não estava preparado; e seu erro de direção política, que desconectou o governo daqueles 40% que formavam a antiga "maioria silenciosa" da população, que já não é tão silenciosa assim por causa das redes sociais. Com a volta de Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos, a trajetória da extrema-direita no mundo é ascendente, e a esquerda perde força. Aqui pode não ser diferente.

Eufrázio

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

E Dino ganha mais tempo

Ao suspender a audiência de conciliação com as equipes da Câmara e do Senado para definir o destino das emendas de comissão anteriores a 2025, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, mantém todas essas propostas suspensas. Aqueles valores que os deputados pretendiam liberar, com base em um ofício encaminhado ao Planalto, continuam represados até segunda ordem.

Amigos, amigos...

... emendas à parte. E olha que teve até jantar de Dino e do decano do STF, Gilmar Mendes, com os líderes para conversar, de forma mais descontraída, sobre a liberação de emendas, na semana passada. Conversaram, riram, brindaram, mas, como Dino sempre diz, "juiz não pode prevaricar".

E o Orçamento, ó...

A avaliação é de que essa queda de braço vai continuar. E o Congresso vai segurar o Orçamento até uma solução definitiva para essas emendas acertadas e acordadas com o governo federal. No carnaval, muita gente terá que trabalhar para tentar chegar a um consenso.

Vai pedir VAR

Os deputados defensores do fim da escala 6 x 1 já pediram as imagens do plenário e dos corredores para saber como se iniciaram as agressões ao manifestante, na última terça-feira. Um homem pediu para que os parlamentares da Frente Evangélica apoiassem a proposta de emenda constitucional da deputada Erika Hilton (PSol-SP). Terminou retirado de forma violenta e levado à delegacia da Polícia Legislativa. "Só levaram ele para o Departamento Médico porque tinha imprensa lá", afirmou à coluna o deputado Guilherme Boulos (PSol-SP).

Mais que a Frente

O que se diz nos bastidores da eleição da presidência da Frente Evangélica é que Bolsonaro não só pediu votos, como estava controlando os deputados para que eles não apoiassem Otoni de Paula (MDB-RJ). "Alguns ficaram falar comigo que iam precisar votar no Gilberto (Nascimento) porque Bolsonaro estava controlando os votos dos membros", contou Otoni.

O prazo para Bolsonaro definir candidato

A inelegibilidade de Jair Bolsonaro e a perspectiva de não recuperar o direito de ser candidato nem tão cedo começam a incomodar os aliados. O presidente do PP, Ciro Nogueira (PI), por exemplo, quer que o ex-presidente defina, até o final do ano, quem deverá concorrer. Ele tem dito que, se for o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, está eleito — pelo menos a preços de hoje. Tarcísio tem a capacidade de segurar, ao seu lado, vários partidos de centro, como o PSD de Gilberto Kassab. E, de quebra, manteria divididas todas as demais agremiações mais à direita, que hoje estão com Lula.

***

A dúvida da direita, hoje, em relação à candidatura de Tarcísio, são os movimentos de Lula casados com as reações de Bolsonaro. Até aqui, a avaliação dos conservadores é a de que o presidente não arriscará perder a última eleição que disputará. Daí, os cálculos de que o maior nome do PT e da esquerda pode desistir da corrida reeleitoral, caso sua popularidade não melhore. Sem Lula, os aliados de Bolsonaro acreditam que a eleição de um nome à direita seria mais fácil, e o ex-presidente caminhará para lançar um filho — no caso, o senador Flávio (PL-RJ) —, porém, sem a ampla aliança que Tarcísio pode fechar.

Com Lula candidato, muitos têm a convicção de que o melhor nome é o do governador de São Paulo. Embora ele diga que está votado ao projeto de se reeleger, muitos vão passar a empurrá-lo para uma aventura presidencial, quanto mais Lula se aproximar de uma nova candidatura.



CURTIDAS


Roberto Castro/Mtur

Acusou o golpe.../ Perguntado no evento do Lide Brasília se o União Brasil, seu partido, seguiria com Lula em 2026, o ministro do Turismo, Celso Sabino **(foto)**, começou a resposta com um petardo: "Ninguém pergunta o que vai fazer o PSD de Gilberto Kassab".

... e rebateu firme/ Ciente de que Lula tem capacidade de recuperação, e já demonstrou isso em outras vezes, o ministro foi incisivo ao dizer que defenderá a permanência no arco de alianças de Lula, inclusive com o pedido da vice-presidência.

Epa!/ Essa história de pedir a vice é vista em muitos partidos como uma brecha para a porta de saída. Afinal, só um partido pode ocupar esse lugar na chapa. Se todo mundo começar a se apresentar para a vaga, e não levar, será um argumento para abandonar o barco da reeleição.

Quarta-feira de carnaval/ A sessão do dia que costuma ser de maior movimento na Câmara mostrou que boa parte dos deputados está em modo carnaval. Pela manhã, enquanto transcorria uma solenidade no Plenário, a maioria foi apenas registrar presença, antes de ir embora para o aeroporto. À tarde, até teve algum movimento, mas bem parecido com os tempos de infoleg.

CONGRESSO

Legislativo e Executivo apresentam proposta na qual as determinações do STF por transparência e rastreabilidade são acatadas

Dino aprova plano e destrava emendas

» LUANA PATRIOLINO
» ISRAEL MEDEIROS

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, homologou, ontem, o plano de trabalho proposto pelo Congresso e pelo governo federal que prevê mais transparência e rastreabilidade na indicação das emendas parlamentares. Assim, a maior parte dos recursos poderá ser paga, desde que estejam de acordo com os critérios estabelecidos pelo STF. A liberação total do dinheiro, porém, depende do aval do plenário da Corte.

Seguem bloqueados os repasses em que há irregularidades constatadas pelo Executivo ou pelo Judiciário; as emendas Pix sem plano de trabalho aprovado; e as emendas de comissão e de bancada, em que não há provas de que os recursos foram aprovados de forma coletiva. Essas indicações precisarão ser resolvidas caso a caso, cumprindo os critérios do STF.

Com o entendimento entre Executivo, Legislativo e Judiciário, foi suspensa a reunião de hoje para conciliação entre os representantes dos Poderes. Fontes próximas ao governo, ouvidas pelo **Correio** antes da decisão de Dino, apostavam e torciam por uma solução pacífica. A avaliação é de que o assunto precisa ser resolvido rapidamente porque liberar as emendas é essencial para fazer o Congresso andar e aprovar pautas importantes para o governo, em um momento em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva luta contra a queda de popularidade.

Cronograma

Na decisão, Dino destacou "avanços institucionais" e a "demonstração de comprometimento dos Poderes Executivo e Legislativo". Afirmou que estabelecerá um cronograma para checar se as medidas de transparência estão, de fato, sendo cumpridas. O plano foi elaborado pela Advocacia-Geral da União (AGU), em conjunto com as advocacias do Senado e da Câmara dos Deputados.

Entre os principais pontos do plano, está a identificação, no Portal da Transparência, dos parlamentares autores das emendas de comissão e de relator (modalidade que foi extinta, mas que ainda carece de explicação sobre recursos indicados antes de 2022). Outra mudança é a padronização de atas das bancadas estaduais e das comissões temáticas, com a especificação de como será gasto o dinheiro, bem como a elaboração de planilhas contendo os beneficiários das emendas.

A decisão de Dino desfaz o impasse que se arrasta desde o ano passado, quando, em agosto, bloqueou os repasses de todas as emendas parlamentares e exigiu que o Congresso editasse uma lei que cumprisse as determinações de transparência do STF. Em novembro, o Legislativo aprovou as mudanças, mas sem resolver vários dos problemas apontados pela Corte. No início de dezembro, o ministro liberou os pagamentos, exigindo, contudo, mudanças no sistema.

Líderes partidários do Congresso criticaram as exigências e acusaram o governo de agir em conjunto com Dino para não pagar as emendas. Na semana do Natal, Dino suspendeu o pagamento de R$ 4,2 bilhões em emendas de comissão da Câmara — recursos indicados diretamente por líderes partidários da Casa, em uma manobra coordenada pelo então presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Dos R$ 180 milhões para novas indicações, 40% (R$ 73 milhões) iriam para Alagoas.

Dino determinou a abertura de um inquérito, pela Polícia Federal (PF), para investigar possíveis irregularidades nos repasses das emendas. O ministro também bloqueou, entre o fim de 2024 e o início deste ano, valores que seriam repassados a organizações não-governamentais (ONGs) que descumpriram critérios de transparência.

Fellipe Sampaio/STF

Ao dar o endosso, Dino frisou que houve "avanços" e "comprometimento"

Líder da Frente Evangélica promete independência

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Nascimento: papel da bancada não é ser governo ou oposição

» VANILSON OLIVEIRA

O deputado Gilberto Nascimento (PSD-SP), novo presidente da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso para o biênio 2025-2026, afirmou, ontem, que o grupo atuará com independência em relação ao Palácio do Planalto. Ele afirmou que os parlamentares não podem ser base governista ou oposição, pois a função da bancada deve ser propositiva e baseada no diálogo com a sociedade.

"A decisão de ser governo ou oposição cabe aos partidos. Nosso papel não é ideológico apenas, mas, também, propositivo. Vamos dialogar com todos os segmentos da sociedade, ouvir sugestões e apresentar propostas legislativas que sejam úteis ao Brasil", explicou.

Eleito na última terça-feira, com 117 votos, ao **Correio** Nascimento disse ainda que a atuação da bancada será pautada na defesa da família, no combate à legalização de drogas, dos jogos de azar e contra o aborto. "Essa será a nossa coluna mestra. A frente é ideológica, mas temos uma série de projetos que vamos tocar na Casa", explicou. Ele ressaltou que o grupo não se furtará a debater temas amplos — que incluem questões ligadas à comunidade LGBTQIA+ — e garantiu que pretende promover uma pauta propositiva, com sugestões para o país.

A eleição de Nascimento aconteceu depois de um racha na bancada evangélica, que reúne parlamentares de diversos espectros políticos, do PSol ao PL. Ele reconheceu que o grupo tem enfrentado desafios, especialmente quando há um excesso de disputas partidárias dentro da bancada.

"O que a bancada precisa é de mais diálogo e menos polarização. Precisamos evitar transformar tudo em um Fla-Flu", frisou.

Equilíbrio

O deputado reforçou que sua gestão será pautada no equilíbrio e na tentativa de construir consensos. "Vamos conversar com todos os segmentos, não importando se é governo A ou governo B. Vamos ter uma posição de respeito. Seja oposição ou governo, a frente vai fazer seu papel", observou.

Além disso, Nascimento tem como meta buscar maior representatividade feminina dentro da frente. Pela primeira vez, a composição das diretorias será dividida igualmente — 10 mulheres e 10 homens ocuparão cargos de comando. "Queremos uma bancada representativa. Nunca houve essa composição igualitária, e estamos corrigindo isso agora", afirmou.

Ele confirmou um acordo para que a deputada Greyce Elias (Avante-MG), atual vice-presidente da bancada, assuma a liderança em 2026. "Convidei-a para ser minha vice, porque ela soma muito e representa um avanço na nossa frente. Fui eleito por dois anos, mas não terei dificuldade de, em março do ano que vem, me licenciar para que ela assuma", garantiu.

Eufrázio

EDUCAÇÃO

Dados do Censo da Educação mostram que houve avanço vertiginoso de 2000 a 2022, resultado dos programas de inclusão. Porém, a população branca ainda ocupa o maior espaço nas universidades, o que reforça a exigência de se aprofundar as ações afirmativas

Mais pretos e pardos obtêm vagas em cursos superiores

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

Dados do Censo 2022 da Educação, divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que a população preta com nível superior completo aumentou 5,8 vezes — saiu de 2,1%, em 2000, para 11,7% em 2022. Já a população parda formada em uma universidade cresceu 5,2 vezes — era 2,4%, em 2000, e saltou para 12,3%, em 2022.

Apesar disso, as diferenças raciais permanecem. O percentual da população branca com o mesmo nível de educação variou de 9,9%, em 2000, para 25,8%, em 2022. Esse percentual é duas vezes maior do que o de pretos ou de pardos.

As graduações mais concorridas, segundo o Censo 2022 da Educação, têm um percentual muito maior de brancos cursando. Em 2022, 75,5% das pessoas com graduação em medicina eram brancas, enquanto 19,1% eram pardas e apenas 2,8% eram negras. Nos cursos de odontologia, economia e direito, o percentual de pardos não passava dos 25%. No curso de serviço social, porém, o percentual é mais equilibrado: 47,2% dos formados são brancos, 40,2% são pardos e 11,8%, pretos.

Isso representa que 16 milhões de pessoas com ensino superior completo são brancas, 7,5 milhões pardas e 1,8 milhões, pretas — além de 300,4 mil amarelas e 54 mil indígenas.

Crescimento linear

De acordo com o analista de divulgação Bruno Perez, o crescimento de pessoas com nível superior completo ocorreu em todas as raças. "Comparando os resultados de 2022 com as operações censitárias anteriores, nota-se que o aumento da proporção de pessoas com nível superior ocorreu para todos os grupos de cor ou raça", frisou.



O maior desafio reside na permanência dessa juventude (na faculdade)"

José Aguilera, secretário-executivo do CRUB

Para José Aguilera, secretário-executivo do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), o indicador de desigualdades entre a população negra e parda e a branca com formação superior indica a necessidade de ações afirmativas complementares para fixar os jovens pretos e pardos na universidade.

O progresso no número de pessoas pardas e negras nas universidades, segundo Aguilera, pode ser atribuído a fatores, como a expansão da oferta no ensino superior, implantação da Lei de Cotas, em 2012, e o maior número de bolsas de estudo em faculdades particulares

Para Aguilera, os cursinhos pré-vestibular de base comunitária também têm oferecido novas oportunidades de preparação ao ensino superior para pretos e pardos da periferia. "Em Brasília, por exemplo, temos 18 cursinhos pré-universitários", observa, acrescentando que, uma vez conquistada a vaga na universidade, o desafio passa a ser permanecer estudando.

"O maior desafio reside na permanência dessa juventude (na faculdade). Programas como o Pé-de-Meia e o Mais Professores vêm reforçar o aumento de oportunidades para jovens de baixa renda, pretos, pardos, indígenas e PCD, oriundos de escolas públicas", expõe.

Melhora não reduz desigualdade

Proporção da população com 25 anos ou mais com nível superior completo por cor ou raça
(Em %)



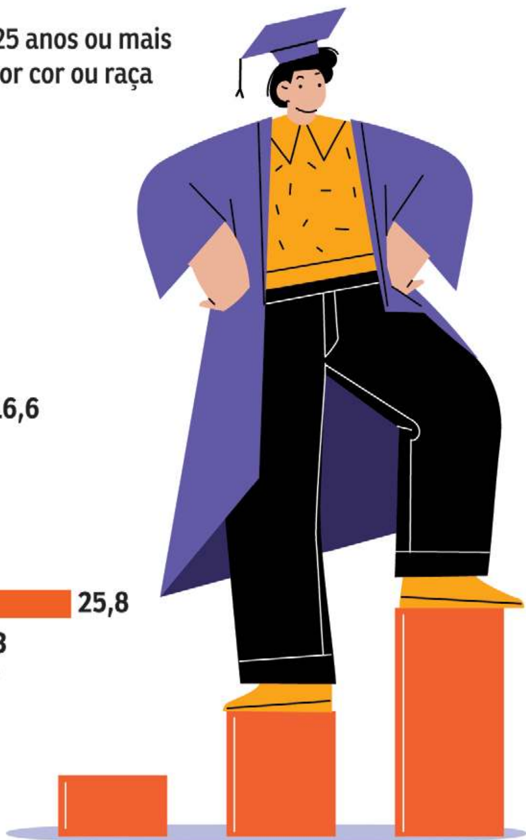
Censo 2000	
População branca	9,9
População parda	2,4
População negra	2,1



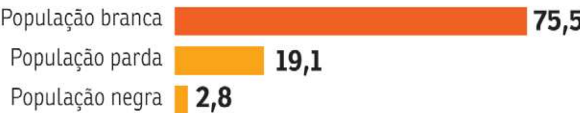
Censo 2010	
População branca	16,6
População parda	5,7
População negra	5,2



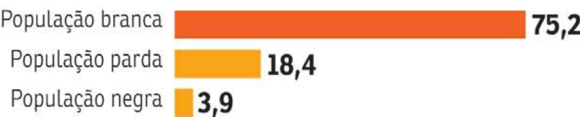
Censo 2022	
População branca	25,8
População parda	12,3
População negra	11,7



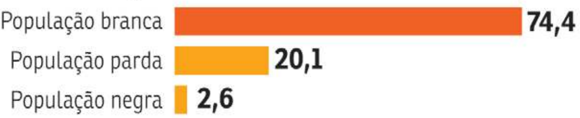
Pessoas com curso de graduação concluído por cor ou raça
(Em %)



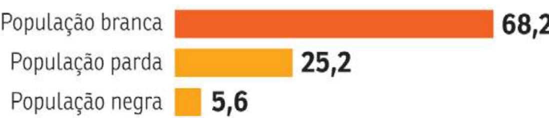
Medicina	
População branca	75,5
População parda	19,1
População negra	2,8



Economia	
População branca	75,2
População parda	18,4
População negra	3,9



Odontologia	
População branca	74,4
População parda	20,1
População negra	2,6



Direito	
População branca	68,2
População parda	25,2
População negra	5,6

Fonte: Censo 2022 de Educação

Aumenta o número de diplomados

De acordo com os dados do Censo 2022 da Educação, de 2000 a 2022, o número de brasileiros com 25 anos ou mais que têm nível superior completo subiu de 6,8% para 18,4% — aumento de 2,7 vezes. No mesmo período, o percentual de pessoas sem instrução ou sem conclusão do ensino fundamental caiu de 63,2% para 35,2%.

Os pardos e negros de 25 anos ou mais continuam sendo a população com maior proporção de pessoas sem instrução e com ensino fundamental incompleto — com 40,1% dos pardos e 40,5%, dos negros. Para a população branca da mesma faixa etária, a proporção de pessoas sem instrução com ensino fundamental incompleto era de 29,2%.

Entre as Unidades da Federação, o Distrito Federal tem a maior proporção de pessoas com nível superior (37,0%), seguido de São Paulo (23,3%). No Maranhão, apenas 11,1% da população tem o ensino superior completo. No Censo de 2000, a proporção era de 15,3%, no Distrito Federal, e 1,9%, no Maranhão.

No Piauí, o percentual da população sem instrução ou sem ensino fundamental completo é a maior do país (19,2%). Além disso, em mais da metade dos municípios (3.008), a população não tinha instrução, enquanto em apenas 75 municípios mais de 25% da população tinha ensino superior.

Entre os municípios com mais de 100 mil habitantes, São Caetano do Sul (SP) tinha a maior proporção da população de 25 anos ou mais com nível superior completo, em 2022. Belford Roxo (RJ) tinha a menor (5,7%).

Instrução

Os dados de gênero também tiveram algumas diferenças em 22 anos. Em 2022, as mulheres com instrução superavam os homens. Entre elas, 20,7% tinham nível superior completo e, entre eles, esse percentual era de 15,8%. Entre a população sem instrução ou ensino fundamental, apenas 33,4% das mulheres faziam parte — os homens são 37,3%.

Alguns cursos são dominados pelas mulheres. Na área de serviço social, elas são 93% entre os graduados. As mulheres também são maioria nas formandas em enfermagem (86,3%).

Na área de "Formação de professores sem áreas específicas", elas são 92,8% das graduadas. Em áreas de exatas, apenas 7,4% das mulheres concluíram o curso de "Engenharia Mecânica e Metalurgia". **(MBG)**

***Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi**

RIO DE JANEIRO

Ao abrigar foragido, Oruam é preso, mas solto logo depois

O rapper Oruam passou algumas horas preso, ontem, em função de a polícia ter descoberto que ele abrigava Yuri Pereira Gonçalves, durante cumprimento de mandado de busca e apreensão na casa do artista, no Joá, na Zona Sul do Rio de Janeiro. O homem era procurado por organização criminosa. Com ele foram encontrados uma pistola calibre 9 milímetros equipada com kit rajada, munição e radiotransmissores.

Autuado em flagrante por favorecimento pessoal e por abrigar um fugitivo da Justiça, Oruam assinou um termo circunstanciado e foi liberado pouco depois de ser preso. À saída da Cidade da Polícia, para onde foi levado, na Zona Portuária da capital fluminense, o rapper disse que conhece Yuri desde os quatro anos de idade e que o amigo "não é traficante".

"Ele não é traficante. É uma pessoa normal e é meu amigo. Não sabia que estava foragido. Vou voltar tranquilo para casa", justificou-se.

A operação cumpria mandados de busca e apreensão por conta de um inquérito sobre disparos de arma de fogo, em um condomínio na cidade de Igaratá (SP), "após ter colocado em risco a integridade física de diversas pessoas" — segundo as investigações. Sobre isso, Oruam garantiu, à saída da Cidade da Polícia, que as balas eram de borracha. Além dos endereços relacionados ao rapper, também foram realizadas buscas em locais vinculados à mãe dele.



Reprodução Instagram

Rapper assegurou que o amigo de infância não é traficante

É a segunda vez, em menos de uma semana, que Oruam é preso. Em 20 de fevereiro, foi detido depois de desrespeitar uma blitz de trânsito da Polícia Militar e dirigir imprudentemente, na Barra da Tijuca, na Zona Oeste do Rio. **(Colaborou Danandra Rocha)**

DENGUE

Com nova vacina, Sbim pede a ampliação da faixa etária

Apesar de o anúncio, na terça-feira, do Ministério da Saúde sobre a primeira vacina nacional contra a dengue ser considerado um avanço no combate à doença — foram registradas 105 mortes somente este ano, segundo levantamento feito pela Associação Médica Brasileira —, é necessário que sejam incluídos novos públicos-alvo. A advertência é da presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações (Sbim), Mônica Levi.

Ela lembra que o total de 60 milhões de doses que serão entregues, em 2026, apesar de serem seis vezes maior do que o previsto para este ano, é insuficiente para vacinar toda a população. Significa que o Programa Nacional de Imunizações ainda precisará definir um público-alvo para receber o imunizante, que será produzido pelo Instituto Butantan e foi batizado de Butantan-DV.

"Os adolescentes internam-se mais e têm mais quadros graves, mas quem mais morre são os idosos. Só que, nas vacinas disponíveis, a faixa etária acima de 60 anos não foi contemplada nos estudos. Mas, no projeto anunciado, há um estudo em populações de outras faixas etárias. Como a vacina do Butantã é de dois a 59 anos, entendo que as outras faixas etárias de interesse são de 60 anos para cima. E isso seria muito importante, porque os idosos têm maior mortalidade", alerta.

Por enquanto, a vacina que está sendo aplicada nos postos de saúde é a QDenga, da farmacêutica japonesa Takeda, e apenas em adolescentes de 10 a 14 anos, em cidades com maior incidência da doença, com exceção das doses próximas do vencimento, que podem ser recebidas por pessoas de outras idades. Mônica diz esperar que novos estudos da Butantan-DV mostrem a segurança e a eficácia da vacina também entre os idosos.

Mas, mesmo que a capacidade de produção seja insuficiente para toda a população brasileira, outra inovação da Butantan-DV deve ajudar a aumentar as coberturas vacinais: é o primeiro imunizante contra a dengue do mundo aplicado em apenas uma dose.

"Em qualquer faixa etária, mas, principalmente, nos adolescentes, nas vacinas de múltiplas doses, a segunda ou a terceira sempre têm um uma evasão, sempre tem piores coberturas. Sem dúvida, é muito mais fácil fazer campanha pontual de uma dose só do que conseguir completar um esquema maior", afirma Mônica.

A Butantan-DV foi desenvolvida em parceria com o Instituto Nacional de Saúde Americano e a farmacêutica MSD. Será produzida em conjunto com a empresa WuXi Biologics. Ainda assim, a vacina foi apresentada como 100% nacional porque todas as etapas de sua produção serão realizadas em solo brasileiro.

Em prece pelo papa Francisco



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a primeira-dama Janja organizaram, ontem, uma missa pela saúde do papa Francisco, internado há 12 dias com pneumonia em ambos os pulmões. A cerimônia, no Palácio da Alvorada, foi coordenada por Gilberto Carvalho, ex-secretário-geral da Presidência no primeiro mandato de Lula e amigo próximo do petista. Em nota, o Planalto destacou o "imenso carinho, respeito e admiração" que Lula e Janja têm por Francisco. No início do mês, a primeira-dama esteve em Roma, onde participou de compromissos da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, e encontrou o papa. Em um vídeo publicado no Instagram, ela aparece cumprimentando o pontífice e conversando com ele em um escritório.



Bolsas Na quarta-feira
0,96% São Paulo
0,43% Nova York

Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias
127.128 — 124.768
21/2 24/2 25/2 26/2

Dólar
Na quarta-feira
R$ 5,803 (+ 0,86%)

Últimos	
20/fevereiro	5,704
21/fevereiro	5,730
24/fevereiro	5,756
25/fevereiro	5,754

Salário mínimo R$ 1.518

Euro Comercial, venda na quarta-feira R$ 6,088

CDI Ao ano 13,15%

CDB Prefixado 30 dias (ao ano) 13,52%

Inflação IPCA do IBGE (em %)

Setembro/2024	0,44
Outubro/2024	0,53
Novembro/2024	0,39
Dezembro/2024	0,52
Janeiro/2025	0,16

MERCADO DE TRABALHO

Pagamento para quem aderiu ao saque-aniversário do FGTS e foi demitido sem justa causa começa em 6 de março. Primeiro, serão contemplados os trabalhadores com direito a até R$ 3 mil. Em junho, será a vez dos demais receberem

Saque do FGTS será liberado em duas fases

» FERNANDA STRICKLAND

A medida provisória (MP) com a liberação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para quem aderiu ao saque-aniversário, a ser publicada amanhã, prevê o pagamento em dois meses: março e junho. Foi o que anteciou, ontem, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

Segundo ele, os pagamentos, que totalizam R$ 12 bilhões, começarão a ser feitos em 6 de março, seguindo uma tabela por mês de aniversário. Nesse grupo, estão as pessoas que têm direito a até R$ 3 mil.

O ministro afirmou que essa primeira etapa vai beneficiar 11,4 milhões de trabalhadores, correspondentes a 93,5% dos 12,3 milhões com direito a sacar a totalidade do FGTS retido.

Ele estima que cerca de metade dos R$ 12 bilhões será depositado na primeira fase. O restante, para quem tem mais de R$ 3 mil retidos, será liberado em uma segunda etapa, em junho.

Marinho destacou os trabalhadores que optarem pelo saque-aniversário e vierem a ser demitidos não poderão sacar o saldo, conforme as regras atuais.

Ele explicou que a liberação extraordinária foi uma maneira de fazer "justiça" para com os trabalhadores que não tinham entendido as regras do saque-aniversário.

Recuo

Marinho afirmou que o governo federal recuou da intenção de extinguir o saque-aniversário. Segundo ele, a decisão ocorreu após resistência do Congresso Nacional, que já havia sinalizado que não aprovaria o fim da modalidade.

"O saque-aniversário é uma distorção da função do fundo. Mas o governo não decide essas questões sozinho. O Parlamento diz que não tem chance de prosperar [o fim do saque-aniversário]. Então não vou ficar insistindo, se não tem chance de prosperar. Não vamos criar um constrangimento com o Parlamento. Quem sabe, no futuro, se rediscute isso", afirmou Marinho, completando que não desistirá de atuar contra a modalidade. "Eu vou continuar militando para acabar com o saque-aniversário. Porque aqui tem vários atores nessa mesa. Não são somente os bancos, tem o trabalhador, que é o ator principal, e tem a construção civil. Ele é, ao mesmo tempo, uma poupança protetora do trabalhador e um fundo de investimento de infraestrutura para aumentar a produção do país. O saque-aniversário é uma distorção do papel do fundo", disse o ministro.

Mudanças

Criado em 2019, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o saque-aniversário permite que o trabalhador retire anualmente uma parte do saldo do FGTS no mês de seu aniversário. No entanto, a adesão à modalidade impede o saque integral do fundo, em caso de demissão sem justa causa. Com a MP, os trabalhadores que foram demitidos desde janeiro de 2020 poderão obter o recurso. Mas a medida tem um prazo de validade. Após o período determinado pelo governo, os trabalhadores que permanecerem no saque-aniversário e forem demitidos não terão mais direito ao saldo total do FGTS, voltando a ficar sujeitos à restrição da regra original.

José Cruz/Agência Brasil



Ao divulgar dados do Caged, Marinho informou que MP vai escalonar saque do FGTS por mês de aniversário

> **Escalonamento**
>
> **Calendário para quem receberá até R$ 3 mil**
>
> **06 de março:** nascidos em janeiro, fevereiro, março e abril
> **07 de março:** nascidos sem maio, junho, julho e agosto
> **10 de março:** nascidos em setembro, outubro, novembro e dezembro
>
> **Calendário para quem receberá acima de R$ 3 mil**
>
> **17 de junho:** nascidos em janeiro, fevereiro, março e abril
> **18 de junho:** nascidos em maio, junho, julho e agosto
> **20 de junho:** nascidos em setembro, outubro, novembro e dezembro

Atualmente, há duas modalidades disponíveis para o trabalhador sacar o saldo do FGTS: o saque-rescisão e o saque-aniversário. O saque-rescisão é a opção padrão para todos os trabalhadores com carteira assinada. Nesse modelo, quando ocorre uma demissão sem justa causa, o profissional tem direito a sacar o valor integral disponível no FGTS, além de receber a multa rescisória de 40% sobre o saldo acumulado. Esse formato garante ao trabalhador um suporte financeiro imediato em caso de desligamento.

Já o saque-aniversário é uma modalidade opcional. Nessa alternativa, o trabalhador pode sacar anualmente, no mês do seu aniversário, uma parcela do saldo do FGTS, que varia entre 5% e 50% do total acumulado, conforme a quantia disponível na conta. No entanto, caso seja demitido sem justa causa, ele não poderá sacar o saldo integral do FGTS, tendo acesso apenas ao valor referente à multa rescisória, sendo obrigado a aguardar dois anos para acessar a totalidade do saldo acumulado na conta.

Aquecimento

Segundo André Matos, CEO da MA7 negócios, o impacto dos R$ 12 bilhões do FGTS na economia pode gerar um impulso significativo no varejo, contribuindo para uma recuperação econômica. "O mercado já precificou um novo aumento de um ponto percentual na taxa de juros, e essa elevação é dada como certa. No entanto, as próximas decisões do Comitê de Política Monetária (Copom) permanecem incertas, embora a tendência seja de estabilidade. Somente a partir do segundo semestre será possível enxergar um cenário menos desafiador", afirmou Matos.

Para Pedro Ros, CEO da Referência Capital, em um cenário de inflação persistente e juros elevados, parte desse estímulo pode ser absorvida por preços mais altos, reduzindo sua efetividade. "Além disso, essa medida repete estratégias de governos anteriores, focando na popularidade em vez de resolver entraves como baixa produtividade e investimentos insuficientes", explicou.

De acordo com Ros, o esvaziamento do FGTS também compromete o financiamento habitacional e de infraestrutura, setores essenciais para o crescimento sustentável. "Embora possa gerar um alívio momentâneo no mercado, a estratégia não altera a trajetória da economia e reforça a necessidade de reformas estruturais para destravar o crescimento", disse.

Lembrando que a janela aberta agora, pelo governo, será momentânea, os especialistas destacam que, quem aderiu ao saque-aniversário e deseja ter acesso irrestrito ao fundo no caso de uma eventual demissão, deve avaliar se vale a pena permanecer na modalidade ou optar pelo saque-rescisão, garantindo maior segurança financeira para o futuro.

137,3 mil novas vagas

O Brasil registrou um saldo de 137.303 empregos formais gerados em janeiro de 2025, de acordo com dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego. O resultado veio acima do esperado pelo mercado financeiro — que projetava, no máximo, 80 mil novas vagas —, o que provocou a alta de 0,86% no dólar, para R$ 5,80.

O ministro Luiz Marinho classificou o resultado do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) como um começo promissor para o mercado de trabalho no ano, destacando que a geração de empregos formais impulsiona a economia e que a expectativa é manter esse crescimento ao longo de 2025, alcançando o patamar registrado em 2024.

A criação de empregos foi impulsionada, principalmente, pelo crescimento em quatro dos cinco principais setores da economia. A Indústria liderou a geração de postos formais, com 70.428 novas vagas, seguida pelos setores de Serviços (45.165 vagas), Construção Civil (38.373) e Agropecuária (35.754). O único setor a registrar queda foi o Comércio, que eliminou 52.417 postos de trabalho, movimento esperado, devido à sazonalidade do setor, após o período de contratações temporárias no fim do ano.

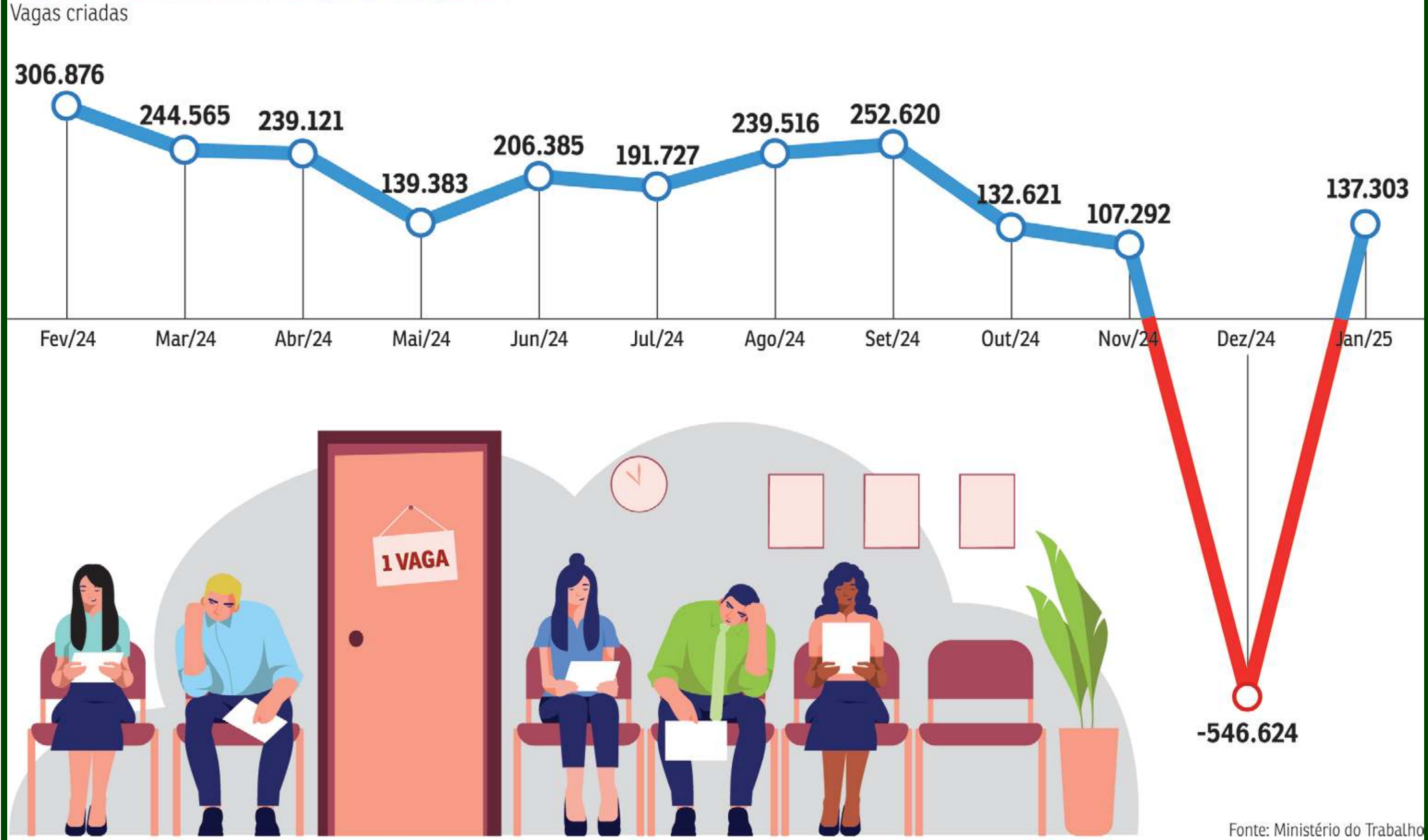
Entre as regiões do país, o Sul liderou a geração de empregos, com 66.712 novos postos de trabalho. O Centro-Oeste também apresentou um crescimento expressivo, criando 44.363 empregos. O Nordeste foi a única região a registrar saldo negativo, com 2.671 vagas eliminadas. Entre os estados que mais perderam postos de trabalho estão Rio de Janeiro (-12.960), Pernambuco (-5.230) e Pará (-2.203).

Os dados do Novo Caged mostram aumento na remuneração média de admissão, que chegou a R$ 2.251,33, representando um avanço de R$ 89,01 (+4,12%) em relação a dezembro de 2024. Na comparação com janeiro do ano passado, o ganho real foi de R$ 40,75 (+1,84%).

Selic

Durante a coletiva, Marinho disse esperar que o Banco Central não siga elevando a taxa básica de juros, a Selic. No final de 2024, a autoridade monetária indicou a possibilidade de um aumento de 1 ponto percentual na Selic nas reuniões de janeiro e março. Em janeiro, a previsão se cumpriu.

Ontem, o ministro do Trabalho defendeu que o Banco Central "sinalizou por pressão do mercado, respondendo a essa ânsia do mercado. Eu espero que ele não cumpra esse contrato", disse Marinho, referindo-se à reunião de março. **(FS)**



Eufrázio

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

"Trata-se de um retrato da ineficiência do sistema tributário brasileiro, que impõe custos excessivos às empresas"

Divulgação/Esfera Brasil



Excesso de impostos estrangula empresas e trava o crescimento

O nó tributário brasileiro é uma chaga que sufoca empresas e cidadãos. Um novo estudo feito pelo Grupo AG Capital não surpreende ninguém, mas ainda assim é alarmante: 99% das companhias do país pagam mais impostos do que o necessário. E mais: qualquer empresa com folha de pagamento a partir de R$ 800 mil poderia reduzir sua carga de impostos em 30% com a restituição de tributos pagos de forma indevida. O levantamento considerou os encargos que incidem sobre a folha de pagamento nos últimos cinco anos, revelando não apenas um problema recorrente, mas um fator estrutural. Trata-se, portanto, de um retrato da ineficiência do sistema tributário brasileiro, que impõe custos excessivos às empresas e compromete a competitividade do país. O estudo também evidencia a urgência da reforma tributária, que tem a premissa de simplificar regras, reduzir distorções e garantir maior previsibilidade para o setor produtivo.

Para Ometto, taxa de juros elevada desestimula investimentos

A taxa de juros é a vilã que deteriora o ambiente de negócios do país. Foi isso o que disse Rubens Ometto, fundador do conglomerado empresarial Cosan, durante o evento CEO Conference, promovido pelo banco BTG Pactual. "Se você tem condição de aplicar o seu dinheiro a 15% ao ano, por que vai correr risco?", questionou. "Isso faz com que todo mundo fique sentado na cadeira, sem fazer nada. Se você tem uma taxa de juros mais adequada, vai ter de trabalhar para que o negócio dê retorno."

Mudança em regras de leilões pode afetar livre concorrência, alerta ETCO

O Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) acendeu o sinal de alerta para a possível revisão da Instrução Normativa (IN) 52/2022, que regulamenta os leilões no país. A entidade teme que a mudança, orquestrada por um grupo de grandes leiloeiros, represente um retrocesso na livre concorrência, favorecendo a manutenção de oligopólios. O ETCO defende que a revisão da IN seja debatida no Congresso, com a participação de todos os setores envolvidos.

Granja Faria confirma abertura do capital na Bolsa de Nova York

Maior produtora e exportadora de ovos do Brasil, a Granja Faria vai mesmo fazer uma oferta pública inicial (IPO, na sigla em inglês) de ações na Bolsa de Nova York. Há pelo menos seis meses o mercado especula sobre a possibilidade, que agora foi confirmada pelo próprio CEO da empresa, Ricardo Faria. A intenção é fazer a oferta em 2025, mas apenas no segundo semestre. Um dos objetivos da Granja Faria é acelerar o movimento de internacionalização com novas aquisições no exterior.

Redes sociais



Gustavo Moreno/STF





"As big techs são grupos econômicos que querem dominar a economia e a política mundial, ignorando fronteiras, ignorando a soberania nacional de cada país, ignorando legislações, para terem poder e lucro"

Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal

137 MIL

empregos formais foram gerados no país em janeiro, segundo o Ministério do Trabalho. O desempenho é surpreendente. O mercado havia projetado a criação de 48 mil postos

RAPIDINHAS

» *Dois hospitais brasileiros, ambos de São Paulo, estão entre os 100 melhores do mundo em ranking elaborado pela revista Newsweek em parceria com a empresa de dados Statista. O Albert Einstein está na 22ª posição, enquanto o Sírio-Libanês ocupa o 83º lugar. O primeiro posto ficou com o Mayo Clinic Rochester, nos Estados Unidos.*

» ***O Grupo Armco, especializado no mercado de produtos relaminados e dono das empresas Aços da Amazônia e Intacta, entrou com pedido de recuperação extrajudicial. Suas dívidas chegam a R$ 750 milhões. De origem americana, a empresa está presente no Brasil desde 1914 e tem capacidade para produzir 22 mil toneladas de aço por mês.***

» *Pelo segundo ano consecutivo, a empresa de soluções ambientais Ambipar fará a compensação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) do bloco Galo da Madrugada, do Recife. Em 2024, o evento emitiu 38,6 toneladas de carbono equivalente e foram utilizados 39 créditos de carbono para o processo de compensação.*

» ***A agenda de diversidade está mesmo perdendo força. Um estudo feito pelo instituto Evermonte com executivos brasileiros constatou que o tema ficou em último lugar entre as tendências para 2025. Diversidade perdeu para assuntos como inteligência artificial (74% de citações), inteligência e análise de dados (63%) e governança (37%).***

TURISMO

Celso Sabino disse ao **Correio** que tratou do assunto com o novo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e que deve entrar logo na pauta de votação. Investimentos podem chegar a R$ 100 bi

Ministro respalda cassinos

» SAMANTA SALLUM

O projeto de lei que autoriza o funcionamento de cassinos e bingos no Brasil avançou no Congresso. O ministro do Turismo, Celso Sabino (União Brasil/Pará), defende o projeto com base em estudos de impacto econômico que apontam os benefícios da regularização das atividades para o turismo no Brasil, além de gerar empregos e mais arrecadação de impostos para os cofres públicos.

"O projeto, na verdade, autoriza a instalação de cassinos em polos turísticos ou complexos integrados de lazer, como resorts e hotéis de alto padrão. Os cassinos também poderão ser instalados em embarcações marítimas, limitadas a 10 no país", explicou o ministro ao **Correio**. Haverá, também, uma divisão por estados, para que esses polos turísticos possam ajudar no desenvolvimento regional.

Perguntado sobre a tramitação do projeto, Sabino contou que já tratou do assunto com o novo presidente de Senado, Davi Alcolumbre, seu colega de partido. "O projeto já recebeu mais de 400 votos favoráveis na Câmara dos Deputados, e estamos trabalhando para que seja aprovado no Senado em breve."

O ministro falou com o **Correio** depois de ter participado do almoço Lide/DF em Brasília, que teve como anfitrião o empresário e presidente do PSD/DF, Paulo Octávio.

Parlamentares que representam o setor religioso têm resistência ao projeto dos cassinos. "Há cassinos em países evangélicos, cristãos. Isso não pode ser um impeditivo", argumentou Sabino.

O presidente Lula já declarou que sancionará a lei se ela avançar no Congresso. O presidente da Embratur, Marcelo Freixo, também já vinha se manifestando favorável, mas defende regras com limites para apostas.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, de Serviços e Turismo (CNC) também defende a legalização dos cassinos.

O projeto autoriza a instalação de um cassino em cada estado e no Distrito Federal, com exceção de São Paulo, que poderá ter até três cassinos, e de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Amazonas e Pará, que poderão ter até dois cada um, em razão do tamanho da população ou do território.

Os investimentos podem chegar a R$ 100 bilhões, com a geração de cerca de 1,5 milhão de empregos diretos e indiretos no Brasil. A arrecadação potencial por ano seria de R$ 22 bilhões, divididos entre os estados, os municípios e a União. **(leia mais na coluna Capital S/A, pág. 16)**

RAYRA PAIVA FRANCO



O ministro Sabino, do Turismo, destacou que o PL dos cassinos recebeu mais de 400 votos na Câmara

Balanço de recordes no turismo

O ministro do Turismo, Celso Sabino, foi o palestrante da primeira reunião do Lide Brasília - Grupo de Líderes Empresariais realizada neste ano. Ele fez um balanço de gestão, ontem, destacando que o Ministério tem investido no maior programa de recuperação da história do Brasil, com a aplicação de mais de R$ 1,7 trilhão em obras de infraestrutura aeroportuárias, rodoviárias, ferrovias e portos diretamente ligados ao turismo.

Apontou como ponto alto desta parceria com o Congresso Nacional a aprovação da Lei Geral do Turismo em 2024. "Essa nova diretriz trouxe inovações para o setor, e os resultados começaram a ser refletidos nos números apresentados no fim do ano, quando o Brasil conseguiu superar todos os índices de avaliação do turismo, desde o quantitativo de estrangeiros que entraram no país até o volume de gastos de estrangeiros, que superaram os R$ 43 bilhões", celebrou.

No turismo doméstico, foi registrado outro recorde: 350 milhões de viagens dentro do Brasil considerando todos os modais.

Sabino apresentou o Plano Nacional de Turismo com metas para os próximos cinco anos. Neste campo, são apresentados projetos de construção de resorts, parques e aeroportos. "Também quebramos o recorde de capital estrangeiro investido no Brasil no setor do turismo. Foram mais de US$ 320 milhões", apontou.

O presidente do Lide/DF e anfitrião do evento Paulo Octavio reforçou a importância do turismo para a economia.

"Eu sempre apostei, eu amo o turismo, acho que o turismo é a mola propulsora do desenvolvimento nacional e todos nós que acreditamos temos que ajudar, incentivar cada vez mais a divulgação de Brasília e do Brasil em todos os continentes. Temos muito ainda a avançar. Brasília é um símbolo do país. No entanto, 90% dos brasileiros nunca visitaram a sua capital", ressaltou. **(SS)**

PETRÓLEO

Lucro da Petrobras caiu 70% em 2024

O lucro líquido da Petrobras somou, em 2024, R$ 36,6 bilhões, 70,6% a menos que o registrado no exercício de 2023, de R$ 124,6 bilhões.

No mesmo comparativo, a receita de vendas caiu 4,1%, para R$ 490,82 bilhões, ante R$ 511,99 bilhões em 2023. Com relação ao Ebitda, que mede a capacidade de gerar caixa, houve queda na passagem de um ano ao outro, para R$ 214,41 bilhões ante R$ 262,22 bilhões em 2023.

A estatal fechou o quarto trimestre de 2024 com um prejuízo líquido de R$ 17 bilhões, revertendo o lucro de R$ 31 bilhões registrados no mesmo período de 2023. O resultado foi divulgado ontem à noite.

A receita de vendas no período, R$ 121,26 bilhões, caiu 9,7%, frente ao quarto trimestre de 2023 (R$ 134,25 bilhões), e 6,4% em relação ao terceiro trimestre do ano (R$ 129,58 bilhões).

» Dívida pública cai 0,83% em janeiro

O estoque da dívida pública federal registrou queda de 0,87% no último mês de janeiro, em termos nominais, passando de R$ 7,31 trilhões, em dezembro, para R$ 7,25 trilhões, no mês seguinte — R$ 63,39 bilhões a menos. Segundo o Tesouro Nacional, os sinais mais amenos na guerra comercial do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, causaram impacto positivo nos mercados emergentes em janeiro.

Mundo

Editora: Ana Paula Macedo
anapaula.df@dabr.com.br
3214-1195 • 3214-1172



TRUMP 2.0

Musk é destaque em reunião de governo

No primeiro encontro de gabinete, o presidente dos EUA endossa ações do bilionário para reduzir os gastos públicos. Republicano anuncia taxação de produtos da Europa e diz que assinará amanhã, com Zelensky, acordo sobre terras raras

Trinta e sete dias após o início de seu novo mandato, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, realizou, ontem, a primeira reunião de gabinete, que teve como estrela o bilionário Elon Musk. Oficialmente sem cargo no governo, o dono da rede social X, da Tesla e da Space X está à frente do Departamento de Eficiência Governamental (Doge), que na verdade é uma comissão encarregada de demitir milhares de servidores públicos e reduzir drasticamente os gastos públicos.

No encontro, Trump celebrou o esforço de redução da máquina pública comandado por Musk, que se reporta diretamente ao presidente. Segundo a imprensa norte-americana, houve desentendimentos entre o empresário e outros membros do Executivo, mas o chefe da Casa Branca externou, ontem, seu apoio ao colaborador em sua rede social, Truth Social, escrevendo em letras maiúsculas: "Todos os membros do gabinete estão muito felizes com Elon". E acrescentou que Musk é um "funcionário especial do governo" e assessor do presidente.

Durante a reunião, Trump exaltou os avanços das primeiras semanas de sua volta à Casa Branca, fez ameaças a países historicamente aliados dos Estados Unidos e cobrou lealdade da equipe. Numa breve introdução, em que confirmou um encontro amanhã com o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, para fechar o acordo sobre recursos minerais do país, ele passou a palavra para Musk.

Celeridade

Vestido de preto e com boné, como de costume, o homem mais rico do mundo se apresentou como um "modesto técnico em informática". Ele pediu para o governo "agir rapidamente" com o objetivo de diminuir o deficit orçamentário nacional. Musk afirmou que Trump formou "o melhor governo da história" e disse ter recebido "ameaças de morte". "Cometeremos erros. Não seremos perfeitos", admitiu Musk, prometendo resolvê-los "rapidamente".

Segundo os meios de comunicação norte-americanos, as agências federais foram instruídas a preparar cortes massivos de pessoal. Trump já anunciou que 65% dos funcionários federais que trabalham para a Agência de Proteção Ambiental (EPA) serão demitidos. Ele também afirmou que os funcionários que não responderam a um criticado e-mail de Elon Musk, no qual foram solicitados a detalhar cinco tarefas realizadas na semana passada, estão "em avaliação".

A reunião, seguida de uma sessão de perguntas e respostas de uma hora com a imprensa, foi uma oportunidade para Trump promover sua política. Ele exaltou avanços para encerrar a guerra na Ucrânia, mas descartou uma adesão da ex-república soviética à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). "Podem esquecer", afirmou.

AFP



Donald Trump (à direita, no centro) exalta os avanços do início do novo mandato: segundo a mídia, agências federais foram instruídas a preparar cortes massivos de pessoal

AFP



Convidado de honra, Elon Musk se apresentou à equipe como um "modesto" técnico em informática: "Não seremos perfeitos"

Tarifas

Trump disse estar disposto a impor tarifas de 25% a muitas importações da Europa, seu aliado-chave. "A União Europeia foi criada para ferrar com os Estados Unidos", afirmou.

Ele revelou que as novas tarifas sobre as importações do México e do Canadá, também de 25%, entrarão em vigor a partir de 2 de abril, um mês após o fim do prazo dado no início de fevereiro para alcançar um acordo e evitá-las.

Satisfeito, Trump mostrou que a maioria de seus secretários, mesmo os mais criticados, foi aprovada pelo Senado sem maiores problemas, como o secretário da Saúde, o antivacina Robert F. Kennedy Jr., e o secretário de Defesa, o ex-apresentador de televisão Pete Hegseth. Algumas nomeações ainda aguardam sinal verde do Senado.

Balneário artificial

O projeto de Donald Trump de transformar a Faixa de Gaza em um luxuoso balneário do Oriente Médio ganhou forma, ontem, com o auxílio de inteligência artificial. As contas oficiais do presidente dos Estados Unidos publicaram um vídeo que retrata o enclave palestino reconstruído após a guerra com Israel como um resort grandioso, com iates, dançarinos e estátuas douradas do republicano.

Em poucas horas, o vídeo acumulou mais de 15 milhões de visualizações no Instagram e foi compartilhado mais de 2,5 mil vezes na rede social do presidente, Truth Social.

Intitulado Gaza 2025 What's coming? (Gaza 2025 O que está por vir?, em tradução livre), o vídeo de 33 segundos mostra, inicialmente, pessoas em uma rua repleta de escombros. Em seguida, elas atravessam um túnel e tudo se transforma. No fim do caminho, o grupo chega a uma praia com águas azul-turquesa, palmeiras e arranha-céus modernos ao fundo.

Um personagem que se assemelha ao primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, toma coquetéis em um traje de banho ao lado de Trump em uma piscina. Pouco depois, um homem que se assemelha ao bilionário Elon Musk, conselheiro do presidente, aparece de terno em uma praia sob uma chuva de notas ao pôr-do-sol.

Outras cenas mostram o chefe da Casa Branca dançando ao lado de uma mulher vestida como uma odalisca e uma gigantesca estátua dourada do presidente em uma avenida.

Recentemente, Trump lançou a ideia de transformar Gaza em uma "Riviera do Oriente Médio" sob o controle de Washington. Para isso, defende o despejo da população local, uma proposta que provocou forte rejeição da comunidade internacional.

SAÚDE DO PAPA

Insuficiência renal está sanada, segundo o Vaticano

AFP



"Precisamos de você, Francisco!", expressam católicos em faixa

Motivo de grande preocupação desde o fim de semana, a insuficiência renal leve que acometeu o papa Francisco foi resolvida, segundo boletim médico divulgado pelo Vaticano, na noite de ontem. De acordo com o comunicado, o pontífice argentino, internado há 14 dias no Hospital Gemelli de Roma, apresentou uma "melhora leve e contínua", embora seu prognóstico continue reservado, ou seja, não há certeza sobre as chances de recuperação.

Pela primeira vez em cinco dias, a palavra "crítica" não foi mencionada para descrever a saúde do jesuíta, de 88 anos, hospitalizado para tratar de uma pneumonia bilateral. A tomografia de tórax, realizada segunda-feira à noite, mostrou uma evolução normal do quadro inflamatório pulmonar. Os exames laboratoriais e hematológicos também indicaram melhora.

O papa, conforme o relato, continua com oxigenoterapia de alto fluxo e, ao longo do dia, não apresentou crises respiratórias asmáticas. "A fisioterapia respiratória continua", indicou o boletim médico. Segundo informações, ele se alimentou de comida sólida. Pela manhã, recebeu a eucaristia.

Na suíte que ocupa no 10º andar do Hospital Gemelli, o papa trabalhou durante a tarde. Um dia após autorizar duas canonizações, Francisco nomeou, ontem, vários bispos em dioceses do México, Austrália e Tanzânia.

O líder espiritual de 1,4 bilhão de católicos no mundo, foi hospitalizado em 14 de fevereiro por conta de uma bronquite que logo evoluiu para pneumonia. A situação se tornou alarmante no último fim de semana, quando a saúde do argentino Jorge Bergoglio piorou.

Desde então, aumentou o fluxo de fiéis que vão ao hospital para orar pela recuperação do pontífice. Missas e vigílias são realizadas em várias partes do mundo. Ontem, pela terceira noite consecutiva, centenas de católicos se reuniram na Praça de São Pedro, no Vaticano. "Ainda não é o momento para que ele vá para o céu", ressaltou o cardeal hondurenho Óscar Rodríguez Maradiaga, que coordenou o Conselho de Cardeais do papa.

A mais longa hospitalização de Francisco desde que ele assumiu o pontificado, em março de 2013, provocou novos questionamentos sobre sua capacidade para continuar a desempenhar suas funções, em particular porque o direito canônico não prevê nenhum dispositivo em caso de um problema grave que possa afetar sua lucidez.

A decisão tomada pelo jesuíta argentino, na segunda-feira, de convocar um consistório de cardeais, em uma data que ainda será definida, também aumentou as especulações sobre a possibilidade de renúncia.

O jornal *La Repubblica* lembrou que Bento XVI, antecessor de Francisco, anunciou que iria abdicar do papado durante um consistório sobre canonizações, "palavra que suscita uma apreensão instintiva" desde então.

Mas, para o jornal *Il Messaggero*, a convocação envia "um sinal claro para toda a cúria, uma forma elegante de deixar claro que (Francisco) continua no comando e que não tem intenção de dar um passo atrás".

"Bento XVI demonstrou que o papa pode renunciar, e acredito que Francisco tem a liberdade interior para fazer o mesmo, se considerar necessário", declarou ao jornal *La Stampa* o cardeal italiano Augusto Paolo Lojudice. O pontífice argentino já afirmou diversas vezes, no entanto que o momento ainda não chegou. Além disso, tem se mostrado mais ativo desde o início da semana, o que é visto com otimismo pelos católicos.

Eufrázio

VISÃO DO CORREIO

Faltou decoro na troca de Nísia

Durante o evento de sanção da lei do Mais Médicos, em julho de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi categórico ao avisar aos interessados em mexer no comando do Ministério da Saúde: "Tem pessoas e funções que são uma coisa da escolha pessoal do presidente da República. Eu já disse publicamente: a Nísia não é ministra do Brasil, ela é minha ministra".

Nesta terça-feira, cerca de um ano e meio depois, também em um evento para anunciar políticas da pasta — desta vez, uma vacina contra a dengue 100% nacional —, não faltou demonstração de estima à Nísia Trindade. Mas vinda de outra frente. A ministra foi ovacionada por servidores da pasta presentes no salão do Palácio do Planalto e, com voz trêmula, fez um discurso com tom de despedida. Lula ficou em silêncio. Horas depois da cerimônia constrangedora, a demissão foi anunciada.

Na nota oficial que chancelou a troca por Alexandre Padilha, titular das Relações Institucionais, a partir de 6 de março, o chefe do Executivo "agradeceu à ministra pelo trabalho e dedicação à frente do ministério". Ontem, Nísia afirmou que processos de substituição "fazem parte da vivência de qualquer governo" e criticou a imprensa por "antecipar decisões que cabem ao presidente".

É, de fato, prerrogativa de qualquer gestor público, sobretudo de um presidente da República, que mantenha sua equipe condizente com as demandas do momento, ou com as dimensões técnico-políticas, nas palavras de Nísia. Da mesma forma, espera-se dos próximos uma relação de cuidado, principalmente em situações de criticidade.

Pressionado pela queda da popularidade, Lula passou a cobrar mais visibilidade aos feitos do governo. Com isso, a cobiça pela pasta que tem orçamento de R$ 239,7 bilhões e capacidade de adotar medidas facilmente percebidas pela população obviamente aumentou. É de se estranhar, porém, o descompasso entre a declaração explícita de camaradagem em 2023 e o silêncio na cerimônia desta terça-feira.

Nísia foi alvo de um longo e desnecessário processo de fritura, costurado por aliados e reportado pela imprensa. A dinâmica se assemelha à substituição de outras mulheres do primeiro escalão do terceiro mandato de Lula — Daniela Carneiro, no Turismo, em julho de 2023; e Ana Moser, no Esporte, em setembro do mesmo ano.

Há de se ressaltar que todas as ministras que seguem no governo — Anielle Franco (Igualdade Racial), Cida Gonçalves (Mulheres), Esther Dweck (Gestão e Inovação em Serviços Públicos), Luciana Santos (Ciência, Tecnologia e Inovação), Macaé Evaristo (Direitos Humanos e Cidadania), Margareth Menezes (Cultura), Marina Silva (Meio Ambiente e Mudança do Clima), Simone Tebet (Planejamento) e Sônia Guajajara (dos Povos Indígenas) — declararam, nas redes sociais, a admiração ao trabalho desempenhado por Nísia à frente da Saúde, contrastando com o movimento de atribuir a demissão a uma suposta incompetência da então ministra.

Fortalecimento do SUS, valorização dos profissionais de saúde, aumento da cobertura vacinal, comprometimento com a ciência e combate às desigualdades estão entre os feitos destacados pelas ministras. Também destacados pelo movimento de desagravo que ganhou força logo depois do anúncio da demissão.

Primeira mulher a chefiar a Saúde, Nísia, que tem perfil técnico, aceitou o desafio de reconstruir um setor historicamente crítico e ainda mais enfraquecido por forte desmonte promovido pela gestão anterior, de Jair Bolsonaro. Errou, acertou e, como qualquer pessoa que aceite conduzir um projeto de governo vitorioso nas urnas, está sujeita a críticas. Mas é lamentável, como já expresso neste espaço, o ataque especulativo a que foi submetida e que a reforma ministerial tenha começado sem o devido respeito que Nísia, os demais servidores da saúde e os brasileiros merecem.

CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Operação Camanducaia

Dia desses, zapeava na televisão quando me deparei com um documentário a respeito de uma das páginas mais medonhas da história deste país, uma das muitas atrocidades cometidas durante o regime ditatorial que manteve a nação sob seu jugo por 21 anos. De pronto, me veio à mente a frase de Ulysses Guimarães, de "ódio e nojo da ditadura".

Neste momento, em que refletimos sobre o passado sombrio do país, especialmente na esteira de *Ainda estou aqui*, destaco esse documentário, sobre outro dos muitos casos de horror daquele período: a *Operação Camanducaia*.

O filme de mesmo nome, lançado em 2020, aborda a prisão arbitrária de 93 crianças e adolescentes — em situação de rua ou pertencentes a famílias de baixa renda — pela polícia de São Paulo, em outubro de 1974. Eles foram agredidos, colocados em um ônibus e levados para Camanducaia, cidade no sul de Minas Gerais. A intenção dos algozes era "limpar" as ruas de São Paulo.

Ao chegarem a terras mineiras, numa madrugada fria e chuvosa, os meninos foram abandonados nus e famintos. Até hoje, não se sabe o paradeiro de 52 deles.

O documentário traz o depoimento de três dessas vítimas, como David Francisco. Ele chora ao relembrar o que aconteceu. "Eu rezava para Nossa Senhora Aparecida", disse. Contou que os policiais, depois de fazê-los descer do ônibus, mandaram que corressem e dispararam diversos tiros. "Com medo, você nem olha para trás. Eu estava com fome, apavorado, não sabia para onde ir."

Outra vítima, Paulo Barreto relatou que, quando os policiais, mascarados, os colocaram no ônibus, disseram que iam levá-los para casa, mas as cortinas nas janelas não permitiam que vissem em que direção o veículo estava indo.

Armando Ribeiro é outro que chora ao falar do desespero daqueles momentos. "A gente fica perdido, doido. Eu me senti sozinho, não tive coragem de gritar, não tinha voz."

A barbárie chocou a sociedade na época, mas as supostas investigações não evoluíram, e o caso foi arquivado. Como afirma o diretor do filme, Tiago Rezende de Toledo, a história acabou esquecida por nossa memória coletiva.

Apesar de reviver a dor, Armando ressaltou a importância de falar daquele outubro. "É bom que todos saibam o que foi a ditadura militar." E foi um regime tão brutal que não poupou nem crianças e adolescentes. Até bebês padeceram.

Não podemos nos esquecer da vítima mais jovem da ditadura, Carlos Alexandre, de 1 ano e oito meses. Em janeiro de 1974, o menino, filho de um casal considerado subversivo, levou um soco na boca, por ter chorado, e foi jogado no chão durante uma investida de agentes da repressão à sua casa, em São Paulo. Levado por militares, ficou 15 horas sob poder deles. Segundo relatos, foi torturado com choques elétricos.

Carlos Alexandre nunca se recuperou do trauma. Tomou antidepressivos e antipsicóticos e tinha fobia social, sofrimento que durou até 2013, quando tirou a própria vida.

Foi esse regime hediondo que perdurou por mais de duas décadas no Brasil, torturando, matando, estuprando, reprimindo, cassando direitos. Temos de relembrar, e vigiar, para que jamais se repita. É preciso, sempre, ter ódio e nojo da ditadura.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. **E-mail:** ***sredat.df@dabr.com.br***

Que ninguém esteja lá

Quão emocionante foi ler o relato da Paloma Oliveto no seu texto: Que ninguém esteja lá (**Correio**, 20/2). O brasileiro tem o péssimo costume de só se importar quando "sente na pele". O problema dos outros é do outro. Interpreta-se só o que se vê e sob lentes míopes. É estarrecedor e temerário o crescimento da extrema- direita no mundo. Hoje, fala-se em comunismo como uma pecha, mas, em um país de tantas desigualdades, rechaçamos, principalmente a classe média, qualquer tipo de justiça social. Veja que o avô da jornalista era um militar que não foi poupado. Caso semelhante se deu com o brigadeiro Rui Barbosa Moreira Lima, veterano da Segunda Guerra Mundial que, ao se opor ao regime de exceção, foi preso e torturado nos porões da ditadura. Eles não pouparam ninguém. Calaram vozes, silenciaram famílias e impuseram uma narrativa de um possível inimigo que se sabe lá se existiu. Que os cinemas do mundo estejam por muito tempo lotados para entender um período obscuro da nossa história e reflita sobre os próximos passos da humanidade. Até porque, com o andar dos povos, não sabemos se ainda estaremos aqui.

» **Ricardo Viana**
Brasília

Ainda estou aqui

O filme *Ainda estou aqui* , baseado no romance homônimo de Marcelo Rubens Paiva (2015), narra a história real de uma família atingida pelo terrorismo de Estado durante a ditadura militar brasileira. Arrancado do convívio familiar pelas Forças Armadas, o assassinato do ex-deputado Rubens Paiva (1929-1971) simbolizou mais um ato brutal dos repressivos anos de chumbo. Sua esposa, Eunice Paiva (1929-2018), lutou por mais de 25 anos para conseguir do Estado o atestado de óbito do marido e, com isso, o reconhecimento oficial da lamentável ocorrência. A obra, dirigida por Walter Salles, não é um filme para entretenimento, mas um manifesto reflexivo e doloroso, com um forte apelo à memória e à resistência. Ao reconstituir a violência da ditadura militar e seu impacto devastador na vida da família Paiva, o filme conecta os ecos do passado às ameaças contemporâneas; histórias como a de Rubens Paiva precisam fortalecer o nosso clamor por mais democracia. Não há concessões ao conforto: estamos falando sobre o papel de todos na proteção da liberdade e na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Com dignidade, *Ainda estou aqui* se dispõe a defender os direitos humanos e a construção de um futuro que respeite a memória e aprenda com os erros do passado. São inadmissíveis a repetição de práticas autoritárias e a perpetuação de desigualdades estruturais.

» **Marcos Fabrício L. da Silva**
Asa Norte

Violência

Mas onde está a raiz do problema que leva pessoas como Géssica a deixarem onde moram para viverem em grandes cidades? A resposta está na base, na infância, na escola. A falta de oportunidade desde cedo, a ausência de um sistema educacional eficiente e políticas públicas negligentes empurram milhares de jovens para uma situação de risco. O Estado se omitiu. Deixou de garantir educação, segurança e oportunidade para que Géssica (morta pelo ex, dentro de uma igreja, em Planaltina, no último sábado) e tantos outros precisassem sair de casa para sobreviver. Géssica não teve culpa. Nenhuma vítima, tem. A responsabilidade recai sobre um sistema falho, que não protege, que não acolhe, que não investe onde realmente importa: na formação e no futuro de sua juventude. Enquanto não houver mudanças estruturais, continuaremos a ver histórias como a de Géssica se repetindo sem que nada seja feito para impedir. Não culpem Géssica. Não culpem a mãe de Géssica.

» **Thiago Viana**
Brasília

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

"Vamos aprovar os cassinos no Brasil", anunciou o ministro do Turismo, Celso Sabino. Agora, sim, o crime organizado terá CNPJ.

Joaquim Gomes Silveiral
Taguatinga

Um dia depois de o GDF comemorar homicídio zero no Cruzeiro em 2024, vemos esse crime horroroso na nossa cidade. Os números podem até estar melhorando, mas a sensação de insegurança no Cruzeiro e no resto do DF só piora!

Marlon Barros
Cruzeiro

Motorista de aplicativo é esfaqueada e morta no Cruzeiro. Quem anda a pé não vê polícia nas ruas das redondezas. Aqui no Sudoeste, por exemplo, aumentou muito a quantidade de moradores de rua.

Lucyara Costa
Sudoeste

Xandão, tem muito trabalho aqui no Brasil. Deixe o Trump louquear com Elon Musk e Bolsonaro. Aliás, Bolsonaro tem pouco tempo para ir para Marte com eles.

Denise Reis
Brasília

CORREIO BRAZILIENSE

"Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara"
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Valda César
Superintendente de Negócios e Marketing

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R$ 5,00	R$ 7,00

ASSINATURAS * SEG a DOM
R$ 899,88
360 EDIÇÕES
(promocional)

Assine
(61) 3342.1000 – Opção 01 ou (61)99966.6772 Whatsapp

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.
Consulte a Central de Relacionamento **(3342-1000) ou (61)99158.8045 Whatsapp,** para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE– Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: http://www.correioweb.com.br
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press.
Tel: (61) 3214-1131



D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo – CEP: 70610-901 – Brasília – DF, de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/ sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

Eufrázio

Um tiro no escuro: o retrocesso no controle de armas no Brasil



» MELINA RISSO
Diretora de pesquisa do Instituto Igarapé

No fim de 2024, o governo federal publicou um novo decreto de armas que altera, de forma significativa, as regras do tiro desportivo no país, instituindo a categoria de "atirador desportivo de alto rendimento". O novo texto traz preocupações quanto à segurança pública e ao controle de armas porque desvincula essa nova categoria das regras previamente estabelecidas pelo decreto de 2023, fundamental para conter o crescimento alarmante das armas em circulação no país — que havia disparado no governo anterior — e que representou um importante avanço ao buscar restaurar a racionalidade na política de controle de armas, reintroduzindo limites já bastante generosos e coerentes com o nível de experiência e a participação competitiva dos atiradores.

Até a virada do ano, os atletas eram classificados em três níveis — conforme a frequência em clubes de tiro e a participação em competições — e o acesso a uma maior quantidade de armas, munições e a calibres restritos era limitado a atiradores comprovadamente mais experientes.

Criam-se, agora, lacunas regulatórias que podem comprometer não apenas a prática esportiva, mas também a segurança no país, já que o novo decreto permite que qualquer atirador com um determinado ranqueamento em competições organizadas por confederações ou ligas nacionais possa adquirir até oito armas de calibre restrito, sem a necessidade de cumprir uma progressão gradual de níveis, conforme previa a regulação anterior.

Na prática, o novo decreto transfere a tomada de decisão sobre esses atiradores dos órgãos ligados à segurança (Comando do Exército ou Polícia Federal) para as confederações e ligas nacionais. Ainda não se sabe como o governo resolverá um dos maiores problemas, que é a falta de padronização e transparência dessas organizações que são, atualmente, extremamente heterogêneas. Enquanto algumas confederações são alinhadas a padrões internacionais e apoiam atletas de nível olímpico, outras ligas têm competições de baixo nível técnico, sem relevância para a formação de atletas e nenhum compromisso com a segurança pública.

Portanto, é urgente que a definição dos critérios de enquadramento da nova categoria criada, a de "atiradores desportivos de alto rendimento", a ser realizada pelos ministérios da Justiça e Segurança Pública e do Esporte seja bastante restritiva, abrindo exceção apenas para o esporte de alto rendimento olímpico e paralímpico.

É preciso também que a filiação dos atletas, a organização e a validação das competições e o ranking de desempenho sejam restritos à competência da Confederação Brasileira de Tiro Esportivo (CBTE), que é afiliada ao Comitê Olímpico Brasileiro e à Federação Internacional de Esportes de Tiro (ISSF), órgão que também faz parte do Comitê Olímpico Internacional e é responsável pela organização das atividades de tiro nas Olimpíadas e Paralimpíadas.

Outras confederações de tiro que não correspondem a modalidades olímpicas ou paralímpicas, como as de tiro prático ou tático, assim como ligas independentes ou sem padrões técnicos unificados, devem ser excluídas dessa regulamentação, evitando que haja um novo derramamento de armas de uso restrito na sociedade.

A qualidade e o rigor desse ato por parte dos ministérios federais é o que vai determinar se pessoas com experiência limitada ou duvidosa serão consideradas "atiradores de alto rendimento" e, consequentemente, poderão adquirir armas de maior poder destrutivo.

Em um país como o Brasil, que lidera os índices mundiais de homicídios, além enfrentar um crescente desvio de armas para as mãos de criminosos e de fiscalizar menos de 5% dos acervos de CACs (colecionadores, atiradores e caçadores), qualquer medida que facilite o acesso a armas de fogo deve ser encarada com extrema cautela. Só assim, iremos assegurar o equilíbrio entre o incentivo ao esporte com a proteção à vida e ao bem-estar da população.



Apartheid resort: a fantasia colonialista de Donald Trump



» ROBSON CARDOCH VALDEZ
Doutor em estudos estratégicos internacionais (UFRGS) e secretário de Relações Internacionais da Federação Árabe Palestina do Brasil (Fepal)

O vídeo de Donald Trump que mostra a Faixa de Gaza transformada em um resort de luxo com uma estátua gigante de ouro em sua homenagem é uma propaganda irreal e desumana, principalmente diante de sua proposta colonialista de forçar o deslocamento dos palestinos para o Egito e a Jordânia. Embora apresentada sob a justificativa de proporcionar melhores condições de vida aos palestinos, essa iniciativa ignora aspectos fundamentais da identidade, autodeterminação e direitos humanos desse povo que, de forma destemida, escolheu não abandonar sua terra, a Palestina.

A expulsão dos palestinos desconsidera as graves e notórias violações dos direitos humanos dos palestinos por parte dos sucessivos governos israelenses que já estão sistematicamente documentadas nos relatórios da Human Rights Watch (HRW), da organização israelense B'Tselem e da Anistia Internacional (AI), que classificou como apartheid a perseguição e o tratamento discriminatório impostos por Israel à população palestina, por meio de um "sistema de opressão e dominação". Tudo isso se soma ao parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça que, no ano passado, confirmou a anexação de territórios palestinos por parte de Israel bem como a instrumentalização do regime racista de apartheid contra a população palestina.

Além de apoiar incondicionalmente o genocídio do povo palestino, Donald Trump sinaliza anuência dos Estados Unidos à limpeza étnica dessa população, cuja ligação com a terra é profunda e ancestral. A proposta de realocação em massa não apenas desconsidera esse vínculo, mas também ameaça diluir a identidade palestina, transformando uma questão de libertação nacional em um "problema de refugiados".

A sugestão do presidente norte-americano é tão absurda que nem deveria ser levado a sério, muito menos discutida como solução viável. Tal medida, caso seja implementada, violaria princípios básicos do direito internacional, bem como os direitos humanos fundamentais dos palestinos. Além, é claro, de desconsiderar a complexidade do conflito oferecendo uma "solução" que beneficia exclusivamente os interesses da potência invasora, Israel.

Ao sugerir e defender uma alternativa tão estapafúrdia, o presidente Trump e seus apoiadores nos Estados Unidos, no Brasil e no mundo assumem uma postura não apenas eticamente inaceitável, mas também politicamente irresponsável. Apostam na estratégia de desumanizar ainda mais os palestinos, como é o caso do vídeo postado pelo presidente norte-americano. Buscam convencer a comunidade internacional de que a causa palestina é um "problema" a ser resolvido redistribuindo sua população por outros países.

Do ponto de vista político, a transferência forçada de palestinos para nações vizinhas poderia desestabilizar ainda mais o Oriente Médio. O Egito e a Jordânia já enfrentam desafios internos significativos. Historicamente, ambos os países têm resistido a tais propostas. Contudo, considerando-se que Trump parece estar decidido a instrumentalizar o poderio econômico de seu país como forma de intimidar aliados e adversários, a comunidade internacional precisa, mais do que nunca, estar ao lado dos palestinos na luta pela criação de seu estado livre e soberano.

Por fim, o simples fato de essa ideia estar sendo discutida na arena internacional já representa um retrocesso moral e político. Dessa forma, é crucial considerar que a solução verdadeira para o sofrimento dos palestinos em Gaza não reside em sua remoção, mas na abordagem das causas profundas do conflito. Isso inclui o fim da ocupação ilegal e do apartheid, o levantamento do bloqueio imposto à Faixa de Gaza e a busca por uma solução justa e rigorosa que respeite os direitos dos palestinos à autodeterminação e ao retorno.

É importante ressaltar que Trump nunca sugeriu que Israel cumpra a resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU, que condena a anexação de territórios por meio de guerra, determina que os acordos de paz devam levar em consideração as fronteiras territoriais anteriores à Guerra dos Seis Dias em 1967 e determina a retirada das tropas israelenses de todos os territórios ocupados. Diante de tudo isso, a comunidade internacional deve concentrar seus esforços na promoção de negociações de paz genuínas.

Isso inclui o respeito ao direito internacional e a garantia de que as vozes dos palestinos sejam ouvidas e respeitadas em qualquer decisão que afete seu futuro, como na reconstrução de Gaza, que foi praticamente destruída na incursão assassina das forças ocupantes de Israel, com apoio político, econômico e militar dos Estados Unidos. Adicionalmente, é dever moral de todos condenar as tentativas cínicas de maquiar a proposta desumana de deslocamento forçado de palestinos com um cenário de fantasia, expondo a visão grotescamente colonialista, imperialista e desrespeitosa do presidente norte-americano e seus apoiadores em relação aos palestinos.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960 (Circe Cunha (interina)
circecunha.df@dabr.com.br

Do começo ao fim

Não é de hoje que o sistema capitalista vem sendo combatido de todas as formas possíveis. Algumas dessas batalhas contra o liberalismo na economia são feitas de forma desonesta e sem levar em conta uma simples questão: no quesito aceitação pela humanidade, entre um e outro modelo, o capitalismo não conheceu, até hoje, qualquer outra alternativa que chegue perto dos benefícios para a vida individual e coletiva dos povos.

Elementos como a coletivização, a homogeneização, a uniformização e quaisquer outros que queiram impor a deformação do indivíduo e de sua personalidade vão sempre contra os princípios da natureza humana, mesmo os mais elementares. Ninguém anseia por padronização, ainda mais vinda de cima para baixo.

É certo também que, mesmo nos regimes coletivistas mais ortodoxos, a chamada nomenclatura, representada pelos dirigentes do partido e da nação, não concebem, para si e para os seus, os mesmos princípios que obrigam o povo a seguir. Numa análise rápida, é possível verificar que, entre as principais conquistas materiais alcançadas pelos trabalhadores, todas são fruto de seu trabalho e empenho. Decorrem, diretamente, das possibilidades ofertadas pelo capitalismo, e não das falsas promessas do Estado. O celular, o carro, a televisão, a geladeira e outros bens de consumo, até mesmo a casa própria, são produtos do capitalismo.

Por sua vez, a insegurança, a precariedade na saúde e na educação, a malversação dos recursos públicos, entre outras mazelas, são alguns dos produtos que o Estado tem para oferecer. Os trabalhadores conhecem bem essa realidade. Pagam seus impostos, mas não têm a quem recorrer pela falta de serviços vindos desses impostos. Talvez por isso, o processo de coletivização é sempre feito de forma coercitiva.

Não existe absolutamente nenhum ser humano sobre a terra que, depois de experimentar na carne e na alma um processo de coletivização, queira repetir ou regressar a esse modelo. Dessa forma, é possível verificar que, em nosso caso, o Estado brasileiro faz muita coisa que não deveria e, ao mesmo tempo, deixa de fazer o que seria sua obrigação precípua, o que a nação demanda e a Constituição aponta como prioridade básica.

O Estado brasileiro, do ponto de vista de muitos economistas e pensadores sérios, não deveria estar envolvido em atividades empresariais, subsidiando grupos privados, que, afinal, gera mais lucro para os que estão no poder e seus apaniguados do que propriamente para a população. Também não deve se arvorar em protetor da economia, pois, toda a vez que se mete nesse setor, produz inflação, recessão e outros males. Do mesmo modo, o Estado não pode permitir a existência de supersalários e outras mordomias às quais a população não tem acesso, embora seja ela quem paga por esses mimos vergonhosos.

O saneamento básico, o ensino de qualidade, a saúde pública também de qualidade, além da segurança, seriam as áreas em que o Estado brasileiro deveria atuar de frente, ainda mais em vista da enorme carga tributária que arranca, a fórceps, da população.

Cabe ao Estado administrar, da melhor maneira possível, o sistema de aposentadoria, que, segundo estudos, está à beira da falência nos próximos anos. Como bem observado pelo cientista político Sérgio Abranches: "O Estado brasileiro é um Leviatã anêmico". Outra observação valiosa, dessa vez vinda do economista Eduardo Giannetti, é a de que o dinheiro arrecadado pelo Estado brasileiro deveria ser gasto o mais próximo possível do lugar onde ele é arrecadado. Embora essa seja uma regra de ouro, ela não é respeitada e sequer cumprida.

Com essa pretendida reforma tributária, obrigando a centralização da arrecadação nos cofres do governo, a situação do país irá piorar ainda mais, com uma possível quebradeira de estados e municípios. A centralização da tributação fere de morte o Estado federativo, pois retira dos seus integrantes a possibilidade de caminhar com as próprias pernas. Da mesma forma, o recorrente endividamento de estados e municípios, falsamente negociado a cada governo, decorre dessa situação de centralização dos recursos da União nos cofres do governo.

Outra consequência perversa desse modelo centralizador e perdulário é que quase 80% dos municípios brasileiros são obrigados a viver de mesada da União. Deixar o cidadão no escuro sem saber o quanto paga, para onde vão os recursos e o que retorna para sua região, tem sido a política fiscal de nosso país. Uma política errada do começo ao fim.

A frase que foi pronunciada:

"A economia que não se preocupa com a justiça social é uma economia que condena os povos a isso que está ocorrendo no mundo inteiro, uma brutal concentração de renda e de riqueza, o desemprego e a miséria. (...) Isso é coisa de tecnocrata alucinado, que acha que está tudo ok, e não está nada ok."

Maria da Conceição Tavares

História de Brasília

Não faça de desentendido, sr. Hélio. O que eu disse é que o sr. faturará a defesa do sr. Francisco Laranja Filho, e saiu-se muito mal.
(Publicada em 27/4/1962)

INFLUENCIADORES podem fazer mal

Blogueiros, com suas dicas e informações médicas, são uma ameaça, alertam pesquisadores que analisaram postagens sobre casos específicos e possíveis tratamentos em perfis de influencers nas redes sociais — a maioria sem base científica

» ISABELLA ALMEIDA

Influenciadores digitais têm espalhado informações "esmagadoramente" enganosas sobre exames médicos no Instagram e no TikTok. Um novo estudo da Universidade de Sidney, na Austrália, revelou os perigos das postagens sobre saúde nas redes sociais. O trabalho, publicado ontem na revista *Jama Network Open*, analisou cerca de mil postagens sobre cinco exames controversos promovidos por influenciadores para um público de quase 200 milhões de seguidores. Os resultados mostraram que a maioria das publicações não se baseava em evidências científicas, era promocional, envolvia interesses financeiros explícitos e, além disso, abordava raramente o risco dos exames e tratamentos desnecessários.

Os exames divulgados pelos blogueiros incluíam ressonância magnética de corpo inteiro, avaliações genéticas para câncer, análise de amostras de sangue para testosterona, teste de hormônio antimulleriano — feito para avaliar a fertilidade feminina — e investigação da microbioma intestinal. Os autores alertam que esses exames têm evidências limitadas de benefício em pessoas saudáveis.

"A maioria dessas postagens era esmagadoramente enganosa. Esses exames são promovidos como triagem precoce, mas são desnecessários para a maioria das pessoas", frisou Brooke Nickel, principal autora do estudo e pesquisadora da Faculdade de Medicina e Saúde da Escola de Saúde Pública da universidade.

O estudo revelou que 87% das postagens não mencionaram os riscos desses exames "Eles podem levar a diagnósticos e tratamentos desnecessários, afetando também a saúde mental das pessoas", afirmou a pesquisadora. Nickel citou o exemplo do teste AMH, que é comercializado como uma forma de medir a fertilidade, mas é considerado pouco confiável por especialistas.

A preocupação, segundo a cientista, é que os resultados possam levar a tratamentos de fertilidade caros e desnecessários. Outro que comumente é divulgado é o de testosterona — frequentemente promovido com alarmismo para vender suplementos do hormônio. "A segurança a longo prazo dessa terapia ainda não é conhecida, especialmente em relação à saúde cardiovascular e mortalidade", alertou Nickel.

Freepik



As postagens, em geral, valorizam a experiência pessoal do blogueiro, mas com foco na promoção de si ou do produto e ganhos financeiros

Palavra de especialista

Sem exageros

"Há opiniões sendo formadas a partir de informações vistas nas redes sociais e fornecidas por coaches e influenciadores. Muitas vezes, esses indivíduos não têm formação adequada para passar orientações sérias sobre saúde. Passam orientações e geram práticas perigosas à saúde. O impacto pode ser catastrófico. Essas pessoas não se preocupam com os riscos, muitas vezes acreditam na informação, mesmo sem nenhum embasamento científico. É papel dos profissionais da saúde, sempre baseados em evidências, mostrar aos pacientes que é importante cuidar da saúde e fazer a prevenção de doenças. Mas isso não implica a realização de exames desnecessários ou mal orientados, e definitivamente não significa suplementação ou reposição desnecessárias. O que deve ser feito é o acompanhamento regular, para que um profissional de saúde sério possa realizar essa orientação."

Lucas Albanaz, professor de medicina do Centro Universitário UNICEPLAC e coordenador médico do Hospital Santa Lúcia Gama

Arquivo cedido



Percentual elevado

Os dados do estudo mostraram que 87% das publicações mencionaram benefícios dos exames, mas somente 15% falaram sobre os danos. 6% mencionaram o risco de sobrediagnóstico ou sobretratamento e a mesma porcentagem apresentou evidências científicas sobre os assuntos, ao mesmo tempo que 34% falaram sobre a própria experiência do blogueiro. Além disso, 68% dos influenciadores tinham interesses financeiros ao promover os exames, como parcerias ou patrocínios.

Conforme Daniela Carvalho, gastroenterologista da clínica GastroCentro, o equilíbrio entre incentivar a triagem preventiva para o diagnóstico precoce e evitar o sobrediagnóstico (quando a doença não apresenta sintomas) e tratamentos desnecessários "é um dos maiores desafios enfrentados pelos médicos atualmente. Os profissionais podem encontrar esse equilíbrio, mantendo-se atualizados e adotando uma abordagem personalizada, baseada em evidências, que envolve comunicação aberta com os pacientes e consideração cuidadosa de fatores de risco individuais."

Ray Moynihan, coautor do estudo e professor da Universidade Bond, na Austrália, classificou o cenário como uma "crise de saúde pública". Ele destacou que a desinformação sobre saúde nas redes sociais está agravando o sobrediagnóstico e prejudicando a sustentabilidade dos sistemas de saúde.

Referência profissional

Para Carlos Nunes, coordenador médico geral do pronto-socorro do hospital Anchieta, em Ceilândia, os profissionais de saúde devem atuar como fontes confiáveis de informação, esclarecendo sobre os benefícios e limitações dos exames e tratamentos. "Os exames são de caráter complementar e sozinhos não definem a conduta médica. Além do atendimento clínico, é essencial destacar a importância do papel do médico na educação em saúde, promoção dos pensamentos críticos e desmistificação de informações equivocadas. É necessário ainda, trabalhar em cima do pensamento imediatista dos pacientes sobre procedimentos vendidos com resultado imediato, muitas vezes duvidosos."

Segundo Tânia Torres Rosa, professora do curso de medicina da Universidade Católica de Brasília (UCB) e doutora em clínica médica, o impacto dos influenciadores na saúde dos seguidores é grande e, infelizmente, deletério na maioria das vezes, sobretudo quando se trata de exames. "Sobrepõem-se o interesse financeiro e uma disputa por likes em relação ao significado científico baseado em evidências. Com isso, resultados e dicas acabam desorientando os seguidores e não há conscientização sobre os riscos. O papel dos profissionais de saúde continua o mesmo: conscientizar o público sobre os riscos e benefícios que envolvem, exames e procedimentos, bem como tratamentos clínicos."

Análises mais detalhadas revelaram que postagens feitas por médicos, ou influenciadores sem interesses financeiros, que abordaram evidências científicas, tinham mais chances de ser equilibradas e responsáveis. O grupo agora busca formas de regular melhor esse tipo de conteúdo nas plataformas digitais. Josh Zadro, coautor do estudo, ressaltou que "considerando que plataformas como o Instagram estão deixando de verificar os fatos, a necessidade de uma regulamentação mais rígida se torna urgente".



A necessidade de uma regulamentação mais rígida se torna urgente"

Josh Zadro, *coautor do estudo*

PSIQUIATRIA

Cérebro de esquizofrênicos é diferente

Os sintomas da esquizofrenia variam muito entre os pacientes, agora, um novo estudo da Universidade de Zurique, na Suíça, revela como essas diferenças são vistas no cérebro. Conforme o trabalho, publicado, ontem, na revista *American Journal of Psychiatry*, algumas pessoas acometidas pela doença têm mais distúrbios perceptivos, enquanto outras apresentam mais comprometimentos cognitivos.

"Nesse sentido, não há uma esquizofrenia, mas muitas, cada uma com diferentes perfis neurobiológicos", afirmou Wolfgang Omlor, primeiro autor do estudo e médico do Hospital Universitário de Psiquiatria de Zurique. Para tratar a fundo a condição, as terapias deveriam ser personalizadas conforme o perfil de cada paciente. "Isso requer abordagens que busquem diferenças e similaridades individuais no nível neurobiológico", detalhou Omlor.

Para compreender as diversas faces da esquizofrenia, a equipe de pesquisa examinou as diferenças da estrutura cerebral em pacientes. Os cientistas observaram quais redes cerebrais têm alto grau de individualidade e quais têm um alto grau de similaridade. Eles avaliaram várias características, como a espessura e a área de superfície do córtex cerebral e outras regiões mais profundas do cérebro.

Freepik



O desenvolvimento durante a infância parece ser menos flexível

Os dados avaliados foram obtidos de uma colaboração chamada Enigma — um projeto de pesquisa internacional que combinou informações de imagem de mais de 6 mil pessoas em 22 países. Ao comparar as estruturas cerebrais dos pacientes com esquizofrenia e indivíduos saudáveis, os cientistas observaram as diferenças.

Apesar das estruturas cerebrais variáveis, na esquizofrenia mostraram diferenças nos sintomas entre os pacientes, a semelhança do dobramento cerebral na área médio-frontal sugeriu um traço de desenvolvimento comum em esquizofrênicos. O desenvolvimento cerebral durante a infância pareceu ser menos flexível em pacientes com esquizofrenia, sobretudo em regiões associadas ao pensamento e sentimento.

"Essas descobertas ampliam nossa compreensão da base neurobiológica da esquizofrenia. Embora o dobramento uniforme do cérebro possa indicar possíveis mecanismos de desenvolvimento da doença, regiões com alta variabilidade na estrutura cerebral podem ser relevantes para o desenvolvimento de estratégias de tratamento individualizadas", frisou Philipp Homan, professor da Universidade de Zurique e autor correspondente do estudo.

Editor: José Carlos Vieira (Cidades)
josecarlos.df@dabr.com.br e
Tels. : 3214-1119/3214-1113
Atendimento ao leitor: 3342-1000
cidades.df@dabr.com.br

Covarde em fuga mata motorista de aplicativo

Antônio Ailton, 43, era procurado por agredir a ex-mulher e uma amiga dela, na terça-feira, no Recanto das Emas. Ontem, ele foi preso após assassinar Ana Rosa Rodolfo, 49, com uma faca de serra de cozinha, durante um assalto no Cruzeiro



» DARCIANNE DIOGO
» LETÍCIA MOUHAMAD
» MARIANA SARAIVA

Assassinada em plena luz do dia, Ana Rosa Rodolfo de Queiroz, 49 anos, era uma "mulher trabalhadora e corajosa", como definiu uma pessoa da família que, diante da emoção, preferiu não se identificar. A motorista de transporte por aplicativo morreu ao ser esfaqueada durante um assalto, na Quadra 4 do Cruzeiro Velho, nesta quarta-feira. O suspeito do crime é Antônio Ailton da Silva, 43, um ex-pastor procurado pela polícia sob a acusação de tentar matar a ex- mulher e uma amiga dela, na terça-feira, no Recanto das Emas. O homem foi preso minutos após o crime, depois de ser perseguido por populares no Sudoeste.

"Ela (Ana) saía de casa ainda de madrugada para trabalhar. Preferia dirigir no Plano Piloto, porque dizia que era mais seguro. Estava fazendo faculdade de terapia ocupacional", contou a familiar. A motorista, que foi candidata a vereadora em Valparaíso de Goiás, onde morava, deixa o esposo, com quem era casada havia mais de 20 anos, e dois filhos, de 23 e 14 anos.

Ana teria atendido a uma solicitação de corrida em Brasília, com destino a Valparaíso, no Entorno do DF, município onde Antônio também mora. O local exato de onde o suspeito solicitou a corrida não foi confirmado pela polícia, nem se a solicitação ocorreu por um aplicativo ou de maneira informal. No Cruzeiro, Antônio anunciou o assalto, supostamente com a intenção de roubar a bolsa da vítima. A mulher teria reagido, momento em que foi esfaqueada no pescoço, com uma faca de serra de cozinha. Após ser atacada, ela perdeu o controle e bateu o carro.

A dona de uma banca de jornais contou à polícia ter escutado um forte barulho de batida em frente à loja. Quando olhou, viu Antônio saindo do veículo às pressas. A testemunha afirmou ter conversado com a mulher antes de ela morrer. Agonizando, Ana teria dito que trabalhava como motorista de aplicativo e que tinha sido vítima de um assalto.

Ed Alves/CB/D.A Press



Ana teria atendido a uma solicitação de corrida em Brasília, com destino a Valparaíso (GO), no Entorno do DF, onde Antônio mora

Material cedido ao Correio



Antônio possui três passagens por crimes de violência doméstica

Fuga e ataque

Após assassinar a motorista, Antônio fugiu, mas foi perseguido por populares, que gritavam na rua: "Pega, ladrão". Um sargento do Exército passava pela Feira Permanente do Cruzeiro, quando viu o suspeito passar correndo, vestido de terno e com uma pasta nas mãos. Uma caminhonete passou e o motorista gritou para o militar: "É ladrão. Ele roubou uma mulher".

O sargento seguiu Antônio e deu ordem de parada, mas o assassino o atacou com uma faca. Depois, voltou a correr e a falar palavras desconexas, dizendo: "Eu fui roubado. Me roubaram R$ 1 mil". O militar tentou conversar, mas o suspeito, novamente, tentou agredi-lo.

O sargento disparou com um revólver contra o chão e Antônio correu em direção ao Sudoeste. Ele passou pelo terminal do Cruzeiro e cruzou a avenida da Jaqueira, quando foi abordado e preso pelas equipes da PM. A fuga foi registrada por uma câmera de segurança instalada na rua.

Revolta

Em frente à 3ª Delegacia de Polícia (Cruzeiro), que investiga o caso e para onde o suspeito foi levado, o clima era de indignação. Ao menos 30 motoristas de transporte por aplicativo buzinaram em protesto ao assassinato de Ana Rosa. Entre eles, estava Camila Cristina, 31, motorista de aplicativo há dois anos.

"Fico arrasada, porque trabalhamos na rua todos os dias para levar o sustento da nossa família. Carregamos pessoas que sequer conhecemos. Minha mãe, que é uma senhora, viu a reportagem sobre o assassinato na tevê enquanto almoçava e ficou em choque, pois poderia ter sido eu", lamentou a motorista.

Amigo de Rosa, Manoel Scooby, 47, chegou abalado à delegacia. Também motorista de aplicativo, ele disse não acreditar na tragédia. "Conheço ela (Ana) desde 2017, era motorista 'das antigas'. Fazíamos protestos e íamos à Câmara Legislativa apresentar proposta", contou. O assassinato de Ana Rosa é tratado como flagrante de latrocínio.

A Uber informou que a última viagem de Ana pela plataforma foi concluída normalmente e que, portanto, não há indício de que o caso tenha relação com a empresa. "É importante verificar com outras plataformas, mas pode ser que o criminoso tenha abordado a vítima de outra forma, e não com um usuário de app."

A vítima

Ana Rosa Rodolfo de Queiroz Brandão, 49, era natural de Cristalina (GO) e morava em Valparaíso (GO). Começou a trabalhar como motorista de aplicativo após ser demitida de um cargo comissionado. Ela foi candidata à vereadora em 2020 e deixa o esposo e dois filhos, de 23 e 14 anos.



Reprodução/Redes sociais

Agressivo e ardiloso

» BRUNA PAUXIS

"Um pesadelo", foi a frase usada pela ex-mulher de Antônio, atacada por ele, para descrever as agressões do ex-esposo contra ela e uma amiga, na madrugada de terça-feira, um dia antes do ex-pastor assassinar a motorista de aplicativo. "Ele me enforcou, quase me matou. Foi uma coisa terrível, eu nasci de novo", contou a vítima.

Antônio e a vítima foram casados por cerca de um ano e moravam em Valparaíso de Goiás. O ex-pastor de uma igreja evangélica do município teria começado a usar drogas e a beber, motivo que levou a mulher a dar um ponto-final na relação. A vítima deixou a casa e alugou um barraco ao lado da residência da amiga, no Recanto das Emas. No dia do crime, ela dormiu no imóvel da colega, uma idosa de 66 anos.

Antônio esperou a dona da casa ir para o quarto e aproveitou o momento para invadir o cômodo onde estava a ex-mulher. A vítima, então, foi dormir no sofá da sala e relatou à polícia ter despertado com Antônio por cima dela. Segundo o delegado Fernando Fernandes, chefe da 27ª DP, a mulher fingiu-se de morta para escapar das agressões.

Após o ataque, o homem se dirigiu ao quarto da dona da casa, bateu na porta e pediu socorro, alegando que a ex estaria passando mal e precisava de ajuda. A mulher abriu a porta e foi surpreendida com murros. Enquanto tentava desvencilhar-se das agressões, desmaiou e acordou por volta das 4h. Antônio já havia fugido.

O delegado afirmou que o suspeito é "ardiloso", o que tornou o seu rastreio difícil. "Ele não usava redes sociais, não andava com celular, evitava fotos, o que dá a entender que ele pode estar sendo procurado em outra unidade da federação", detalhou Fernando Fernandes, acrescentando que o homem possui três passagens em seu estado de origem, Pernambuco, por crimes de violência doméstica.

Ao ser preso, em depoimento, Antônio aparentava estar sob efeito de drogas ou álcool. "Ele (Antônio) tentava falar algumas passagens bíblicas, inventava histórias e dizia ter sido vítima de assalto", disse Fernandes.

José Albuquerque/CB/D.A Press



Richard Alves, 25 anos, é motorista de aplicativo há cinco anos

Rotina de medo nas ruas da capital

» JOSÉ ALBUQUERQUE*

Dilson Nilmar, 59 anos, morador de Samambaia, é motorista de aplicativo e roda 13 horas por dia. Ele considera a profissão arriscada para o condutor. "Tomo muito cuidado, observo onde o passageiro está, a nota no aplicativo e o horário da corrida. Se por algum motivo desconfiar de algo, cancelo e vou embora. Não vale a pena correr riscos por um valor tão ínfimo", completou.

O motorista cobra mais medidas de segurança, mas se mostra desesperançoso com a postura das empresas de transporte em relação a políticas trabalhistas. "As plataformas não querem saber dos motoristas, eles nunca vão fazer nada por nós. É mais fácil tirarem os benefícios que já existem", reclamou.

Para ele, uma possível solução para tornar o trabalho mais seguro seria uma política de "nada consta" para o cadastro de passageiros. "Assim como é exigido dos motoristas, tinha que exigir dos passageiros. Eu me sentiria mais seguro sabendo que a pessoa que eu transporto não tem antecedentes criminais", disse.

Richard Alves, 25, é motorista de aplicativo há cinco anos e já fez mais de 15 mil corridas. Entre elas, uma o deixou apreensivo enquanto trabalhava. "Aceitei uma corrida de madrugada e no perfil que pediu a viagem constava uma mulher. Quando cheguei, era um homem que tinha aproximadamente a minha idade. Quando ele entrou no carro, percebi que portava uma tornozeleira eletrônica. Fiquei com medo, mas não cancelei a corrida. Graças a Deus, tudo correu bem", lembrou o motorista.

Ele afirmou que o maior critério de avaliação para segurança nas plataformas em que opera é a nota do passageiro no aplicativo. "A nota dá uma referência de como vai ser a corrida. Se for menos de 4,70, é dor de cabeça na certa", esclarece.

Ele vê no reconhecimento facial um caminho para aumentar a sensação de segurança no trabalho. "Um sistema onde a corrida só fosse validada com o reconhecimento seria o ideal. Resolveria o problema dos perfis sem foto, que são o maior motivo de cancelamento de corrida por parte dos motoristas, além da questão de terceiros pedirem corrida, o que facilita que delitos sejam cometidos, já que não tem forma de rastrear dados de quem cometeu o ato, só de quem pediu a viagem", concluiu.

*** Estagiário sob a supervisão de Eduardo Pinho**

Eufrázio



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

Roberto está aqui

Erasmo Carlos voltou a despertar atenção por causa da canção *É preciso dar um jeito, meu amigo*, parceria com Roberto Carlos, perfeita no alvo, no ponto de vista e no tom para a trilha sonora de *Ainda estou aqui*, filme que tocou no coração de milhares de pessoas pelo mundo com a luz humanista de Walter Salles. Se tivesse encomendado uma trilha, ela não sairia tão perfeita.

Traduz com precisão a dramaticidade da personagem Eunice Paiva, uma mãe-coragem serena, que enfrenta uma série de desafios para amparar a família devastada depois que o marido, Rubens Paiva, é retirado de casa, preso, torturado e morto pelo regime militar.

Embora tenha composto canções modernas e eternas, eu tinha a imagem de um Roberto Carlos alienado e alheado das questões sociais. Por isso, ele surpreendeu a mim e a todos quando, em 1971, período mais duro do regime militar, compôs, em parceria com Erasmo Carlos, *Embaixo dos caracóis dos seus cabelos*, pungente canção de exílio em homenagem a Caetano Veloso.

Certo dia, Roberto apareceu com a esposa, Nice, em Londres, na casa em que Caetano morava. Pediu um violão e cantou a música: *Você olha tudo e nada lhe faz ficar contente/Você só deseja agora voltar pra sua gente*.

Chorei as tais lágrimas de esguicho de que falava Nelson Rodrigues quando ouvi a música. E absolvi Roberto de uma série de omissões e alienações. Caetano devolveu a gentileza com *Como dois e dois igual a cinco*, que expressava o sentimento de absurdo de ser apartado do país que amava. E, que por sinal, está também na trilha sonora de *Ainda estou aqui*: *Tudo vai mal, tudo/Tudo é igual quanto canto e sou mudo…*

Caetano Veloso fez *Força estranha*, uma das mais lindas canções dedicadas ao cantor capixaba. Em 1978, ele esbarrou em Roberto Carlos num corredor da Tevê Globo e cada um se admirou da jovialidade do outro, apesar dos cabelos brancos. Roberto disse que os artistas vivem em outra dimensão do tempo. Foi o mote para *Força estranha*: *Eu vi os cabelos brancos na fronte do artista,/o tempo não para e, no entanto, ele nunca envelhece…/Por isso, esta força me leva a cantar/Por isso, essa força estranha no ar.*

Com o destaque do filme, Roberto Carlos concedeu uma rara entrevista ao jornal Extra, em que celebra a repercussão de *É preciso dar um jeito, meu amigo*, composta em 1971, no ápice dos chamados anos de chumbo do regime de exceção. Com a rebeldia ingênua da Jovem Guarda, Roberto e Erasmo nunca estiveram na mira da censura. Mas eles tinha o sentimento do mundo, diria Drummond.

Na citada entrevista, Roberto lembra que numa noite em que compunha com Erasmo, em determinado momento, começaram a falar de questões gerais do Brasil e ele comentou: é preciso dar um jeito, meu amigo. Erasmo replicou a frase, então Roberto sacou: "Isso pode ser tema de uma música. É preciso dar um jeito, meu amigo".

A melodia nasceu ali e a letra começou a se esboçar a partir do mote da conversa e ficou pronta em um novo encontro. De minha parte, foi muito bom saber que Roberto Carlos não se calou ante a violência. Fez uma manifestação elegante, corajosa e serena, que ecoou na voz de Eunice Paiva e reverberou pelo mundo com o sucesso de *Ainda estou aqui*.



Uma das vítimas dos tiros disparados pelo delegado Mikhail Rocha Menezes, em 16 de janeiro, a empregada doméstica recebeu alta, depois de mais de um mês no Hospital de Base. Apesar das dificuldades financeiras, ela mantém o otimismo

A perseverança e a fé de Oscelina

» LETÍCIA GUEDES
» LARA PERPÉTUO

Era manhã de quinta-feira, 16 de janeiro, quando a vida de Oscelina Moura Neves de Oliveira, até então empregada doméstica na casa do delegado da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) Mikhail Rocha Menezes, sofreu uma reviravolta. Durante o expediente, na casa localizada em um condomínio no Setor Habitacional Tororó, o policial atirou contra a mulher, Andréa Rodrigues Machado, de 40 anos; e Oscelina, 45. No mesmo dia, ele também atacou outra mulher, a enfermeira Priscilla Pessoa, 45, dentro de um hospital particular.

Oscelina passou mais de um mês internada, principalmente na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital de Base, para tratar os graves ferimentos. Esta semana, ela teve alta e recebeu o **Correio**, numa casa simples e bem organizada. Mesmo diante do tormento por que passou desde o dia da tragédia, Lika, como é chamada pelos mais próximos, não conteve a alegria que sentia por estar viva.

Ao lado da mãe, que veio do interior da Bahia para cuidar da filha depois do crime, Lika se mostra otimista, apesar das dificuldades físicas e financeiras que vem passando. "Olha, pessoal, eu já estou ficando de pé", fez questão de mostrar à equipe de reportagem ao se levantar da cama em que estava sentada.

"Eu voltei de lá diferente", disse Lika sobre o período em que passou no hospital e sobre o impacto que o acontecimento teve na própria fé. Evangélica, ela canta um louvor que descreve a recuperação que atravessa: "Eu quero ser um vaso novo, moldado pelo Senhor, com a mensagem de amor e esperança, aonde e para onde eu for". Ela diz que rezou bastante durante o período em que ficou internada e que sente, hoje, que a religião a preparou para a tragédia provocada pelo ódio de uma pessoa armada.

Antes do episódio, Lika praticava corrida diariamente, e acredita que a resistência obtida por meio da atividade física a ajudou a se recuperar. "Deus já estava preparando o meu físico", afirma. "Se, hoje, eu estou aqui de pé, é porque todos os dias Ele me jogava da cama para eu fazer 10km de caminhada."

É por meio da religião, também, que ela se reergue psicologicamente. Todos os dias, lê a Bíblia junto ao marido e considera a sobrevivência um milagre. Bem-humorada, demonstra felicidade por estar viva e gratidão pela equipe médica que a assistiu. "Eu falei para o meu esposo: 'Meu amor, eu vou sair daqui desse hospital (por causa de) todas essas pessoas'", relembra.

Lika diz que sentiu muita falta de casa quando estava internada e que às vezes chorava muito. Ficar longe dos três filhos, de 14, 18 e 22 anos, foi uma tristeza, ela conta, mas também era "uma das melhores alegrias" quando eles a visitavam — principalmente o mais velho, com quem ela não falava mais e se reconciliou após a tragédia. O caçula estava na casa dos patrões no momento do crime.

Depois da volta ao lar, Oscelina admira, pela janela do quarto, a "orquídea mais rara do mundo", que cultiva no quintal, e as flores do vestido com o qual um dos filhos a presenteou. Ela diz que, durante os 40 dias que passou internada, sentiu saudade da liberdade de poder ver as plantas e a casa, das quais cuida com tanto amor. "Quando eu sarar, eu vou fazer caminhada", planeja. Passear de carro e ir à igreja todos os dias também estão entre os planos.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Ao lado da mãe, Ana Moura, Oscelina manifestou a alegria de voltar para casa e disse que considera a sobrevivência um milagre

Reprodução/TV Band



Mikhail ficou internado na ala psiquiátrica do Hospital de Base

Ed Alves/CB/DA.Press



O delegado também atirou em enfermeira de um hospital

O caso

O acusado, Mikhail Rocha, 46 anos, é delegado da PCDF e estava afastado das atividades por problemas de saúde mental à época do crime. Ele atirou contra Oscelina e contra Andréa dentro de casa, diante do filho do casal, de 7 anos, e do filho mais novo da empregada, de 14, que a acompanhava no trabalho aquele dia. Após os disparos, Mikhail saiu de casa com o filho, que passava mal ao presenciar a tragédia, e tentou comprar um celular no shopping Gilberto Salomão. Depois, foi até o Hospital Brasília e exigiu atendimento para a criança, que vomitava sem parar. O delegado estava armado, ameaçou contar até cinco para receber atendimento, mas antes de finalizar a contagem atirou contra a enfermeira Priscilla Pessoa. As três mulheres sobreviveram aos disparos.

Mikhail Rocha foi capturado no mesmo dia do crime. Ele foi conduzido à Divisão de Controle e Custódia de Presos (DCCP), onde passou por uma triagem médica e foi encaminhado para a ala psiquiátrica do Hospital de Base, em que ficou internado por oito dias. A prisão em flagrante foi convertida em preventiva, e o delegado responde por três tentativas de feminicídio. Ele foi transferido para a carceragem da Polícia Civil, no Complexo da PCDF, onde aguarda transferência para o Complexo Penitenciário da Papuda.

Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: *cidades.df@dabr.com.br*

Sepultamentos em 26 de fevereiro de 2025

» Campo da Esperança

Adeílton Dias Soares, 64 anos
Agostinha Xavier Ramos de França, 90 anos
Benjamin Pestana Alves, menos de um ano
Bernadeth Cândida da Silva Freitas, 89 anos
Eber Marques Rio Lima, 46 anos
Efigênia Gomes Alves, 81 anos
Elenita Cruz Vaz, 82 anos
Genilda Pereira da Silva, 73 anos
Israel Gomes da Silva, 86 anos
Jorge Henrique Campos Romero, 62 anos
José de Ribamar Filho, 84 anos
José Paulo de Oliveira e Souza, 84 anos
Maria da Conceição Fernandes, 83 anos
Maria Quaresma da Cruz Pimentel Neto, 68 anos
Ronaldo Mendonça de Alcântara, 56 anos
Samuel Ananias Caruso, menos de um ano
Sinoeste Antônio Fraga, 73 anos
Wesley da Costa Oliveira, 30 anos
Zélia Maria Gomes Barreto, 86 anos

» Taguatinga

Ágata Almeida Furtado, menos de um ano
Brayan Henrique de Jesus, menos de um ano
Carlos Eduardo Soares de Sousa, 46 anos
Damiana de Santana Monteiro, 88 anos
Edimundo Paixão Borges, 90 anos
Geneci Pereira Amor, 73 anos
Gilson Alves Brandão, 60 anos
Jocelina Maria da Ilha Campos, 84 anos
José Amaral Corrêa Inocentes, 66 anos
José Medeiros, 77 anos
Luís Guillermo Silva Castro, 51 anos
Maria de Fátima dos Santos Silva, 66 anos
Maria Evarista, 88 anos
Maria Francisca Lacerda, 86 anos
Maria Irene Silva Freitas, 85 anos
Pedro Avelino Barreto, 97 anos
Raimunda Alves da Silva, 77 anos

» Gama

Dely Batista Figueredo Silva, 41 anos
Elisângela Ferreira Magalhães Silva, 53 anos
José Pereira da Silva, 76 anos
Maria do Carmo Gomes da Silveira, 78 anos

» Planaltina

Nayara Michnik Afonso, 36 anos

» Brazlândia

Cecília Umbelina Pereira, 83 anos
José Ferreira de Almeida, 85 anos
Paulo Fernandes da Silva, 65 anos
Raimunda Brito de Oliveira, 75 anos

» Sobradinho

Thaíse Santos Dourado, menos de um ano
Walter Carlos de Lima, 63 anos

» Jardim Metropolitano

Mateus Rodrigues Linhares, 28 anos
Floripes Ferreira da Silva, 94 anos
Cremações:
Maria Silveira Lima, 80 anos
Ivan de Carvalho Souza, 77 anos

Eufrázio

Eixo Capital

ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Ibaneis, de investigado a testemunha de acusação

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Depois do afastamento por 64 dias no início de seu segundo mandato, busca e apreensão em seu escritório de advocacia e intervenção na segurança pública, o governador Ibaneis Rocha (MDB) foi liberado das investigações sobre possível omissão ou participação nos atos de invasão e depredação dos prédios na Praça dos Três Poderes. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) manifestação pelo arquivamento do inquérito sobre a trama golpista do 8 de janeiro de 2023 na parte relacionada a Ibaneis. No parecer, Gonet diz que a Polícia Federal revirou os computadores, telefones e quebrou sigilos do governador, mas não encontrou elementos que o incriminem, tanto evidências de dados tenham sido suprimidos de seus equipamentos. Ibaneis, então, deixa de ser investigado e, agora, é apenas testemunha de acusação, arrolada pelo próprio Gonet, na denúncia apresentada na semana passada contra Jair Bolsonaro e outras 33 pessoas, entre militares e outros aliados do ex-presidente, que teriam atentado contra a democracia.

Arquivo pessoal



Almoço de paz

Em meio a uma disputa por espaço, Ibaneis Rocha agiu como bombeiro para apagar o incêndio na relação entre a vice-governadora Celina Leão (PP) e o deputado federal Rafael Prudente (MDB). Um almoço, ontem, selou a paz. Prudente não esconde do grupo que gostaria de ter mais participação na chapa majoritária para 2026. Nada foi definido, segundo interlocutores dos três políticos, mas o caminho para a paz está aberto. A divisão atrapalha a todos do grupo.

Divulgação



Projeto defende PDAF Universitário

O modelo de autonomia financeira e agilidade na resolução de demandas corriqueiras das escolas do ensino básico, o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF), pode ser incorporado às instituições públicas de ensino superior da capital federal. É o que propõe o vice-presidente da Câmara Legislativa, deputado distrital Ricardo Vale (PT), que apresentou nesta semana o Projeto de Lei para a criação do PDAF Universitário. A proposta busca garantir mais autonomia financeira às instituições públicas de educação superior do DF, como a Universidade do Distrito Federal (UnDF) e a Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS), por meio de repasse de recursos de emendas parlamentares e outras fontes para investimentos diretos na melhoria do ensino e da infraestrutura acadêmica. Com o projeto protocolado, a proposição segue para tramitação nas comissões da Casa e, posteriormente, votação no plenário.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Mais de 97% dos cidadãos estão satisfeitos com serviços do MPDFT

Na mais recente pesquisa de satisfação realizada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), 97,62% dos entrevistados afirmaram estar satisfeitos com o atendimento recebido na instituição. Os números referem-se ao período de agosto de 2024 a janeiro de 2025. Os cidadãos destacaram a gentileza no atendimento como o item mais bem avaliado, com uma nota de 4,88. Os demais itens também obtiveram notas elevadas, como clareza nas informações prestadas (4,81), facilidade nos canais de atendimento (4,73) e qualidade do espaço físico (4,83). "É o resultado de um esforço conjunto e do compromisso público que orienta nossa atuação e nos faz buscar, cada vez mais, o alcance da excelência na prestação de serviços, por meio da garantia dos direitos da população do Distrito Federal", acredita o procurador-geral de Justiça do DF, Georges Seigneur.

Plantão carnavalesco



Pedro Santana/CB/D.A Press

O procurador distrital dos Direitos do Cidadão, José Eduardo Sabo Paes, vai passar o carnaval fiscalizando a folia. Ele vai circular por vários pontos da cidade para fiscalizar os eventos de carnaval e visitar o centro de inteligência da Secretaria de Segurança Pública para verificar as ocorrências. Equipes do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) vão distribuir materiais da campanha "pedi pra parar, parou", contra a importunação sexual.

Hugo Batista/Divulgação



Tecnologia no lugar de CPI

O deputado Joaquim Roriz Neto (PL) criticou a abertura de mais uma CPI na Câmara Legislativa e sugeriu a compra de drones aquáticos para limpeza do Rio Melchior, entre Ceilândia e Samambaia. O importante curso d'água sofre com o despejo de lixo e de dejetos, comprometendo o abastecimento da capital, além de afetar o meio ambiente, o que levou a deputada Paula Belmonte a pedir a abertura da CPI do Melchior. Roriz Neto questionou a morosidade e a eficácia de uma CPI. "Precisamos investigar os culpados, mas, sobretudo, resolver o problema", afirmou. Segundo o distrital, o sistema de drones utiliza nanotecnologia para limpeza de rios, córregos e lagos e cada dispositivo pode coletar de 300 a 500 kg de resíduos por viagem. Conforme estudo técnico, seis robôs seriam suficientes para limpar o Melchior. Os equipamentos custariam cerca de R$ 1 milhão ao GDF.

Divulgação/TCDF



TCDF e o setor produtivo

O presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), desembargador de contas Manoel de Andrade, foi recebido em reunião com a diretoria da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio-DF), nesta semana, para um bate papo sobre a atuação do TCDF e os desafios do setor produtivo no DF. O encontro contou com a presença do presidente da federação, José Aparecido Freire, dos vice-presidentes, diretores e conselheiros da entidade. Os empresários também abordaram questões como mobilidade urbana, dificuldades no transporte de trabalhadores do comércio e da indústria, congestionamentos, os Planos Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), a regularização fundiária, o aumento do custo dos insumos e a expansão do metrô.

Alex Bandeira/Divulgação



Diálogo, sem recuo

O presidente da OAB-DF, Paulo Maurício Siqueira, recebeu ontem uma visita dos presidentes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Frederico Mendes Júnior, da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), Tarcísio José Sousa Bonfim, e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Edilson de Sousa Silva. Eles pediram uma reunião para apresentar os seus argumentos a favor da manutenção da Resolução 375/23 do TCDF, que permitiu o pagamento de gratificações retroativas a conselheiros e procuradores da corte, mas que a OAB/DF vai contestar em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI). "A OAB/DF, ao receber as entidades, com respeito constitucional, demonstra sua disposição em dialogar e considerar diferentes pontos de vista, mas mantém firme o seu questionamento sobre a legalidade das gratificações e ingressará com a ADI", comentou Poli, após o encontro.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | **CLÁUDIO ABRANTES** | SECRETÁRIO DE CULTURA

Abrantes disse que, em 2025, o GDF investiu R$ 8,5 milhões nos desfiles de blocos. Ano que vem, haverá patrocinadores

"Queremos 2 milhões de foliões"

» LUIZ FELLIPE ALVES*

*O crescimento do carnaval e a retomada de projetos audiovisuais, no DF, foram temas tratados, ontem, pelo secretário de Cultura, Cláudio Abrantes, no programa CB.Poder — parceria entre o **Correio Braziliense** e a TV Brasília. Ele disse que, em 2025, o GDF espera ter 2 milhões de foliões nas ruas brasilienses. Abrantes também abordou a construção da sede do Instituto Athos Bulcão e falou sobre uma obra, de Oscar Niemeyer no Morro da Capelinha.*

Guilherme Felix/CB/D.A Press



Aponte, aqui, a câmera de seu celular e assista à entrevista completa

Houve aumento de blocos de carnaval, em 2025, no DF. Como será esta edição?

Além dos 62 blocos de rua, ainda temos os "Territórios Folia" (áreas definidas pelo GDF para o desfile de blocos carnavalescos). A seleção foi feita a partir de critérios definidos pelo Comitê Permanente do carnaval, instituído em 2024. De 2023 para cá, o investimento aumentou. Em 2023, eram usados recursos do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) e agora utilizamos recursos do próprio Fundo 100. Para esta edição, foram investidos R$ 8,5 milhões.

Qual é o retorno esperado?

Ano passado, tivemos cerca de 1,5 milhão de pessoas nas ruas do DF, queremos atingir a marca de 2 milhões de pessoas para esta edição. Recentemente, tivemos uma pesquisa da Conferência Nacional do Comércio a qual diz que a movimentação no carnaval será de R$ 320 milhões, gerando emprego e renda para muitos comerciantes e ambulantes.

Como está o planejamento para parcerias com empresas privadas?

O carnaval de Brasília tem sido visto com outros olhos por quem está fora. Nosso intuito é continuar trabalhando para, ano que vem, trazer a iniciativa privada como apoiadora do carnaval. A ideia é trazer empresas para patrocinar o carnaval daqui, unindo o patrocínio ao recurso público. Isso permite que haja ampliação de blocos e do evento.

Como avalia o impacto do Oscar a que Fernanda Torres está concorrendo? E teremos polo de cinema?

(Sobre o Oscar,) avalio como algo esperado, mas que veio de maneira tardia. Aqui, no DF, retomamos um edital do FAC para o audiovisual e esperamos investimentos do governo federal para o próximo ano. Retomamos, inclusive, o investimento no Cine Brasília, que tem um contrato com uma instituição especializada em gestão de cinemas. Assim como o festival de cinema, que também resgatamos por um contrato de três anos. Atualmente, temos uma entrada simbólica de R$ 5, e oferecemos tela 4k e uma sala enorme para os visitantes. Sobre o polo de cinema, no governo anterior, houve um acordo para doação de um terreno, na região da terceira ponte, para a construção de um polo audiovisual. Esse acordo não foi para frente, então, retomamos o polo de cinema com um projeto para a reforma, em parceria com a Universidade do Distrito Federal.

Como está o projeto da sede da Fundação Athos Bulcão?

Quando chegamos à secretaria, resgatamos esse processo junto à presidência da fundação. Fizemos um estudo jurídico vendo essa possibilidade. Também fizemos uma consulta à Procuradoria Geral do Distrito Federal, que nos deu um caminho a ser seguido. Não estamos falando de uma doação, e sim de uma concessão que está na fase final. Temos uma reunião no início de março para realizar esses últimos ajustes com a procuradoria. Espero que possamos corrigir essa falha com o Athos Bulcão.

Sobre o projeto de Oscar Niemeyer para uma capela no morro da Cruz. Como seria realizado?

Foi apresentado um projeto para a construção de um monumento no Morro da Capelinha, onde acontece a Via Sacra. Estamos trabalhando, inicialmente, na parte jurídica, porque o Morro da Capelinha é um espaço privado, mas a Via Sacra é registrada como patrimônio cultural imaterial. Esse assunto, obviamente, tem que ser discutido com a paróquia de São Sebastião. A gente entende que esse seria um ganho extraordinário para o espaço que é maravilhoso.

***Estagiário sob a supervisão de Manuel Martinez**

» **LEIA MAIS** sobre o carnaval nas páginas 17 e 18

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90002/2025

Processo nº 50000.021817/2024-75 - Objeto: Contratação de Solução de Hiperautomação, visando a implantação da Rede Nacional de Dados de Transportes – RNDT, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Recebimento das Propostas: no site www.gov.br/compras, a partir de 27/02/2025 às 8h, com início da disputa de preços às 09h do dia 18/03/2025 no site www.gov.br/compras. Local de disponibilização do edital: no endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, Térreo, Ala Oeste, Sala 5 - Brasília /DF, das 8h às 12h e das 14h às 18h ou PNCP ou endereço eletrônico www.gov.br/transportes/pt-br.

VINÍCIUS CARVALHO REIS
Coordenador de Licitações e Contratos

Eufrázio

Capital S/A

SAMANTA SALLUM
samantasallum.df@cbnet.com.br



Enquanto houver vontade de lutar haverá esperança de vencer
Santo Agostinho

Festa dos 65 anos de Brasília será organizada como grande evento turístico

Renato Alves/Ag Brasília



O governador Ibaneis Rocha marcou presença na primeira reunião do Lide Brasília — Grupo de Líderes Empresariais realizada neste ano. Fez questão de cumprimentar o ministro do Turismo, Celso Sabino, que, ontem, foi o palestrante convidado do evento. Ibaneis aproveitou para anunciar que a comemoração pelos 65 anos de Brasília, em 21 de abril, será um grande evento com atrações especiais para atrair turistas de todo o Brasil. "Será um momento de muita alegria, de muita prosperidade para o turismo", ressaltou. Desde 2019, houve aumento de 40% de turistas visitando à capital da República. Por isso, a organização do evento está sendo liderada pela Secretaria de Turismo do GDF, e não pela de Cultura.

Articulação com a CBF

Ibaneis destacou a qualidade do Aeroporto JK e da rede hoteleira. "Isso contribui muito para o turismo do DF, que está entre os 30 destinos mais procurados do mundo. E temos uma segurança na cidade que garante a realização de grandes eventos. Temos trabalhado para trazer mais eventos. E o próximo que está para acontecer: o jogo da seleção, que conseguimos trazer para cá graças a uma boa articulação que temos com a CBF", ressaltou.

Parceria

Ibaneis elogiou a atuação do ministro Celso Sabino e agradeceu a parceria: "Ele não deixa de atender um telefonema, de responder uma mensagem, de se colocar à disposição, tanto do governo do Distrito Federal quanto dos secretários de turismo de todos os estados." Sabino reforçou a vocação e o potencial turístico de Brasília. "Estamos realizando todas as parcerias, queremos sempre apoiar nossa capital da República e especialmente no aniversário da cidade", destaca.

Rayra PaivaDivulgação



Criação do ministério

Paulo Octávio, presidente do Lide-DF, lembrou toda a mobilização que foi realizada para a criação do Ministério do Turismo, da qual participou intensamente. "Sou apaixonado pelo setor e tive o privilégio de fundar, na Câmara dos Deputados, a Comissão de Turismo, em 1998. E, quando houve a eleição para presidente de 2002, fizemos um livro sobre o turismo. Apresentamos aos candidatos, inclusive, ao presidente Lula. Quando ocorreu sua primeira vitória, postulamos a criação do ministério. E aí ele nasceu , graças à força do Congresso Nacional", contou. Paulo Octavio recebeu uma homenagem especial no evento, pelo seu aniversário, que foi dia 13. Teve parabéns, com direito a bolo e vela pata apagar.

Presenças

A vice-governadora Celina Leão; o presidente do **Correio Braziliense**, Guilherme Machado; os secretários do GDF: Cristiano Araújo (Turismo) e José Humberto Pires de Araújo (Governo); o presidente do Tribunal de Contas do DF (TCDF), Manoel de Andrade; parlamentares; e a presidente da Abav, Ana Carolina Medeiros, entre outros convidados, estiveram presentes no evento.

Correio será a anfitrião do Lide Nacional

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



O próximo encontro nacional do Grupo de Líderes Empresariais (Lide) será em 12 de março com a presença de João Doria, presidente da entidade. Entre os participantes do debate, está confirmado o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB). O **Correio Braziliense** é o veículo de comunicação parceiro e será o anfitrião do evento no Brasília Palace.

Bares e restaurantes evitam contratações para o carnaval

Mesmo diante de um cenário otimista, a maioria dos estabelecimentos optará por uma postura conservadora: 72% afirmam que não vão contratar funcionários temporários e trabalharão com o quadro atual de colaboradores. De acordo com Beto Pinheiro, presidente da Abrasel-DF, o aumento no número de empresas operando em prejuízo, aliado à alta taxa de endividamento, reflete um ambiente desafiador para os empresários. Diante dessa situação, é compreensível que muitos optem por adotar uma postura mais cautelosa, segurando gastos e evitando investimentos de risco.

Inovação e capacidade de adaptação

Livia Lucas/Divulgação



"É crucial que, mesmo em tempos difíceis, os empresários avaliem suas opções, buscando inovações e alternativas que possam agregar valor ao negócio sem aumentar o endividamento. O cenário atual exige criatividade e adaptabilidade para que possam não apenas sobreviver, mas também prosperar em um contexto econômico desafiador", explica Beto Pinheiro. A pesquisa realizada pela Abrasel revelou, também, que 34% dos estabelecimentos operaram com prejuízo em janeiro, outras 28% tiveram lucro e 36% conseguiram manter o equilíbrio financeiro.

Circuito teatral aquecido em Brasília

Jaderson Pires



Brasília está com o circuito teatral aquecido. Voltou a ser local importante para as montagens nacionais e artistas premiados. Júlia Lemertz, Maria Padilha, Denise Fraga já passaram este ano por aqui. Claudia Abreu vem em março. E, agora, foi confirmado o espetáculo "Sangue", escrito por Kiko Marques especialmente para os atores Carol Gonzalez, Leopoldo Pacheco, Marcos Suchara e Rogério Brito. Estreia, em 13 de março, no Centro Cultural Banco do Brasil Brasília.

Indicação ao Prêmio Shell

Por seu desempenho no espetáculo, o ator Rogério Brito foi indicado ao Prêmio Shell de Teatro, em São Paulo, na categoria Melhor Ator. A peça ficará em cartaz até 6 de abril, com sessões de quinta a sábado, às 20h, e domingo, às 18h. Conta com o patrocínio do Banco do Brasil, pela Lei Rouanet. Já passou por São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, com grande sucesso de público e crítica.

INVESTIGAÇÃO/ De acordo com o Ministério Público, um esquema criminoso envolvia servidores do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), que usavam das funções para autorizar a instalação irregular de equipamentos publicitários em rodovias do DF

Corrupção por trás de painéis luminosos

PCDF/Divulgação



Policiais civis cumpriram, ontem, mandados de busca e apreensão contra os investigados no DER

» DARCIANNE DIOGO

A Operação Faixa de Domínio, da Polícia Civil (PCDF) e do Ministério Público do Distrito Federal e Território (MPDFT), ampliaram a investigação sobre um esquema de concessões ilícitas a empresas ligadas ao Sindicato das Empresas de Publicidade de Exterior do DF (Sepex/DF). A rede criminosa era formada por servidores em cargos de direção do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), que usavam das funções para autorizar a instalação irregular de painéis publicitários em rodovias da capital, beneficiando empresas do setor. Entre elas, estão a Metrópoles Mídia Digital, do mesmo grupo do Portal Metrópoles; a Zeus Publicidade e Comunicação Ltda; e a Ambiance Energia e Participações.

Na manhã de ontem, policiais civis do Departamento de Combate a Corrupção e ao Crime Organizado (DRCOR/Decor) com o apoio do MPDFT, por intermédio das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social (Prodep) e de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb), cumpriram mandados de busca e apreensão contra os suspeitos.

O governador Ibaneis Rocha (MDB) determinou imediata a suspensão dos investigados até que a apuração seja concluída. "Sempre desconfiei da quantidade de placas publicitárias colocadas na cidade. Pedi que os servidores fossem afastados até que a investigação seja finalizada. Se houver erro, que sejam punidos", declarou Ibaneis.

Atuação

Segundo o delegado à frente do caso, Ricardo Gurgel, delegado-chefe da DRCOR, a investigação revelou que o grupo de servidores fornecia atendimento privilegiado na autorização de instalação dos engenhos publicitários nas faixas de domínio do DF. Os servidores autorizavam a instalação de quiosques e painéis de iluminação de forma irregular. Além disso, retiravam as autuações e notificações de forma indevida do sistema da instituição.

Há indícios que os servidores da alta cúpula se valiam do poder hierárquico para retaliar funcionários que não concordavam com as diretrizes da chefia, como ocorreu em outubro do ano passado, quando dois agentes do DER-DF acusaram a chefia de prevaricação. Os servidores disseram à polícia, na época, que foram impedidos de fazer laudos contrários a um painel de LED instalado próximo ao Colorado, na região de Sobradinho.

Segundo os agentes, foram constatadas falhas no funcionamento do equipamento, como a ausência de autorização administrativa, distância inadequada da pista e propagandas com transições de imagens inferiores a 10 segundos, o que pode distrair os motoristas e comprometer a segurança no trânsito. Erros esses que resultariam em multas. No entanto, o chefe justificou o impedimento da fiscalização ao dizer que os servidores são lotados no Setor de Operações e, por isso, não teriam autonomia para tal serviço.

Irregularidades

A polícia identificou ao menos três empresas beneficiárias do esquema. O **Correio** apurou que a Metrópoles Mídia Digital acumula mais de 50% dos painéis instalados na capital de maneira irregular, ou seja, sem licitação. Foi constatado, por exemplo, que a Metrópoles enviava e-mails diretamente para um servidor os requerimentos, burlando as normas.

Outra irregularidade era que, mesmo com parecer concluindo inviabilidade da instalação dos painéis, um servidor emitia autorização para a empresa Metrópoles. Houve, ainda, ordem por parte desse funcionário para não fiscalizar os painéis da respectiva empresa, de acordo com as investigações da DRCOR.

Os servidores são investigados, na medida da participação, pela possível prática dos crimes de corrupção passiva, associação criminosa, prevaricação, inserção de dados falsos em sistema de informações. Caso condenados, podem pegar até 30 anos de prisão. O **Correio** entrou em contato com a Sepex/DF, que representa as empresas e até o fechamento não respondeu. O advogado da empresa Metrópoles, Marcelo Bessa, disse desconhecer "tal benefício em favor do meu cliente". E acrescentou que "tem certeza absoluta de que (a empresa) não está envolvida e não integra o mencionado sindicato."

FREVO, MARACATU E samba

A Orquestra Marafreboi vai levar a vibração de ritmos brasileiros, incluindo repertório autoral, a blocos de Brasília



» MARIANA SARAIVA

A Orquestra Popular Marafreboi promete agitar o carnaval de Brasília com um espetáculo vibrante de ritmos e cores. Com a energia pulsante do maracatu, caboclinhos, marchinhas e muito samba, o grupo levará sua magia a blocos da capital, como Vassourinhas, Galinho, Tesourinha e Pintinho de Brasília.

O maestro Fabiano Medeiros adianta que o repertório está mais especial. "A Orquestra Marafreboi vem se dedicando há anos ao aprofundamento do repertório carnavalesco e este ano não será diferente. O público pode esperar frevos autorais como *No Eixão do Frevo*, *Frevo na Esplanada* e *Entorno do Frevo*, embalados pelas vozes marcantes de Carol Nogueira e Jorge Recife", destaca.

Para ele, o Carnaval vai muito além de um simples trabalho — é emoção pura. "Estar conectado às matrizes da cultura popular é mais do que uma missão, é um compromisso sentimental. Cuidar desses gêneros musicais nos traz um profundo sentimento de alegria e pertencimento. Fazer o Carnaval é dar vida à festa do povo, levando felicidade aos nossos amados foliões do DF", observa, emocionado.

E as surpresas não param por aí. A orquestra, nascida em Brasília, vai se apresentar na icônica Praça Rio Branco, conhecida como Marco Zero, em Recife, em 28 de fevereiro, a convite de Ademir Araújo — o Maestro Formiga, Patrimônio Vivo de Pernambuco.

Samuel Alves



Antes de Brasília, a Marafreboi se apresenta em Recife

Confira a programação de blocos e outros eventos que vão animar a cidade de hoje a domingo:

HOJE

Sr. Gonzales Serenata e Orquestra e seu tradicional baile de máscaras
20h30, Clube do Choro
Valor e informações: Instagram *@clubedochoro*

Dskarnaval
19h, Culto Rock Bar, 312 Norte, Bl. A
Valor e informações: Instagram *@cultorockbar*

AMANHÃ

Confronto Sound System
18h, Âmbar, SBS, Qd. 1
Valor e informações: Instagram *@ambar.bsb*

7 na Roda e Forró Cobogó
19h, Casa de Jorge, SAAN, Qd. 1
Valor e informações: Instagram *@casadejorgebsb*

Filhos de Guetta
20h, Birosca, SHCS, Bl. E
Valor e informações: Instagram *@biroscadoconic*

Bloco Frita Jaguatirica
22h, Anexo BZ, SAAN, Qd. 2
Valor e informações: Instagram *@anexobz*

Carnapira — Dia 1
22h30, Externa, SCS, Qd. 5
Valor e informações: Instagram *@e.x.t.e.r.n.a*

SÁBADO (1º/3)

Complexo Fora do Eixo
(com DJ Shark, Doze Por Oito, Lado a Lado, Pepe, Luk e UNDRLV)
15h, SAAN, Quadra 1
Valor e informações: Instagram *@complexoforadoeixo*

Brincantes do Gama
15h às 22h, LSMA, Cj. K, Lt. 05, Pró-DF, Gama – Gratuito

Carnaflow
11h, Praça do Cidadão, Ceilândia – Gratuito

Aparelhinho
11h, Parque da Cidade, Estacionamento 11 – Gratuito

Bloco Baile da PIKI
14h, Rua do lazer, Águas claras – Gratuito

Bloco do Divino Maravilhoso
15h, Mimo Bar, 205 Norte, Bl. C
Valor e informações: Instagram *@mimobarbsb*

Concentra Mas Não Sai
15h, CLN 404/405 – Gratuito

Rebu, O maior bloco sapatão de Brasília
15h, Funarte – Gratuito

Vassourinhas de Brasília 2025
15h, Sesi Lab

Quadradim da Folia — Galo Cego/Elas que toquem
15h, Clube de Engenharia
Valor e informações: Instagram *@quadradimdafolia*

Macetada Pagodão
15h45, SCS, Via S2 – Gratuito

Carnaflow
16h, Praça do Cidadão, Ceilândia – Gratuito

Bloco AfroKinda
16h10, SCS – Gratuito

After do Aparelhinho
18h, Âmbar, SBS, Qd. 1
Valor e informações: Instagram *@ambar.bsb*

Bloco Leds Bora
18h30, SCS – Gratuito

Bloco Folha Seca
19h30, SCS – Gratuito

Bloco Baile Reconvexa
20h, Anexo BZ, SAAN, Qd. 2
Valor e informações: Instagram *@anexobz*

Bloquete
20h, Birosca, SHCS, Bl. E
Valor e informações: *@biroscadoconic*

Carnapira — Dia 2
22h30, Externa, SCS, Qd. 5
Valor e informações: Instagram *@e.x.t.e.r.n.a*

Bloco Unindo Tribos
22h30, Casa do Cantador, Ceilândia – Gratuito

DOMINGO (2/3):

Complexo Fora do Eixo
(com Biel do Furduncinho, Se Joga, Tonzão, Artur Campos, Kacá, Sidharta e Samon)
17h, SAAN, Qd. 1
Valor e informações: Instagram *@complexoforadoeixo*

Bloco da Tesourinha
16h, Torre de TV
Gratuito

Bloco Fio Desencapado
10h, Bosque do Sudoeste – Gratuito

Carnaval do Monobloco
20h30, AABB
Valor e informações: Instagram *@carnavaldomonobloco*

Iate Folia
18h, Iate Clube
Valor e informações: Instagram *@iatebsb*

Quadradim da Folia
15h, Clube de Engenharia
Valor e informações: Instagram *@quadradimdafolia*

Charretinha e Tropicaos
11h, Praça Nelson Corso, Vila Planalto – Gratuito

Bloco das Montadas
13h, Museu Nacional da República – Gratuito

Bloco Baratinha
13h, Parque Ana Lídia – Gratuito

Bloco do Quenguenhém
14h, Feira Permanente do Gama – Gratuito

Agoniza, mas não morre
14h, Parque Deck Sul – Gratuito

Bloco Breguenaite
14h40, SCS – Gratuito

Bloco Boca Loka
15h, Mimo Bar, 205 Norte, Bl. C
Valor e informações: Instagram *@mimobarbsb*

Bnegão Bota Som
18h, Âmbar, SBS, Qd. 1
Valor e informações: Instagram *@ambar.bsb*

Bloco Mamata Difícil
16h, SCS, Qd. 5 – Gratuito
Barato Total: Baile Do Oscar
20h, Birosca, SHCS, Bl.
Valor e informações: Instagram *@biroscadoconic*

Carnaflow
11h às 23h, Praça do Cidadão, Ceilândia – Gratuito

Informe Publicitário



Brasília
ANO IV nº 705

Governo do Distrito Federal-GDF e CIEE abrem processo seletivo de estágio para estudantes do ensino superior, médio e técnico

Inscrições vão até o dia 27/02/2025 através do portal CIEE

O Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE e o Governo do Distrito Federal-GDF estão com processo seletivo aberto com vagas no Distrito Federal. As oportunidades são para os estudantes matriculados nos níveis Médio, Técnico ou Superior, com bolsa auxílio nos valores de R$ 715,00 por mês (20h semanais) para o Ensino Superior e R$ 548,00 por mês (20h semanais) para o Ensino Médio/EJA e Técnico.

O processo seletivo conta com duas fases: Inscrição pela internet e prova on-line. Podem concorrer às vagas de ensino superior os estudantes do cursos de Ciências Contábeis, Arquivologia, Arquitetura e Urbanismo, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Direito, Administração, Comunicação Social - Jornalismo, Biblioteconomia, Desenvolvimento de Sistemas, Design Gráfico, Artes Plásticas, Ciências da Computação, Ciências Econômicas, Análise de Sistemas, Pedagogia, dentre muitos outros. Para ambos os níveis, os estagiários recebem R$11,00 de auxílio transporte por dia estagiado.

Para se inscrever, acesse o link abaixo:



https://pp.ciee.org.br/vitrine/13007/detalhe

Portal do CIEE
ciee.online

Atendimento por WhatsApp
11 3003-2433

Central de Atendimento
3003-2433
(o custo é de uma ligação local em qualquer região do País, mesmo que solicite o DDD)

#CIEE IMPARÁVEL

Eufrázio

JESUÍTAS FAZEM O PRIMEIRO carnaval no quadradinho

A casa que abriga os padres da ordem religiosa promete uma festa de Momo com muita diversão para todas as idades. A ideia é resgatar o espírito original da folia, que nasceu como um momento de despedida da carne antes da Quaresma



» MARIANA SARAIVA

Resgatando as raízes cristãs do carnaval, o Centro Cultural de Brasília (CCB), no SGAN 601, que abriga a casa dos jesuítas, traz uma novidade animada para a folia: o bloco "Quanto mais eu rezo, mais samba me aparece". Em 28 de fevereiro, às 17h, o espaço será tomado por confete, alegria e muito samba no pé.

Não se trata de um evento religioso. É carnaval de verdade, com toda a energia que a festa pede. A ideia é reviver o espírito original da folia, que nasceu como um momento de despedida da carne antes do período da Quaresma.

Pela primeira vez, o CCB entra oficialmente no clima carnavalesco, e o padre Miguel Martins, da Companhia de Jesus e diretor-geral do centro cultural, promete um bloco à altura dos tradicionais. "Quando uma instituição religiosa organiza uma festa, as pessoas podem imaginar algo mais solene, mas queremos celebrar junto com a comunidade, de forma saudável e cheia de alegria. O carnaval é uma tradição cultural riquíssima, e os cristãos podem (e devem) vivê-lo sem descaracterizá-lo", afirma.

Os foliões podem esperar um verdadeiro desfile de ritmos. Com muito samba, axé, marchinhas, frevo e tudo que faz do carnaval essa festa tão especial. A animação fica por conta de um DJ e banda ao vivo, garantindo que todas as idades entrem no compasso da diversão. "Queremos um momento leve, equilibrado e festivo. O carnaval é algo profundamente humano e bonito, e celebrar juntos só o torna ainda mais especial", completa o padre Miguel.

Para quem quiser recarregar as energias entre um passo e outro, o evento contará com drinks, chope, bebidas não alcoólicas e comidinhas — incluindo o Dog da Igrejinha. Para participar da festa, os ingressos estão disponíveis no site Sympla e custam R$ 35, com o abadá incluso (há 100 disponíveis). Sem abadá, o preço é R$ 20.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



O tradicional bloco da Baratona sai na segunda-feira do parque Ana Lídia

Serviço

Bloco de carnaval do Centro Cultural de Brasília

Sexta-feira (28/2)
Horário: 17h – Local: SGAN 601, módulo D, Asa Norte

Roteiro da festa



CB Folia

A 8ª edição do CB Folia, prêmio do carnaval do Distrito Federal, começou em 20 de fevereiro e vai até 5 de março. O evento, organizado pelo **Correio Braziliense**, TV Brasília e Clube FM, premia os melhores blocos, momentos e fantasias do carnaval. O público pode votar no Melhor Bloco de Rua até 5 de março, enquanto o júri técnico escolherá os vencedores nas categorias Melhor Bloco de Rua (1º, 2º e 3º lugares), Melhor Momento, Melhor Fantasia Adulta e Melhor Fantasia Infantil. A apuração ocorre em 5 de março e os vencedores serão anunciados em 7 de março. Aponte a câmera do celular para o QR code e entre no site oficial da votação.



Programação

O carnaval do Distrito Federal começa oficialmente em 1º de março e só termina no dia 16. Os blocos compõem a principal atração da capital. E a lista completa foi divulgada pela Secretaria de Cultura. Aponte a câmera do celular para o QR code e confira os dias e horários da folia.

Veja os blocos e eventos que sacodem a segunda e a terça-feira de carnaval:

SEGUNDA-FEIRA (3/3)

Complexo Fora do Eixo
(com Tá Na Medida, DJ Caco, Matteo, Novin x Petrus e Barjud
20h, no SAAN, Quadra 1
Valor e informações: Instagram *@complexoforadoeixo*

Bloco Baratona
13h30 às 19h30, no Parque Ana Lídia – Gratuito

Bloco das Divinas Tetas
12h, no SCS – Gratuito

Bloco DEsMAIÔ
12h, na Galeria dos estados – Gratuito

Bloco do Amor
14h, na Avenida S2, atrás da Catedral – Gratuito

Bloco A-RAXXTA
14h, Via S2, SCS – Gratuito

Bloco Pagodão Delas
14h, no SCS – Gratuito

Concentra Mas Não Sai
15h, na CLN 404/405 – Gratuito

Deusa Música
15h, Mimo Bar, 205 Norte, Bl. C
Valor e informações: Instagram *@mimobarbsb*

Bloco PareDonas
15h40, SCS – Gratuito

Bloco do Palhaço Elétrico
17h, Via S2, SCS – Gratuito

Bloco Pequila
17h30, SCS – Gratuito

Charretinha do Forró
17h30, SCS – Gratuito

Bloco Beleza Rara
19h, Anexo BZ, no SAAN, Qd. 2
Valor e informações: Instagram *@anexobz*

Underbloco
19h, Âmbar, no SBS, Qd. 1
Valor e informações: Instagram *@ambar.bsb*

Buraco do Tatu
20h, Birosca, no SHCS, Bl. E
Valor e informações: Instagram *@biroscadoconic*

Carnaval do Mal
21h, Culto Rock Bar, 312 Norte, Bl. A
Valor e informações: Instagram *@cultorockbar*

Bloco da Toca
14h, Rua do Lazer, Águas Claras – Gratuito

Deficiente é a mãe
13h, Feira de Torre – Gratuito

Bloco da Delmina
16h, Taguapark – Gratuito

Quadradim da Folia
15h, Clube de Engenharia
Valor e informações: Instagram *@quadradimdafolia*

TERÇA-FEIRA (4/3):

Complexo Fora do Eixo
(com Samba Urgente, Pepe, Caio Hot, Daniel Futuro, K2 e Kacá)
20h, SAAN, Quadra 1
Valor e informações: Instagram *@complexoforadoeixo*

Bloco Groove do Bem
16h, Taguapark – Gratuito

Bloco Ventoinha de Canudo
16h20, Torre de TV – Gratuito

Bloco Eduardo e Mônica
19h30, Temporâneo, AABB, SCS
Valor e informações: Instagram *@temporaneobrasilia*

Bloco Bafo de Cana
15h, estacionamento do Cava, Guará – Gratuito

Bloco As Leis de Gaga Kids
10h, SCS – Gratuito

Bloco Baratinha
13h, Parquinho Ana Lídia – Gratuito

Calango Alternativo (Diversidade)
14h, Estacionamento do Rorizão

Bloco As Leis de Gaga
14h, SCS – Gratuito

BLOCO T.H.C (techno, house e carnaval)
15h, estacionamento atrás do Conic – Gratuito

Cansadas & Gostosas
15h, Mimo Bar, 205 Norte, Bl. C
Valor e informações: Instagram *@mimobarbsb*

Batukenjê
15h30, Via S2, SCS – Gratuito

CarnaSarau
16h, Praça da Bíblia, Ceilândia – Gratuito

Bloco System Safadown
16h20, SCS – Gratuito

Cansadas & Gostosas
19h, Âmbar, SBS, Qd. 1
Valor e informações: Instagram *@ambar.bsb*

Bloco do Cabra
19h20, SCS – Gratuito

Eu falei faraó
20h, Birosca, Birosca, SHCS, Bl. E
Valor e informações: Instagram *@biroscadoconic*

U Bloco — U rolê
20h, Anexo BZ, SAAN, Qd. 2
Valor e informações: Instagram *@anexobz*

CORREIO BRAZILIENSE

ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Campeonato Candango

O Campeonato Candango vai igualar, hoje, as equipes participantes em números de jogo. Às 19h45, Capital e Brasiliense se enfrentam no Estádio JK, no Paranoá, para cumprir duelo atrasado da sexta rodada do torneio. A partida é importante para os dois lados. Mandante, o Coruja pode se classificar às semifinais em caso de vitória. Com presença garantida no mata-mata, o Jacaré tem a oportunidade de assegurar a liderança se triunfar. A FFDF TV transmite no YouTube.

RECOPA Enquanto batalha com o Racing por título para salvar a largada do ano, Botafogo segue busca por novo treinador para "intertemporada". Hernán Crespo surge como novo candidato ao cargo vago

Decisão em duas frentes

DANILO QUEIROZ

Uma decisão, uma "intertemporada" à vista e a incessante busca por um técnico. Esse é o cenário atual enfrentado pelo Botafogo. Eliminado precocemente do Campeonato Carioca, o Glorioso entra em campo hoje, às 21h30, contra o Racing, no Nilton Santos, com uma missão de reverter dois gols para levantar a taça da Recopa Sul-Americana. Depois, terá um recesso de 30 dias sem jogos e, em paralelo, o alvinegro intensifica conversas para romper um período de quase dois meses sem treinador: o nome da vez é o argentino Hernán Crespo, ex-São Paulo.

O péssimo início de ano expôs a fragilidade botafoguense sem um líder à beira de campo. Desde a saída do português Artur Jorge, em 3 de janeiro, o Glorioso acumulou fracassos esportivos. Além de cair precocemente no Carioca e semear uma grande desvantagem frente ao Racing na Recopa, o clube perdeu a Supercopa para o Flamengo. Em meio a isso, ouviu diversos "nãos" de treinadores e viu a negociação com outros fracassar por variados motivos. As nuances do novo jogo com os argentinos, no entanto, parece indicar a luz no fim do túnel para a resolução de parte dos problemas.

Em campo, o Botafogo poderá ganhar fôlego se faturar a taça continental. Ainda sob o comando do interino Cláudio Caçapa, o Glorioso precisa ganhar, pelo menos, por três gols de frente no tempo regulamentar para gritar campeão. Se devolver a diferença do deus imposta pelo Racing na partida de ida, haverá definição por pênaltis. Qualquer outro placar dá o troféu aos argentinos. A complexa missão será a última antes da pausa de 30 dias até a estreia na Série A do Campeonato Brasileiro, no último fim de semana de março.

Com taça ou não, o ideal é ter um novo treinador para implementar o estilo de jogo nas semanas livres para trabalhar. Daí surge a importância do avanço com Hernán Crespo. Depois de deixar o São Paulo, em outubro de 2021, acumulou títulos em passagens pelo Catar e os Emirados Árabes. No Al-Duhail, ganhou a Liga e a Copa catari e a Stars Cup. Al Ain, faturou a Liga dos Campeões da Ásia. Ontem, o argentino tomou a frente da corrida para virar o comandante do Botafogo. Bem avaliado por John Textor, o técnico depende, agora, do avanço das conversas.

Tudo depende, novamente, dos interesses de Textor. Dono da SAF alvinegra, o norte-americano está no Brasil para aparar arestas do momento esportivo ruim e acompanhar de perto a semana com potencial de ser decisiva dentro e fora de campo. Tudo passa, primeiro, em sucesso na decisão de hoje. Se o Botafogo levar a taça, o tempo de espera pelo novo treinador pode, até, ganhar nova margem. Em caso de outro revés importante, o Glorioso ficará ainda mais pressionado a tomar um rumo definitivo na temporada. Ao menos, Hernán Crespo estará a postos para ser o nome condecorado para liderar a missão de renovar o time para a sequência do ano.

Vitor Silva/Botafogo



21h30

Estádio	Recopa	Transmissão	Árbitro
Nilton Santos	Final — Volta	ESPN	Jesús Valenzuela (VEN)

BOTAFOGO: John; Jair, Barboza, Vitinho, Alex Telles; Allan, Gregore, Marlon Freitas, Savarino; Matheus Martins, Igor Jesus. Técnico interino: Cláudio Caçapa

RACING: Arias; Quirós, Di Cesare, Colombo; Nardoni, Martirena; Rojas, Zuculini; Vietto; Maxi Salas, Martínez. Técnico: Gustavo Costas

VASCO

Recuperação judicial recebe autorização

ROBERTO FONSECA

Em decisão tomada às 15h33 de ontem, a juíza Caroline Rossy Brandão Fonseca, da 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, acatou o pedido de recuperação judicial do Vasco enquanto clube associativo (Clube de Regatas Vasco da Gama, CRVG) e também da SAF, a sociedade anônima do futebol. Tanto o CRVG quanto o Vasco SAF terão que apresentar o plano de recuperação judicial dentro de 60 dias corridos.

Apresentado na terça-feira ao Poder Judiciário, o pedido duplo se baseou em um levantamento feito pela Alvarez & Marsal, consultoria contratada pelo Vasco. O **Correio** teve acesso à decisão judicial de 23 páginas.

No documento, além de acatar o pedido de recuperação judicial, a juíza Caroline Fonseca suspendeu as cobranças em andamento contra o Vasco — tanto o clube quanto a SAF — e determina que todas as prestações de serviços essenciais sejam mantidas. A lista inclui água, energia elétrica, gás, telefonia, internet, entre outros.

A juíza também homologou acordos celebrados entre as partes e fornecedores, durante a mediação. Na lista, estão ações cíveis e trabalhistas. Foram nomeadas, ainda, duas empresas como administradores judiciais: a Wald Administração de Falências e Empresas em Recuperação Judicial LTDA. e a K2 Consultoria Econômica.

A Wald atuou na recuperação judicial da Samarco e do Grupo OI. Já a K2 Consultoria atuou na recuperação judicial do Grupo OI e na falência da empresa aérea Varig.

Em relação aos atletas e comissão técnica do elenco profissional, a juíza decidiu que eles devem continuar a receber salários e luvas normalmente. "No valor e na condição original de pagamento de seus créditos relacionados aos valores das luvas e das premiações por performance ou desempenho, não estando, portanto, submetidos à proibição temporária de pagamento decorrente do stay period", disse, na decisão.

No pedido apresentado à Justiça, o CRVG e o Vasco SAF alegaram crise financeira decorrente de gestões anteriores e da administração da 777 Partners. Argumentaram que a empresa não cumpriu com os aportes financeiros prometidos, resultando no aumento da dívida do clube. O clube demonstrou também tentativas de recuperação financeira, como negociações, mediações e ações para aumento de receitas.

LIBERTADORES

Corinthians sofre, avança contra a UCV e foca na próxima missão

Apesar do sofrimento ao longo do jogo contra a desconhecida Universidad Central de Venezuela, o Corinthians cumpriu os prognósticos e não teve grandes problemas para chegar à segunda fase da Libertadores da América. Assim como feito pelo Bahia, o alvinegro ganhou o jogo de volta, por 3 x 2, ontem, na Neo Química Arena, e se credenciou para disputar a terceira etapa da competição continental. Yuri Alberto (duas vezes, o segundo aos 44 da etapa final) e Matheus Bidu marcaram os gols corintianos. Juan Acuesta descontou.

Vencido os desafios da estreia, os clubes brasileiros se preparam, agora, para o desafio mais importante da fase preliminar. A terceira etapa é a responsável por definir quais equipes irão, enfim, chegar à fase de grupos. Ontem, Corinthians e Bahia conheceram os adversários das "finais": enquanto o alvinegro vai duelar com o Barcelona de Guayaquil, do Equador, o tricolor enfrentará o Boston River, do Uruguai. Quem avançar cumprirá o objetivo. O perdedor ganha vaga de consolação na Sul-Americana.

Nelson Almeida/AFP

Alvinegro terá o Barcelona-EQU como adversário para chegar aos grupos

Porém, nenhum dos brasileiros deseja ficar no meio do caminho. Donos de grandes investimentos nos elencos, Corinthians e Bahia não cogitam o fracasso esportivo de parar na fase prévia da Libertadores. O poder financeiro é, inclusive, o primeiro triunfo das equipes do país no próximo enfrentamento continental. Barcelona e Boston não se equiparam financeiramente.

O peso dos confrontos é, agora, invertido. Se antes enfrentou um rival frágil (e passou grandes dificuldades nos dois jogos), o Corinthians terá outro nível de exigência contra o Barcelona de Guayaquil. Figurinha frequente na Libertadores, o time equatoriano conta com tradição e chegou em duas finais. A última grande campanha ocorreu em 2021, quando caiu para o Flamengo nas semis. Mesmo assim, conta atualmente com um elenco inferior ao da equipe corintiana. Assim, transfere um certo favoritismo aos alvinegros na luta pela fase de grupos.

Mesmo com 86 anos de história, o Boston River não acumula grandes feitos. O time, inclusive, jamais levantou um título do Campeonato Uruguaio e, nem mesmo, jogou uma fase de grupos de Libertadores. Em outro patamar depois de receber investimentos do Grupo City, o Bahia chega ao duelo com amplo favoritismo para avançar. Com jogadores mais qualificados no elenco, o tricolor sequer terá o desafio da altitude, enfrentado na segunda etapa do torneio continental, na eliminatória contra o boliviano The Strongest.

Ao menos na teoria, o cenário é favorável para o Brasil ter, novamente, o número máximo de participantes na fase de grupos. Se Corinthians e Bahia avançarem, eles se juntam a Botafogo, Palmeiras, Flamengo, São Paulo, Fortaleza e Internacional, totalizando oito representantes. As partidas estão marcadas para os dois próximos meses de semana, antes do sorteio das chaves, em 17 de março. Os primeiros desafios foram cumpridos. Agora, resta a missão derradeira para deixar a fase prévia apenas no passado.

Eufrázio

ESPORTES

COPA DO BRASIL Ceilândia recebe o Coritiba no Abadião com direito a teste de reconhecimento facial

Mostra a tua cara

MEL KAROLINE*

O retorno do Ceilândia à Copa do Brasil, hoje, às 19h, no Abadião, é especial para o atual campeão do DF por vários motivos. O time volta a mandar jogo do mata-mata nacional à noite após a reinauguração dos refletores. A última vez havia sido em 2006 contra o Bahia e o Fortaleza. A outra razão é tecnológica. O clube e a federação toparam ser "cobaias" da firma especializada Bip Fut no teste de acesso da torcida ao estádio por reconhecimento facial. Foram disponibilizados 2.700 ingressos aos fãs do Gato Preto e 300 aos adeptos do Coxa. Fiscais com cinco tablets farão o "caracrachá" no portão da arena.

A plataforma desenvolvida pela empresa goiana User foi aplicada nas 32 sedes da Copa São Paulo de Futebol Júnior e na final do torneio, entre São Paulo e Corinthians, no Pacaembu. A única diferença no Abadião é a ausência de catracas. Cinco fiscais são responsáveis pela conferência da identidade. A estimativa é de 10 a 30 segundos para o acesso ao cadastro e a liberação. O **Correio** apurou que a final do Candangão, em 29 de março, no Mané Garrincha, também usará o dispositivo.

Instituída em 14 de junho de 2023, a Lei Geral do Esporte estabeleceu prazo de dois anos para estádios com capacidade superior a 20 mil lugares adotarem a modernização. Portanto, a partir do meio deste ano. "O controle e a fiscalização do acesso do público a arena esportiva com capacidade de para mais de 20.000 (vinte mil) pessoas deverão contar com meio de monitoramento por imagem das catracas e com identificação biométrica dos espectadores, assim como deverá haver central técnica de informações, com infraestrutura suficiente para viabilizar o monitoramento por imagem do público presente e o cadastramento biométrico dos espectadores", diz o Artigo 148".

Divulgação/Bipfut



Plataforma de acesso ao Abadião foi usado em janeiro na final da Copinha

Representante da Bip Fut, Cássio Maia aponta os benefícios. "O ingresso é individual, intransferível, inibe cambistas, depende da biometria facial e tem mais um detalhe: está interligado com o Serviço de Segurança Pública e com o Ministério Público. Contribui para a segurança da população e inibe atos de violência. Sem contar os benefícios da relação entre o clube e o torcedor", diz. O Goiás usa o sistema na Serrinha. O Palmeiras também, no Allianz Parque.

Em campo, o técnico Adelson de Almeida tentará repetir o sucesso de 2022, quando o Ceilândia alcançou a terceira fase. Eliminou Londrina, Avaí e caiu diante do Botafogo. "Dessa vez está mais complicado. A gente não vem jogando bem. Lesões atrapalharam. Muito jogo sem tempo para treinar, mas o Ceilândia não vai vender barato. Temos condição de avançar", confia.

Um desafio é neutralizar o astro do Coritiba. "O Rafinha é atração, ótimo jogador. Tem influência para levar pessoas ao estádio, a maior figura do jogo", elogia Adelson.

*** Estagiária sob a supervisão de Marcos Paulo Lima**

BASQUETE

Brasília derrota Pinheiros

Com virada no terceiro quarto, o Brasília Basquete venceu a quarta partida consecutiva no NBB, ontem, no Ginásio Nilson Nelson, contra o Pinheiros, por 72 x 70. Os brasilienses ficaram atrás nos dois períodos iniciais da disputa acirrada com os paulistas. O Brasília conseguiu a recuperação na reta final em um lance lance livre do norte-americano Anton Cook, tranquilizando a torcida na arena.

O duelo de ontem contou com um retorno importante para a equipe do Brasília Basquete: o ala Daniel Von Haydin voltou às quadras após passar oito jogos fora se recuperando de uma lesão no joelho direito. A vitória contra o Pinheiros embala os candangos. Esse é o melhor retrospecto do time brasiliense desde a volta para a competição, na temporada de 2018/2019.

A quarta vitória na competição deixa os brasilienses na terceira posição temporária do NBB. O líder Minas e o vice-líder Flamengo só jogarão nesta sexta-feira. A partida contra o Pinheiros foi a última do Brasília neste mês. Os candangos retornam depois do carnaval apenas em 14 de março contra o Pato Basquete, no Paraná, às 19h30.

O destaque da partida para os donos da casa foi o ala-armador Gemadinha. Ele teve o melhor desempenho com 20 pontos e quatro assistências. Ressalva também para Von Hadyin com sete rebotes e Aton Cook, marcando 14 na noite de ontem e sendo o garçom do time, com oito assistências. Do lado da equipe do Pinheiros, vale menção a Pacheco, com 21 pontos anotados e quatro assistências no confronto. O Brasília Basquete segue embalando para os playoffs, a fase decisiva da temporada na caça ao principal título do basquete nacional. (**MK**)

Matheus Maranhão/Brasília Basquete



Anton Cook foi determinante no último quarto do jogo de ontem

PLACAR

ONTEM

Libertadores
Ñublense 1 x 1 Boston River
Corinthians 3 x 2 Univ. Central
Barcelona 1 x 1 El Nacional

Copa do Brasil
Dourados 0 x 2 Caxias
CSE 1 x 3 Tombense
Guarany 2 x 1 Altos
FC Cascavel 1 x 0 América-MG
Jequié 1 x 2 Retrô
Votup. 2 (4) x 2 (5) Aparecidense
Águia 0 x 8 Fluminense
Barcelona 1 x 4 Nova Iguaçu
Maracanã 1 (5) x 1 (4) Ferroviário
Parnahyba 0 x 5 Confiança
União 4 x 2 América-RN
Oratório 1 x 3 São José-RS
GAS 0 x 4 Remo
Humaitá 0 (1) x 0 (3) Operário-PR
Concórdia 2 x 1 Pote Preta

Copa do Nordeste
Sampaio Corrêa 0 x 1 Juazeirense
CSA 4 x 1 Náutico

Copa Verde
Goiás 3 x 0 União
Manaus 1 x 4 Paysandu

HOJE

Copa do Brasil
19h Sousa x Bragantino
19h Ceilândia x Coritiba
20h Rio Branco-ES x Novorizontino
21h Portuguesa x Botafogo-SP
21h30 Inter-SP x Vila Nova

Olho na tela

Recopa Sul-Americana
Botafogo x Racing
21h30 ESPN e Disney+

Italiano
Bologna x Milan
16h45 ESPN 4 e Star+

Copa do Brasil
Ceilândia x Coritiba
19h SporTV e Première

Candangão
Capital x Brasiliense
19h45 FFDF TV

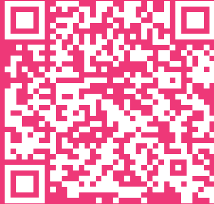




A 8ª edição do Prêmio #CBFolia está no ar para celebrar os grandes destaques do Carnaval de Brasília! Chegou a sua vez de brilhar: inscreva-se e concorra à Melhor Fantasia nas categorias Adulto e Infantil. E, claro, vote no seu bloco favorito e ajude a eleger o mais querido da cidade.

Participe desta festa!

Acesse o site e as redes sociais do Correio Braziliense e viva intensamente a magia, a cultura e a alegria do Carnaval 2025!



Realização:









HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua Nova em Peixes. A boa notícia é que, se olhamos para a História do mundo com olhos imparciais, apesar de essa se pautar pelas campanhas militares e o poderio econômico, de tempos em tempos surgem personagens em diversos lugares e povos que brindam com mensagens revolucionárias a respeito da vida e de como nos relacionarmos mutuamente, e também com o reino das hierarquias espirituais, que é uma realidade na qual confiamos, mas no dia a dia preferimos acreditar que haja coisas mais importantes.
A boa notícia, então, é que quando o mundo entra em períodos de crises absurdas, promovidas por bufões assustados que desconhecem a generosidade, isso acontece porque a hierarquia dos seres espirituais se aproxima mais de nós, porque é quando sofremos mais que nos lembramos de apelar para o mundo superior.



ÁRIES
21/03 a 20/04

Procure não se obrigar a entender tudo que anda acontecendo, porque a vida surgiu indómita, como sempre, se manifestando com todos os mistérios ao mesmo tempo. A melhor atitude para este momento é a entrega confiante.



TOURO
21/04 a 20/05

As articulações sociais se tornaram mais complexas do que o habitual, e isso considerando que lidar com gente é, desde sempre, algo bem complicado. É que o mundo anda como anda, e as pessoas também se desesperam.



GÊMEOS
21/05 a 20/06

Não importam os erros que você tenha cometido, é certeza que as confusões geradas podem ser consertadas, mas para isso é necessário que você não estacione nas emoções perturbadas, e que siga em frente com o que puder.



CÂNCER
21/06 a 21/07

Viver é uma grande aventura, e como em todo empreendimento desse porte, nem sempre tudo dá certo, há momentos em que a aventura se transforma num labirinto de horrores. Porém, mesmo assim, a vida continua.



LEÃO
22/07 a 22/08

Nada será como antes, nunca mais, porém, se isso provoca angústia em sua alma, só é assim porque ainda você não conseguiu perceber que há males que vêm por bem. A vida nos protege, às vezes, de um jeito que parece castigo.



VIRGEM
23/08 a 22/09

A complexidade dos relacionamentos sociais não é algo de que você deva fugir, ao contrário, porque ainda que haja pessoas com que você não simpatiza por aí, mesmo assim vale a pena mergulhar nessa complexidade.



LIBRA
23/09 a 22/10

Para você não se distrair com o que pareça encantador, mas sem resultado prático, procure selecionar com discernimento as questões que brindem com progresso real. Está tudo misturado, mas o discernimento ajuda.



ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

Ter brilho e encantar as pessoas é uma experiência que brinda com regozijo. Agora, para que serviria essa experiência é outro papo, porque, com certeza, não se trata apenas de você obter prazer com o encantamento.



SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

Você está passando por uma época de transição entre duas realidades bastante diferentes entre si, uma que está sendo deixada para trás, e outra que ainda não está muito bem definida. A transição é um vazio.



CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

São tantas coisas acontecendo ao mesmo tempo que fica difícil você diferenciar as que realmente valem algo das que parecem encantadoras, mas ocultam encrencas por trás do brilho com que se mostram.



AQUÁRIO
21/01 a 19/02

Cada pessoa tenta defender seus interesses particulares, e isso é algo legítimo, cada um deve cuidar de si. Porém, se não houver mínimo aceno para também cuidar o que seja comum a todas as pessoas, aí a coisa degringola.



PEIXES
20/02 a 20/03

Pretender, todo mundo pretende algo, mas se atrever a tomar as devidas iniciativas para se aproximar das pretensões, isso não é algo que todo mundo faça. Seja original, além de pretender, tome as iniciativas.

CRUZADAS

- Conjunto de trajes de um espetáculo
- Detentora de poder político no Maranhão
- Torneio anual de vôlei masculino
- Circunda o corpo físico (Espir.)
- Identificação do usuário do PC
- Gênero de "Star Wars" (Cin.)
- Tanque típico de regiões vinícolas
- Aditivo do sal caseiro (símbolo)
- Mágica, em inglês
- O Príncipe Submarino
- Única capital na costa do Pacífico
- Ave insetívora que nidifica em grupo
- Pedido do cliente nos pagamentos à vista
- (?) de Lerna, monstro mitológico
- Foco dos planos do sonhador
- Templo do culto judaico
- Ceifa
- (?) pés: apode
- Objeto de estudo de egiptólogos
- O tempo passado
- Rosamaria Murtinho, atriz paraense
- O mais populoso dos continentes
- Conteúdo da garrafa vazia
- Borrifo
- Age como o cônjuge infiel
- Órgão-alvo da ação de diuréticos
- O menor número de três algarismos
- A mais famosa praia potiguar
- Iguaria feita com batata amassada
- Pablo Neruda, poeta chileno
- Porta-(?), compartimento do carro
- Fase da metamorfose (Zool.)
- Saída, em inglês
- Peça do vestuário próprio para o frio
- Papel de atores de meia-idade
- Raiva, em inglês
- Pudor; modéstia
- Reflexão sonora
- Sensação de entorpecimento (gíria)
- Banda britânica de rock progressivo
- Animal cobiçado por Lisa Simpson (TV)
- Samuel Rosa, cantor e compositor
- Cabelos brancos
- Olivier Toni, regente paulista
- "Nacional", em PNB (Econ.)
- Significa "certo" na correção da prova
- A oração que se coloca do lado de outra, sem desempenhar função sintática (Gram.)

BANCO 4/exit — lima — pipa — sega. 5/anger — lagar — magic. 8/aspersão.

45

© Ediouro Publicações — Licenciado ao **Correio Braziliense** para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

			P		T					P
	S	Ã	O	G	O	N	Ç	A	L	O
	I		R	U	G	E		D	A	R
	S	A	N	E	A	M	E	N	T	O
A	T	A D	O	R			C	E	A	R
	E	C		R	O	B	O	T		O
	M		S	A		O	S		P U	C
C	A	B	O		E	I		U	F	A
	D	E	B	U	T	A	N	T	E	
	E	N		R	R		A	E		A
	A	T	I	R	A	D O		N	O	N
C	L	O	R	O	P	L	A	S	T	O
	E		E	S		O	S	I		R
	R	E	V		A		S	L	I	M
	T	R	I	N	C	H	E	I	R	A
C	A	I	R	O	T	A		O	R A	L

SUDOKU DE ONTEM

9	2	7	8	3	6	1	4	5
6	8	3	5	1	4	7	9	2
1	4	5	9	2	7	6	8	3
3	1	4	7	9	8	5	2	6
8	6	2	1	5	3	9	7	4
7	5	9	4	6	2	8	3	1
2	7	1	3	8	5	4	6	9
4	9	6	2	7	1	3	5	8
5	3	8	6	4	9	2	1	7

#FaçaCoquetel
Assine e receba no conforto da sua casa!
COQUETEL

ARTES VISUAIS

Divulgação



Obra de exposição em cartaz no Memorial dos Povos Indígenas

Memorial indígena

» ANA CAROLINA ALVES*

O Memorial dos Povos Indígenas está apresentando duas mostras temporárias que celebram a diversidade cultural e a riqueza artística dos povos originários do Brasil.

A exposição Imenu: Arte Visual Kaxuyana e Tiriyó, idealizada pela artista indígena Bárbara Rehkayie Kaxuyana, traz 30 pinturas de grafismo e desenhos tradicionais dos povos Kaxuyana e Tiriyó, habitantes das terras no Parque do Tumucumaque, norte do Estado do Pará, próximo à fronteira com o Suriname. Feitas em tecidos de algodão cru com tintas de tecido, as obras representam uma conexão entre o passado e o presente, destacando a centralidade da cultura Kaxuyana e Tiriyó na identidade e na resistência dos povos originário. Foram criadas em uma oficina realizada na aldeia Santo Antônio, onde jovens e anciãos compartilham histórias, saberes e técnicas ancestrais.

Sua inspiração de fortalecer a cultura indígena veio muito nova: "Desde muito pequena, acompanho a trajetória da minha mãe, que é uma importante liderança para nosso povo, e, sempre repassou, e repassa, nossa cultura, história, força e luta".

Já a segunda exposição do Memorial, Sarã, ãbakoháy ~ug hãhãw: Raízes, Memórias e Território, é assinada por Uakyrê Pankararu Braz, e reúne 20 obras que refletem a espiritualidade, memórias e a relação com o território dos povos Pankararu e Pataxó, da Aldeia Cinta Vermelha Jundiba, em Minas Gerais. As ilustrações, criadas com lápis de cor, giz de cera, canetinhas e tinta guache carregam referências das mulheres indígenas, guardiãs da sabedoria ancestral, e convidam o público a explorar uma visão autêntica e profunda da conexão com o sagrado e o mundo natural. O título do conjunto de obras, em língua patxohã, remete a raízes e territórios, elementos centrais na luta e identidade de seus povos.

A artista Uakyrê Pankararu comenta: "Nossa arte retrata nossa visão de mundo única, e abrir esse espaço faz com que as pessoas conheçam as várias formas de comunicação dos povos indígenas e contribui para a valorização e respeito do nosso modo de pensar".

As mostras fazem parte do edital de incentivo promovido pela gestão do projeto educativo da ONG Amigos da vida, com recursos do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, e contribui para um espaço de diálogo e protagonismo indígena.

***Estagiária sob a supervisão de Severino Francisco**

IMENU: ARTE VISUAL KAXUYANA E TIRIYÓ E SARÃ, ÃBAKOHÁY ~UG HÃHÃW: RAÍZES, MEMÓRIAS E TERRITÓRIO

De terça a domingo, de 9h às 17h, até 23 de março. Memorial dos Povos Indígenas - Zona Cívico-Administrativa, em frente ao Memorial JK. Entrada gratuita.

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

VII

A poesia
é uma caixa
cheia de pregos
enferrujados
protegida pela pele
de um tomate.

Alexandre Pilati

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

		5		1				
2			4		9	6		
6	3	4		5			2	
3							5	
		7			5			2
						7	9	
			2			9		1
4		3						7
		2			4		3	

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

cultura.df@dabr.com.br
3214-1178/3214-1179
Editor: José Carlos Vieira
josecarlos.df@dabr.com.br

Diversão&Arte

CORREIO BRAZILIENSE
Brasília, quinta-feira, 27 de fevereiro de 2025




1


2


9

CONFIRA OS FILMES QUE CONCORREM À ESTATUETA COM *AINDA ESTOU AQUI*, NA DISPUTA EM TRÊS CATEGORIAS

A RETA FINAL DO OSCAR


8


3

» RICARDO DAEHN

A confraternização está cada vez em alta, na esfera dos concorrentes ao 97º Oscar — que terá transmissão com a entrega dos prêmios no próximo domingo. Farol à frente das três indicações ao Oscar do Brasil (neste ano, lembrado por melhor filme e melhor filme internacional, com *Ainda estou aqui*), a atriz indicada Fernanda Torres tem trazido leveza à disputa, como visto no banquete da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas que, em 2025, juntou os concorrentes e foi transformado em jantar. Tudo transcorreu no icônico Academy Museum of Motion Pictures (Los Angeles), no qual a brasileira tirou selfie e posou ao lado de Jane Fonda, Timothée Chalamet, Adrien Brody, Monica Barbaro e Isabella Rossellini.

Não ter o diretor Walter Salles indicado a melhor diretor enfraquece o possível rendimento de *Ainda estou aqui*, mas o peso de 10 concorrentes entre os finalistas a melhor filme não deixa de dar fiapo de esperança ao filme nacional. Com pitadas de espanhol, questionável representatividade de mexicanos, que renegaram o representante francês *Emilia Pérez* (título musical conduzido por Jacques Audiard) e muito português, a moldura do Oscar se completa com a chegada ao streaming de *Nickel boys* (confira a crítica). Relembre, abaixo os concorrentes a melhor filme.


7


4


6


5

1- *Ainda estou aqui* —O drama da família Paiva, imersa na ditadura, rendeu, na sensibilidade de Walter Salles e Fernanda Torres, o melhor do cinema brasileiro. Mesmo indicado em três importantes categorias; ficou o gosto de quero mais, já que Walter não teve a mesma indicação de direção, como obtiveram (no passado) compatriotas como Hector Babenco e Fernando Meirelles.

NO CINEMA

2- *Conclave* — Com oito indicações ao Oscar, o filme do alemão Edward Berger (esquecido pela Academia) tem tudo para, tal qual *Spotlight — Segredos revelados* (vencedor em 2016), levar melhor filme, ao tratar, cuidadosamente, de um tema de respeito dentro da suntuosa estrutura da Igreja. Ralph Fiennes está formidável e indicado a melhor ator.

NO CINEMA

3- *Um completo desconhecido* — Solar, criativo e urdido pela distribuição da Disney, o longa que traz a segurança de traçar parte da vida da unanimidade do folk Bob Dylan integra um elenco esplendoroso. Timothée Chalamet (sério candidato a melhor ator) e Edward Norton (o Pete Seeger, na tela) são ladeados pelo talento de Monica Barbaro, a Joan Baez. Com oito indicações, o filme engrena pela autenticidade dos atores que cantam efetivamente.

ESTREIA HOJE, NOS CINEMAS

4- *Duna 2 — Parte 2* — Magnético o suficiente para ser lembrado quase um ano depois do lançamento, o filme-espetáculo de Denis Villeneuve vem transbordando uma sinestesia magistral. Finalmente, eclode o potencial recolhido de Paul Atreides (Timothée Chalamet). Há como se conformar com a presença de Zendaya, já que a Academia esnobou o drama juvenil erótico-esportivo Rivais, em favor do similar e pouco encorpado Anora.

NO CINEMA E NO STREAMING DA MAX

5- *O brutalista* — O diretor (Brady Corbet) fez mágica com menos de US$ 10 milhões de orçamento, apresentando grandiloquente e ambiciosa obra com 10 indicações. Celebrando uma escola estética das artes, Corbet, com timing, baixou a bola do ideal de prosperidade norte-americana. Prêmios de direção, ator (Adrien Brody) e de melhor filme no Globo de Ouro engrossaram a trajetória vitoriosa em Veneza (melhor diretor) e inúmeros prêmios em círculo de críticos.

NO CINEMA

6- *Anora* — Indicado a seis prêmios, o longa de Sean Baker (vencedor da Palma de Ouro em Cannes) abre franca preferência na corrida pelo Oscar, tendo vencido prêmios centrais no âmbito dos produtores e diretores dos sindicatos norte-americanos. Na trama de oba-oba, uma ressaca ameaça o suposto amor de Ivan (Mark Eydelshteyn) e Ani (Mikey Madison), ainda que tal sentimento nunca possa ser negociado.

NO CINEMA

7- *Emilia Pérez* — Um musical catártico, exuberante na estética e que perdeu visibilidade e admiração do público. Obscureceu a conjuntura uma atriz central trans (Karla Sofía Gascón) que apresentou desculpas por declarações preconceituosas. O controverso filme do francês Jacques Audiard trata de rejeição, crimes, lamúrias e muita beatice. Com 13 indicações (inclusa a da esplêndida Zoe Saldaña), ficou desfigurado no protagonismo.

NO CINEMA

8-*Wicked* — Indicado a melhor filme e outros nove prêmios, a estridente atração tira o pó dos musicais, mas não de modo completamente artesanal (a fonte para O mágico de Oz do qual o novo filme bebe). Na Universidade Shiz, bondade e malícia se fundem na trajetória de Galinda (Ariana Grande) e a verde Elphaba (Cynthia Erivo). Bullying e desprezo estão no percurso da protagonista Elphaba.

NO CINEMA, GOOGLE FILMES, PRIME VIDEO E YOUTUBE

9-*A substância* — Poucos filmes de pedigree autêntico de terror chegaram como finalistas ao Oscar de melhor filmes, vide *O exorcista* (1973), *Tubarão* (1975) e Corra! (2017); daí o imenso mérito da francesa Coralie Fargeat (candidata à direção), que vem respaldado por infinitas citações cinematográficas (de *Crepúsculo dos deuses* a *O iluminado*). Reconhecendo o assustador lastro de beldade da personagem de Demi Moore (indicada à atriz) desmoronado, faltou à Academia abraçar a ótima coadjuvante Margaret Qualley.

NO CINEMA E NO STREAMING DA MUBI

Crítica // *Nickel boys*

Perspectiva empática

A nova sensibilidade do olhar de espectadores, com o longa Nickel Boys *(do diretor RaMell Rose) nunca passaria despercebida. O* The New York Times *demarcou a renovação no jeito de ver, numa matéria dedicada ao longa que compete no domingo a melhor filme no Oscar, junto com o brasileiro Ainda estou aqui e mais outros oito filmes. O filme estreia hoje, no streaming Prime Video (da Amazon), fazendo justiça à determinação de Martin Luther King e remexendo em símbolos pioneiros à equidade racial do porte do ator Sidney Poitier (primeiro primeiro afro-americano a ser candidato ao posto de ator central do Oscar), na furiosa narrativa que bebe de Acorrentados (1958), clássico indicado a nove prêmios Oscar.*

Presente no Oscar ainda na categoria de roteiro adaptado (de Joslyn Barnes e do diretor), Nickel boys traz um inspirado e desgovernado olhar de câmera (à la Terence Malick) em torno da amizade entre os jovens Elwood (Ethan Herisse) e Turner (Brandon Wilson) dentro de um reformatório para supostos delinquentes dos anos de 1960. Ironicamente, novos ares propostos pelo governo Kennedy e a evolução da conquista espacial da Apollo cruzam a tela, enquanto, na violenta instituição vasculhada pela narrativa do premiado livro de Colson Whitehead, o gap de tratamento entre negros é brancos estarrece.

Muito conteúdo aleatório (à primeira vista) interfere no que é mostrado — mas o recurso é um meio lancinante para destacar a visão bagunçada e o acúmulo de memórias estigmatizantes (difundidas pela sociedade) que ferem negros ao perceberem estímulo de preconceitos irracionais. Esteticamente poderoso, o discurso transcende a compreensão plena, vindo salteado, lacunar, mas tudo acaba por imprimir entendimento. Brota um tom de denúncia que foge de visões cartesianas como a do cineasta Tate Taylor, de Histórias cruzadas, *feito em 2011 — justo às vésperas, na vida real, da descoberta de ossos humanos em valas comuns da Academia Nickel. Passado na Flórida, daí o diretor enfatizar o contraste do laranja e preto na tela, o filme traz uma câmera que vasculha, retém subjetividade da visão de personagens e embrutece, frente à falta de lógica.*

Criativo e inconformista, RaMell Rose dá terreno para o talento de Aunjanue Ellis-Taylor, no papel da amorosa avó Hattie, para a crueza de Luke Tennie, na pele do boxeador Griff e para encenações cruéis como a invalidada corrida de Elwood alcançar o libertário King, na esperança de promover justiça. Na temporada de prêmios, coube ao Círculo de Críticos de Nova York (o mesmo que justiçou Marília Pera como concorrente a prêmio de atriz coadjuvante por Pixote) dar vitórias de melhor diretor e melhor direção de fotografia (Jomo Fray) para Nickel boys. **(RD)**


Nickel boys trata da questão do preconceito racial

Amazon MGM/Divulgação

Fotos: Reprodução; Pathé Yves Saint Laurent, France 2, Imagem retirada do filme; Diamond / Divulgação; Imagem de divulgação; Focus Features/Divulgação; Divulgação/Searchlight Pictures; Universal Pictures/Reprodução e Christine Tamalet/ Divulgação

Direito&Justiça



Editora
Ana Maria Campos
anacampos.df@dabr.com.br
Tel. 3214-1344

ENTREVISTA — Ubiratan Cazetta, presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR)

"Denúncia contra Bolsonaro é descritiva e técnica, sem paixões políticas"

Ana Maria Campos

A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), desde 1988, defende a lista tríplice para escolha do procurador-geral da República. O presidente Lula, no terceiro governo, rejeitou esse critério, adotado nos dois primeiros mandatos e seguido pela sucessora, Dilma Rousseff, e escolheu Paulo Gustavo Gonet Branco para chefiar o Ministério Público, com a prerrogativa que a Constituição lhe assegura. O presidente da ANPR, Ubiratan Cazetta, diz que a lista tríplice continua a ser uma bandeira da entidade, mas, na avaliação dele, Gonet é respeitado e vem fazendo um bom trabalho.

Cazetta leu as 270 páginas da denúncia protocolada pela PGR no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e 33 aliados por montar uma trama golpista e faz elogios pela qualidade técnica da peça. Para Cazetta, ao contrário do que muita gente pensa, o STF não tem uma decisão final sobre o destino de Bolsonaro e, apesar do trabalho minucioso de Gonet, a defesa do ex-presidente será feita com a qualidade de bons advogados, e o jogo nas ruas, convocado por bolsonaristas, não vai influenciar.

Como o senhor avalia a denúncia do procurador-geral da República, Paulo Gonet, contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e outras 33 pessoas, por montarem uma trama golpista para atentar contra a democracia?

A denúncia é essencialmente uma peça descritiva e técnica. Se eu tivesse que resumir, a minha opinião é de que é uma denúncia extremamente bem feita, cuidadosa nos seus termos, porque evitou entrar na discussão política. Não faz ilações, não faz julgamentos nesse sentido, simplesmente descreve. Se vai haver condenação ou não, vai depender da confirmação das provas. Porque nós temos uma parte das provas que são obtidas por acordo de colaboração premiada, mas elas nunca são usadas exclusivamente com base no acordo. Elas são sempre corroboradas por documentos ou por um conjunto de fatores. Nós teremos que ver se esse conjunto de fatores se confirma, se os depoimentos se mantêm.

Nesta denúncia, a impressão é de que um fato isolado não seja indicativo de um crime, mas a junção de vários fatos revela uma trama. É isso?

Uma imputação como essa, de você ter uma atuação para o rompimento do Estado Democrático de Direito não ocorre em um dia. São atos que vão se somando. Vai criando ambientes para que esses fatos ocorram, um espaço para que o estado de exceção seja possível. Especialmente, você vai trabalhar não um golpe de simplesmente colocar tanques nas ruas, mas sim colocar esse ambiente dentro de uma pretensa manifestação popular ou como decorrência de uma insurgência popular. Então, é por isso que quando você tem uma descrição como essa da denúncia, de fato, você tem que pegar e ir somando tudo o que vem sendo feito. E a base da acusação é exatamente essa: não foram fatos isolados. São fatos que vieram criando uma discussão sobre alguma pretensa falta de confiabilidade no sistema eleitoral. Então, essa denúncia vem exatamente nesse sentido. O fato não começou e terminou em 8 de janeiro. Você tem um processo muito anterior, que foi criando um ambiente de contestação ao resultado das urnas. Toda essa estrutura poderia, num determinado contexto, ter levado ao rompimento da democracia. Não ocorreu. A hipótese da denúncia é de que não ocorreu porque faltou essencialmente o apoio do alto comando do Exército.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



"Ainda que se tenha essa impressão de que 'o Supremo já decidiu', isso não é verdadeiro"

Até que ponto a delação do Mauro Cid, ajudante de ordens de Bolsonaro, é fundamental nesse processo?

Se há algo que pode ser demonstrado na denúncia é que todas as vezes em que se referem aos depoimentos do Cid, obtidos em delação premiada, os argumentos não estão sozinhos. Eles são somados a outros elementos de prova, como documentos apreendidos. Não é só o que o delator entregou, mas sim fatos que foram confirmados com documentos. Então, a delação faz parte de uma descrição dos fatos, mas não é a única base do caso. Agora, a questão é saber: por que se discute uma possível anulação? Há quem diga que o delator sofreu tortura psicológica, mas não há nenhum elemento de prova que indique isso. A tortura psicológica pode existir, no sentido de pressão para uma colaboração, mas sempre que há um acordo — seja na esfera criminal ou entre duas partes em uma negociação — as pessoas cedem direitos porque têm medo de punições.

Leia mais na página 2



ENTREVISTA — Ubiratan Cazetta, presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR)

Ainda de acordo com defensores de Bolsonaro, a afirmação é de que não houve crime porque a trama não foi executada...Eles desistiram, não ocorreu. Isso não livra de uma condenação?

Esse é um dos temas mais difíceis do direito penal, que é entender quando começou a ação ou não. O que interessa para o direito penal é essa questão: a ação se iniciou, sim. Alguns crimes, além da ação iniciada, exigem um resultado. No caso desse crime, ele exige apenas o início da execução. Se eu estou na fase que, no direito, é chamada de fase da cogitação, mas fico só nisso, não falo com ninguém, não pratico nada, isso é mero pensamento, não é nada que teve um início de execução. Aqui, não. Os atos foram sendo praticados, foram criando um ambiente, a ponto do que a denúncia descreve, que um comandante de uma das forças tenha dito: "Eu participo desse processo." E os outros dois tenham dito: "Não." Aqui não é uma desistência. Há diferença entre desistência e não conseguir levar a cabo tudo o que se queria.

O Ministério Público, titular da ação penal, nesse caso, foi coadjuvante?

Eu não diria isso, sinceramente. Primeiro, a gente tem que entender um pouco as investigações originárias no STF. O fato é que tem uma presença maior do próprio relator ou dos seus juízes auxiliares, mas sempre com a presença do Ministério Público. Eu não gosto da expressão "narrativa" porque ela está na moda, mas nesse sentido é um pouco narrativa dizer que o Supremo não tem capacidade técnica para julgar esse processo.

O Supremo é vítima...

Não há brasileiro que não possa ser dito como vítima dessa trama.

Mas ministros do Supremo foram, inclusive, ameaçados de morte...

É uma ameaça à vida. Essa é uma discussão importante mesmo, que tem que ser travada. E aí está a vantagem da decisão colegiada. O papel de um dos ministros, o ministro Alexandre, especialmente, é importante. Mas não é a palavra dele que é a palavra final. Você vai ter que ter um processo. Cada um dos ministros vai ter que colocar em seu voto como é que enxerga a prova daqueles fatos, como aqueles fatos estão concatenados. Isso tudo é público. Se a sessão deve ser presencial, é lida, é debatida.

A estratégia da defesa tem sido trabalhar com as paixões. A mobilização popular atrapalha?

Para dentro do Supremo, não sei se piora. Acho que, em princípio, ela é anódina. Ela já era esperada. Não há dúvida, no Supremo, de que isso ocorreria. Ela tem um efeito muito mais externo, muito mais político, até de construção de cenários eleitorais. Mas a defesa será técnica. O ex-presidente tem advogados de ótima qualidade e certamente tentarão, tecnicamente, desfazer os elementos de prova que estão ali. Essa é a defesa que interessa.





Muita gente acha que o Supremo já decidiu...

Quem lida com o processo penal sabe que, ainda que se inicie com uma intuição, essa intuição tem que se confirmar. Eu tenho que, depois de todo o trabalho, ter condições de sustentar aquela minha intuição inicial. Durante o contraditório, há novas testemunhas, novas defesas. Se elas tiverem importância, necessariamente, eu terei que olhar para minha intuição e falar: "Olha, isso estava errado. Ainda que se tenha essa impressão de que "o Supremo já decidiu", isso não é verdadeiro.

Na Lava-Jato, muitas condenações foram anuladas pelo argumento de que havia um conluio entre o Ministério Público e o juiz Sergio Moro. Essas condenações foram, inclusive, confirmadas em segunda instância e no STJ. Agora vemos também uma participação muito grande do ministro Alexandre de Moraes. É possível fazer um paralelo sobre os dois processos?

Acho que são duas situações diferentes. O Supremo decidiu em relação à parcialidade com uma afirmação de que, durante o processo, o juiz orientava a acusação a fazer determinadas coisas já combinadas para que ele tomasse uma decisão. Não vou nem entrar no mérito do quanto isso é verdadeiro ou não, se isso vale para todos os processos ou se apenas para um processo. É uma discussão que a gente precisa ter, inclusive. Eu acho que a Lava-Jato é um capítulo da nossa história que precisa ser tirado das paixões e identificado: "Isso aqui foi um erro, isso foi um acerto, isso foi um erro de primeiro grau, isso foi um erro do tribunal, isso foi um erro do Supremo.

A postura atual do ex-procurador Deltan Dallagnol muito crítica em relação ao atual governo e sempre em defesa das teses bolsonaristas confunde mais a cabeça das pessoas em relação a uma suposta parcialidade na Lava-Jato?

Um dos problemas para nós, do Ministério Público, é que ele ainda é visto como sendo um membro do Ministério Público. Mas ele não é mais. Ele assumiu um outro papel. É legítimo. O fato é que hoje ele ocupa um campo diferente, que é o campo da política. O problema é que ele formou a sua imagem como membro do Ministério Público. E o membro do Ministério Público certamente não pode ter essa postura.

Uma decisão de um ministro do Supremo anulando as condenações do Palocci, como aconteceu recentemente, no meio de uma denúncia contra Bolsonaro, é no mínimo uma coincidência ruim?

Mas não se pode também esperar para tomar decisões depois que o ambiente melhora. A questão é: essa decisão tinha fundamento? O que há por trás? O que, efetivamente, é verdade? Boa parte dessas anulações no âmbito da Segunda Turma ainda está pendente de recursos que o procurador-geral da República fez para discutir.

A ANPR sempre defendeu a lista tríplice para o PGR. Dessa vez, o presidente Lula fez uma nomeação direta. Vocês estão satisfeitos com o procurador-geral?

São dois fatos distintos. Nós temos, ideologicamente, uma defesa histórica de que o processo de escolha do procurador-geral da República deve ser idêntico ao processo dos demais procuradores-gerais dos estados. No processo da lista tríplice, os nomes são levados ao chefe do Executivo. O que isso traz? Transparência ao processo e uma capacidade de maior de diálogo. Queremos os mais qualificados. Essa ideia continua válida. Sempre foi válida e é defendida pela ANPR desde 1988, quando foi discutida na Constituição. E lá, na época, foi dito que não passaria assim. Mesmo nas escolhas do ex-procurador-geral Aras, isso era assim. A diferença é que o Aras não apenas foi escolhido fora da lista, mas colocou em dúvida a seriedade da escolha, alegando que a lista era fraudada, que havia um sistema de anarquia, um sindicalismo. Então, havia um confronto dele com essa ideia, o que, obviamente, gerou uma reação. O atual procurador-geral da República nunca se comprometeu, nem como acadêmico, nem como membro da instituição, com a ideia da lista tríplice. A escolha do procurador-geral, Paulo Gustavo Gonet Branco, foi aceita pela classe, como todas as outras foram. E ele tem feito uma excelente gestão. Isso quer dizer que vamos parar de defender a lista tríplice? Não. Pelo contrário.

Audiência de custódia: a realidade em dados

Maria Eduarda Lavocat



Na próxima segunda-feira, as audiências de custódia completam 10 anos de existência. Disseminadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), essas audiências se consolidaram como um instrumento essencial para a avaliação da legalidade das prisões e das condições em que ocorrem. O mecanismo foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal em 2015 e, desde 2019, está previsto no Código de Processo Penal.

Segundo o advogado criminalista Bruno Buonicore, a audiência de custódia é o ato formal em que um sujeito que foi preso em flagrante é apresentado e ouvido por uma juíza ou juiz, com a participação do Ministério Público e da Defensoria ou de um(a) advogado(a) particular constituído para tanto.

Neste ato, são analisadas a legalidade da prisão e a necessidade de manutenção da detenção, podendo o(a) juiz(a) conceder a liberdade ao custodiado ou converter a prisão em flagrante em prisão cautelar. Também, verifica-se se houve tortura ou maus-tratos, garantindo a integridade física da pessoa presa.

"A audiência de custódia representa uma conquista na direção do resguardo das garantias individuais do preso. Incorporada no art. 310 do CPP, o instituto representa importante controle judicial da prisão em flagrante", afirma o advogado.

Um exemplo recente da importância dessas audiências foi o caso de um jovem, preso indevidamente por não pagar pensão alimentícia mesmo sem ter filhos. Detido em 28 de janeiro, ele passou por audiência de custódia na manhã seguinte e foi liberado. Graças a essa revisão rápida do caso, evitou-se uma detenção prolongada e injusta.

No entanto, ao ser questionado sobre a PEC da Segurança Pública, durante entrevista ao **CB Poder**, o deputado Alberto Fraga, presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara Federal, manifestou sua desaprovação em relação às audiências de custódia.

O parlamentar classificou a PEC como um "desastre" e criticou a postura do governo federal e do ministro Ricardo Lewandowski, afirmando que ambos desconhecem a realidade da segurança pública. "Se realmente querem ajudar, deveriam acabar com as audiências de custódia, pois, a cada 10 pessoas presas em flagrante, seis são liberadas", declarou Fraga.

Dados do painel do Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0), que será lançado nos próximos dias pelo CNJ, revelam que, desde fevereiro de 2015, mais de 2 milhões de audiências de custódia foram realizadas. Nesse período, a prisão preventiva foi mantida em 59% dos casos, enquanto a liberdade foi concedida em 41%, e a prisão domiciliar, em 0,3%. Além disso, registros de tortura e maus-tratos ocorreram em 7% das audiências, totalizando quase 153 mil casos.

O novo painel BNMP 3.0, além de apresentar dados da série histórica, traz recortes inéditos sobre as 357,4 mil audiências registradas a partir de agosto de 2024, quando entrou em operação. Com sua implementação, o sistema substituiu os registros que, desde 2015, eram feitos no Sistema Audiências de Custódia e passou a incluir novas informações, como o perfil dos autuados e das audiências.

A mudança de sistema também resultou na ativação de diversos campos, o que impede a recuperação de dados históricos para algumas informações recém-incluídas. Além disso, o BNMP 3.0 passou a registrar as análises dos autos de prisão em flagrante.

Desde sua implementação, o BNMP 3.0 tem possibilitado a obtenção de dados inéditos sobre as audiências de custódia. Entre os destaques, está a emissão de medidas protetivas como etapa inicial da prisão em 8,3% dos casos, totalizando 29,6 mil registros. Do total de audiências realizadas, 46% ocorreram de forma presencial. Além disso, em 6,5% dos casos houve apreensão de armas e, em 19%, de drogas. As substâncias mais apreendidas nas prisões que resultaram em audiências de custódia foram maconha (42,7 mil casos), cocaína (40,2 mil) e crack (21,1 mil).

Os principais crimes relacionados às audiências de custódia incluem tráfico de drogas (24%), furto (13%), violência doméstica (7%), posse, porte, disparo e comércio ilegal de armas (6%) e infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro (5%).

Quanto ao perfil dos autuados, 84% são homens e 16% mulheres, das quais 398 estão gestantes. A maioria não estuda nem trabalha: apenas 826 declararam ter emprego formal, 3,4 mil possuem trabalho informal e 1,7 mil são estudantes. Além disso, mais de 27 mil informaram ter dependentes, enquanto 25,7 mil declararam ser dependentes químicos.

Nos campos relativos à raça, estado civil e escolaridade, mais de 50% dos casos não possuem informação registrada. Entre os dados disponíveis, a maioria dos autuados se identifica como parda (72,2 mil), solteira (98,6 mil) e com ensino fundamental incompleto (48,6 mil).



Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Soberania nacional


Helio Montferre/Esp. CB/D.A Press

O advogado Marcus Vinicius Furtado Coêlho, ex-presidente nacional da OAB e atual procurador constitucional da entidade, avalia que é um atentado contra a soberania nacional a ação judicial apresentada nos Estados Unidos, pelo Rumble e por uma empresa de Donald Trump contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. “Nenhum tribunal estrangeiro tem jurisdição para revisar atos de um ministro da Suprema Corte do Brasil, pois suas decisões decorrem da Constituição e das leis nacionais. Aceitar essa tese abriria um precedente grave, permitindo que magistrados fossem processados internacionalmente por decisões legítimas dentro de seus próprios países”, explica o jurista.

Projeto pode barrar juízes de vários países


Divulgação

O projeto de lei, aprovado pela Comissão Judiciária da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos (EUA) que proíbe a entrada no país e permite a deportação de autoridades estrangeiras que supostamente limitem a liberdade de expressão dificilmente entrará em vigor. É o que aposta o procurador João Carlos Souto, especialista em política e direito dos Estados Unidos. “O projeto é vago e sua redação vai permitir que os EUA sancione qualquer um que supostamente atentar contra leis americanas onde quer que estejam, inclusive membros do Poder Judiciário de outros países na atividade de interpretação da Constituição e das leis de seu próprio país. Isso não faz o menor sentido”, sustenta.

Análise mais cautelosa no Congresso americano

O texto, caso aprovado, pode impedir a entrada do ministro Alexandre de Moraes nos Estados Unidos. Segundo João Carlos Souto, o plenário da Câmara dos Estados Unidos avaliará o texto proposto com muito cuidado. “O presidente da Comissão do Judiciário, o deputado Jim Jordan (**foto**), Republicano do Estado de Ohio, não tem muito prestígio entre seus pares, tanto é verdade que se candidatou a presidente da Câmara e perdeu três vezes seguidamente, em 2024. Ainda que o projeto venha a ser aprovado na Câmara, ele seguirá ao Senado, local em que o Partido Republicano tem representantes ainda mais sensatos e exigentes, a exemplo dos senadores Lisa Murkowski, Susan Collins e Mitch McConnell, que se juntarão aos Democratas num escrutínio ainda mais severo desse ato normativo que causa estranheza”.

Divulgação



Abaixo o paletó

Com o calor extremo no Rio de Janeiro, os hábitos nos tribunais precisam mudar. Com esse propósito, a OAB-RJ ofereceu à Assembleia Legislativa do Rio a minuta de um projeto de lei para dispensar advogados no exercício da profissão do uso de paletó e gravata durante o verão, em todo o estado. A medida preserva a saúde dos profissionais que sofrem com as altas temperaturas. A presidente da seccional, Ana Tereza Basílio, levou a minuta à deputada estadual Tia Ju (Republicanos), que apoia a iniciativa e a protocolou como projeto de lei.

Mulheres no poder

Divulgação



A presidente da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica, seção do Distrito Federal, Leda Bandeira, está à frente da organização do Seminário Mulheres no Poder. A iniciativa vai reunir lideranças femininas de diversos segmentos para debater as questões contemporâneas de gênero. O evento será realizado em 27 de março, na Câmara Legislativa do Distrito Federal. A participação do público será gratuita.

Demora


Gustavo Lima/STJ

Para quem está ansioso pela demora do presidente Lula em escolher um ou uma das integrantes das listas tríplices eleitas pelos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é preciso levar em conta que a própria Corte demorou a escolher os nomes na disputa para as vagas abertas com as aposentadorias das ministras Laurita Vaz e Assusete Magalhães. A definição dos nomes pelo Pleno do STJ ocorreu em 15 de outubro de 2024, um ano depois de a ministra Laurita Vaz abrir a vaga para um integrante do Ministério Público e nove meses após a ministra Assusete Magalhães liberar o assento para a Justiça Federal. Lula está há apenas quatro meses e meio com as listas nas mãos.

Favorita


Divulgação

Nas últimas semanas, cresceu a cotação da procuradora de Justiça Maria Marluce Caldas Bezerra na disputa pela vaga do MP no STJ. Do Ministério Público de Alagoas, Marluce tem conexões politicas no estado. Ela é tia do prefeito de Maceió, João Henrique Caldas, o JHC, do PL, e conseguiu uma façanha: o apoio do ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) e do senador Renan Calheiros (MDB-AL), grandes adversários.


Antonio Augusto/STF

“Nós estamos vivendo um momento em que o crime organizado começa a contaminar a política e a economia formal com diferentes mecanismos de lavagem de dinheiro”

Ministro Luis Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), durante palestra promovida pelo BTG Pactual

Visão do Direito



Ives Gandra da Silva Martins

Professor emérito das universidades Mackenzie, Unip, Unifieo, UniFMU, do Ciee/O Estado de São Paulo, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), Superior de Guerra (ESG) e da Magistratura do Tribunal Regional Federal – 1ª Região, presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio-SP, ex-presidente da Academia Paulista de Letras (APL) e do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp)

O STF de ontem e o de hoje

Formei-me em 1958 em direito na FDUSP e, desde o início da década de 1960 — quando cinco dos atuais ministros ainda não haviam nascido —, atuo perante a Suprema Corte.

À época, o Poder Judiciário apenas podia decidir se uma lei era ou não constitucional, mas jamais elaborá-la e, mesmo durante o regime de exceção (1964-1985), sempre manteve essa postura.

Assim, a principal característica do STF era ser um Poder técnico, funcionando como legislador negativo, em absoluta consonância com o previsto no artigo 103, §2º, da Constituição Federal de 1988, segundo o qual, mesmo nas ações diretas de inconstitucionalidade por omissão, os ministros não poderiam elaborar a lei, mas, no máximo, declarar sua omissão inconstitucional e solicitar ao Legislativo que a criasse:

§ 2º — Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias (...).

Hoje, entretanto, a Suprema Corte adota uma linha diferente, atuando também como legislador positivo e até mesmo como corretor de rumos do Executivo, legislando e administrando. Segue, assim, uma linha doutrinária cujos nomes variam entre neoconstitucionalismo, consequencialismo e jurisdição constitucional.

"Hoje a Suprema Corte adota uma linha diferente, atuando também como legislador positivo e até mesmo como corretor de rumos do Executivo, legislando e administrando"

"Nunca questionei o nível intelectual, a idoneidade moral ou a competência dos ministros. No entanto, permito-me, como um velho professor, divergir doutrinariamente da linha por eles adotada"

Isso significa que, repetidas vezes, o STF tornou-se um Poder Político, legislando em matérias que deveriam ser de competência exclusiva do Congresso, como nos casos do marco temporal, do aborto, da regulação da internet, do casamento entre pessoas do mesmo sexo, das drogas, da anencefalia, entre outros.

Ocorre que o Judiciário, por não representar o povo, mas apenas a lei, ao exercer funções legislativas e administrativas, condena o país a ter três Poderes políticos, e não dois políticos e um técnico. A meu ver, isso gera insegurança jurídica, resultando na eliminação do juiz natural, inquéritos intermináveis, alargamento do foro privilegiado para um universo de cidadãos comuns, o estabelecimento de uma única instância sem via recursal, dificuldades de acesso às acusações, banalização das prisões provisórias e preventivas, entre outros problemas.

Por essa razão, os ministros do STF só podem sair cercados de seguranças, recebendo do povo o mesmo tratamento dispensado aos políticos. São apoiados por aqueles que representam a linha política com a qual a Corte demonstra afinidade e criticados pelos que dela divergem.

Lembro-me de que, nos 43 Simpósios de direito tributário que coordenei no Centro de Extensão Universitária — sempre trazendo ministros do STF, do STJ e desembargadores para palestras —, saía para jantar com os ministros Moreira Alves, Oscar Corrêa, Sydney Sanches, Cezar Peluso, Cordeiro Guerra e outros, às vezes andando sozinhos pela rua, sem necessidade de seguranças.

Com todo o respeito que os eminentes ministros da Suprema Corte merecem — grandes juristas que são —, entendo que tal atuação não reflete a vontade do Constituinte, claramente expressa ao determinar que caberia ao Legislativo zelar por sua competência normativa perante os Poderes Judiciário e Executivo:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

Nunca questionei o nível intelectual, a idoneidade moral ou a competência dos ministros. No entanto, permito-me, como um velho professor, divergir doutrinariamente da linha por eles adotada. Minha palavra serve, no máximo, para reflexões acadêmicas, enquanto suas decisões têm força de lei.

No entanto, no momento que, uma vez examinados os Poderes Judiciários de 142 países, ficamos em 80º lugar no Rule of Law Index (Índice de Estado de Direito), publicado pelo WJP (*World Justice Project*), creio que muito há para meditar.



Wilson Sahade

Mestre e doutor em Direito. Sócio do escritório Lecir Luz e Wilson Sahade Advogados

Consultório jurídico

O STF deve julgar a incidência do ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) nas operações de industrialização por encomenda. Qual será o impacto dessa decisão para as empresas que atuam nesse modelo?

O julgamento do STF sobre a incidência do ISS na industrialização por encomenda, especialmente em etapas intermediárias da produção, tem grande impacto para a indústria e o equilíbrio federativo. O caso em análise (RE 882461) discute a tributação sobre a requalificação de chapas de aço, atividade hoje sujeita ao ICMS. O relator, ministro Dias Toffoli, votou pela inconstitucionalidade da cobrança do ISS, enquanto o ministro Alexandre de Moraes divergiu, sustentando que se trata de prestação de serviço. O julgamento foi suspenso após pedido de vista do ministro André Mendonça.

A decisão final terá repercussões significativas. Se o STF firmar o entendimento pela incidência do ISS, haverá mudança na carga tributária e risco de bitributação, pois estados e municípios poderão disputar a competência tributária, gerando insegurança jurídica. Além disso, o ICMS permite a apropriação de créditos ao longo da cadeia produtiva, enquanto o ISS não, o que pode elevar custos para as empresas e afetar sua competitividade.

O STF desempenha um papel fundamental ao pacificar essa controvérsia e evitar conflitos arrecadatórios entre entes federativos. A definição clara do regime tributário garantirá previsibilidade às empresas e estabilidade ao ambiente de negócios.



Visão do Direito



Everardo Gueiros
Advogado especialista em direito eleitoral, ex-desembargador do Tribunal Regional Eleitoral do DF e sócio da Gueiros Advogados

A máquina que une ficção e realidade

A condenação já foi decretada antes mesmo da análise dos fatos. Agora, basta construir a narrativa que leve até ela. Essa inversão do devido processo legal, onde a culpa precede a prova, não é um caso isolado — trata-se de um método recorrente em sistemas que confundem justiça com conveniência política. George Orwell alertava, em *1984*, sobre o perigo de um Estado que reescreve a realidade: primeiro define-se o inimigo, depois encontram-se as razões para puni-lo.

No caso conduzido pelo Ministério Público Federal, essa lógica se manifesta claramente. A denúncia não parte de uma investigação isenta, mas sim da premissa de que há culpados, organizando os elementos para sustentar essa conclusão. Em vez de uma exposição rigorosa dos fatos, o documento transforma qualquer questionamento ao sistema eleitoral em evidência de conspiração. Esse precedente é perigoso: o direito à crítica política passa a ser tratado como uma ameaça ao Estado.

Independentemente de quem esteja no centro das acusações, um processo criminal deve seguir critérios rigorosos, pois é nesse contexto que o Estado exerce seu poder de forma mais intensa sobre o indivíduo. Sem acesso direto aos autos, esta análise se concentra na lógica e na coerência jurídica da denúncia.

O Ministério Público constrói sua acusação sob o pretexto de proteger a democracia, mas recorre a uma retórica circular: qualquer crítica ao sistema eleitoral é vista como evidência de um plano criminoso. Hans Kelsen alertava para o risco de confundir norma jurídica com juízo de valor político. Quando a acusação substitui provas por interpretações subjetivas, transforma-se em um instrumento de punição arbitrária.

A denúncia também impõe um falso dilema: ou se aceita integralmente o sistema eleitoral, sem espaço para críticas, ou se participa de uma tentativa de golpe. Esse pensamento binário elimina o debate legítimo e lembra o duplipensar de Orwell, no qual toda oposição é criminalizada.

Outro erro grave é a confusão entre correlação e causalidade. O simples fato de algumas pessoas manifestarem descontentamento com o sistema eleitoral é interpretado como prova de conspiração. Essa lógica se aproxima do crime preemptivo de *Minority Report*, onde indivíduos são punidos por aquilo que poderiam fazer.

O Ministério Público exagera ao descrever uma conspiração rigidamente hierarquizada e meticulosamente planejada, mas sem apresentar provas concretas. O tom alarmista reforça essa abordagem, utilizando os eventos de 8 de janeiro como centro da acusação e recorrendo à heurística da disponibilidade para associar os acusados aos atos de vandalismo, mesmo sem evidências diretas.

Além disso, a denúncia seleciona falas e eventos que reforçam sua tese, ignorando qualquer elemento contrário. Como alertou John Stuart Mill em *Sobre a Liberdade*, suprimir a contestação política abre caminho para a tirania, criminalizando o próprio debate.

Talvez o ponto mais preocupante da denúncia seja a tese de que questionar o sistema eleitoral configura uma forma de "preparação psicológica" para um golpe. Esse raciocínio cria um precedente perigoso, transformando o debate político em algo suspeito por natureza. Mais uma vez, há um paralelo com *1984*: o crime de pensamento não se baseia em ações concretas, mas na mera suspeita de ideias contrárias ao regime.

Juridicamente, a denúncia é inconsistente. Os crimes imputados exigem atos concretos, mas a peça se sustenta apenas em discursos políticos e inferências sobre intenções. O crime de abolição violenta exige força ou grave ameaça, algo inexistente. Da mesma forma, a tentativa de golpe pressupõe atos executórios, o que não ocorreu. A acusação de organização criminosa presume um grupo estruturado para crimes, mas o que se vê são articulações políticas dentro dos limites democráticos.

No final, não temos uma denúncia sólida, mas um exercício retórico que subverte os princípios do Direito. Se a contestação política pode ser criminalizada, a liberdade de expressão deixa de ser um direito fundamental e passa a ser uma concessão do Estado. E assim, foi criada a máquina que mistura ficção e realidade, unindo para sempre 1984 e 2025.

A solução para os desafios do Brasil não está na radicalização dos extremos, mas na busca pela pacificação. O país precisa de um caminho que privilegie o diálogo, o respeito às diferenças e a construção de soluções equilibradas, capazes de atender às necessidades da maioria. A estabilidade política e o progresso econômico só serão alcançados quando houver disposição para superar a polarização e encontrar pontos comuns que unam a sociedade em torno de um projeto nacional sólido e sustentável.

Visão do Direito



Luciano Andrade Pinheiro
Sócio do Corrêa da Veiga Advogados. Mestre em propriedade intelectual e transferência de tecnologia pela UnB; Graduado em direito pela Universidade Federal da Bahia

A importância da análise especializada no registro de marcas

No dia a dia do escritório, é frequente o contato com clientes que, ao iniciarem por conta própria o processo de registro de marca, investem quantias relevantes na criação de sinais visuais e na identidade visual de seus projetos. Contudo, sem a devida análise prévia, muitos acabam enfrentando decisões de indeferimento que poderiam ter sido evitadas.

O elevado índice de indeferimentos por parte do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) decorre, em grande parte, da similaridade com registros preexistentes, da escolha inadequada da classificação ou do uso de termos genéricos e descritivos. Assim, embora o registro de marcas possa parecer um procedimento simples, ele envolve desafios que exigem conhecimento técnico e planejamento estratégico.

Afinal, quando um negócio aposta em um signo para representar e distinguir seus produtos ou serviços, vincula a ele sua reputação e competitividade no mercado. Situações como essas ultrapassam os custos diretos relacionados ao pedido de registro, impactando diretamente a identidade da empresa, sua relação com distribuidores e a percepção dos consumidores.

Esse foi o caso de um cliente do setor de bebidas que criou um signo visual qualificado como necessário, por denotar exatamente o produto ou serviço que a marca visava identificar (por exemplo, o signo "cerveja" para designar o comércio de cervejas). Sem ter conhecimento da impossibilidade de registro prevista no art. 124, inciso VI, da LPI, a empresa investiu substancialmente em branding, design de embalagens, campanhas publicitárias e distribuição.

Ao submeter o pedido de registro, foi surpreendida pelo indeferimento do INPI, fundamentado na impossibilidade legal de registrar a marca escolhida. Em outro caso, uma empresa recém-criada buscou nossa assessoria para o registro de sua marca, apresentando 20 opções de sinais visuais. Após uma análise detalhada, identificamos que apenas dois eram efetivamente registráveis. Essa situação evidencia como uma avaliação criteriosa antes do protocolo minimiza riscos, além de evitar retrabalho e prejuízos financeiros.

A análise de viabilidade do registro permite identificar conflitos potenciais e realizar ajustes estratégicos para aumentar as chances de concessão. Além disso, a definição precisa das classes de proteção, conforme a Classificação de Nice, pode evitar disputas futuras e reduzir vulnerabilidades legais.

Outro aspecto relevante é a correta instrução documental e o acompanhamento do processo administrativo, já que um pedido mal estruturado pode resultar em exigências formais ou indeferimentos, demandando recursos adicionais para reverter a decisão. Além disso, impugnações apresentadas por terceiros são frequentes e podem prolongar o procedimento, exigindo respostas técnicas bem fundamentadas.

Diante desse cenário, fica claro que garantir a segurança jurídica de uma marca vai além do cumprimento de formalidades, especialmente em um ambiente comercial cada vez mais dinâmico. Trata-se de um fator estratégico para preservar a identidade empresarial e prevenir litígios. Um planejamento cuidadoso e bem embasado faz toda a diferença na proteção efetiva dos interesses empresariais.

Visão do Direito



Daniele Ferreira da Costa
Advogada, pós-graduada em direito privado, em direito médico e criminologia



Berilo Martins da Silva Netto
Ex-procurador do RJ, ex-secretário de Justiça de SP. Membro da Comissão de Direito Canábico da OAB/RJ

Importância do CBD na saúde pública

A importância do canabidiol (CBD) na saúde pública é um tema que vem ganhando destaque à medida que mais pesquisas revelam suas potencialidades terapêuticas. O CBD se apresenta como uma alternativa viável para o tratamento de diversas condições de saúde, especialmente quando os tratamentos convencionais falham ou apresentam efeitos colaterais indesejados.

Essa característica torna o canabidiol um recurso valioso no arsenal da medicina moderna. Um dos aspectos mais relevantes do uso do CBD na saúde pública é sua capacidade de atuar em condições crônicas e debilitantes, como a dor crônica e os distúrbios psiquiátricos. Estudos demonstram que o canabidiol pode reduzir a intensidade da dor e melhorar a qualidade de vida dos pacientes, contribuindo para a diminuição do uso de opióides, frequentemente associados à dependência e à overdose.

A implementação de tratamentos com CBD pode, portanto, não apenas aliviar o sofrimento individual, mas também impactar positivamente as taxas de dependência química em nível populacional. Além disso, o CBD tem demonstrado eficácia promissora no tratamento de transtornos relacionados à ansiedade e à depressão. Compreender essas propriedades é crucial em um momento em que as taxas de doenças mentais estão aumentando globalmente. A inclusão do canabidiol como parte das estratégias de saúde mental pode oferecer uma abordagem mais holística e menos invasiva para o manejo desses transtornos.

A regulamentação adequada do uso medicinal do CBD também é fundamental para garantir seu acesso seguro à população. No Brasil, embora haja avanços nas diretrizes estabelecidas pela Anvisa, muitos pacientes ainda enfrentam barreiras significativas para obter produtos à base de cannabis. A superação dessas barreiras não só beneficiaria indivíduos com condições médicas específicas, mas também poderia aliviar a pressão sobre os sistemas públicos de saúde ao reduzir custos associados ao tratamento convencional.

A educação sobre o canabidiol e suas aplicações deve ser uma prioridade nas políticas públicas de saúde. Informar profissionais da saúde e a população sobre os benefícios e riscos potenciais do CBD pode promover um uso responsável e eficaz dessa substância, contribuindo assim para uma melhoria geral na saúde pública.

O contexto jurídico do CBD no Brasil é um tema complexo e em constante evolução, refletindo a crescente aceitação social e científica da cannabis medicinal. Nos últimos anos, o país tem avançado na regulamentação do uso de produtos à base de CBD, embora ainda enfrente desafios significativos que limitam o acesso dos pacientes a esses tratamentos.

A Anvisa desempenha um papel crucial nesse cenário, tendo aprovado, em 2015, uma resolução que permite a importação de produtos à base de cannabis para fins medicinais. Em 2020, a Anvisa deu um passo importante ao regulamentar a fabricação e comercialização desses produtos no Brasil, estabelecendo normas que visam garantir a qualidade e a segurança dos medicamentos. No entanto, essa regulamentação ainda é considerada insuficiente por muitos defensores da cannabis medicinal, uma vez que os processos burocráticos para obtenção de autorização são complexos e demorados.

Além disso, o acesso ao CBD é frequentemente limitado por questões financeiras. Os custos elevados dos produtos importados ou mesmo os desenvolvidos localmente podem ser proibitivos para muitos pacientes que necessitam desse tratamento. A falta de cobertura pelos planos de saúde também contribui para essa barreira econômica.

Outro aspecto relevante é o debate jurídico em torno da descriminalização do uso recreativo da cannabis no Brasil. Embora esse tema não se restrinja apenas ao CBD, ele influencia diretamente as percepções sociais e políticas sobre o uso medicinal da planta. O avanço nas discussões sobre descriminalização pode abrir portas para uma maior aceitação e regulamentação do canabidiol como uma opção terapêutica legítima.

Por fim, é fundamental destacar a importância da educação e da conscientização sobre o canabidiol entre profissionais da saúde e a população em geral. A desinformação ainda prevalece em muitos setores, dificultando o reconhecimento das potencialidades terapêuticas do CBD e perpetuando estigmas associados ao seu uso. Portanto, iniciativas voltadas para informar sobre os benefícios e riscos do canabidiol são essenciais para promover um ambiente mais favorável à sua utilização na medicina brasileira.



Laura Santoianni Lyra Pinto
Advogada do Family Office do Briganti Advogados, especialistas em direito de família e sucessões, e planejamento patrimonial e sucessório



Samantha Teresa Berard Jorge
Advogada do Family Office do Briganti Advogados, especialistas em direito de família e sucessões, e planejamento patrimonial e sucessório

Consultório jurídico

Como garantir os cuidados dos filhos quando o casal se muda para o exterior por motivos profissionais?

Conciliar o momento profissional dos pais com os interesses e cuidados dos filhos pode ser um desafio, especialmente no caso de casais que, por motivos de trabalho, decidem mudar-se para outro país, enquanto os filhos adolescentes desejam permanecer no Brasil.

É importante lembrar que, enquanto os filhos são menores, os pais possuem o poder familiar, que consiste no conjunto de direitos e deveres constitucionais de assistência, criação e educação, tratando-se do dever de proteção previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O poder familiar é irrenunciável, intransferível, inalienável e imprescritível, e decorre não só da filiação legal, mas também da socioafetiva. Ou seja, os pais não podem renunciar aos filhos, e seus deveres e obrigações não podem ser cedidos, podendo apenas delegar seu exercício para membros da mesma família.

Cabe aos pais o dever de dirigir a criação e educação dos filhos menores, autorizar o casamento entre os de 16 e 18 anos e autorizar viagens ao exterior, mesmo que acompanhados por apenas um dos pais. Portanto, a mudança de residência de ambos os pais ou de um só deles para o exterior não afasta o poder familiar. O poder-dever de representar os filhos nos atos da vida civil permanece, independentemente da distância geográfica, caso os filhos adolescentes optem por permanecer residindo no Brasil. Dessa maneira, é preciso prezar pelos cuidados dos menores por meio de membros da família, valendo-se de instrumentos jurídicos, como a procuração pública de plenos poderes ou, até mesmo, a emancipação, os quais podem ser mecanismos eficazes para garantir segurança à família e mitigar os impactos da separação física.

No caso de adolescentes entre 16 e 18 anos, a procuração poderá ser um instrumento para auxiliar na representação dos pais enquanto estiverem ausentes do país, pois não extingue o poder familiar e pode conceder plenos poderes para que terceiros — como familiares e pessoas de confiança com vínculo afetivo com o menor — pratiquem atos, administrem interesses e os representem em órgãos e instituições sempre que necessário.

Todavia, a escolha do terceiro a ser nomeado deve ser feita com cautela, pois qualquer ato ilegal ou decisão equivocada recairá sobre a responsabilidade dos pais. Isso porque os pais continuam legalmente responsáveis pelas decisões e ações tomadas pelo filho, podendo ampliar ou restringir os poderes, ou até mesmo revogar a procuração a qualquer momento.

Por outro lado, a emancipação — considerando que o menor tenha mais de 16 anos — extingue o poder familiar e confere plena capacidade civil ao filho. Se houver concordância de ambos os pais, a emancipação pode ocorrer pela via extrajudicial, mas é um ato irrevogável, ou seja, não pode ser desfeito pelos pais. Trata-se de um procedimento célere, que exige a assinatura da escritura de emancipação em um cartório de notas e sua averbação na certidão de nascimento no Cartório de Registro Civil.

No entanto, a decisão pela emancipação do menor deve ser muito bem-avaliada pelos pais, considerando se o menor possui maturidade suficiente para tanto, diante das responsabilidades que surgirão na vida adulta e das consequências jurídicas envolvidas.

Isso porque a emancipação possibilita que o menor antecipe suas responsabilidades legais no âmbito civil, o que inclui a gestão das finanças e moradia, o recebimento de herança, a assinatura de contratos, a tomada de decisões sobre casamento, viagens, entre outras. Ressalta-se que a antecipação de responsabilidades se restringe ao âmbito cível, pois a responsabilidade criminal continua sendo atribuída aos pais ou responsáveis, conforme as normas do ECA.

Visão do Direito



Thiago Turbay
Doutorando pela Universitat de Girona (UdG/Espanha), mestre em raciocínio probatório pela UdG, mestre pela Universitá Degli Studi di Genova (UniGenova/Itália), mestre em direito pela Universidade de Brasília (UnB)

A inconsistência lógica e jurídica do racismo inverso

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou todos os atos processuais e arquivou ação penal de injúria racial movida por um homem branco contra um negro. O colegiado rejeitou a tese de racismo reverso. O Ministério Público de Alagoas havia denunciado o homem que endereçou uma mensagem contendo o seguinte conteúdo: "escravagista cabeça branca europeia". A vítima tem nacionalidade italiana. A denúncia foi aceita pelo Judiciário, sob o argumento de ter havido violação ao artigo 2-A a Lei 7.716/89.

O relator do caso, ministro Og Fernandes, fez menção ao julgamento com perspectiva racial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), documento que instrui os atores do Sistema de Justiça em demandas raciais. Argumentou, ainda, que o delito de racismo visa à proteção de grupos minoritários, sujeitados a processos de rebaixamento em razão da cor da pele.

A decisão gerou repercussão em arenas discursivas que fomentam discursos de ódio e recebeu ameaças de retaliação. Entre elas, a do deputado federal Kim Kataguiri (União-SP), que declarou querer "rever a decisão", o que não me parece possível dado o desenho institucional que regula as funções e atribuições parlamentares.

Nesse caso, resulta útil a definição de racismo estrutural. Tomarei como marco teórico a formulação de Silvio Almeida, que parece condensar os grandes debates sobre racismo, oferecendo critérios metodológicos úteis e atuais de identificação, modelagem e efeitos, sem desconsiderar os avanços da filosofia crítica na matéria.

O racismo estrutural integra diversas práticas e mecanismos, que se ordenam e articulam de maneira a potencializar a discriminação, a promover dispositivos de controle e poder, de maneira sistematizada, havendo desenhos institucionais e estratégias coloniais de deterioração, invisibilização da população negra. Produz efeitos individuais e transindividuais, com afetação subjetiva e epistemológica, de maneira a atualizar os mecanismos de dominação, tirando o povo preto do alcance da dignidade humana. O racismo é a regra. O funcionamento das relações sociais e dos sistemas comunitários e políticos se dá nessa ótica. O conceito é correspondente aos interesses jurídicos de regulação de condutas e estruturas de poder.

A explicação é salutar dado que explicita que as relações de poder e domínio são condições necessárias à consecução do racismo juridicamente relevante, o que implica assumir haver uma conduta incompatível com a norma jurídica.

O sistema jurídico nacional contém norma constitucional que proíbe a discriminação racial, estipulando uma sanção condicionada à ação discriminatória. A proibição está atrelada à proteção da dignidade humana, inexoravelmente. Há necessidade de projetar em todo o sistema mecanismos de aplicação e formatação de normas que não sejam incoerentes, incompletas e, que devem corresponder à expectativa de vigência do conteúdo regulado, incidindo sobre relações específicas, com relevância jurídica.

> "O racismo reverso tem aptidão para constituir discriminação juridicamente relevante, cabendo hipoteticamente a aplicação de consequência jurídica"

O direito é eficiente quanto à integração política e comunitária, dado que controla as relações sociais e o comportamento individual, bem como define a engenharia do exercício do poder, manejando operadores deônticos que determinam proibições, permissões e obrigações, com atuação em múltiplos níveis, os quais operam coerções, a exigibilidade do agir em conformidade, sob ameaça e aplicação de sanção.

A premissa é de que o sistema jurídico não pode tolerar discriminação racial, dado que haveria rompimento racional das bases axiológicas e da racionalidade ordenadora do conjunto de normas.

As normas jurídicas, por sua vez, são informadas por enunciados que expressam as condutas objetos de regulação e, explicitam a consequência jurídica em caso de descumprimento, que tem conteúdo prescritivo, prescreve uma ação à autoridade autorizada pela norma e indica à cidadania qual a guia de conduta a seguir. As normas jurídicas são formuladas por duas facetas: uma oração que expressa o fato que sofrerá interferência e o conteúdo prescritivo incidente, estipulando sanção em caso de descumprimento. O sistema jurídico, por fim, depende da apreensão do conteúdo expressado pelas normas, nas distintas facetas, levando em consideração um número máximo de ações a serem reguladas e o conjunto de soluções viáveis.

Voltando ao caso, se a oração que descreve o fato regulado não expressa semanticamente o significado da discriminação racial, juridicamente relevante, o predicado de ação não se corresponderá àquele que sofre intervenção do direito. Ademais, não estará integrado no conjunto de soluções possíveis. Há exigência de prévia conformação semântica daquilo que expressa o conteúdo das normas jurídicas. Não há como defender sistematicamente a punição de racismo reverso.

Sem embargos, não haverá incoerência do sistema jurídico ao não aplicar sanção à discriminação racial em casos de ofensas raciais de negros contra brancos. Vejamos a formulação considerando a aplicação da lógica.

A norma N contém a proposição prescritiva que proíbe (F) a discriminação em razão da raça (d), o que gera uma consequência jurídica (p) em caso de descumprimento, considerando o universo de enunciados de ação relevantes contidos na norma (Uc), de modo que a ordem prescritiva seja conjugada pela autoridade x, de acordo com critérios pragmáticos do sistema normativo operativo. Dessa maneira, é possível representar o seguinte esquema N=F(d) (d Uc x p). A norma N está contida no Sistema Jurídico operativo hipotético (Sn).

Vejamos uma norma N1, que dispõe sobre a concessão preferencial de vagas para negros em contratações públicas. Tal norma não é incoerente à N, dado que não há inconsistência lógica em: N1= F(d) (~d Uc ~p). A equação expressa que se não há discriminação, não haverá consequência jurídica a ser aplicada.

No caso, a oração descritiva contida no enunciado de ações não é extensível ao predicado discriminação, dada a ausência dos elementos conceituais que explicam o que é discriminação. A concessão preferencial não contém as propriedades que determinam o ato discriminatório, necessariamente. Outrossim, o significado semântico não está contido no universo de casos relevantes em que incide a norma, não havendo exigibilidade da consequência jurídica relativa à F(d).

Ocorre o mesmo no caso do racismo reverso, dado que não haverá discriminação, o que é compatível com a norma elementar que proíbe a discriminação racial. (~d ~p). O contrário sim, defender o racismo inverso produz efeitos racializados que estão incorporados no conceito de racismo estrutural, dado que revela uma dimensão operativa de exercício de poder que implica descontinuação da esfera de direitos os quais incide obrigação de proteção aos discriminados. A tentativa é incorporar novo mecanismo de opressão e sanção, que reproduz efeitos discriminatórios. Se voltarmos ao esquema lógico: F(d) (d Uc ~p), o que resultaria em inconsistência do sistema, descumprindo axioma lógico.

A conclusão é de que sob uma perspectiva operativa e sistematizada, não pode haver racismo reverso. Ademais, se avaliarmos sob uma perspectiva da lógica normativa, não há incoerência lógica em não aplicar consequência jurídica em casos de injúria racial de negros contra brancos, o que não constitui racismo, podendo haver outras consequências jurídicas oponíveis, que não tem relação com a raça. Qualquer dos ângulos de análise indicam que não é racionalmente justificada a defesa do racismo reverso, não havendo razões jurídicas adequadas que comportem concluir o contrário.

DIÁRIOS ASSOCIADOS D.A | **Diretora de Redação:** Ana Dubeux; **Edição:** Ana Maria Campos; **Repórter**: Maria Eduarda Lavocat; **Diagramação:** Arthur Filho; **Arte e Ilustrações:** Kleber Sales

CORREIO BRAZILIENSE

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira, 27 de fevereiro de 2025

Para anunciar ▸ 3342-1000

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA | 2 IMÓVEIS ALUGUEL | 3 VEÍCULOS | 4 CASA & SERVIÇOS | 5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES | 6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1 IMÓVEIS COMPRA E VENDA

1.1 Apart Hotel
1.2 Apartamentos
1.3 Casas
1.4 Lojas e Salas
1.5 Lotes, Áreas e Galpões
1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI !
ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

INVEST FLAT VENDE
BIARRITZ FLAT apto 1qto com 66m², 16 andar. 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

INVEST FLAT VENDE
BIARRITZ FLAT apto 1qto com 66m², 16 andar. 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

MEU IMÓVEL IMOB
LUGARCERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
R 24 Apto Piazza D Oro Apto 2 qtos 1 suíte 1 vaga 57m2 área de lazer Tr: 995624472 cj25698

SR. IMÓVEIS CJ 9417

R 37 SUL Resid Rivoli 2qts sendo 01 suite , garagem, lazer completo, andr alto , bem reformadíssimo. Tr. 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

TRATO FEITO IMÓV
R DAS PITANGUEIRAS Apto 2 qtos 53m2 1 su çite 1 vaga 99418-8477 cj21694

SORAYA CORRETORA
LUGARCERTO.COM.BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

MEU IMÓVEL IMOB
R 24 Apto Piazza D Oro Apto 2 qtos 1 suíte 1 vaga 57m2 área de lazer Tr: 995624472 cj25698

TRATO FEITO IMÓV
R DAS PITANGUEIRAS Apto 2 qtos 53m2 1 su çite 1 vaga 99418-8477 cj21694

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV ARAUCÁRIAS Res Acqua Village 3qts 1ste 2 vagas 92m2 lazer Fgts 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA NORTE

QUITINETES

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI !
ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

KIT 209N R$250.000,00
209 NORTE Kit desocupada 33m² úteis Bl. C. Reformada. Oportunidade mesmo! Se olhar compra F: 99982-2077 c513

PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui:lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2 QUARTOS

SÓ R$650.000,00 A VISTA
312 NORTE área útil 80m² 2qts + depds armários original sinal 200mil rest. Nas chaves. Oport. única 99982-2077 c513

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
106 NORTE 154m2 3qts 3 banheiros, 1 vaga. área nobre de Bsb 98313-0206 cj5179

OPORTUNIDADE ÚNICA!!
208 NORTE 128 m², 3 suítes, 2 vagas. Tr: 61 98466-1844 creci 7432

COMPRO URGENTE - P/Clientes Asa Norte/ Sul 2, 3, 4qts. Negócio rápido 99842-6366 c3594

COMPRO URGENTE - P/Clientes Asa Norte/ Sul 2, 3, 4qts. Negócio rápido 99842-6366 c3594

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
110 NORTE Luxuoso Res. Caravelas 4qts 238m2 Alto padrão, canto c/ 3 vagas 3032-7700 98313-0206 cj5179

OPORTUNIDADE !!!
210 NORTE 151 m², 5 andar, vista livre, cobertura coletiva Tratar: 61 98466-1844 creci 7432

ASA SUL

1 QUARTO

JR JRIBEIRO imóveis Desde 1992
"Experiência faz diferença"
Aluguel e venda
Consulte-nos (61) 3322-3443

INVEST FLAT VENDE
PARK SUL excelente apto 1 qto 50m2 . Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

2 QUARTOS

310 SUL Bl G ap 101 vdo/alugo 2qts 55m c/ gar. Partic 99150-4774

4 OU MAIS QUARTOS

"PARTICULAR"
312 SQS, 04 qtos, 04 suítes, reformado, mobiliado, área 450m², 2gar. Tr: 61 99985-8313

"PARTICULAR"
312 SQS, 04 qtos, 04 suítes, reformado, mobiliado, área 450m², 2gar. Tr: 61 99985-8313

CRUZEIRO

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 1201 Bairro novo 63m2, 3qts 1 suite 2 banhs Reformado c/ elevador 3032-7700 98313-0206 cj5179

GUARÁ

2 QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
AE 02 Dolce Vitta cobertura linear, 152m2 CJ 5211. Tr: 3322-3443

J RIBEIRO VENDE
AE 02 Res Via Boulevard 56,24m2 área util 1 vaga cj 5211 3322-3443

3 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

LAGO NORTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
CA 08 apto 3qtos 228m² cond fechado 98311-5595 c/19540

NOROESTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m2 3 qtos 2 vgas 98311-5595

4 OU MAIS QUARTOS

PARTICULAR
SQNW 108 4qts 4 suites 3 garagens c/ lazer completo . Falar direto c/ proprietário. (61) 98345-4243 Somente pelo whatssapp

PARTICULAR
SQNW 108 4qts 4 suites 3 garagens c/ lazer completo . Falar direto c/ proprietário. (61) 98345-4243 Somente pelo whatssapp

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suite 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQSW 500 Moderno apto 3qtos 109m2 2 vagas. Tr: 98311-5595

COMPRO URGENTE - P/Clientes 2, 3, e 4qtos Sudoeste/Noroeste 99842-6366 c3594

COMPRO URGENTE - P/Clientes 2, 3, e 4qtos Sudoeste/Noroeste 99842-6366 c3594

TAGUATINGA

2 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

VALPARAÍSO

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
PARQUE ESPLANADA apto 2qtos sala banh coz planejda c/elevador Tr: 3033-3865 cj21229

1.3 CASAS

ÁGUAS CLARAS

4 OU MAIS QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m2 área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

CANDANGOLÂNDIA

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QR 02 2qts lote 128m2 2 suítes 3 vagas. Ac financiamento 99562-4472 cj25698

GUARÁ

3 QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QE 26 3 qtos laje lote 200m2, 180m2 construída R$ 850.000. Ac financ 99985-7115 c1533

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QE 38 sobradão 4qtos 2 stes 300m2 ar construída arms 2gar. Ac financ 99985-7115 c1533

LAGO SUL

4 OU MAIS QUARTOS

QI 05 vdo cs S. Chác. próx. Gilberto Salomão 992022188 /98286-4168

REGINA NEVES CONSULTORA IMOBILIÁRIA CRECI 19395
OS MELHORES IMOVEIS DE GOIÂNIA
QUER MORAR OU INVESTIR EM GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES OPÇÕES PRA VOCÊ!



(62) 98280-1111

SÓ R$2.800.000,00
QI 28 Sul 4 suítes, toda porcelanato, dep. completa, armários cozinha. Excel. aq. solar. Oportunidade! 99982-2077 c513

SÓ R$2.800.000,00
QI 28 Sul 4 suítes, toda porcelanato, dep. completa, armários cozinha. Excel. aq. solar. Oportunidade! 99982-2077 c513

NOVO GAMA

1 QUARTO

QD 03 360m2 laje 1qto grde, sala coz 250mil tenho fotos 98151-3115

QD 03 360m2 laje 1qto grde, sala coz 250mil tenho fotos 98151-3115

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qtos 1suite 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar lt 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guará 3q 99985-7115 c11533

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar lt 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guará 3q 99985-7115 c11533

Trabalho & formação profissional

Veja o suplemento **TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL** veiculado todos os domingos no jornal **CORREIO BRAZILIENSE** e fique por dentro das melhores oportunidades de emprego, estágios, cursos, datas e dicas sobre concursos públicos e matérias sobre comportamento profissional.





Aponte a câmera do seu celular no QR Code para entrar em contato conosco

@classificadoscb

@classificadoscb

Obs: As vagas de emprego estão disponíveis no caderno Trabalho & Formação Profissional excepcionalmente aos domingos

1.3 PARK WAY

1.3 CASAS

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

SOBRADINHO

2 QUARTOS

PEDRO JÚNIOR
ESCRITÓRIOIMOBILIÁRIO. Os melhores imóveis estão aqui! lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos 128m2, 2 vagas sl de estar coz. 98481-4268

PEDRO JR C1278 VENDE
QD 02 casa 120m2 3 qtos, 1 suíte, 2 vagas 98481-4268/ 3591-1306

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

MEU IMÓVEL IMOB
CLN 114 loja térrea 28m2 reformada, porta blindex 995624472 cj25698

ASA SUL

SR. IMÓVEIS CJ 9417

CLS 310 Vendo Excelente loja com 105 metros c/ 03 pisos alugadas por R$ 5.670,00 inquilino com mais de 10 anos . ›tima oportunidade. Ligue e confira: 99109-6160 3042-9200 cj9417 Sr. Imóveis

SR. IMÓVEIS CJ 9417

CLS 414 Vendo Excelente loja alugada, c/ térreo subsolo sobreloja 250m2, reformada . Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

GUARÁ

ADELSON IMÓVEIS
AE 02 prédio comerc/ resid 2lj + 2ap lt 200m2 R$1.050.000, ac cs Guará Tr.99857115 c1533

SALAS

ASA NORTE

INVEST FLAT VENDE
ED FUSION WORK e Live - Sala 37m² 10 andar. Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

ASA SUL

J RIBEIRO VENDE
SGAS 610/611 Sala Centro Médico Lúcio Costa c/ 1 vaga de garagem cj5211 3322-3443

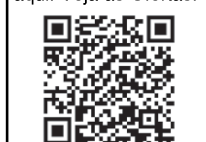
ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

J RIBEIRO VENDE
SGAS 610/611 Sala Centro Médico Lúcio Costa c/ 1 vaga de garagem cj5211 3322-3443

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

GAMA

PEDRO JR C 12778 VENDE
COND ALTO da Boa Vista excel lote 504m2. Preço ocasião. 98481-4268

PEDRO JR C1278 VENDE
COND ALTO da Boa Vista lt 504m2 R$ 400.000,00. Tr: 98481-4268/ 3591-1306

GUARÁ

SR. IMÓVEIS CJ 9417

QI 08 Excelente Lote comercial, 400m2. Podendo construir 3 vezes. Aceito 100% em imóveis 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

LAGO SUL

OPORTUNIDADE!!
QI 19 Sul Lote 1.365m^2 + 3.000m^2 área verde, casa de 2 qtos, arms, laje +2 stes externas. Só R$ 3.200. 99982-2077 c513

PARK WAY

VENDO SMPW 20.000M²
QD 04 Na pista entrada pela frente e fundos. Plana formada pista interna toda bloqueteada. Oport! Inf: 99982-2077 c513

SAMAMBAIA

PLANO EMPREEND.
SAMAMBAIA SUL lote quitado c/ área 275m2 regularizado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA

PARA CONSTRUTORES
CNB 07 única. Taguatinga 1.200m^2 Tr: Aragão 61 98160-0202 c/2072

VALPARAÍSO

BR 040/GO 16 MIL M²
VALPARAÍSO-GO 300m frente p/ BR 040/GO km 8, próx. do Luziânia BUILT TO SUIT. Próprio para CD, mercado, atacado ou logística. Tr: 61 9.9868-1355 wpp

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

FORMOSA GO VENDO URGENTE NEGÓCIO DE OCASIÃO
SÍTIO DE 16,8 HECTARES em excelente localização no município de Formosa GO a 6km do Distrito do Bezerra, 34km de Formosa GO e a 110 km de Brasília, acesso asfaltado pela GO 468. Local bem arborizado, perfeito para quem quer um local de descanso, tem energia elétrica, água encanada e uma casa com 3 quartos, sala, cozinha e banheiro. Valor R$ 550.000. Contato: 61 99874-0104

RITA LANDIM VENDE
PADRE BERNARDO GO linda chác. 14.000 m2. 3552-4358 c/12179

OUTROS ESTADOS

ALEXÂNIA-GO 20.000m^2. Local Plano e Seguro. Água, energia. Net.Lazer ou Morar. Setor Chácaras. A vista. (62) 98406-5441 c/5935

VALE DO PARANÃ - GO
ÚLTIMA FRONTEIRA Agrícola do Estado de Goiás. Distante 270Km de Bsb 2.800 Ha, 1.500 Ha formado, bastante água, 40 divisões de pasto, boa sede, 2 currais ót preço 61 99978-1485

2 IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel
2.2 Apartamentos
2.3 Casas
2.4 Lojas e Salas
2.5 Lotes, Áreas e Galpões
2.6 Quartos e Pensões
2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ASA NORTE

2 QUARTOS

SR. IMÓVEIS CJ 9417

SCLRN 713 Bloco A apto 01, 2qts sala cozinha e banheiro, 60m2, só R$2.300,00 Marca sua visita. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS CJ 9417

SCLRN 713 Bloco A apto 01, 2qts sala cozinha e banheiro, 60m2, só R$2.300,00 Marca sua visita. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

3 QUARTOS

STN SOF Norte Qd 02 Bl B lt 13 ap 101 al ap 3q ref a.emb sl cz wc $ 1.400 991577766 c9495

STN SOF Norte Qd 02 Bl B lt 13 ap 101 al ap 3q ref a.emb sl cz wc $ 1.400 991577766 c9495

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

307 SUL vazado, nascente. Todo Reformado 3 qtos (1 suíte) c/ arms, pintura nova Dce, gar. Direto c/ propriet. (61) 3577-2442/ (61) 99983-7290

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz ä99112-3703 / 3386-9000 cj22002

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
LUGARCERTO.COM.BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.3 CASAS

CRUZEIRO

1 QUARTO

TRATO FEITO IMÓV
QD 10 Alugo casa 1 qto sala grande, quintal, sozinha no lote, próx a tudo 99418-8477 cj21694

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO I alugo apto 3 qtos 110m2 1 su çite Tr: 3344-4112

TAGUATINGA

3 QUARTOS

QNL 08 Bloco E casa 13 c/ 3qts R$ 1.800, F:98333-1777

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ÁGUAS CLARAS

RUA 14 NORTE Resid. Supremo Aluga-se loja c/ aprox 51,79m2 e 01 banheiro. R$ 3.400,00 3355-2005/ 98141-1639 **Imob Forte cj7118**

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS CJ 9417

SCLRN 712 Prédio de frente para W3 com subsolos, térreo, 1 e 2 andarares, com 220 metros. Reformadíssimo. Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

CEILÂNDIA

EQNN 01/03 Bl A Lj 4 c /s.solo wc 100m $ 1.500 ap 2q a.emb sl cz wc 900 99157-7766 c9495

EQNN 01/03 Bl A Lj 4 c /s.solo wc 100m $ 1.500 ap 2q a.emb sl cz wc 900 99157-7766 c9495

GAMA

GAMA Alugo salas comerciais e loja. Tr: 99903-0605

4 CASA & SERVIÇOS

4.1 Construção e Reforma
4.2 Moda, Vestuário e Beleza
4.3 Saúde
4.2 Comemorações, e Eventos
4.5 Serviços Profissionais
4.6 Som e Imagem
4.7 Diversos

4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS

ADVOCACIA

ADVOGADO
CRIMINAL ATENDE em todo Brasil. Tr: (61) 99318-7858 / (62) 99630-0702 OAB 60621

ADVOGADO
CRIMINAL ATENDE em todo Brasil. Tr: (61) 99318-7858 / (62) 99630-0702 OAB 60621

SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO

DETETIVE BARETA
ADULTÉRIOFOTOS filmagens, Whatsapp, relatorio, GPS 99971-1190 3223-8330 24hs

DETETIVE BARETA
ADULTÉRIOFOTOS filmagens, Whatsapp, relatorio, GPS 99971-1190 3223-8330 24hs

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária
5.2 Comunicados, Mensagens e Editais
5.3 Infomática
5.4 Oportunidades
5.5 Pontos Comerciais
5.6 Telecomunicações
5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

MÍSTICOS

AMOR DE VOLTA EM 6 HORAS

ABA faz pacto de riqueza, cura impotência sexual, ejaculação precose, frieza sexual, afasta rivais,fornece números da sorte para jogos de loteria. Garantido em contrato. Atendemos também aos feriados. Falar c/ a Prof Jana (61) 9.9149-8430

CARTA TAROT Amarração para o amor, traz a pessoa amada. Marque sua consulta. (61) 98221-1576

5.4 OPORTUNIDADES

NEGÓCIOS

FRANQUIAS E SOCIEDADES

IMOBILIÁRIA MONTADA

VICENTE PIRES Procura parceria c/ Corretor de imóveis ou seguros Whats (61) 98500-8500

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

CAMILA

COROA LINDA e Bronzeada 38 anos. Oral Babadinho no Sudoeste Whats (61) 99309-2079

FAÇO ORAL

GINA 35 ANOS Oral até o fim em homens ativos deixo finalizar na boca A.Nt 61 98423-0109

MASSAGISTA

COM OU SEM EXPERIÊNCIA trab. 6 horas por dia. Pagto diário 61 98156-9755



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÕES

Pregão Eletrônico n. 90016/25

OBJETO: Aquisição e montagem de estações de trabalho, novas e para primeiro uso.
DATA DA ABERTURA: 13/03/2025, às 10h.

Pregão Eletrônico n. 90017/25

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção corretiva e suporte técnico aos equipamentos de acesso ao sistema Pauta Eletrônica utilizado nos plenários das comissões da Câmara dos Deputados, composto por terminais computacionais do tipo desktop com teclado e mouse, gabinetes com elevadores para monitor e monitores de vídeo sensíveis ao toque, pelo período de 12 (doze) meses.
DATA DA ABERTURA: 17/03/2025, às 10h.
EDITAL E INFORMAÇÕES: 14º andar do Edifício Anexo I - fone (61) 3216-4906, bem como nos endereços eletrônicos: www.camara.leg.br e www.comprasnet.gov.br.

DANIEL DE SOUZA ANDRADE
Pregoeiro

5.7 MASSAGEM RELAX

MASSAGEM RELAX

AS+TOPS DAS GALÁXIAS

AS 20 TODAS lindas bemestarmassagens.com.br Fones: 61 985621273/ 3340-8627

DEPILAÇÃO na máquina gilete. Agende seu horário (61) 99214-4076

MASSAGEM PROSTÁTICA

INVERSÃO DE papéis. Orgasmos duplo. 6133267752/992004541

ANARA PROFISSIONAL

MASSOTERAPEUTA SOU UMA mulher com 45anos Bonita, educada e paciente Asa Sul 61 98177-7945 Whatsapp

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego
6.2 Procura por Emprego
6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

GERMANA ALIMENTOS CONTRATA

AUXILIAR PRODUÇÃO e Aux. Serviços gerais (limpeza) para trabalhar em Samambaia. Diversas vagas. Interessados enviar currículo p/ rh@germana.com.br

CLUBE GRAVATÁ CONTRATA

AUXILIAR DE SERVIÇOS Gerais, que possa morar no local. Salário +benefícios R$ 2.400. Favor entrar em contato: 3225-2731/ 99690-1710

AUXILIAR de conserto máquina de lavar roupa Tr. 99178-3081

CASEIRO PARA Serviços Gerais, para morar. Casal. Tr. 99976-4334

INDÚSTRIA CONTRATA

COSTUREIRAS (OS) Com experiência. Para início imediato. Enviar currículo para: recrutamentowi2020@gmail.com

6.1 NÍVEL BÁSICO

COZINHEIRO COM EXPERIÊNCIA para restaurante no Lago Sul. CV: dutravaldemir @hotmail.com

ESCOVISTA Contrato c/exp. Ofereço VT Asa Sul. Zap 99367-0220

MASSAGISTA c/ ou s/ exper semanal ou finais de semana, ótimos ganhos. (61) 99461-3436

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul 99186-6383

MASSAGISTA PRECISO c/ ou e/ exper. ›timos ganhos. Pagto por dia (61) 99417-3069

MASSAGISTA c/ ou s/ experiência ót. ganhos a.norte 61. 98205-1063

MASSAGISTA PRECISA-SE

COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

ÓTIMOS GANHOS!!

MASSAGISTA PRECISA-SE com ou sem exper.99414-1086 zap

MASSOTERAPEUTA PAGO fixo, urgência! c/experiência e refer. 99820-1003/982703234

INDÚSTRIA CONTRATA

OPERADOR DE PRODUÇÃO. Para início imediato. Interessados enviar currículo para: recrutamentowi2020@gmail.com

SECRETÁRIA DO LAR Para trabalhar em Vicente Pires - Av. da Misericórdia. Seg. à sexta 8h às 17:30h (1h de almoço). R$1.800,00 +passagens (carteira assinada). Não lava e nem passa roupa. Saber cozinhar bem e ser boa de limpeza. Enviar currículo para: (61) 98305-6860 Drielle

ZELADOR PREDIAL / Serv. Gerais c/ experiência. Salário R$ 1.600, + VT + VR segunda a sábado. Enviar CV: vagadf2018@gmail.com

MASSAGISTA PRECISO c/ ou e/ exper. ›timos ganhos. Pagto por dia (61) 99417-3069

6.1 NÍVEL BÁSICO

TRABALHAR EM LANCHONETE R$ 2.500 p/ mês em Sobradinho I, 16h às 20h e 23h às 03h. Enviar CV para: boemiadez @gmail.com

NÍVEL MÉDIO

AUXILIAR DE ALMOXARIFE

CONTRATAMOS PARA trabalhar em indútrias de alimentos em Samambaia com experiência comprovada em CTPS. Currículo para: **rh@germana.com.br**

CORRETORA SEGUROS CONTRATA

ASSISTENTE COMERCIAL e Administrativo de Seguros. Comissões acima da média. Benefícios: seguro saúde, vida e odonto. Comissões e PLR. Enviar currículo: contato@universaltrust.com.br

CONTRATAMOS

ATENDIMENTO EM BALCÃO e Montagem de lanches. De 16 às 23h. Com ou s/ experiência. Asa Norte. CV: contatorh56@gmail.com

CONTRATA-SE

AUXILIAR ADMINISTRATIVO. Início imediato. Asa Norte. Tratar: 61 98173-1168

CLÍNICA NA ASA NORTE

MASSAGISTA Precisa-se c/ s/exp c/comissão (61) 98214-4880 Elen



SENADO FEDERAL
COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90032/2025

OBJETO: Aquisição e instalação de gravadoras em braille com treinamento operacional e técnico, para a Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal – SEGRAF.
ABERTURA: 18/03/025, às 09h30, pelo sistema Compras.gov.br.
EDITAL E INFORMAÇÕES: www.senado.leg.br (Portal da Transparência do Senado Federal/Licitações e Contratos), www.compras.gov.br ou na COPEL, Bloco de Apoio 16, 1º andar, telefone (61) 3303-3036.

PAULA PARENTE CANTUÁRIA RAMOS
Pregoeira

6.1 NÍVEL MÉDIO

ROSSONI RESTAURANTE E BAR CONTRATA

COPEIRO, BARMAN e Op. De Caixa. Tr: 307 Asa Sul 61 99654-9350

CONTRATA-SE

FRENTISTA e Chefe de pista p/ região da Candangolândia-DF Email: cv.rhposto@gmail.com

CLÍNICA NA ASA NORTE

MASSAGISTA Precisa-se c/ s/exp c/comissão (61) 98214-4880 Elen

CONTRATA-SE

MOTORISTA PARA Caminhão Poliguindaste, damos treinamento. Com experiência comprovada em CTPS. Salário inicial R$ 1.800, +VT + almoço, segunda a sábado, folgas alternadas . Só Enviar currYculo para: 61 99844-3700 zap

RESTAURANTE ESTÁ CONTRATANDO MENSAL

MOTORISTA CAT."B" com experiência. Interessados enviar currículo para e-mail: adm@marzuk.com.br

LAVANDERIA BONASECCO CONTRATA

RECEPCIONISTA para trabalhar no Brasília Shopping , período tarde/noite. Interessados entrar em contato (61) 3224-0844 ou entregar currículo na Bonasecco do Brasília Shopping ou na 112 Sul

6.1 NÍVEL MÉDIO

CONTRATA-SE

VENDEDOR(A) COM OU SEM experiência, comunicativo.Enviarcurrículo p/ WhatsApp: 61 99229-7285

TEMOS VAGAS !

VENDEDOR(A) e Supervisorc/experiência.Benefícios: MEI c/ salário fixo, Ajuda Custo, Comissão. Seg. a Sex. Enviar CV: nutroxnutricao@gmail.com

VENDEDOR (A) INTERNO CONTRATA-SE

PARA TRABALHAR em Shopping. Ganhos R$ 2.000 a R$7.000. Enviar CV para o e-mail: ganharbem25@gmail.com

CLÍNICA NA ASA NORTE

MASSAGISTA Precisa-se c/ s/exp c/comissão (61) 98214-4880 Elen

6.1 NÍVEL MÉDIO

EMPRESA DE SOFTWARE CONTRATA

VENDEDORES para área comercial. Necessário conhecimentos básicos em TI, rotinas de ERP e boa comunicação verbal. Salário e comissões. Enviar currículo: rh@zapnotas.com

6.2 PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AGÊNCIA CONFIANÇA há mais de 30 anos, tem também : Secretaria do Lar, Arrumadeira, Diarista, Cozinheira de forno e fogão, Babá , Passadeira , Aux Serviços Gerais, Caseiro, cuidadora de idosos e motorista . Tel.: 3356-3351 ou 98609-0574

CUIDADOR OFEREÇO meus serviços, na minha casa permanentemente. 61 99248-7040

6.2 NÍVEL BÁSICO

CUIDO DO SEU Sítio, chácara , casa ou fazenda. Tr.(61) 98661-0130

CUIDADOR OFEREÇO meus serviços, na minha casa permanentemente. 61 99248-7040

CUIDADOR OFEREÇO meus serviços, na minha casa permanentemente. 61 99248-7040

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

SERVIÇOS

AULA PARTICULAR

INFORMÁTICA E CELULAR Segurança digital para 3ª idade. Conhecimento é tudo! Agende 99601-1535/983798447

INFORMÁTICA E CELULAR Segurança digital para 3ª idade. Conhecimento é tudo! Agende 99601-1535/983798447

ESTÁGIO EM DIREITO

REQUISITOS:
✓Cursando Direito
✓ Elaborar peças em conjunto com o advogado;
✓ Elaborar pareceres; Consultas jurisprudências;
✓ Acompanhamento em audiências.

OFERECE:
✓ Pacote Office Básico.
✓ Bolsa: R$650,00 + Auxílio Transporte
✓ Horário: Seg a Sex
✓ (12h às 16h ou 13h às 17h)

Interessados deverão enviar currículo para:
rhcb2025@gmail.com
Assunto: EESTÁGIO EM DIREITO

ESTÁGIO EM ADMINISTRAÇÃO

REQUISITOS:
✓Cursando Administração
✓ Rotinas administrativas, Controle de arquivos, Cotação e negociação no processo de compras, Análise financeira de contratos.
- Pacote Office Intermediário/Avançado

OFERECE:
✓ Bolsa: R$650,00 + Auxílio Transporte
✓ Horário: Seg a Sex
✓ (12h às 16h ou 13h às 17h)

Interessados deverão enviar currículo para:
rhcb2025@gmail.com
Assunto: ESTÁGIO EM ADMINISTRAÇÃO



CONTRATA CONSULTOR NA MODALIDADE CONTRATO INDIVIDUAL

PROJETO 914BRZ3051 EDITAL Nº 03/2025

Publicação de 1 perfil para contratação de profissional na área de ciências humanas e sociais aplicadas, cuja vaga está disponível na página da UNESCO, https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list.

Os interessados deverão cadastrar o CV e submeter sua candidatura na plataforma Roster (https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list) do dia 27/02/2025 até o dia 09/03/2025.

Em atenção às disposições do decreto nº 5.151, de 22/07/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional.

Eufrázio

DOBRADINHA
CLASSIFICADOS
CARNAVAL

Aproveite a folia e multiplique a visibilidade do seu anúncio no Classificados. Não perca essa chance de impulsionar suas vendas !

QUANTO MAIS DIAS VOCÊ ANUNCIAR

MAIS DIAS VOCÊ GANHA

É MAIS POR MENOS!

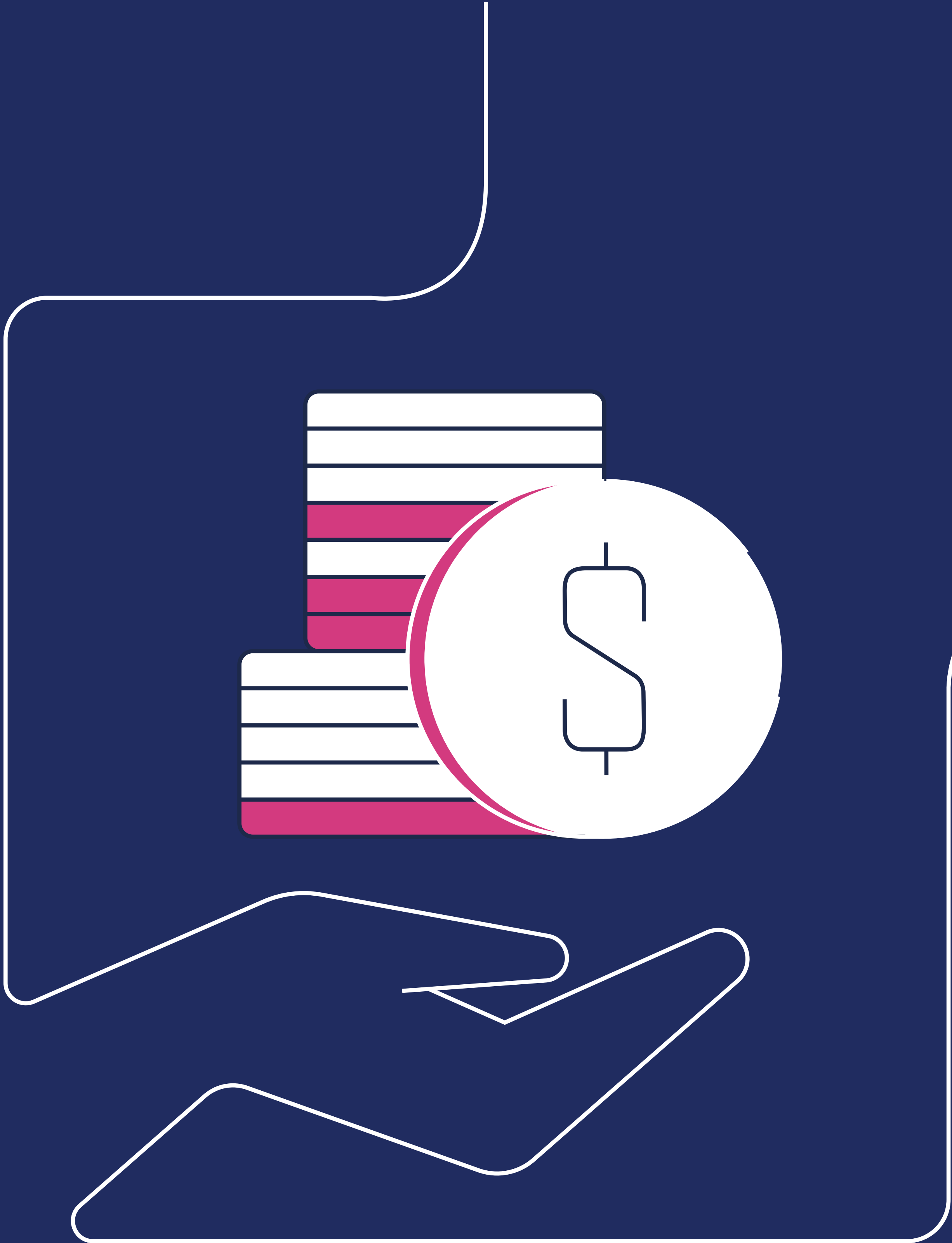
Entre em contato conosco:

61 3342-1000  **61 98167-9999**

1. A PROMOÇÃO É VÁLIDA PARA TODAS AS SEÇÕES DO CLASSIFICADOS PARA PEQUENOS ANÚNCIOS (PA) DE, NO MÍNIMO, TRÊS LINHAS E NÃO É CUMULATIVA COM OUTRAS NEGOCIAÇÕES CONCEDIDAS; 2. A VENDA DA PROMOÇÃO NÃO ESTÁ CONDICIONADA Á VENDA NOS SITES; 3. SÓ PARTICIPARÃO DA PROMOÇÃO OS ANÚNCIOS RESERVADOS ATÉ SEXTA-FEIRA (28/02); 4. ANÚNCIOS CANCELADOS NÃO SERÃO COMPENSADOS; 5. A VEICULAÇÃO DOS ANÚNCIOS SEGUIRÁ AS REGRAS DE PUBLICAÇÃO DO CLASSIFICADOS.

Eufrázio

Demonstrações Financeiras 2024





Eufrázio



CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Relatório da Administração - Exercício de 2024

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A., ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Informações Financeiras da Controladora

Ao final do exercício de 2024, a Companhia registrou um resultado de R$ 993,5 milhões, gerando assim uma taxa de retorno sobre o patrimônio líquido médio em 2024 de 19,9%. As receitas com equivalência patrimonial nas investidas em 2024 totalizaram R$ 938,8 milhões.

A Companhia terminou o ano de 2024 com um total de R$ 387,3 milhões em ativos financeiros e obteve ao longo do exercício de 2024 um resultado financeiro de R$ 50,4 milhões. O patrimônio líquido, em 2024, totalizou R$ 4.820,6 milhões, o que representa uma redução de 6,5% em relação ao patrimônio líquido final do exercício de 2023, sendo esta redução justificada pela distribuição de dividendos intercalares no segundo semestre de 2023, no valor de R$ 300,4 milhões.

Política de Reinvestimento de Lucros e Distribuição de Dividendos

A destinação do lucro apurado em cada exercício social é proposta pelo Conselho de Administração, por ocasião das demonstrações financeiras. A aprovação desta proposta é feita pelos Acionistas e devidamente registrada em ata na qual constará, entre outras informações, e caso aplicável, a parcela de lucro líquido ajustado que será distribuída a título de dividendos e a parcela do lucro que será retida para manutenção da continuidade operacional da Companhia.

A Companhia tem como prática a distribuição dos resultados obtidos, assegurando aos Acionistas, a título de dividendos, o mínimo de 25%, conforme estabelecido no Estatuto Social.

Honorários de Auditoria externa

A divulgação dos honorários de auditoria externa é publicada anualmente nas informações financeiras do controlador final, CNP Assurances, na França.

Considerações Finais e Agradecimentos

A Companhia agradece o apoio e a confiança dos acionistas - representados pela CNP Assurances S.A., CAIXA Seguridade Participações S.A. e CNP Assurances Latam Holding Ltda.

Reconhecemos o esforço eficaz e o profissionalismo da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, representada pela figura da CAIXA Seguridade Participações S.A., e do corpo funcional de todas as empresas da Holding.

Agradecemos também a todos os nossos clientes pela confiança.

Brasília, 12 de fevereiro de 2025.

A Administração

Balanço Patrimonial
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
ATIVO					
CIRCULANTE		**321.129**	**598.715**	**2.606.500**	**2.078.637**
Caixa e equivalentes de caixa		2	585	10.051	12.020
Ativos financeiros	5	**299.012**	**315.212**	**1.953.030**	**1.343.549**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		299.012	315.212	1.007.772	1.206.484
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		–	–	875.207	47.260
Ativos financeiros ao custo amortizado		–	–	70.051	89.805
Títulos e créditos a receber	6	–	7.269	162.470	371.486
Ativo fiscal corrente	8	14.416	12.313	24.880	22.830
Dividendos a receber	10	7.383	262.873	–	–
Outros ativos		316	463	15.698	13.415
Ativos relacionados a contratos de resseguros	14	–	–	129.800	58.200
Ativos relacionados a contratos de seguros	14	–	–	310.571	257.137
NÃO CIRCULANTE		**4.534.693**	**4.877.736**	**7.666.031**	**8.358.776**
Ativos financeiros	5	**88.265**	**91.660**	**3.902.127**	**4.775.310**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		–	–	11.422	9.709
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		88.265	91.660	2.761.375	3.658.777
Ativos financeiros ao custo amortizado		–	–	1.129.330	1.106.824
Depósitos judiciais e fiscais	7	–	–	2.418.127	2.276.554
Ativo fiscal diferido	8	160.045	126.402	706.569	283.194
Outros ativos		1	–	52.423	96
Ativos relacionados a contratos de seguros	14	–	–	17.479	442.856
Investimentos em controladas e coligadas	11	4.282.824	4.655.445	144.955	122.865
Ativos intangíveis	13	3.011	3.011	162.101	192.804
Propriedades para investimento	12	–	–	149.144	82.327
Imobilizado	13	547	1.218	113.106	182.770
TOTAL DO ATIVO		**4.855.822**	**5.476.451**	**10.272.531**	**10.437.413**

	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
PASSIVO					
CIRCULANTE		**35.263**	**320.324**	**788.463**	**1.182.685**
Passivos financeiros	19	13.502	18.561	83.677	110.997
Dividendos e JSCP a pagar	15	–	277.564	–	277.564
Passivo fiscal corrente	16	7.326	9.554	407.708	529.059
Outros passivos	19	14.435	14.645	132.159	144.184
Passivos relacionados a contratos de seguros	14	–	–	164.919	120.881
NÃO CIRCULANTE		**–**	**–**	**4.596.439**	**4.054.229**
Provisões para contingências	18	–	–	**4.184.287**	3.920.506
Outros passivos	19	–	–	2.623	–
Passivos relacionados a contratos de seguros	14	–	–	409.529	133.723
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	**4.820.559**	**5.156.127**	**4.887.629**	**5.200.499**
Capital social		2.366.000	2.204.000	2.366.000	2.204.000
Reservas		3.044.617	2.964.439	3.004.630	2.928.663
Reserva ao valor justo		(107.937)	(33.068)	(107.937)	(33.068)
Reserva Financeira de Seguros		(434.684)	55.253	(434.684)	55.253
Ajuste de avaliação patrimonial		(47.437)	(34.497)	(29.375)	(34.497)
Participação dos acionistas não controladores		–	–	88.995	80.148
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**4.855.822**	**5.476.451**	**10.272.531**	**10.437.413**
Patrimônio Líquido atribuível aos					
Acionistas da Companhia		4.820.559	5.156.128	4.798.633	5.120.351
Acionistas não controladores nas controladas		–	–	88.995	80.148

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Receita das operações de seguro	21.1	–	–	2.835.519	3.221.179
Custos/Despesas da operação de seguro	21.2	–	–	(1.862.101)	(1.539.616)
Resultado das operações de resseguros		–	–	207.749	(17.524)
Resultado das operações de seguros e resseguros		**–**	**–**	**1.181.167**	**1.664.039**
Receita financeira líquida de contratos de seguro	21.3	–	–	187.760	220.194
Receita (Despesa) financeira líquida de contratos de seguro	21.3	–	–	80.151	(66.221)
Outros resultados financeiros	21.4	50.370	59.626	184.977	223.037
Resultado de equivalência patrimonial	21.5	938.808	1.142.678	38.239	19.571
Outras receitas e despesas operacionais recorrentes		(8.372)	(19.657)	(85.360)	(133.909)
Outros resultados operacionais	21.6	–	–	(53.909)	(32.626)
Redução ao valor recuperável	21.7	–	–	788	(42.922)
Resultado antes dos impostos		**980.806**	**1.182.647**	**1.533.813**	**1.851.163**
Imposto de renda	22	9.248	(10.327)	(335.791)	(430.413)
Contribuição social	22	3.418	(3.629)	(205.934)	(256.992)
Lucro líquido do exercício		**993.472**	**1.168.691**	**992.088**	**1.163.758**
Atribuível a					
Acionistas da Companhia		993.472	1.168.691	989.262	1.158.079
Acionistas não controladores em controladas		–	–	2.826	5.679

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração do resultado abrangente
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Lucro líquido do exercício atribuível ao	**993.472**	**1.168.691**	**992.088**	**1.163.758**
Acionistas da Companhia	993.472	1.168.691	989.262	1.158.079
Acionistas não controladores em controladas	–	–	2.826	5.679
Outros lucros abrangentes				
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	**(564.807)**	**341.264**	**(564.807)**	**341.264**
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(144.710)	80.195	(144.710)	80.195
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	69.840	(47.514)	69.840	(47.513)
Reserva financeira de seguros	(489.937)	308.583	(816.562)	514.304
Efeito tributário sobre a reserva financeira de seguros	–	–	326.625	(205.722)
Total dos lucros abrangentes para o exercício	**428.665**	**1.509.955**	**427.281**	**1.505.022**
Acionistas da Companhia	428.665	1.509.955	424.455	1.499.343
Acionistas não controladores em controladas	–	–	2.826	5.679

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Capital Social	Reservas: Capital	Reservas: Legal	Reservas: Lucros	Reserva Financeira de Seguros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva ao valor Justo	Lucros acumulados	Total atribuível aos acionistas controladores	Ajustes de Consolidação	Participação dos não controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2023	**2.204.000**	**16.210**	**225.702**	**2.089.110**	**(253.329)**	**(33.971)**	**(65.750)**	**–**	**4.181.972**	**(25.164)**	**82.554**	**4.239.362**
Dividendos complementares: AGOE de 30.03.2023	–	–	–	(257.710)	–	–	–	–	(257.710)	–	–	(257.710)
Títulos e valores Mobiliários	–	–	–	–	–	–	32.682	–	32.682	–	–	32.682
Reserva Financeira de Seguros (BBA)	–	–	–	–	308.583	–	–	–	308.582	–	–	308.582
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	1.168.691	1.168.691	(10.612)	5.679	1.163.758
Avaliação patrimonial investida	–	–	–	–	–	(526)	–	–	(526)	–	–	(526)
Ajustes do fundo imobiliário	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(8.086)	(8.086)
Proposta de destinação do lucro líquido:												
Reserva legal	–	–	58.435	–	–	–	–	(58.435)	–	–	–	–
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	832.692	–	–	–	(832.692)	–	–	–	–
Dividendos - R$ 58,72 por lote de mil ações	–	–	–	–	–	–	–	(277.564)	(277.564)	–	–	(277.564)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**2.204.000**	**16.210**	**284.137**	**2.664.092**	**55.253**	**(34.497)**	**(33.068)**	**–**	**5.156.127**	**(35.777)**	**80.149**	**5.200.499**
Ajuste da Reserva financeira CPC 48/IFRS 9	–	–	–	(28.947)	–	–	28.947	–	–	–	–	–
Aumento de Capital: AGOE 03.2024	162.000	–	(162.000)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Reserva ao valor justo	–	–	–	–	–	–	(103.817)	–	(103.817)	–	–	(103.817)
Reserva Financeira de Seguros	–	–	–	–	(489.937)	–	–	–	(489.937)	–	–	(489.937)
Dividendos complementares: AGOE 03.2024	–	–	–	(421.898)	–	–	–	–	(421.897)	–	–	(421.897)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	993.472	993.472	(4.210)	2.826	992.088
Avaliação patrimonial investida	–	–	–	–	–	(12.940)	–	–	(12.940)	–	–	(12.940)
Ajustes do fundo imobiliário	–	–	–	–	–	–	–	–	–	18.061	6.020	24.082
Proposta de destinação do lucro líquido:												
Reserva legal	–	–	49.674	–	–	–	–	(49.674)	–	–	–	–
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	643.349	–	–	–	(643.349)	–	–	–	–
Dividendos - R$ 63,56 por lote de mil ações	–	–	–	–	–	–	–	(300.450)	(300.450)	–	–	(300.450)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**2.366.000**	**16.210**	**171.810**	**2.856.597**	**(434.684)**	**(47.437)**	**(107.937)**	**–**	**4.820.559**	**(21.926)**	**88.995**	**4.887.629**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração dos fluxos de caixa
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**993.472**	**1.168.691**	**992.088**	**1.163.758**
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	671	619	49.850	66.168
Perda (Reversão de Perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	–	–	(788)	42.913
Juros em passivos de arrendamento IFRS16	–	394	5.283	9.003
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	–	237	14.719	3.744
Resultado da equivalência patrimonial e JSCP	(945.443)	(1.149.150)	(38.239)	(19.571)
Outros ajustes diversos	–	269	45.856	33.169
Variação nas contas patrimoniais:				
Ativos Financeiros - VJ e VJORA	15.614	(10.555)	191.583	(392.294)
Ativos Financeiros - Custo amortizado	–	–	(1.965)	(44.482)
Ativos e passivos relacionados a contratos de seguros e resseguros	–	–	130.251	(811.972)
Custos amortizados	7.269	(7.100)	209.016	(176.468)
Depósitos judiciais e fiscais	–	–	(141.573)	(827.738)
Ativos fiscais	(35.665)	(7.813)	(425.390)	239.248
Outros ativos	(6.267)	(6.767)	(79.506)	(16.549)
Passivos financeiros	(5.059)	(2.216)	(27.320)	(4.077)
Passivos fiscais	3.624	8.555	552.815	685.451
Provisões para contingências	–	–	218.521	919.250
Outros passivos	(207)	(2.833)	(15.247)	(12.448)
Caixa gerado (consumido) pelas operações	**28.009**	**(7.669)**	**1.679.954**	**857.105**
Juros pagos	(2)	–	(34)	(88)
Juros recebidos	6.462	7.686	10.448	10.144
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	970.809	266.262	9.811	16.835
Impostos sobre o lucro pago	(5.900)	(7.098)	(674.166)	(555.501)
Caixa gerado nas atividades operacionais	**999.378**	**259.181**	**1.026.013**	**328.495**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimento pela venda	**–**	**(211)**	**–**	**(191)**
Investimentos	–	(211)	–	(211)
Imobilizado	–	–	–	20
Pagamento pela compra	**–**	**(329)**	**(22.426)**	**(67.917)**
Imobilizado	–	(329)	(3.624)	(8.487)
Intangível	–	–	(18.802)	(59.430)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	**–**	**(540)**	**(22.426)**	**(68.108)**
Atividades de financiamento				
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(999.913)	(257.710)	(999.911)	(257.710)
Pagamento de arrendamentos	(48)	(366)	(5.645)	(7.535)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(999.961)**	**(258.076)**	**(1.005.556)**	**(265.245)**
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**(583)**	**565**	**(1.969)**	**(4.858)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**585**	**20**	**12.020**	**16.878**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**2**	**585**	**10.051**	**12.020**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional e informações gerais

A CNP Seguros Holding Brasil S.A. ("Companhia" ou "Controladora"). e suas controladas ("Grupo" ou "Consolidado") está sediada na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050. A Companhia é controlada indiretamente pelo grupo francês *Caisse des Dépôts*.

A composição acionária da Companhia é formada da seguinte forma: 50,75% das ações ordinárias em nome da CNP *Assurances* (empresa situada na França); 48,25% das ações ordinárias em nome da Caixa Seguridade S.A.; e 1,00% das ações ordinárias em nome da CNP *Assurances* Latam *Holding* Ltda.

Atualmente a Companhia tem por objeto social a participação, como acionista, ou sócia, em sociedades empresariais, que exploram:

i) atividade de seguros vida e não-vida;

ii) seguradora especializada em seguro saúde; e

iii) atividades correlatas ou complementares às atividades de seguros.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

a. Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os investimentos em controladas e coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Os ajustes de práticas contábeis são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas em atendimento ao CPC 18 (R2) e 36 (R3)/IAS 28 e IFRS 10.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações contábeis preparadas com base no princípio de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 12 de fevereiro de 2025.

2.1. Base de Consolidação

2.1.1. Controladas

São todas as empresas nas quais a Companhia tem controle direto ou indireto na administração financeira e operacional. A Companhia exerce controle sobre uma investida quando ela possui (i) poder sobre a investida (ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As operações entre as Companhias do Grupo, compreendendo os saldos, os ganhos e as perdas não realizados são eliminados.

As políticas contábeis das controladas foram ajustadas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pelo Grupo.

Destacamos as principais Companhias e fundos de investimento exclusivos, com participação direta e indireta, incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas de 2024 e 2023.

Companhias com controle integral (100%), salvo quando indicado de outra forma:

a. CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. (controle direto) - Controlada da Companhia, tem como objeto social a participação em outras sociedades que atuam no segmento regulado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

b. Caixa Seguradora S.A. (controle indireto) - Controlada da CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., tem como objeto social a exploração de seguros de danos e pessoas.

c. Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda. (controle direto) - Controlada da Companhia, tem como objeto social no ramo de consultoria e assessoria.

d. Youse Seguradora S.A. (controle indireto) - Controlada da CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., a exploração de operações de seguros de danos e de pessoas, em quaisquer de suas modalidades ou formas (entidade não operacional).

e. Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. (controle direto) - Controlada da Companhia, tem como objeto social a atuação como seguradora especializada em seguro-saúde (operação em *run-off*).

f. Fundos de investimentos exclusivos:

Fundos controlados	Percentual de participação 2024	Percentual de participação 2023
MARUPÁ FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	100%	100%
BNP PARIBAS ARAUCÁRIA FIC DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	100%	100%
FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA MARFIM RENDA FIXA	100%	100%
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO RENDA CORPORATIVA ANGICO - FII	75%	75%
BRAM H FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA REFERENCIADO DI CASH II	100%	100%

2.1.2. Participações de acionistas não controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em umas controladas que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

2.1.3. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados.

2.1.4. Fundos imobiliários exclusivos

Ajustes de consolidação relacionados a imóveis em fundos imobiliários exclusivos, quando aplicáveis, são realizados para refletir depreciações não reconhecidas nestes fundos, bem como a eliminação de ajustes a valor de mercado dos referidos imóveis, seguindo as diretrizes do CPC 28.

2.2. Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, por ser o Real a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas subsidiárias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Foram considerados, como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1. Classificação

Em conformidade com as normas, e seguindo as diretrizes do CPC 48/IFRS 9, a Companhia adotou um modelo de negócio específico para a mensuração de seus instrumentos financeiros. Esta abordagem direciona as estratégias e operações executadas pela Gerência de Investimentos.

O Grupo segue a classificação de ativos do CPC 48/IFRS 9, que estabelece três categorias principais para a classificação de ativos financeiros: mensuração ao custo amortizado, valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo através do resultado (VJR), conforme detalhado nos itens abaixo.

Os ativos financeiros não são reclassificados após o reconhecimento inicial, exceto em circunstâncias em que o Grupo altere seu modelo de negócios para a gestão desses ativos. Na hipótese dessa situação, todos os ativos financeiros impactados são reclassificados na primeira data de balanço subsequente à alteração no modelo de negócios.

No contexto da classificação de ativos financeiros, a Companhia realiza o teste SPPI para garantir que os fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros atendam aos requisitos necessários para sua classificação. O teste SPPI verifica se os fluxos de caixa contratualmente estabelecidos são compostos exclusivamente por pagamentos do principal e de juros, sem incluir outros componentes, como participação em lucros ou variações de preço de mercado. Caso os fluxos de caixa de um ativo financeiro não atendam ao critério SPPI, o ativo deverá ser classificado como mensurado a valor justo por meio do resultado (VJR)

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São avaliados pelo valor de custo com utilização do método de juros efetivos, ou seja, calculando o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e inserindo o resultado dos juros pela aplicação da taxa efetiva de juros, atualizando o valor de compra do Ativo pela taxa de juros negociados na época até seu vencimento. Em se tratando de perda de risco de crédito a contabilização do ativo terá sua contraparte no resultado.

b. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

No valor justo por meio do resultado os ativos financeiros são registrados ao valor justo com contrapartida no resultado.

c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Um ativo financeiro é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR, ou seja:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são pagamento somente do principal e dos juros.

2.4.2. Reconhecimento e não reconhecimento

O Grupo reconhece depósitos com instituições financeiras, empréstimos e financiamentos na data em que foram originados. Todos os outros instrumentos financeiros (incluindo compras e vendas de ativos financeiros realizadas de forma regular) são reconhecidos na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um ativo ou passivo financeiro não mensurado ao valor justo através do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

O Grupo não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expiram, ou quando transferem os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou quando o Grupo não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não retém o controle do ativo financeiro.

2.4.3. Mensuração

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou ao VJR.

2.4.4. *Impairment*

O CPC 48/ IFRS 9 introduz um conceito de perda esperada prospectivo, considerando não apenas as perdas incorridas, mas também as esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro. A norma exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e possui dois tipos de abordagem para a perda esperada que variam de acordo com o tipo de ativo financeiro: abordagem geral e simplificada.

Os ativos do grupo se enquadram na abordagem geral e nesta abordagem as perdas de crédito esperadas devem ser mensuradas de acordo com estágio das operações:

• Estágio I: todas operações ao serem reconhecidas inicialmente são alocadas neste primeiro estágio, sendo estimadas as perdas esperadas para os próximos 12 meses, com os juros efetivos calculados sobre o valor bruto;

• Estágio II: todas operações que tiveram "mudanças significativas no risco de crédito" desde seu reconhecimento inicial, sendo reconhecida as perdas esperadas até o fim do ativo (o reconhecimento de juros continua a ser feito sobre a base bruta da operação); e

• Estágio III: todas operações em inadimplência/default. Cálculo das perdas de crédito esperadas para a vida esperada do contrato (o reconhecimento de juros passa a ser feito sobre a base líquida da operação).

O Grupo adota a metodologia mais aplicada no mercado para a provisão de perda de crédito esperada (ECL - *Expected credit losses*) para os ativos financeiros da Companhia, o qual considera perdas estimadas em função de eventos de crédito do passado, do presente e do futuro.

O Grupo adotou a calibração de probabilidades de inadimplência com base nos *ratings* das maiores agencias do mercado para mensurar a perda esperada de todos os ativos financeiros da Companhia. No caso dos títulos públicos brasileiros por se tratar de risco soberano e por prática de mercado são considerados títulos livres de risco de crédito, a Companhia avaliou que não há risco de perda. Desta forma, não houve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de perda esperada futura reconhecida.

Com relação ao *impairment* dos créditos a receber do FCVS, que corresponde a valores a serem reembolsados pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, fundo público administrado pela CAIXA, e considerando a natureza pública desse fundo, a Companhia entendeu ser aplicável utilizar como parâmetro de mensuração da ECL o mesmo fator de risco aplicado no cálculo de perda esperada da sua carteira de investimento.

2.5. Propriedade de investimento

As propriedades de investimento consolidadas nas demonstrações financeiras da Companhia correspondem a ativos pertencentes ao portfólio do Fundo de Investimento Imobiliário Exclusivo (FII) do qual a Companhia é controladora. Para fins de consolidação, essas propriedades são refletidas pelo valor contábil que detêm no FII, acrescido do respectivo valor de ajuste a mercado, quando aplicável.

De acordo com a norma contábil vigente (CPC 28 - Propriedades para Investimento), as propriedades de investimento são classificadas como ativos não correntes e são avaliadas pelo custo ou pelo valor justo, dependendo da política contábil adotada. No caso da Companhia, as propriedades de investimento são inicialmente reconhecidas pelo valor de aquisição e, subsequentemente, são ajustadas ao valor de justo, de modo que refletem o valor de mercado de cada propriedade no momento da consolidação.

2.6. Imobilizado e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pelo Grupo são:

i) Móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a 50% a.a.;

ii) Equipamentos de informática e veículos - 20% a.a.;

iii) Veículos - 20% a.a.;

iv) Benfeitoria de imóveis de terceiros - 20% a.a.

Além do imobilizado descrito acima, a Companhia detém ativos de direitos de uso conforme CPC 06(R2)/IFRS 16, vide notas 2.10 e 13.1.

O intangível refere-se a gastos em desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de sua utilização. A taxa de amortização utilizada pelo Grupo é predominantemente de 20% a.a.

Parte do imobilizado de uso da Companhia corresponde a edificações que fazem parte do portfólio do Fundo de Investimento Imobiliário Exclusivo (FII), no qual a Companhia é partícipe. Esses imóveis são os andares onde está localizada a sede da empresa. Para fins de consolidação contábil, esses ativos são refletidos pelo valor de custo que detêm no FII no momento da aquisição, e sobre eles incide a depreciação correspondente.

Esses imóveis não são avaliados pelo valor justo, mas sim pelo valor de custo, conforme a política contábil adotada pela Companhia e em conformidade com o CPC 27 - Imobilizado, que trata das propriedades de uso. A depreciação é calculada sobre o custo histórico dos imóveis, considerando a vida útil estimada dos ativos, sendo a taxa de depreciação igual a 4% ao ano baseada na estimativa de vida útil de 25 anos determinada para imóveis pela Receita Federal. Essa abordagem está em conformidade com o CPC 28 - Propriedades para Investimento, que trata das propriedades destinadas à obtenção de renda ou valorização de capital, as quais, no caso de uso como imobilizado, são tratadas de acordo com as diretrizes do CPC 27.

continua→★

Eufrázio



CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

→★ continuação

2.7. Outras provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos contabilmente, quando houver decisões judiciais favoráveis e quando for praticamente certo a entrada de benefícios econômicos à Companhia. Se a entrada de benefícios econômicos for provável apenas, o ativo contingente é divulgado em nota explicativa.

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constitui passivo contingente para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os passivos contingentes são constituídos a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Ativo contingente somente é reconhecido quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação e/ou decisão judicial.

2.8. Apuração de outros resultados

As receitas com prestação de serviços de intermediação e administração dos programas de assistência são reconhecidas no resultado mensalmente, e a quitação das faturas ocorre no mês subsequente, de acordo com contrato firmado com cliente, a partir do levantamento dos clientes ativos e elegíveis cadastrados nos programas.

As despesas decorrentes da operacionalização e gestão de contratação de prestadores de serviços do programa de assistências são apuradas também mensalmente, de acordo com a competência dos serviços.

As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento.

As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.9. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. São reconhecidos no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais.

A contribuição social sobre o lucro da Controladora foi calculada a alíquota de 9%, enquanto para as Controladas, a contribuição social foi calculada considerando com base na alíquota em vigor e aplicável para as Controladas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas na rubrica de impostos e contribuições no passivo circulante, até o limite do imposto a pagar e em caso de excedente, é registrado no ativo circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação as diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Controladora e de suas Controladas individualmente. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos refletem as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

2.10. Operações de arrendamento

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

O reconhecimento pelo valor presente de contratos de arrendamentos com prazos superiores a 12 meses e com valores substanciais para os arrendatários. A forma de apresentação obedece aos critérios de reconhecimento de um ativo de direito de uso pelo valor presente e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de depreciação do ativo e amortização e despesa financeira oriundas dos juros a transcorrer sobre o passivo.

Os ativos de direito de uso (contrato de aluguel de imóvel) são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando eventuais renovações ou cancelamentos. O valor presente dos pagamentos de arrendamentos é calculado de acordo com taxa de juros de mercado.

Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Os ativos de direito de uso são mensurados: Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Companhia utilizou o expediente prático ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil dólares.

2.11. Contratos de seguros e resseguros

O Grupo aplicou, inicialmente, o CPC 50/IFRS 17, incluindo quaisquer alterações consequentes a outras normas, a partir de 1º de janeiro de 2023. Essas normas trouxeram alterações significativas na contabilização de contratos de seguros e resseguros.

O Grupo tem aplicado as políticas contábeis descritas nessa Nota Explicativa a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.11.1. Reconhecimento, mensuração e apresentação de contratos de seguros e resseguro

A IFRS 17 estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e resseguro. Ela introduz um modelo de mensuração de grupos de contratos com base nas estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera surgirem à medida que o Grupo cumprir os contratos, e um ajuste explícito de risco para o risco não financeiro.

De acordo com a IFRS 17, a receita de seguros em cada período de apresentação representa as mudanças nos passivos de cobertura remanescente que se referem a serviços para os quais o Grupo espera receber contraprestação e uma alocação de prêmios que se referem à recuperação de fluxos de caixa de aquisição de seguros.

Além disso, os componentes de investimento, se houver, não são mais incluídos nas despesas de receita de seguros e serviços de seguro. As receitas e despesas financeiras de seguros, desagregadas entre o resultado e ORA são apresentadas separadamente das despesas de receita de seguros e serviços de seguro.

2.11.2. Separação dos componentes dos contratos de seguro

No início, o Grupo separa os seguintes componentes de um contrato de seguro ou de resseguro e realiza a contabilização deles como se fossem instrumentos financeiros autônomos:

a. Derivativos embutidos no contrato, cujas características econômicas e riscos não estão estreitamente relacionadas com aqueles do contrato principal e cujos termos não atenderiam à definição de contrato de seguro ou resseguro como instrumento autônomo. No caso até o momento o Grupo não possui nenhum contrato com essas características.

b. Componentes de investimento claramente diferentes: isto é, componentes de investimento que não são altamente interrelacionados com os componentes de seguro e para os quais os contratos com condições equivalentes são vendidos, ou poderiam ser vendidos, separadamente no mesmo mercado ou na mesma jurisdição. No caso até o momento o Grupo não possui nenhum contrato com essas características.

Após a separação de quaisquer componentes do instrumento financeiro, o Grupo separa quaisquer promessas de transferir aos segurados produtos ou serviços claramente diferentes além da cobertura de seguros e serviços de investimento e realiza a sua contabilização como contratos separados com clientes (isto é, não como contratos de seguro).

Um produto ou serviço é claramente diferente caso o segurado possa beneficiar-se dele, seja pelo produto ou serviço em si ou através de outros recursos que estejam prontamente disponíveis ao segurado.

Um produto ou serviço não é claramente diferente e é contabilizado juntamente com o componente de seguro caso os fluxos de caixa e os riscos associados ao produto ou ao serviço sejam altamente inter-relacionados com os fluxos de caixa e os riscos associados ao componente de seguro, e o Grupo preste um serviço significativo de integração do produto ou do serviço com o componente de seguro.

A Companhia fez um mapeamento dos serviços dentro de contratos de seguro e em um primeiro passo separou os serviços que não são diferentes segundo a norma e os restantes são irrelevantes desde um ponto de vista de materialidade.

2.11.3. Agregação e reconhecimento de contratos de seguros

a. Contratos de Seguros

Os contratos de seguro são agregados em grupos para fins de mensuração. Os grupos de contratos de seguro são determinados por meio da identificação de carteiras de contratos de seguro, cada um compreendendo contratos sujeitos a riscos semelhantes e geridos em conjunto, dividindo cada carteira em cortes anuais (ou seja, por ano de emissão) e cada corte anual em até três grupos baseados na rentabilidade dos contratos:

- Quaisquer contratos onerosos no reconhecimento inicial;
- Quaisquer contratos que, no reconhecimento inicial, não tenham possibilidade significativa de tornarem-se onerosos posteriormente;
- Todos os contratos remanescentes de corte anual.

Um contrato de seguro emitido pelo Grupo é reconhecido desde:

- O início de seu período de cobertura (isto é, o período durante o qual o Grupo presta serviços com relação a quaisquer prêmios na fronteira do contrato);
- Quando o primeiro pagamento do segurado vencer ou, caso não haja data contratual de vencimento, quando for recebido do segurado;
- Quando fatos e circunstâncias indicarem que o contrato é oneroso.

Um contrato de seguro adquirido em uma transferência de contratos ou em uma combinação de negócios é reconhecido na data da aquisição.

Quando o contrato é reconhecido, ele é adicionado a um grupo existente de contratos ou, caso o contrato não se qualifique para inclusão em um grupo existente, ele forma um novo grupo ao qual contratos futuros serão adicionados.

Grupos de contratos são estabelecidos no reconhecimento inicial e, uma vez que todos os contratos tenham sido adicionados ao grupo, a sua composição não é revisada.

Após análise dos produtos da Companhia conforme direcionamentos da norma, mencionados acima, foram estabelecidos os seguintes portfolios:

- *Auto Caixa*
- *Riscos Diversos*
- *Riscos de Engenharia*
- *Hipotecario MIP*
- *Hipotecario DFI*
- *Crédito e Garantia*
- *Auto Youse*
- *Residencial Youse*
- *Vida Youse*
- *Saúde*

b. Contratos de Resseguro

De forma similar ao que ocorre com os contratos de seguros, os contratos de resseguro são considerados de forma agrupada. Alguns contratos de resseguro oferecem cobertura para contratos subjacentes que são incluídos em agrupamentos diferentes. No entanto, o Grupo conclui que a forma legal de um único contrato de resseguro reflete a essência dos direitos e obrigações contratuais do Grupo, considerando que as diferentes coberturas expiram em conjunto e não são vendidas separadamente.

Em função disso, o contrato de resseguro não é separado em múltiplos componentes de seguro que se referem a diferentes grupos subjacentes.

Um agrupamento de contratos de resseguro é reconhecido na data seguinte:

- Contratos de resseguro iniciados pelo Grupo, que oferecem cobertura proporcional: a data em que qualquer contrato de seguro subjacente é reconhecido inicialmente;
- Outros contratos de resseguro iniciados pelo Grupo: o início do período de cobertura do agrupamento de contratos de resseguro;
- Contratos de resseguro adquiridos: a data de aquisição.

2.11.4. Fluxos de caixa para aquisição de seguros

Os fluxos de caixa para aquisição de seguros são alocados a grupos de contratos de seguro por meio de método sistemático e racional, e eles consideram, de forma imparcial, todas as informações razoáveis e passíveis de suporte que estejam disponíveis sem custo ou esforço indevido.

Caso os fluxos de caixa da aquisição para a aquisição de seguros sejam diretamente atribuíveis a um grupo de contratos (por exemplo, comissões não restituíveis pagas na emissão de um contrato), então eles são alocados àquele grupo.

Caso os fluxos de caixa para aquisição de seguros sejam diretamente atribuíveis a uma carteira, mas não a um grupo de contratos, os fluxos de caixa são alocados a grupos da carteira por meio de método sistemático e racional.

2.11.5. Limites Contratuais

A mensuração de um grupo de contratos inclui todos os fluxos de caixa futuros dentro dos limites contratuais de cada contrato no grupo, determinada como segue:

a. Contratos de seguros

Os fluxos de caixa estão dentro dos limites contratuais se surgirem de direitos e obrigações substantivos que existem durante o período de relatório em que o Grupo pode obrigar o detentor da apólice a pagar prêmios ou tem uma obrigação substantiva de prestar serviços (incluindo cobertura de seguro e quaisquer serviços).

Uma obrigação substantiva de prestar serviços termina quando:

- O Grupo tem a capacidade prática de reavaliar os riscos do segurado em particular e pode estabelecer um preço ou um nível de benefícios que reflita integralmente os riscos reavaliados.
- O Grupo tem a capacidade prática de reavaliar os riscos da carteira que contém o contrato e pode estabelecer um preço ou nível de benefícios que reflita integralmente os riscos dessa carteira. A precificação dos prêmios até a data de reavaliação não leva em consideração riscos que se referem a períodos após a data de reavaliação.

A reavaliação de riscos considera somente os riscos transferidos dos segurados para o Grupo.

b. Contratos de resseguros

Os fluxos de caixa estão dentro dos limites contratuais se surgirem de direitos e obrigações substantivos que existem durante o período do balanço em que o Grupo é obrigado a pagar valores ao ressegurador ou tem o direito substantivo de receber serviços do ressegurador.

Um direito substantivo de recebimento de serviços do ressegurador termina quando o ressegurador:

- Tem a capacidade prática de reavaliar os riscos transferidos a ele e pode estabelecer um preço ou nível de benefícios que reflita integralmente os riscos reavaliados;
- Tem direito substantivo de encerrar a cobertura;

O limite do contrato é reavaliado em cada data do balanço para incluir o efeito de mudanças nas circunstâncias sobre os direitos e as obrigações substantivos do Grupo e, portanto, pode mudar ao longo do tempo.

2.11.6. Mensuração - Contratos mensurados na BBA *(Building Block Approach)*

a. Contratos de seguro - Mensuração Inicial

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um grupo de contratos de seguro como o total (a) dos fluxos de caixa do cumprimento contratual, que compreendem estimativas dos fluxos de caixa futuros, ajustados para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros associados, e o ajuste ao risco para o risco não financeiro; e (b) a CSM (Margem de serviço contratual). Os fluxos de caixa do cumprimento contratual de um grupo de contratos de seguro não refletem o risco de não desempenho do Grupo.

Os fluxos de caixa futuros para um grupo de contratos de seguro são projetados em um modelo determinístico a partir dos contratos em vigor na data-base e as principais premissas de projeção foram:

- Sinistralidade: foram utilizadas tabua de mortalidade, invalidez, frequência e severidade de sinistro e rateio de sinistralidade dependendo o produto.
- Comissionamento: níveis de comissionamento definidos por produto
- Taxa de cancelamento.
- Despesas relacionadas aos contratos de seguros: outras despesas de comercialização, despesas operacionais e administrativas atribuíveis aos contratos e tributos.

Essas premissas são calculadas a partir do histórico da Companhia e são atualizadas e acompanhadas periodicamente assim como também são analisadas as diferenças entre a projeção e os valores observados/reais.

Para refletir o valor do dinheiro no tempo a Companhia estabelece uma curva de juros, a norma indica duas metodologias possíveis, Botom-Up e Top-Down. A Companhia utiliza a metodologia Botom-up, partindo de uma curva livre de risco e adicionando um prêmio de risco que captura as características de *duration* e liquidez dos passivos.

O ajuste de risco para um grupo de contratos de seguro, determinado separadamente das outras estimativas, é a compensação necessária para suportar a incerteza sobre o valor e a época dos fluxos de caixa que surgem do risco não financeiro. A norma não estabelece uma metodologia específica, só umas diretrizes mínimas. A Companhia optou por utilizar uma metodologia de aplicação de choques técnicos no fluxo de caixa do cumprimento contratual que são correlacionados para chegar no valor final do ajuste de risco. O nível de confiança utilizado para os choques é 80% e os riscos técnicos considerados são taxas de mortalidade, longevidade, invalidez, cancelamento, despesas relacionadas aos contratos de seguro, catástrofe, sinistros não vida e risco de sinistros já incorridos.

A CSM *(Contractual Service Margin)* de um grupo de contratos de seguro representa o lucro não realizado que o Grupo reconhecerá conforme ele preste serviços de acordo com esses contratos. No reconhecimento inicial de um grupo de contratos de seguro, caso o total (a) dos fluxos de caixa do cumprimento contratual, (b) de quaisquer fluxos de caixa resultantes naquela data, e (c) o valor do ajuste de risco para risco não financeiro, ser uma entrada líquida, então o grupo não é oneroso. Nesse caso, a CSM é mensurada como o valor igual e oposto à entrada líquida, o que não resulta em receitas ou despesas resultantes do reconhecimento inicial.

Se o total for uma saída líquida, o grupo é oneroso. Nesse caso, a saída líquida é reconhecida como uma perda no resultado, ou como um ajuste no ágio ou no ganho em uma compra negociada caso os contratos sejam adquiridos em uma combinação de negócios. Um componente de perda é criado para descrever o valor da saída líquida de caixa, que determina os valores que serão posteriormente apresentados no resultado como reversões de perdas em contratos onerosos e serão excluídos da receita de seguros.

Todos os portfólios de contratos de seguros foram classificados no modelo BBA.

b. Contratos de seguro - Mensuração subsequente

O valor contábil de um grupo de contratos de seguro em cada data-base é a soma da responsabilidade pela cobertura remanescente e pelos sinistros incorridos. O passivo para a cobertura remanescente inclui (a) os fluxos de caixa do cumprimento contratual que correspondem aos serviços que serão prestados nos termos dos contratos em períodos futuros, (b) o ajuste de risco para risco não financeiro para períodos futuros e (c) qualquer CSM remanescente nessa data.

O passivo por sinistros ocorridos inclui a realização de fluxos de caixa para sinistros incorridos e despesas que ainda não foram pagas, incluindo sinistros incorridos, mas ainda não avisados, mais um ajuste de risco para risco não financeiro referente a eventos já ocorridos. Para calcular esse passivo a Companhia calcula o fluxo de caixa de pagamento desses sinistros utilizando leis de ocorrência-aviso e aviso-pagamento calculadas a partir do histórico de cada portfólio.

Os fluxos de caixa do cumprimento contratual dos grupos de contratos de seguro são mensurados na data do balanço utilizando estimativas atuais de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto atuais e estimativas atuais do ajuste ao risco para o risco não financeiro. As mudanças nos fluxos de caixa do cumprimento contratual são reconhecidas como segue.

- Alterações relacionadas aos serviços futuros: Ajustadas em relação à CSM (ou reconhecidas na prestação de serviços de seguros com impacto no resultado caso o grupo seja oneroso);
- Alterações relacionadas a serviços atuais ou passados: Reconhecidas na prestação de serviços de seguro com impacto no resultado;
- Efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e mudanças nesses nos fluxos de caixa futuros estimados: Reconhecidas como receitas ou despesas financeiras de seguros. Pudendo ser em resultado ou ORA no caso de mudança na taxa de juros.

A CSM de cada grupo de contratos é calculada a cada data de apresentação das demonstrações financeiras, como segue.

(i) Contratos de seguro sem características de participação direta

O valor contábil da CSM em cada data-base é o valor contábil no início do exercício, ajustado por:

- CSM de quaisquer novos contratos que sejam adicionados ao grupo no exercício;
- Juros acumulados sobre o valor contábil da CSM durante o exercício, mensurados às taxas de desconto em fluxos de caixa nominais que não variam com base nos retornos de quaisquer itens subjacentes determinados no reconhecimento inicial;

Mudanças nos fluxos de caixa do cumprimento contratual que se relacionam a serviços futuros, exceto na medida em que:

- Quaisquer aumentos nos fluxos de caixa do cumprimento contratual excedem o valor contábil da CSM, caso em que o excesso é reconhecido como uma perda no resultado, criando um componente de perda;
- Quaisquer diminuições nos fluxos de caixa do cumprimento contratual sejam alocadas ao componente de perda, revertendo perdas anteriormente reconhecidas no resultado.

- O valor reconhecido como receita de seguro em função dos serviços prestados no exercício.

As mudanças nos fluxos de caixa do cumprimento contratual que se referem a serviços futuros compreendem:

- Ajustes de experiência decorrentes de prêmios recebidos no exercício, relacionados a serviços futuros e respectivos fluxos de caixa, mensurados às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial;
- Mudanças nas estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros no passivo de cobertura remanescente, mensuradas às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial, exceto aquelas que surgem dos efeitos do valor do dinheiro no tempo, do risco financeiro e suas mudanças;
- Mudanças no ajuste ao risco para o risco não financeiro que se relacionem a serviços futuros.

(ii) Contratos de seguro com características de participação direta

O grupo não possui esse tipo de contratos.

c. Contratos de resseguros

Atualmente o Grupo não possui nenhum contrato de resseguro mensurado como BBA.

2.11.7. Mensuração - Contratos mensurados na PAA

O Grupo aplica a PAA *(Premium Allocation Approach)* para simplificar a mensuração de contratos no resseguro por se tratar de contratos de 12 meses de duração. Na mensuração dos passivos para cobertura remanescente, a PAA é semelhante ao tratamento contábil anterior do Grupo.

a. Contratos de resseguros

No reconhecimento inicial de cada grupo de contratos, o valor contábil do passivo por cobertura remanescente é mensurado pelos prêmios recebidos na data de reconhecimento do contrato (início de vigência), deduzidos de quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguros alocados ao grupo naquela data. Posteriormente, o valor contábil da obrigação para a cobertura remanescente é acrescido por quaisquer prêmios recebidos e pela amortização dos fluxos de caixa da aquisição de seguros reconhecidos como despesas e deduzido pelo valor reconhecido como receita de seguro para serviços prestados e quaisquer fluxos de caixa adicionais de aquisição de seguros alocados após o reconhecimento inicial.

No reconhecimento inicial de cada agrupamento de contratos, o Grupo espera que o tempo entre a prestação de cada parte dos serviços e a data do vencimento do prêmio correspondente não seja superior a um ano. Dessa forma, o Grupo optou por não ajustar o passivo de cobertura remanescente para refletir o valor do dinheiro no tempo e o efeito do risco financeiro.

Para que contratos de seguros possam ser classificados como PAA é necessário que não sejam onerosos, mas no caso do resseguro esse requisito não é necessário já que sempre é esperado ter mais saídas do que entradas pela contratação de resseguro.

O Grupo reconhece a responsabilidade por sinistros incorridos de um grupo de contratos de seguro pelo valor dos fluxos de caixa de cumprimento contratual relacionados a sinistros incorridos. Os fluxos de caixa futuros são descontados (a taxas atuais), a menos que se espere que sejam pagos em um ano ou menos a partir da data em que os sinistros sejam incorridos.

2.11.8. Desreconhecimento e modificação de contrato

O Grupo desreconhece um contrato quando ele é extinto — isto é, quando as obrigações especificadas no contrato expiram ou são retiradas ou canceladas. O Grupo também desreconhece um contrato se suas condições forem modificadas de uma forma que teria mudado a contabilização do contrato significativamente se as novas condições tivessem sempre existido, nesse caso um novo contrato baseado nos termos modificados é reconhecido. Se uma modificação de contrato não resultar em desreconhecimento, o Grupo tratará as mudanças nos fluxos de caixa, causadas pela modificação, como mudança nas estimativas dos fluxos de caixa de cumprimento contratual.

No desreconhecimento de um contrato de dentro de um grupo de contratos não mensurados de acordo com a PAA:

a. Os fluxos de caixa de cumprimento contratual alocados ao Grupo são ajustados para eliminar aqueles relacionados aos direitos e às obrigações desreconhecidos;

b. A CSM do Grupo é ajustada pela mudança nos fluxos de caixa de cumprimento contratual, exceto quando tais mudanças são alocadas a um componente de perda;

c. A quantidade de unidades de cobertura para os serviços remanescentes esperados é ajustada para refletir as unidades de cobertura desreconhecidas do Grupo.

Caso um contrato seja desreconhecido porque é transferido a um terceiro, então o CSM também é ajustado pelo prêmio cobrado pelo terceiro, a menos que o grupo seja oneroso. Se um contrato for desreconhecido porque seus termos são modificados, então a CSM também é ajustada pela variação que essa mudança gerou nos fluxos de caixa de cumprimento.

2.11.9. Apresentação

As carteiras de contratos de seguro que são ativos e aquelas que são passivos, e carteiras de contratos de resseguro que são ativos e aquelas que são passivos, são apresentadas separadamente no balanço patrimonial.

O Grupo desagrega valores reconhecidos na demonstração do resultado e nos ORA em (a) resultado de um serviço de seguro, compreendendo as receitas de seguros e as despesas de serviços de seguro; e (b) receitas ou despesas financeiras de seguros.

As receitas e despesas das operações de resseguros são apresentadas separadamente das receitas e despesas dos contratos de seguro. As receitas e despesas dos contratos de resseguros que não sejam receitas ou despesas financeiras de seguro são apresentadas em uma base líquida como "despesas líquidas dos contratos de resseguro" no resultado do serviço de seguro.

O Grupo não desagrega variações no ajuste de risco para risco não financeiro entre o resultado do serviço de seguro e as receitas ou despesas financeiras de seguros. Todas as alterações no ajuste de risco para risco não financeiro são incluídas no resultado da prestação de serviços de seguro.

As despesas com receita de seguro e serviços de seguro excluem quaisquer componentes de investimento e são reconhecidas como segue.

a. Receita de seguros - Contratos mensurados de acordo com o BBA

O Grupo reconhece a receita de seguros pela satisfação de suas obrigações de desempenho, ou seja, à medida que presta serviços sob grupos de contratos de seguro. Para contratos não mensurados pela PAA, a receita de seguros relativa à prestação de serviços para cada exercício representa o total das variações no passivo da cobertura remanescente que se referem a serviços para os quais o Grupo espera receber contraprestação, e compreende os seguintes itens:

- Uma liberação da CSM, mensurada com base nas unidades de cobertura fornecidas (veja 'Liberação da CSM', no item "b" a seguir);
- Variações no ajuste de risco para o risco não financeiro relacionado aos serviços atuais;
- A expectativa de despesas com sinistros e outras despesas com a prestação de serviços de seguros incorridas no exercício, geralmente mensuradas pelos valores esperados no início do exercício. Isso inclui valores resultantes do desreconhecimento de quaisquer ativos para fluxos de caixa além dos fluxos de caixa para a aquisição de seguros na data do reconhecimento inicial de um grupo de contratos, os quais são reconhecidos como despesas de receita de seguro e serviços de seguro naquela data;
- Outros valores, incluindo ajustes por experiência de recebimentos de prêmio e custos de aquisição para serviços atuais ou passados para os grupos de contratos com pagamento de prêmio mensal.

Além disso, o Grupo aloca uma parcela de prêmios que se refere à recuperação dos fluxos de caixa para a aquisição de seguros a cada período de forma sistemática com base na curva de reconhecimento da receita.

O Grupo reconhece o valor alocado, ajustado por atualização de juros às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial do respectivo grupo de contratos, como receita de seguro e um valor igual às despesas com serviços de seguro.

b. Liberação da CSM

O valor da CSM de um grupo de contratos de seguro, que é reconhecido como receita de seguro em cada exercício, é determinado pela identificação das unidades de cobertura do grupo, alocando a CSM remanescente no final do exercício (antes de qualquer alocação) igualmente a cada unidade de cobertura fornecida no ano e que deverá ser fornecida em exercícios futuros, e o reconhecimento no resultado do período o valor da CSM alocado às unidades de cobertura fornecidas no exercício.

A quantidade de unidades de cobertura representa a quantidade de serviços prestados pelos contratos do grupo, apurado considerando para cada contrato a quantidade de benefícios prestados e o período de cobertura previsto.

As unidades de cobertura são revisadas e atualizadas a cada data de balanço.

Os serviços prestados aos contratos de seguro incluem a cobertura de seguros.

O período esperado de cobertura reflete as expectativas de descasamentos e de cancelamentos de contratos, assim como a probabilidade de os eventos segurados ocorrerem na extensão em que afetariam o período esperado de cobertura.

A variável escolhida como unidade de cobertura deve refletir a exposição a risco que teve a Companhia durante o período. Pelo tipo de produtos que há dentro da Companhia as duas variáveis utilizadas são, dependendo o portfólio, o somatório dos capitais sob risco e a quantidade de contratos vigentes.

c. Receita de seguros - Contratos mensurados de acordo com a PAA

Para os contratos mensurados de acordo com a PAA, a receita de seguros de cada período representa o montante dos recebimentos de prêmios esperados para a prestação dos serviços no período. O Grupo aloca os recebimentos de prêmios esperados a cada período com base na passagem do tempo.

d. Componentes de perda

Para contratos mensurados de acordo com o BBA, o Grupo estabelece um componente de perda do passivo de cobertura remanescente para grupos onerosos de contratos de seguro. O componente de perda determina os valores dos fluxos de caixa do cumprimento contratual que são posteriormente apresentados no resultado como reversões de perdas em contratos onerosos e são excluídos da receita do seguro quando ocorrem. Quando os fluxos de caixa do cumprimento contratual são incorridos, eles são alocados entre o componente de perda e o passivo por cobertura remanescente excluindo sistematicamente o componente de perda.

A base sistemática é determinada pela proporção do componente de perda relativamente à estimativa total do valor presente das saídas futuras de caixa mais o ajuste ao risco para os riscos não financeiros no início de cada exercício (ou no reconhecimento inicial caso um grupo de contratos seja reconhecido inicialmente no ano).

Variações nos fluxos de caixa do cumprimento contratual relativas a serviços futuros são alocadas somente para o componente de perda. Caso o componente de perda seja reduzido a zero, então qualquer excesso sobre o valor alocado ao componente de perda cria uma CSM para o grupo de contratos.

e. Despesas com prestação de serviços de seguros

Despesas de prestação de serviços de seguro resultantes de contratos de seguro são reconhecidas no resultado de forma geral à medida que são incorridas. Elas excluem os pagamentos de componentes de investimento e compreendem os seguintes itens:

- Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro;

continua→★

CNP Seguros holding | Brasil



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

→★ continuação

• Amortização dos fluxos de caixa para aquisição de seguros: Para contratos não mensurados de acordo com a PAA, isso é igual ao valor da receita de seguros reconhecida no exercício que se refere à recuperação dos fluxos de caixa para a aquisição de seguros. Para contratos mensurados de acordo com a PAA, o Grupo amortiza os fluxos de caixa para aquisição de seguros de forma linear ao longo do período de cobertura do grupo de contratos;
• Perdas em contratos onerosos e reversões desses prejuízos;
• Ajustes dos passivos para sinistros incorridos que não surgem dos efeitos do valor do dinheiro no tempo, do risco financeiro e suas mudanças;

f. Despesas líquidas com contratos de resseguros

As despesas líquidas com contratos de resseguro compreendem alocação de prêmios de resseguros pagos deduzidos dos valores recuperados junto às resseguradoras. O Grupo reconhece uma alocação de prêmios de resseguro pagos no resultado à medida que recebe serviços sob grupos de contratos de resseguro. Para contratos mensurados de acordo com o BBA (que o Grupo atualmente não tem nenhum), a alocação de prêmios de resseguro pagos referentes aos serviços recebidos para cada período representa o total das variações do ativo para a cobertura remanescente que se referem a serviços para os quais o Grupo espera pagar a contraprestação.

Para os contratos mensurados de acordo com a PAA, a alocação dos prêmios de resseguros pagos por cada período é o valor dos pagamentos esperados de prêmios referentes ao recebimento dos serviços no período.

g. Receitas e despesas financeiras de seguros

As receitas e despesas financeiras de seguros compreendem variações nos valores contábeis dos contratos de seguro e resseguro resultantes dos efeitos do valor do dinheiro no tempo, do risco financeiro. O Grupo optou por desagregar receitas ou despesas financeiras de seguros entre o resultado e outros resultados abrangentes (ORA). O valor incluído no resultado é determinado por uma alocação sistemática do total esperado de receitas ou despesas financeiras de seguros ao longo da duração do grupo de contratos. A alocação sistemática é determinada utilizando as taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial do grupo de contratos (taxa *locked-in*). Os valores apresentados em ORA são acumulados na reserva financeira de seguros e surgem dos efeitos no valor presente do fluxo de caixa de cumprimento da mudança das taxas de juros.

2.11.10. Transição

Em 1º de janeiro de 2022, o Grupo aplicou as seguintes abordagens para identificar e mensurar certos grupos de contratos nos segmentos de vida e não-vida, na transição para a IFRS 17.

Segmento	Portfólio	Safras	Abordagem de Transição
Não-vida	Auto Caixa	Todas até 2021	FVA
Não-vida	Riscos Diversos	Todas até 2021	FVA
Não-vida	Riscos de Engenharia	Todas até 2021	FVA
Não-vida	Hipotecário MIP	Até 2009	FVA
Não-vida	Hipotecário MIP	De 2010 a 2021	MRA
Não-vida	Hipotecário DFI	Até 2009	FVA
Não-vida	Hipotecário DFI	De 2010 a 2021	MRA
Não-vida	Crédito e Garantia	Todas até 2021	FVA
Não-vida	Auto Youse	Todas até 2021	FVA
Não-vida	Residencial Youse	Todas até 2021	FVA
Vida	Vida Youse	Todas até 2021	FVA

O Grupo não aplicou para nenhum portfólio a abordagem retrospectiva completa dado a impraticabilidade do método.

a. Contratos de seguro - Abordagem retrospectiva modificada (MRA)

O objetivo da abordagem retrospectiva modificada era alcançar o resultado mais próximo possível da aplicação retrospectiva completa utilizando informações razoáveis, e com comprovação disponível, sem custo ou esforço indevido.

O Grupo aplicou a isenção para utilização de safras anuais e separou as informações históricas das vendas de hipotecário entre 2010 e 2021 a partir de registros conciliados com valores efetivamente contabilizados na época.

O ajuste de risco para o risco não financeiro, no reconhecimento inicial, foi determinado ajustando o valor em 1º de janeiro de 2022 em relação a um driver que foi o valor presente dos fluxos de caixa de cumprimento sem considerar entradas de caixa calculado em cada data-base até chegar a 2010, esse driver se mostra razoável para medir a exposição a risco e o nível de incerteza que há nos fluxos.

O fluxo de caixa de cumprimento sem entradas de caixa entre a data de reconhecimento inicial e 1º de janeiro de 2022 foi calculada complementando a informação de projeção a partir de 2022 e informações reais entre 2010 e 2021.

O valor da CSM reconhecida no resultado antes de 1º de janeiro de 2022 foi determinado considerando as unidades de cobertura reais entre o reconhecimento inicial e 1º de janeiro de 2022 e as unidades de cobertura esperadas futuras.

b. Contratos de seguros - Abordagem do valor justo (FVA)

De acordo com a abordagem do valor justo, a CSM (ou componente de perda) em 1º de janeiro de 2022 era determinada como a diferença entre o valor justo de um grupo de contratos naquela data e os fluxos de caixa de cumprimento contratual naquela data.

Para todos os contratos mensurados sob a abordagem de valor justo, o Grupo utilizou informações razoáveis, e com comprovação, disponíveis em 1º de janeiro de 2022. O Grupo aplicou a isenção para utilização de safras anuais.

O Grupo aplicou IFRS 13 para avaliar o valor justo dos passivos, se valendo de um cálculo já feito para um dos acionistas que é o *Best Estimate* da norma *Solvency II*.

As premissas de cálculo do *Fair Value* são as mesmas que para os fluxos de caixa de cumprimento do IFRS 17, exceto por: (i) curva de juros, para o qual foi utilizada uma curva compatível com IFRS 13, (ii) alocação da totalidade de despesas, sendo que nos fluxos de caixa de cumprimento se colocam unicamente as despesas atribuíveis, e (iii) diferenças de metodologia entre a *Risk Margin* e o ajuste de risco para capturar a incerteza dos fluxos.

c. Fluxos de caixa para aquisição de seguros - Abordagem retrospectiva modificada

Os ajustes na CSM de grupos de contratos reconhecidos em 1º de janeiro de 2022 e os ativos para fluxos de caixa para aquisição de seguros para grupos futuros esperados foram determinados como zero.

d. Fluxo de caixa para aquisição de seguros - Abordagem do valor justo

Os ajustes na CSM de grupos de contratos reconhecidos em 1º de janeiro de 2022 e os ativos para fluxos de caixa para aquisição de seguros para grupos futuros esperados foram determinados como zero.

2.12. Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26), a partir de 01 de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetam, as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre as políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e IFRS, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

• Notas 2.4 e 5 - Ativos Financeiros (instrumentos financeiros);
• Notas 2.10 e 17 - Operações de Arrendamento;
• Nota 2.11 - Contratos de seguros e resseguros;
• Nota 6 - Títulos e créditos a receber;
• Nota 8 - Ativos fiscais e passivos diferidos;
• Nota 14 - Passivos de seguros; e
• Nota 18 - Provisões para processos judiciais.

4. Gerenciamento de riscos

A implementação do Acordo de Basiléia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores divulgadas na Circular nº 678, de 10 de outubro de 2022, e pelo Banco Central através da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 e suas alterações posteriores divulgadas na Resolução nº 4.943, de 15 de setembro de 2021. Ambas as normas exigem a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos (*Chief Risk Officer*), independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos.

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos da Companhia CNP Seguros Holding Brasil foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As principais responsabilidades da Diretoria de Riscos são:
• Definir a visão estratégica do Risk Appetite;
• Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos;
• Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de Unidades de Negócios/filiais e áreas centralizadas;
• Manter a alta administração da CNP Seguros Holding Brasil informada sobre a evolução do perfil de risco do grupo;
• Revisar e aprovar as políticas de subscrição, resseguro e investimento, levando em consideração os procedimentos referentes a Solvência II, ORSA e IFRS;
• Elaborar, o dashboard (painel de riscos), destinado à alta Gestão, Acionistas, Comitês de Riscos e Comitê de Auditoria, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia;
• Promover o risco na cultura do Grupo para a tomada de decisões, de acordo com as políticas do Grupo.

No que tange regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a Diretoria de Riscos (DIRRIS) organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os Comitês d'Engagements (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos, Riscos Operacionais e Controles Internos, de Crise e de Incidentes de Segurança.

A companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se:
(i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna;
(ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, às questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

4.1. Risco de seguro

4.1.1. Riscos inerentes

Risco inerente é a hipótese de ocorrência de irregularidades, equívocos ou mesmo grandes erros capazes de comprometer uma atividade.

O Grupo dispõe de grande diversidade de produtos vida e não-vida para pessoas físicas e jurídicas. Neste ambiente, os riscos inerentes às atividades da Companhia são:

a. Risco estratégico - Falta de capacidade em proteger-se, adaptar-se ou antecipar-se a mudanças (econômicas, tecnológicas, mercadológicas etc.) que possam impedir o alcance dos objetivos e metas estabelecidas.

b. Risco atuarial - Metodologias e/ou cálculos incorretos da tarifação do seguro, pela insuficiência da manutenção de tabelas de preços, bem como de reajustes periódicos a serem aplicados nas apólices, e pela inadequada constituição das provisões técnicas.

c. Risco climático - Perdas não esperadas decorrentes de eventos climáticos de grande escala como por exemplo alagamentos, chuvas, vendavais, etc.

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar de valor.

4.1.2. Controle do risco de seguro

A Gestão de Riscos permite que os riscos de seguro sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados através de um forte mecanismo de controle implantado, incluindo funções de gerenciamento de risco, funções de controle interno e funções de auditorias internas e externas.

A Companhia conta com um regime de alçadas delineado e com padrões de operação bem definidos por meio de normas, procedimentos e atribuições bem descritos, divulgados e monitorados. Além disso, a Companhia dispõe de políticas de subscrição de risco, de prevenção à fraude, lavagem de dinheiro, e segurança da informação (implantadas e monitoradas), e com o trabalho de profissionais de risco e conformidade designados, conhecedores de suas atribuições e atuantes em todas as áreas.

4.1.3. Estratégia de subscrição

A política de subscrição da Companhia abrange todos os ramos de seguros operados e considera a experiência histórica e premissas atuariais na avaliação de viabilidade dos produtos. A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

4.1.4. Estratégia de resseguro

A estratégia de resseguro da Companhia é baseada numa estrutura central de contratos por risco e catastróficos que se aplicam de forma corporativa a riscos de diversas carteiras de seguros, sendo segregados principalmente em Vida e Não-Vida, exceção feita ao contrato *umbrella*, que provê cobertura para eventos de grande porte para Vida e Não-Vida de forma conjunta ou isolada. Ao redor dessa estrutura central, contratos de menor porte são direcionados à cobertura de riscos específicos, sendo negociados caso a caso, normalmente em modalidade proporcional, podendo a parceria com um ou mais resseguradores destinar-se à aquisição de conhecimento e sua posterior solidificação dentro do Grupo.

Enquanto o atendimento ao ambiente regulatório e às diretrizes da Política de Resseguro são observados em toda a sua abrangência para todo e qualquer contrato, o Grupo adota uma postura de risco prudente e conservadora, privilegiando a retenção de prêmios pela seguradora, por meio da calibragem fina dos parâmetros de retenção e cessão em resseguro. Essa estratégia encontra seu complemento na Política de Subscrição do Grupo, focada em resguardar a seguradora quanto ao risco técnico e de imagem. Como prática de subscrição, o Grupo não atua como líder na linha dos chamados riscos especiais, que abrangem os segmentos de seguros Rurais, Garantia, Riscos de Engenharia Grupo II, Responsabilidade Civil, Riscos Operacionais e Nomeados, Transportes, Valores, Obras de Arte, Cascos (*Aviation e Marine*) ou, de modo geral, todo e qualquer risco ou atividade excluídos dos contratos de resseguro corporativos.

O quadro a seguir apresenta, por contrato de resseguro, as carteiras cobertas, os resseguradores e seus respectivos *ratings*:

Contrato	Carteiras	Ressegurador	Participação ressegurador	Exposição do ressegurador	*Rating (i)*	Condição
PATED2324CAT0001	Habitacional/DFI, Engenharia, MR Empresarial, Residencial, Auto	IRB Brasil Resseguros S/A	15%	10.650.000	A-	LOCAL
		Liberty Managing Agency Limited (Lloyd's)	10%	7.100.000	A	EVENTUAL
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	20%	14.200.000	A	LOCAL
		Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55%	39.050.000	A+	LOCAL
PATED2324RIS0001	Habitacional/DFI, Engenharia, MR Empresarial, Residencial	IRB Brasil Resseguros S/A	15%	2.700.000	A-	LOCAL
		Liberty Managing Agency Limited (Lloyd's)	10%	1.800.000	A	EVENTUAL
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	20%	3.600.000	A	LOCAL
		Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55%	9.900.000	A+	LOCAL
PATED2324RIS0002	Habitacional/DFI, Engenharia, MR Empresarial, Residencial	IRB Brasil Resseguros S/A	15%	12.750.000	A-	LOCAL
		Liberty Managing Agency Limited (Lloyd's)	10%	8.500.000	A	EVENTUAL
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	20%	17.000.000	A	LOCAL
		Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55%	46.750.000	A+	LOCAL
UMBED2324CAT0001	Habitacional, Engenharia, MR Empresarial, Residencial, Auto, Vida Individual	IRB Brasil Resseguros S/A	20%	15.000.000	A-	LOCAL
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	25%	18.750.000	A	LOCAL
		Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55%	41.250.000	A+	LOCAL
VIDED2324CAT0001/2	Habitacional/MIP, Vida Individual	Hannover Rück SE	25%	18.062.500	A+	ADMITIDO
		Austral Resseguradora do Brasil S/A	10%	7.225.000	A-	LOCAL
		IRB Brasil Resseguros S/A	15%	10.837.500	A-	LOCAL
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	50%	36.125.000	A	LOCAL
PATCP2324CEF0001	MR Empresarial para o patrimônio Caixa Econômica Federal	IRB Brasil Resseguros S/A	50%	100.000.000	A-	LOCAL
		Chubb Resseguradora Brasil S/A	20%	39.000.000	A	EVENTUAL
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	10%	20.000.000	A	LOCAL
		Swiss Re Brasil Resseguros S/A	20%	40.000.000	A+	LOCAL

(i) Ratings pela A.M.Best (rating da casa matriz para resseguradores estrangeiros ou resseguradores locais de origem estrangeira).

4.1.5. Resseguro em Sinistros Catastróficos

O levantamento para acionamento do resseguro de catástrofe considera blocos de perdas acumuladas de até 168 horas consecutivas, condicionado à identificação do evento gerador. Nos últimos tempos, a frequência de eventos climáticos extremos tem apresentado uma tendência de aumento, com eventos de grande magnitude que impactam o negócio. O território brasileiro é particularmente sujeito a eventos envolvendo grandes volumes d'água. Nesse sentido, as tempestades são a categoria de evento mais importante, porém alguns outros tipos de eventos decorrem ou do extravasamento dos cursos d'água (inundações ou enxurradas) ou de acúmulos de água (alagamentos), podendo levar a consequências como deslizamentos de terra, entre outros.

O Rio Grande do Sul, em particular, é um dos estados mais afetados historicamente por desastres climáticos no Brasil e foi grandemente afetado pelas fortes chuvas ocorridas em maio/2024. Durante um período que se alongou por mais de um mês, os altos volumes de precipitação deixaram cidades gaúchas debaixo d'água e levaram a mortes e a um montante elevado de prejuízos materiais.

A tragédia atingiu as carteiras patrimoniais da Companhia, tendo gerado uma alta carga de sinistros - 7.824 no período total, com cerca de 7.346 cobertos por contratos de resseguro, enfaticamente no ramo habitacional, representando, em valores aproximados, uma perda de seguros de R$ 228.510 e cobertura de resseguro de R$ 205.613.

4.1.6. Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

Um dos métodos de grande relevância no gerenciamento de riscos de uma seguradora é a Gestão de Ativos e Passivos - *Asset Liability Management (ALM)*. Utilizando dentre diversas metodologias reconhecidas mundialmente, o casamento dos fluxos de caixa de ativos e passivos, engloba o gerenciamento ativo dos investimentos financeiros, com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo é otimizar a relação entre volatilidade e taxa de desconto, alinhando os desinvestimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração a mitigação dos riscos, duração, rentabilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. Trimestralmente são realizados estudos gerenciais de ALM para as carteiras da Seguradora, além dos estudos específicos em atendimento à legislação, bem como acompanhamento mensal dos indicadores de ALM. A abertura dos vencimentos contratuais dos ativos e passivos financeiros foram demonstrados na Nota Explicativa 4.3.

4.1.7. Teste de sensibilidade

As análises de sensibilidade do Grupo considerando-se às mudanças nas principais premissas em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, em visão bruto e líquido de resseguro, seguem apresentadas nos quadros a seguir, demonstrando os impactos de cada premissa no resultado e no patrimônio líquido:

	31/12/2024				31/12/2023			
	CSM		Resultado		CSM		Resultado	
	Bruto	Líquido	Bruto	Líquido	Bruto	Líquido	Bruto	Líquido
Risco de vida								
Taxas de mortalidade (aumento de 1%)	(18.645)	(18.645)	(4.855)	(4.855)	(18.797)	(18.797)	(9.360)	(9.360)
Taxas de mortalidade (redução de 1%)	18.645	18.645	4.855	4.855	18.797	18.797	9.360	9.360
Taxas de morbidade (aumento de 1%)	(5.689)	(5.689)	(1.475)	(1.475)	(5.756)	(5.756)	(2.863)	(2.863)
Taxas de morbidade (redução de 1%)	5.689	5.689	1.475	1.475	5.756	5.756	2.863	2.863
Despesas (aumento de 5%)b	(13.624)	(13.624)	(3.814)	(3.814)	(8.410)	(8.410)	(4.215)	(4.215)
Despesas (redução de 5%)b	13.624	13.624	3.814	3.814	8.410	8.410	4.215	4.215
Taxas de cancelamento (aumento de 5%)b - sensibilidade cancelamento	(53.101)	(53.101)	(13.906)	(13.906)	(67.641)	(67.641)	(33.661)	(33.661)
Taxas de cancelamento (decréscimo de 5%)b - sensibilidade cancelamento	53.101	53.101	13.906	13.906	67.641	67.641	33.661	33.661
Não vida								
Sinistros definitivos (aumento de 5%)	(12.379)	(12.379)	(8.661)	(8.661)	(8.053)	(8.053)	(4.921)	(4.921)
Sinistros definitivos (redução de 5%)	12.379	12.379	8.661	8.661	8.053	8.053	4.921	4.921

4.2. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia. As áreas-chave em que a Companhia está exposta ao risco de crédito são: i) parte ressegurada dos passivos de seguro; ii) montantes devidos pelos resseguradores referentes a sinistros pagos; iii) montantes devidos pelos segurados referentes a contratos de seguro; iv) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; v) montantes referentes a títulos e créditos a receber; e vi) montantes referentes a títulos de dívidas.

A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradores que atendem os critérios definidos na Política de Resseguro do grupo, dos quais a classificação de crédito é um dos quesitos. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por Companhias avaliadoras de riscos, tais como *A.M. Best, Fitch Ratings, Standard & Poor's ou Moody's,* entre outras, e atualmente a Companhia privilegia a avaliação produzida pela *A.M. Best*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito em ativos financeiros (Os *ratings* não são auditados).

	31/12/2024			31/12/2023		
	Controladora			Controladora		
Composição dos ativos	BB	Sem *rating*	Total	BB	Sem *rating*	Total
Ao valor justo por meio do resultado	–	299.012	299.012	–	315.212	315.212
Fundos de investimentos	–	299.012	299.012	–	315.212	315.212
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	88.265	–	88.265	91.660	–	91.660
Letras do tesouro nacional	88.265	–	88.265	–	–	–
Notas do tesouro nacional	–	–	–	91.660	–	91.660
Exposição máxima ao risco de crédito	88.265	299.012	387.277	91.660	315.212	406.872

	31/12/2024 Consolidado													
Composição dos ativos	AAA	AA+	AA	AA-	A-	B-	BB-	BB	BB+	BBB-	BBB	BBB+	Sem *rating*	Total
Ao valor justo por meio do resultado	11.525	2.044	3.522	1.704	1.646	161	7.478	6.250	693	710	357	1.068	982.036	1.019.194
Ações	11.525	2.044	3.522	1.704	1.646	161	7.478	1.032	693	710	357	1.068	19.816	51.756
Fundos de investimentos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	963.649	963.649
Letras financeiras do tesouro	–	–	–	–	–	–	–	5.218	–	–	–	–	–	5.218
Outros	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(1.429)	(1.429)
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	3.636.582	–	–	–	–	–	3.636.582
Letras do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–	–	2.325.617	–	–	–	–	–	2.325.617
Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–	–	1.310.965	–	–	–	–	–	1.310.965
Ao custo amortizado								1.199.381	–	–	–	–	–	1.199.381
Créditos a receber FCVS	–	–	–	–	–	–	–	1.199.381	–	–	–	–	–	1.199.381
Exposição máxima	11.525	2.044	3.522	1.704	1.646	161	7.478	4.842.213	693	710	357	1.068	982.036	5.855.157

	31/12/2023 Consolidado		
Composição dos ativos	BB	Sem *rating*	Total
Ao valor justo por meio do resultado	5.004	1.211.189	1.216.193
Fundos de investimentos	–	1.211.189	1.211.189
Letras financeiras do tesouro	1.153	–	1.153
Operações compromissadas	3.851	–	3.851
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	3.706.037	–	3.706.037
Letras financeiras do tesouro	149.687	–	149.687
Letras do tesouro nacional	443.072	–	443.072
Notas do tesouro nacional	3.113.278	–	3.113.278
Ao custo amortizado	1.196.629	–	1.196.629
Títulos e créditos a receber - FESA	1.196.629	–	1.196.629
Exposição máxima	4.907.670	1.211.189	6.118.859

O risco de crédito relacionado aos contratos de seguro está contido na premissa de cancelamento que impactam o fluxo de caixa de cumprimento contratual. Para o resseguro o risco de não recuperar um sinistro já está mensurado no fluxo de caixa de cumprimento contratual para sinistros já incorridos.

4.3. Risco de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo.

Por meio da política de gerenciamento de liquidez são mantidos recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à medida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa.

A liquidez de médio e longo prazo é monitorada através do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) definido na Política de Investimentos. O ajuste nos prazos de vencimento das aplicações segundo a projeção de exigibilidade dos recursos é monitorado permanentemente, além da manutenção de um volume mínimo de caixa para atender as demandas recorrentes.

Na avaliação deste risco, o principal objetivo é minimizar a probabilidade de descasamento entre passivos e ativos, garantindo que os fluxos dos ativos superem os dos passivos em diferentes momentos no tempo, o que é observado na tabela a seguir:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Fluxo de Ativos	Fluxos de Passivos	Fluxo de Ativos	Fluxos de Passivos
Até 1 ano	864.700	342.606	2.824.715	342.411
Mais de 1 ano	2.525.539	1.228.202	600.512	1.219.167
Mais de 5 anos	818.730	17.165	1.058.577	20.840
Total	**4.208.969**	**1.587.973**	**4.483.803**	**1.582.418**

(i) Os fluxos ativos incluem títulos públicos federais pré e pós-fixados, além de fundos de investimento considerados disponíveis, também se considera os recebimentos de cupons dos ativos que conferem esse direito.

(ii) Os fluxos passivos são compostos por provisões judiciais que estão dentro do BE LIC que representam aproximadamente 65% do total, outros passivos significativos incluem a fluxos para sinistros ocorridos, mas não reportados, fluxos para sinistros a liquidar (também BE LIC) e a fluxos para cobertura remanescente (BE LRC).

4.4. Risco de mercado

a. Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras do Grupo de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à Companhia, destacam-se: risco de taxa de juros, risco de preço de ações, e risco de derivativos.

b. Controle do risco de mercado

A metodologia utilizada pelo Grupo para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros utilizados são os mesmos definidos pelo CPC 48, e os limites definidos pela Administração.

Dentre as informações utilizadas para o cálculo do *VaR*, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

continua→★

CNP Seguros holding | Brasil

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

→★ continuação

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:
- Modelo não-paramétrico;
- Intervalo de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA.

O valor acima representa a perda máxima das aplicações financeiras da Companhia e suas Controladas para o horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

O *rating* das ações está aberto na nota 4.2. Risco de Crédito.

c. Atribuições relacionadas ao monitoramento de risco

Cabe ao administrador da carteira dos ativos:
- Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os fundos e carteiras dos clientes;
- Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos fundos, conforme regras pré-estabelecidas;
- Acompanhar diariamente os limites de risco de cada fundo, verificando seu enquadramento;
- Produzir os relatórios de risco de mercado do Grupo, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (*VaR*) e de análise de perdas e ganhos (*Stress Analysis*); e
- Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pelo Grupo.

Cabe à área de controle de risco do Grupo:
- Monitorar se os limites de alocação foram devidamente respeitados para todos os tipos de ativos;
- Monitorar o risco de perda potencial (VaR) das carteiras gerenciais;
- Informar aos Gestores em caso de extrapolação dos limites de alocação por ativo e dos limites de perda potencial (VaR);
- Solicitar aos Gestores, em caso de desenquadramento, o reenquadramento dos fundos.

4.5. Risco operacional

a. Gerenciamento do risco operacional

O processo de gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades de uma organização em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e, ainda, em função da globalização dos negócios.

Os principais pontos de partida para desenvolvimento de uma boa gestão de riscos envolvem:
- Conhecer, controlar e mitigar o impacto dos eventos negativos;
- Gerenciar as incertezas inerentes ao alcance dos objetivos;
- Criar oportunidades, visando à obtenção de vantagem competitiva e aumento do valor agregado;
- Estabelecer, alinhar e divulgar o apetite de risco da Companhia com as estratégias adotadas; e
- Prover melhorias competitivas de alocação de capital.

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades de modo integrado é apoiado na sua estrutura de controles internos e *Compliance*, que permite o aprimoramento contínuo da gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

O sistema de controles internos é baseado na metodologia e princípios do COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, segundo cinco componentes que, inter-relacionados, constituem uma base integrada de riscos ERM - *Enterprise Risk Management*, visando dar suporte à Companhia para gerenciar seus riscos de forma efetiva por meio da aplicação do processo de gestão de riscos em vários níveis e dentro de contextos específicos.

A gestão de riscos e controles é composta pelas Unidades de Auditoria, Controle e Conformidade, Contabilidade e Orçamento, Atuária e Controles dos Riscos Técnicos; independentes entre si, elas trabalham de forma coordenada com o objetivo de garantir com razoável certeza a proteção dos ativos e o alcance dos objetivos estratégicos.

Essa estrutura de gerenciamento de riscos permite que os riscos operacionais sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados e mitigados de maneira unificada.

b. Gestão do risco operacional

A identificação, avaliação, análise e tratamento dos riscos, no processo de gerenciamento dos riscos operacionais, conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta administração até as diversas unidades organizacionais.

Para assegurar a singularidade ao processo de gerenciamento de riscos corporativos, cabe à Gerência de Controle Interno, o mapeamento e monitoramento dos riscos operacionais, mediante o uso de ferramenta de gestão de riscos e de tratamento de ocorrências operacionais, instituindo-se dispositivos de controle permanente.

Como atribuição, voltada à gestão dos riscos operacionais a Gerência de Controle Interno deve:
- Atuar efetivamente como segunda linha de defesa;
- Propor e/ou consolidar as políticas de controle interno, conformidade, de governança de riscos, de prevenção à fraude e à lavagem de dinheiro e outras que venham a ser aprovadas pela Diretoria Executiva;
- Instituir, cumprir e fazer cumprir os padrões de monitoramento permanente de riscos e controles;
- Prover os órgãos de governança corporativa de informações atualizadas sobre a evolução do ambiente de controle;
- Orientar e apoiar os *managers* na gestão dos riscos operacionais e na proteção dos ativos organizacionais; e
- Disseminar a cultura de controle interno, de acordo com as diretrizes estratégicas.

Os *managers* além de suas responsabilidades específicas à função, devem:
- Atuar efetivamente como primeira linha de defesa;
- Gerir e ter propriedade sobre os riscos, implementando ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles;
- Manter os controles internos eficazes e conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, identificando, avaliando, controlando e mitigando os riscos; e
- Buscar continuamente a constituição de controles de gestão e de supervisão adequados, para garantir a conformidade, objetivando a vigilância sobre os controles, processos inadequados e eventos inesperados.

Os profissionais da Companhia que atuam na área de riscos e controles possuem capacidade analítica, visão estratégica e apurado raciocínio lógico, com formação nas áreas de finanças, controladoria, auditoria, controles internos, tecnologia, jurídica, gestão de riscos e contabilidade.

A Diretoria Executiva define políticas que permitem o estabelecimento de normas, procedimentos, elaboração de cursos e cartilhas que são permanentemente atualizadas, de maneira consistente com o planejamento estratégico e com a estrutura organizacional definida em responsabilidades e atribuições, disseminando conhecimento para o gerenciamento do risco operacional.

A Alta Administração tem acompanhado a evolução da cultura de mitigação de riscos do Grupo, na medida em que promove a conscientização da necessidade de conhecer e diagnosticar as perdas operacionais, manter histórico e adotar medidas de redução de perdas, principalmente, junto aos profissionais de *front office*.

5. Instrumentos financeiros

5.1. Resumo da classificação

Os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos estão sendo apresentados, em conjunto com os títulos de propriedade direta da Companhia. Os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos estão sendo apresentados na linha de outros valores.

Controladora	Hierarquia a Valor Justo	Entre 1 e 5 anos	Sem Vencimento	Valor de curva	Valor Justo	Ajuste ao valor justo	Valor de mercado 31/12/2024	% 31/12/2024	Valor de mercado 31/12/2023	% 31/12/2023
Valor justo por meio do resultado		**–**	**299.012**	**–**	**299.012**	**299.012**	**299.012**	**77%**	**315.212**	**77%**
Quotas de fundos de Investimentos	1	–	299.012	–	299.012	299.012	299.012	100%	315.212	100%
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		**88.265**	**–**	**93.319**	**88.265**	**(5.054)**	**88.265**	**23%**	**91.660**	23%
Nota do Tesouro Nacional	1	–	–	–	–	–	–	0%	91.660	100%
Letras do Tesouro Nacional	1	88.265	–	93.319	88.265	(5.054)	88.265	100%	–	0%
Total		**88.265**	**299.012**	**93.319**	**387.277**	**293.958**	**387.277**		**406.872**	

Consolidado	Hierarquia a Valor Justo	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Sem Vencimento	Valor de curva	Valor Justo	Ajuste ao valor justo	Valor de mercado 31/12/2024	% 31/12/2024	Valor de mercado 31/12/2023	% 31/12/2023
Valor justo por meio do resultado		**5.218**	**–**	**1.013.976**	**–**	**1.019.195**	**1.019.195**	**1.019.194**	**17%**	**1.216.193**	**20%**
Letras do Financeiras do Tesouro	1	–	–	–	–	–	–	–	0%	1.153	0%
Operações Compromissadas	1	5.218	–	–	–	5.218	5.218	5.218	1%	3.851	0%
Quotas de fundos de Investimentos	1	–	–	963.649	–	963.649	963.649	963.649	95%	1.211.244	100%
Outros	1	–	–	723	–	(1.428)	(1.428)	723	0%	- 55	0%
Ações	1	–	–	49.604	–	51.756	51.756	49.604	5%	–	0%
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		**875.207**	**2.761.375**	**–**	**3.815.973**	**3.636.582**	**(179.390)**	**3.636.582**	**62%**	**3.706.037**	**61%**
Nota do Tesouro Nacional	1	875.207	–	–	875.380	875.207	(172)	875.207	24%	2.667.914	72%
Letras do Financeiras do Tesouro	1	–	–	–	–	–	–	–	0%	149.687	4%
Letras do Tesouro Nacional	1	–	2.325.617	–	2.498.686	2.325.617	(173.069)	2.325.617	64%	443.072	12%
Nota do Tesouro Nacional	1	–	435.758	–	441.907	435.758	(6.149)	435.758	12%	445.364	12%
Ao custo amortizado		**–**	**–**	**1.199.381**	**1.199.381**	**1.199.381**	**–**	**1.199.381**	**100%**	**1.196.629**	**19%**
Créditos a receber do FCVS	3	–	–	1.199.381	1.199.381	1.199.381	–	1.199.381	100%	1.196.629	100%
Total		**880.425**	**2.761.375**	**2.213.357**	**5.015.354**	**5.855.158**	**839.805**	**5.855.157**		**6.118.859**	

O saldo do balanço patrimonial é composto pelo valor de mercado.

5.2. Movimentação dos ativos financeiros

a. Movimentação das aplicações financeiras

Controladora	31/12/2023	Aplicações	Resgates	Ajuste e Valor justo	Rendimentos	31/12/2024
Valor justo por meio do resultado	**315.212**	63.525	(105.435)	–	25.710	**299.012**
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**91.660**	89.159	(96.412)	(6.081)	9.939	**88.265**
Saldo	**406.872**	**152.684**	**(201.847)**	**(6.081)**	**35.649**	**387.277**

Controladora	31/12/2022	Aplicações	Resgates	Ajuste e Valor justo	Rendimentos	31/12/2023
Valor justo por meio do resultado	**269.242**	116.065	(97.345)	–	27.249	**315.211**
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**128.867**	234.910	(288.369)	808	15.445	**91.661**
Saldo	**398.109**	**350.975**	**(385.714)**	**808**	**42.694**	**406.872**

Consolidado	31/12/2023	Aplicações	Resgates	Ajuste e Valor justo	Rendimentos	31/12/2024
Valor justo por meio do resultado	**1.216.193**	3.506.950	(3.809.654)	–	105.706	**1.019.195**
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**3.706.037**	2.801.667	(3.038.417)	(173.657)	340.951	**3.636.581**
Total	**4.922.230**	**6.308.617**	**(6.848.071)**	**1.025.724**	**446.657**	**5.855.157**

Consolidado	31/12/2022	Aplicações	Resgates	Ajuste e Valor justo	Rendimentos	31/12/2023
Valor justo por meio do resultado	**723.012**	2.284.880	(1.956.956)	–	165.256	**1.216.192**
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**4.001.331**	3.842.576	(4.614.065)	117.377	358.819	**3.706.038**
Saldo	**4.724.343**	**6.127.456**	**(6.571.021)**	**1.314.005**	**524.075**	**6.118.858**

b. Movimentação dos créditos a receber do FCVS

Consolidado	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	**1.196.628**	**1.195.067**
Adições - pagamentos realizados	69.401	107.749
Baixas - por recebimentos	(67.437)	(63.266)
Redução ao valor recuperável	788	(42.922)
Saldo final	**1.199.381**	**1.196.628**

5.3. Análise de sensibilidade

a. Carteira de ativos

A carteira de ativos do Grupo possui ativos classificados como: Valor Justo por Meio do Resultado (VJR) e Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e custo amortizado.

O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos do Grupo é o de *Stress Test*. Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do *VaR* das carteiras utilizando-se o choque de 1 ponto base para taxa de juros. Este cenário contempla variações no índice B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão; curva de inflação e curva de juros.

O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

Fatores de Risco	Value-at-Risk	DV-1
Moeda	3	–
Fundos	1.629	–
IPCA	2.331	–
Juros Pré	18.109	(32.642)
Equity	3.047	–
LFT	–	(3)
Total	**25.119**	**(32.645)**

b. Análise de sensibilidade para instrumentos com taxa de juros pré-fixada

O Grupo contabiliza parte de sua carteira de ativos com taxa de juros pré e pós-fixada pelo valor justo por meio do resultado, mas não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de *hedge* usando o modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros ao final do período de relatório impactará o resultado do Grupo.

Patrimônio líquido, líquido de impostos

Consolidado	100pb aumento	100pb diminuição
31 de dezembro de 2024		
Instrumentos com taxas de juros pré e pós fixadas	(1.172)	1.199
31 de dezembro de 2023		
Instrumentos com taxas de juros pré e pós fixadas	(27.968)	28.733

6. Títulos e créditos a receber

	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Adiantamentos para funcionários	–	3.258	3.269
Disponibilidades com bloqueio judicial	169	4.380	49.435
Créditos a receber - empresas ligadas	–	55.401	211.091
Outros títulos e créditos a receber	7.100	99.431	107.691
Total	**7.269**	**162.470**	**371.486**

7. Depósitos judiciais e fiscais

Consolidado	31/12/2024	31/12/2023
Natureza cível	65.522	60.060
Natureza trabalhista	16.830	21.597
Natureza fiscal - contingências	492	855
Natureza fiscal - obrigações legais	2.335.283	2.194.042
Totais	**2.418.127**	**2.276.554**

8. Ativos fiscais e passivos diferido

Composição

A composição e a movimentação dos ativos fiscais e passivo diferido, podem ser resumidas como segue:

a. Composição e movimentação dos ativos e passivos fiscais

Controladora	01/01/2023	Constituições (realizações) IR/CS	Constituições (realizações) Outros tributos	31/12/2023	Constituições (realizações) IR/CS	Constituições (realizações) Outros tributos	31/12/2024
Ativo							
A compensar	10.688	1.625	–	12.313	2.103	–	14.416
Total ativo circulante	**10.688**	**1.625**	**–**	**12.313**	**2.103**	**–**	**14.416**
Diferenças temporárias:							
Operações de arrendamento - CPC 06	794	(793)	–	1	(1)	–	–
Outras provisões	14.409	(2.290)	–	12.119	(1.773)	–	10.346
Base Negativa/prejuízo fiscal	28.196	(3.269)	–	24.927	(3.196)	–	21.731
A compensar	75.900	13.836	–	89.736	36.514	–	126.250
Ajuste de títulos a valor justo TVM	(81)	(262)	(38)	(381)	2.051	48	1.718
Total do ativo não circulante	**119.218**	**7.222**	**(38)**	**126.402**	**33.595**	**48**	**160.045**

Consolidado	31/12/2022	Constituições (realizações) IR/CS	Constituições (realizações) Outros tributos	31/12/2023	Constituições (realizações) IR/CS	Constituições (realizações) Outros tributos	31/12/2024
Ativo							
A compensar	22.820	(1.481)	1.491	22.830	1.209	841	24.880
Total ativo circulante	**22.820**	**(1.481)**	**1.491**	**22.830**	**1.209**	**841**	**24.880**
Diferenças temporárias:							
Contingências fiscais	446.740	27.028	–	473.768	24.175	–	497.943
Contingências cíveis	74.732	(5.362)	–	69.370	6.722	–	76.092
Contingências trabalhistas	9.331	11.177	–	20.508	893	–	21.401
Risco de crédito	244.980	31.036	–	276.016	17.509	–	293.525
Participações nos lucros	12.487	(189)	–	12.298	(2.011)	–	10.287
Operações de arrendamento	4.110	290	–	4.400	(240)	–	4.160
Outras provisões	74.205	(1.925)	–	72.280	(9.126)	–	63.154
Impactos do IFRS 17	(518.847)	(269.854)	–	(788.701)	280.310	–	(508.391)
Base Negativa/prejuízo fiscal	28.196	(3.269)	–	24.927	(3.170)	–	21.757
A compensar	96.865	15.273	425	112.563	41.852	398	154.813
Ajuste de títulos a valor justo TVM	49.996	(45.256)	1.025	5.765	67.295	(1.232)	71.828
Total ativo circulante não circulante	**522.795**	**(241.051)**	**1.450**	**283.194**	**424.209**	**(834)**	**706.569**

9. Créditos fiscais não reconhecidos

Apresentamos a seguir os valores de créditos fiscais não reconhecidos no balanço patrimonial de controladas, que não possuem expectativa de resultado futuro que absorva os referidos créditos:

Consolidado	31/12/2024	31/12/2023
Adições temporárias	4.115	4.298
Prejuízo fiscal	52.632	53.878
Total	**56.747**	**58.176**

10. Dividendos a receber

Os dividendos a receber registrados estão demonstrados a seguir:

Controladora	31/12/2024	31/12/2023
CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.	–	257.262
Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda.	7.383	5.611
Total	**7.383**	**262.873**

11. Investimentos em controladas e coligadas

Os investimentos são formados preponderantemente pelas participações societárias de controladas e coligadas, conforme a seguir:

11.1. Participações societárias

Além dos investimentos consolidados, que estão descritos na nota nº 2.1.1, a Companhia detém investimento minoritário de 25,00% na Wiz Co Participações e Corretagem de Seguros S.A. e estão demonstrados como investimentos em empresas não consolidadas nessa nota explicativa.

Em 30 de outubro de 2024 a Companhia assinou contrato de compra e venda com a Integra Participações S.A., para a alienação da sua participação na Wiz Co Participações e Corretagem de Seguros S.A. O contrato prevê a alienação total da participação, que é representada por 39.976.820 ações, ao valor unitário de R$ 5,96 reais, totalizando o valor de R$ 238.262, sendo que até 31 de dezembro de 2024, a operação estava aguardando a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

a. Composição

Demonstramos a seguir a composição das participações societárias registradas por equivalência patrimonial:

Empresas controladas e coligadas (31/12/2024)	Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.	CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.	Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda.	Total
Ativos circulante	59.133	2.244	60.618	121.995
Ativos não circulante	116.157	3.896.002	2.200	4.014.359
Passivo circulante	16.130	123	20.926	37.179
Passivo não circulante	2.210	–	–	2.210
Provisões Judiciais	2.210	–	–	2.210
Total de passivos líquidos de provisões judiciais	16.130	123	20.926	37.179
Patrimônio Líquido	156.949	3.898.123	41.892	**4.096.964**
Investimento de empresa não consolidada	–	–	–	185.860
Total das participações societárias				**4.282.824**
Lucro líquido do exercício	8.861	862.177	29.531	900.569
Total dos resultados abrangentes	(7.684)	(582.088)	–	(589.772)
Participação no capital social	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	
Quantidade de ações s/valor nominal	1.142.000.000	2.515.000.000	15.600.000	

Empresas controladas e coligadas (31/12/2023)	Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.	CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.	Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda.	Total
Ativos circulante	48.625	227.748	53.791	330.164
Ativos não circulante	122.915	4.328.841	1.477	4.453.233
Passivo circulante	12.434	257.264	18.690	288.388
Passivo não circulante	3.333	–	–	3.333
Total de passivos líquidos de provisões judiciais	13.022	257.264	18.690	288.976
Patrimônio Líquido	**155.773**	**4.299.325**	**36.578**	**4.491.676**
Investimento de empresa não consolidada	–	–	–	163.769
Total das participações societárias				**4.655.445**
Lucro líquido do exercício	14.924	1.083.208	23.288	1.121.420
Total dos resultados abrangentes	678	344.064	–	344.742
Participação no capital social	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	
Quantidade de ações s/valor nominal	1.142.000.000	2.515.000.000	15.600.000	

b. Movimentação

Demonstramos a seguir a movimentação ocorrida nas participações societárias:

	Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.	CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.	Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda.	Empresas não consolidadas	Total
Saldo final em 1 de janeiro de 2023	**140.171**	**3.351.546**	**39.298**	**155.839**	**3.686.854**
Resultado de equivalência patrimonial, líquido de impostos	14.924	1.083.208	23.288	19.629	1.141.049
Dividendos	–	(505.501)	(26.008)	(11.384)	(542.893)
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	(526)	(526)
Baixa de participação	–	–	–	211	211
Outros lucros abrangentes	677	370.072	–	–	370.749
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	**155.773**	**4.299.325**	**36.578**	**163.770**	**4.655.445**
Resultado de equivalência patrimonial, líquido de impostos	8.861	862.177	23.288	38.239	932.565
Dividendos	–	(681.291)	(17.974)	(16.149)	(715.414)
Outros lucros abrangentes	(7.684)	(582.088)	–	–	(589.772)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	**156.949**	**3.898.123**	**41.892**	**185.860**	**4.282.824**

12. Propriedade para investimentos

Consolidado	31/12/2023	Benfeitorias	Baixas	Ajuste a valor justo	Transferências *(i)*	31/12/2024
Edificações - Custo	107.690	229	(10.379)	–	76.517	174.056
Ajuste a valor justo	(25.363)	–	4.779	(13.618)	9.289	(24.912)
Total	**82.327**	**229**	**(5.600)**	**(13.618)**	**85.806**	**149.144**

(i) Referem-se a ativos do Fundo de investimento consolidado que antes estavam sob a categoria de imobilizado e agora, por terem sido devolvidos ao fundo, encontram-se na nota de propriedades para investimento.

13. Imobilizado e intangível

13.1. Imobilizado

a. Composição

Controladora	Custo 31/12/2024	Depreciação/amortização acumulada 31/12/2024	Total 31/12/2024	Custo 31/12/2023	Depreciação/amortização acumulada 31/12/2023	Total 31/12/2023
Equipamentos	256	(256)	–	256	(255)	1
Veículos	329	(104)	225	329	(38)	291
Ativo de direito de uso	708	(708)	–	708	(663)	45
Outros	3.890	(3.568)	322	3.890	(3.009)	881
Total	**5.183**	**(4.636)**	**547**	**5.183**	**(3.965)**	**1.218**

Consolidado	Custo 31/12/2024	Depreciação/amortização acumulada 31/12/2024	Total 31/12/2024	Custo 31/12/2023	Depreciação/amortização acumulada 31/12/2023	Total 31/12/2023
Terrenos	–	–	–	50.457	–	50.457
Edificações	143.363	(47.797)	95.566	186.845	(74.352)	112.493
Equipamentos	14.570	(12.685)	1.885	17.748	(16.058)	1.690
Móveis, máquinas e utensílios	24.163	(21.587)	2.576	25.917	(20.877)	5.040
Veículos	4.944	(1.378)	3.566	6.761	(1.632)	5.129
Sistemas e aplicativos	772	(768)	4	772	(766)	6
Ativo de direito de uso	26.244	(22.321)	3.923	22.815	(20.849)	1.966
Outros	13.712	(8.126)	5.586	12.583	(6.594)	5.989
Total	**227.768**	**(114.662)**	**113.106**	**323.898**	**(141.128)**	**182.770**

b. Movimentação

Controladora	Saldo em 31/12/2022	Aquisições	Amortização/depreciação do período	Vendas	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2023	Amortização/depreciação do período	Saldo em 31/12/2024
Equipamentos	6	–	(5)	–	–	–	1	(1)	–
Móveis, máquinas e utensílios	–	72	–	–	–	(72)	–		–
Veículos	257	257	(58)	(237)	–	72	291	(66)	225
Ativo de direito de uso	678	–	62	–	(695)	–	45	(45)	–
Outros	1.440	–	(559)	–	–	–	881	(559)	322
Total	**2.381**	**329**	**(560)**	**(237)**	**(695)**	**–**	**1.218**	**(671)**	**547**

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Aquisições	Amortização/depreciação do período	Baixas	Transferências *(i)*	Saldo em 31/12/2024
Terrenos *(i)*	50.457	–	–	–	(50.457)	–
Edificações *(i)*	112.493	72	(5.732)	–	(11.267)	95.566
Equipamentos	1.690	1.209	(985)	(29)	–	1.885
Móveis, máquinas e utensílios	5.040	182	(2.411)	(235)	–	2.576
Veículos	5.129	867	(954)	(1.476)	–	3.566
Sistemas e aplicativos	6	–	(2)	–	–	4
Ativo de direito de uso	1.966	3.429	(1.472)	–	–	3.923
Outros	5.989	1.129	(1.531)	(1)	–	5.586
Total	**182.770**	**6.888**	**(13.087)**	**(1.741)**	**(61.724)**	**113.106**

(i) Referem-se a ativos do Fundo de investimento consolidado que antes estavam sob a categoria de imobilizado e agora, por terem sido devolvidos ao fundo, encontram- se na nota de propriedades para investimento.

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Aquisições	Amortização/depreciação do período	Vendas	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2022
Terrenos	50.457	–	–	–	–	–	50.457
Edificações	121.757	–	(9.264)	–	–	–	112.493
Equipamentos	2.645	281	(1.236)	–	–	–	1.690
Móveis, máquinas e utensílios	7.299	238	(2.425)	–	–	(72)	5.040
Veículos	1.063	5.569	(871)	(696)	(8)	72	5.129
Sistemas e aplicativos	3	4	(1)	–	–	–	6
Ativo de direito de uso	4.708	5.425	(4.293)	–	(3.874)	–	1.966
Outros	7.583	–	(1.594)	–	–	–	5.989
Total	**195.515**	**11.517**	**(19.684)**	**(696)**	**(3.882)**	**–**	**182.770**

continua→★

Eufrázio

CNP Seguros holding | Brasil

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

→★ continuação

c. Ativo de direito de uso

Referem-se substancialmente aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.6), descontado a valor presente:

					Controladora
	Saldo em	Movimentações		Composição do saldo	Saldo em
Direito de uso	**01/01/2024**	**Despesa de depreciação do período**	**Ativo de direito de uso**	**Depreciação acumulada**	**31/12/2024**
Imóveis	44	(44)	708	(708)	–
Total	**44**	**(44)**	**708**	**(708)**	**–**

							Controladora
Direito de uso	**Saldo em 31/12/2022**	**Novos contratos**	**Alterações/cancelamentos de contratos**	**Despesa de depreciação do período**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo em 31/12/2023**
Imóveis	678	–	(695)	62	708	(663)	45
Total	**678**	**–**	**(695)**	**62**	**708**	**(663)**	**45**

							Consolidado
Direito de uso	**Saldo em 31/12/2022**	**Novos contratos**	**Alterações/cancelamentos de contratos**	**Despesa de depreciação do período**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo em 31/12/2023**
Imóveis	1.891	(2.433)	547	(1.935)	6.596	(8.526)	(1.930)
Máquinas e Equipamentos	2.818	7.858	(4.422)	(2.358)	16.219	(12.323)	3.896
Total	**4.709**	**5.425**	**(3.875)**	**(4.293)**	**22.815**	**(20.849)**	**1.966**

Controladora: A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos, em 31 de dezembro de 2024 não havia contratos ativos e em 31 de dezembro de 2023 a taxa era de 37,50% a.a.;

					Consolidado
	Saldo em	Despesa de		Composição do saldo	Saldo em
Direito de uso	**01/01/2024**	**depreciação do período**	**Ativo de direito de uso**	**Depreciação acumulada**	**31/12/2024**
Imóveis	**(1.930)**	1.028	8.576	(7.498)	**1.078**
Máquinas e Equipamentos	**3.896**	(2.500)	17.668	(14.823)	**2.845**
Total	**1.966**	**(1.472)**	**26.244**	**(22.321)**	**3.923**

Consolidado: A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos, representando em 31 de dezembro de 2024 uma taxa de 19,04 % a.a. (31 de dezembro de 2023 - 17,86% aa).

13.2. Intangível

a. Composição

	31/12/2024		31/12/2023		
Controladora	**Custo**	**Total**	**Custo**	**Depreciação/ amortização acumulada**	**Total**
Marcas e patentes	3.011	3.011	3.011	–	3.011
Outros Intangíveis	–	–	7.776	(7.776)	–
Total	**3.011**	**3.011**	**10.787**	**(7.776)**	**3.011**

	31/12/2024			31/12/2023		
Consolidado	**Custo**	**Depreciação/ amortização acumulada**	**Total**	**Custo**	**Depreciação/ amortização acumulada**	**Total**
Marcas e patentes	3.062	–	3.062	3.062	–	3.062
Sistemas aplicativos	99.288	(93.708)	5.580	114.080	(92.669)	21.411
Sistemas de computação	368.260	(296.235)	72.025	346.956	(265.894)	81.062
Sistemas de computação em desenvolvimento	39.576	–	39.576	45.411	–	45.411
Outros intangíveis	49.634	(7.776)	41.858	49.634	(7.776)	41.858
Total	**559.820**	**(397.719)**	**162.101**	**559.143**	**(366.339)**	**192.804**

b. Movimentação

Consolidado	**Saldo em 31/12/2023**	**Aquisições**	**Baixas**	**Transferências**	**Amortização**	**Saldo em 31/12/2024**
Marcas e patentes	3.062	–	–	–	–	3.062
Sistemas aplicativos	21.411	–	(9.409)	–	(6.422)	5.580
Sistemas de computação	81.062	–	(3.016)	24.320	(30.341)	72.025
Sistemas de computação em desenvolvimento	45.411	18.802	(317)	(24.320)	–	39.576
Outros intangíveis	41.858	–	–	–	–	41.858
Total	**192.804**	**18.802**	**(12.742)**	**–**	**(36.763)**	**162.101**

Consolidado	**Saldo em 31/12/2022**	**Aquisições**	**Baixas**	**Transferências**	**Amortização**	**Saldo em 31/12/2023**
Marcas e patentes	3.062	–	–	–	–	3.062
Sistemas aplicativos	22.742	5.783	–	–	(7.114)	21.411
Sistemas de computação	62.842	–	(17)	49.285	(31.048)	81.062
Sistemas de computação em desenvolvimento	44.091	53.647	(3.042)	(49.285)	–	45.411
Outros Intangíveis	41.915	–	211	–	(268)	41.858
Total	**174.652**	**59.430**	**(2.848)**	**–**	**(38.430)**	**192.804**

14. Passivos de seguros

14.1. Movimentação dos saldos dos contratos de seguros e resseguros

14.1.1. Contratos de seguro

a. Análise por período restante de cobertura e sinistros ocorridos - Métodos BBA - Seguros - Vida

	31/12/2024				31/12/2023		
	Passivos líquidos para cobertura restante	**Passivos líquidos para cobertura restante - elemento de perda**	**Passivos líquidos por reclamações incorridas**	**Total**	**Passivos líquidos para cobertura restante**	**Passivos líquidos por reclamações incorridas**	**Total**
Saldo de ativos na abertura	1.169.382	–	(585.395)	583.985	3.797	(766)	3.031
Saldo de passivos na abertura	–	–	–	–	(287.819)	598.541	310.722
Saldo líquido de abertura	**(1.169.382)**	**–**	**585.395**	**(583.985)**	**(291.616)**	**599.307**	**307.691**
Receitas das atividades de seguro	**(1.752.575)**	**–**	**–**	**(1.752.575)**	**(1.902.644)**	**–**	**(1.902.644)**
Despesas relacionadas às atividades de seguro	**160.288**	**1.169**	**726.647**	**888.105**	**169.980**	**678.024**	**848.004**
Sinistros ocorridos e outras despesas relacionadas às atividades de seguro	–	–	606.780	606.780	–	599.289	599.289
Amortização dos fluxos de caixa relacionados a despesas de aquisição	160.288	–	–	160.288	169.980	–	169.980
Ajustes nos passivos para sinistros ocorridos	–	–	119.867	119.867	–	78.735	78.735
Perdas e recuperações em contratos deficitários	–	1.170	–	1.170	–	–	–
Resultado das atividades de seguro	**(1.592.287)**	**1.169**	**726.647**	**(864.471)**	**(1.732.664)**	**678.024**	**(1.054.640)**
Receitas financeiras ou encargos financeiros de seguro	410.186	–	(9.438)	400.748	(462.404)	72.524	(389.880)
Total das variações do resultado e dos outros resultados abrangentes	**(1.182.101)**	**1.169**	**717.209**	**(463.723)**	**(2.195.068)**	**750.548**	**(1.444.520)**
Prêmios recebidos em contratos de seguro emitidos atuarial	**1.774.376**	**–**	**–**	**1.774.376**	**1.845.298**	**–**	**1.845.298**
Pagamentos de sinistros ocorridos e outras despesas relacionadas às atividades de seguro Atuarial	–	**–**	**(772.442)**	**(772.442)**	**–**	**(777.930)**	**(777.930)**
Fluxo de caixa relacionado a despesas de aquisição - Atuarial	**(148.840)**	**–**	**–**	**(148.840)**	**(153.346)**	**–**	**(153.346)**
Fluxos de caixa relacionados a prêmios, sinistros ocorridos e despesas relacionadas às atividades de seguros - Não atuarial	**11.806**	**–**	**(6.671)**	**5.135**	**(374.650)**	**13.470**	**(361.180)**
Total do fluxo de caixa	**1.637.342**	**–**	**(779.113)**	**858.229**	**1.317.302**	**(764.460)**	**552.842**
Saldo de ativos no fechamento	713.261	–	(520.522)	192.738	1.169.382	(585.395)	583.987
Saldo de passivos no fechamento	(878)	1.170	2.967	3.259	–	–	–
Saldo líquido de fechamento	**(714.138)**	**1.170**	**523.490**	**(189.479)**	**(1.169.382)**	**585.395**	**(583.987)**

b. Análise por período restante de cobertura e sinistros ocorridos - Métodos BBA - Seguros - Não Vida

	31/12/2024				31/12/2023			
	Passivos líquidos para cobertura restante	**Passivos líquidos para cobertura restante - elemento de perda**	**Passivos líquidos por reclamações incorridas**	**Total**	**Passivos líquidos para cobertura restante**	**Passivos líquidos para cobertura restante - elemento de perda**	**Passivos líquidos por reclamações incorridas**	**Total**
Saldo de ativos na abertura	141.536	–	(25.529)	116.007	45.103	–	(7.668)	37.435
Saldo de passivos na abertura	(18.321)	7.293	265.633	254.605	145.267	–	261.902	407.169
Saldo líquido de abertura	**(159.862)**	**7.293**	**291.164**	**138.596**	**100.164**	**–**	**269.570**	**369.734**
Receitas das atividades de seguro	**(1.082.943)**	**–**	**–**	**(1.082.943)**	**(1.318.534)**	**–**	**–**	**(1.318.534)**
Despesas relacionadas às atividades de seguro	**96.513**	**(6.141)**	**883.623**	**980.137**	**100.086**	**6.938**	**584.587**	**691.611**
Sinistros ocorridos e outras despesas relacionadas às atividades de seguro	–	(10.249)	829.959	829.959	–	(7.550)	549.219	541.669
Amortização dos fluxos de caixa relacionados a despesas de aquisição	96.513	–	–	96.513	100.086	–	–	100.086
Ajustes nos passivos para sinistros ocorridos	–	–	53.665	53.665	–	–	35.368	35.368
Perdas e recuperações em contratos deficitários	–	4.108	–	–	–	14.488	–	14.488
Componentes de investimento	**557**	**–**	**(557)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Resultado das atividades de seguro	**(985.873)**	**(6.141)**	**883.066**	**(102.807)**	**(1.218.448)**	**6.938**	**584.587**	**626.923)**
Receitas financeiras ou encargos financeiros de seguro	368.188	272	(32.796)	335.392	(119.475)	355	60.917	(58.203)
Efeito das diferenças de câmbio	–	–	–	–	–	–	–	–
Total das variações do resultado e das OCI (Outros Resultados Abrangentes)	**(617.685)**	**(5.869)**	**850.270**	**232.586**	**(1.337.923)**	**7.293**	**645.504**	**(685.126)**
Prêmios recebidos em contratos de seguro emitidos atuarial	**1.056.653**	**–**	**–**	**1.056.653**	**1.105.702**	**–**	**–**	**1.105.702**
Pagamentos de sinistros ocorridos e outras despesas relacionadas às atividades de seguro Atuarial	–	–	**(886.968)**	**(886.968)**	**–**	**–**	**(635.474)**	**(635.474)**
Fluxo de caixa relacionado a despesas de aquisição - Atuarial	**(107.656)**	**–**	**–**	**(107.656)**	**(106.890)**	**–**	**–**	**(106.890)**
Fluxos de caixa relacionados a prêmios, sinistros ocorridos e despesas relacionadas às atividades de seguros - Não atuarial	**16.161**	**–**	**(7.624)**	**8.537**	**79.090**	**–**	**11.562**	**90.652**
Total do fluxo de caixa	**965.158**	**–**	**(894.592)**	**70.566**	**1.077.902**	**–**	**(623.912)**	**453.990**
Saldo de ativos no fechamento	167.473	–	(32.161)	135.311	141.536	–	(25.529)	116.007
Saldo de passivos no fechamento	355.084	1.425	214.681	571.189	(18.321)	7.293	265.633	254.605
Saldo líquido de fechamento	**187.611**	**1.425**	**246.842**	**435.878**	**(159.857)**	**7.293**	**291.162**	**138.598**

c. Análise por componente de mensuração - Métodos BBA (Seguro) - Vida

	31/12/2024				31/12/2023			
	Valor presente dos fluxos de caixa futuros	**Ajuste relacionado ao risco não financeiro**	**Margem sobre serviços contratuais**	**Total**	**Valor presente dos fluxos de caixa futuros**	**Ajuste relacionado ao risco não financeiro**	**Margem sobre serviços contratuais**	**Total**
Saldo de ativos na abertura	4.171.285	(293.422)	(3.293.876)	583.987	6.779	(147)	(3.601)	3.031
Saldo de passivos na abertura	–	–	–	–	(3.537.278)	316.181	3.531.819	310.722
Saldo líquido de abertura	**(4.171.285)**	**293.422**	**3.293.876**	**(583.987)**	**(3.544.057)**	**316.328**	**3.535.420**	**307.691**
Variações relacionadas aos serviços futuros	**(207.602)**	**(30.323)**	**239.095**	**1.170**	**(219.259)**	**(16.357)**	**235.616**	**–**
Alterações nas estimativas que resultam em ajuste na margem de serviços contratuais	(207.176)	(30.462)	238.807	1.169	(218.636)	(16.576)	235.212	–
Efeito dos contratos contabilizados durante o período	426)	139	287	–	(623)	219	404	–
Variações relacionadas aos serviços prestados durante o período	**(135.148)**	**(58.546)**	**(791.813)**	**(985.507)**	**(200.827)**	**(69.622)**	**(862.929)**	**(1.133.378)**
Montante da margem de serviços contratuais contabilizado no resultado líquido devido à prestação de serviços	–	–	(791.813)	(791.813)	–	–	(862.929)	(862.929)
Variação do ajuste relacionado ao risco não financeiro	–	(58.546)	–	(58.546)	–	(69.622)	–	(69.622)
Ajustes relacionados à experiência	(135.148)	–	–	(135.148)	(200.827)	–	–	(200.827)
Variações relacionadas aos serviços passados	**114.911**	**4.956**	**–**	**119.867**	**92.222**	**(13.484)**	**–**	**78.738**
Variações relacionadas aos serviços passados	114.911	4.956	–	119.867	92.222	(13.484)	–	78.738
Resultado das atividades de seguro	**(227.839)**	**(83.913)**	**(552.719)**	**(864.471)**	**(327.864)**	**(99.463)**	**(627.313)**	**(1.054.640)**
Receitas financeiros ou encargos financeiros de seguro	64.468	(3.681)	339.960	400.747	(852.206)	76.557	385.769	(389.880)
Total das variações do resultado e dos outros resultados abrangentes	**(163.370)**	**(87.594)**	**(212.759)**	**(463.723)**	**(1.180.070)**	**(22.906)**	**(241.544)**	**(1.444.520)**
Fluxo de caixa	858.230	–	–	858.230	552.842	–	–	552.842
Total do fluxo de caixa	**858.230**	**–**	**–**	**858.230**	**552.842**	**–**	**–**	**552.842**
Saldo de ativos no fechamento	3.478.973	(205.359)	(3.080.876)	192.738	4.171.285	(293.422)	(3.293.876)	**583.987**
Saldo de passivos no fechamento	2.548	469	242	3.259	–	–	–	**–**
Saldo líquido de fechamento	**(3.476.425)**	**205.828**	**3.081.118**	**(189.479)**	**(4.171.285)**	**293.422**	**3.293.876**	**(583.987)**

d. Análise por componente de mensuração - Métodos BBA - Não Vida

	31/12/2024				31/12/2023			
	Valor presente dos fluxos de caixa futuros	**Ajuste relacionado ao risco não financeiro**	**Margem sobre serviços contratuais**	**Total**	**Valor presente dos fluxos de caixa futuros**	**Ajuste relacionado ao risco não financeiro**	**Margem sobre serviços contratuais**	**Total**
Saldo de ativos na abertura	134.682	(7.374)	(11.302)	116.006	38.282	(46)	(801)	37.435
Saldo de passivos na abertura	(1.873.848)	53.347	2.075.105	254.604	(1.832.413)	53.439	2.186.143	407.169
Saldo líquido de abertura	**(2.008.530)**	**60.721**	**2.086.407**	**138.599**	**(1.870.695)**	**53.485**	**2.186.944**	**369.734**
Variações relacionadas aos serviços futuros	**(70.971)**	**58.146**	**16.933**	**4.108**	**(231.587)**	**25.110**	**220.964**	**14.487**
Alterações nas estimativas que resultam em ajuste na margem de serviços contratuais	(27.939)	42.473	(11.701)	2.833	(221.991)	14.562	207.429	–
Efeito dos contratos contabilizados durante o período	(43.032)	15.673	28.635	1.276	(9.596)	10.548	13.535	14.487
Variações relacionadas aos serviços prestados durante o período	**306.469**	**(24.773)**	**(447.946)**	**(166.250)**	**(91.859)**	**(23.122)**	**(561.793)**	**(676.774)**
Montante da margem de serviços contratuais contabilizado no resultado líquido devido à prestação de serviços	–	–	(447.946)	(447.946)	–	–	(561.793)	(561.793)
Variação do ajuste relacionado ao risco não financeiro	–	(24.773)	–	(24.773)	–	(23.122)	–	(23.122)
Ajustes relacionados à experiência	306.469	–	–	306.469	(91.859)	–	–	(91.859)
Variações relacionadas aos serviços passados	**50.678**	**2.517**	**–**	**53.195**	**42.052**	**(6.688)**	**–**	**35.364**
Variações relacionadas aos serviços passados	50.678	2.517	–	53.195	42.052	(6.688)	–	35.364
Resultado das atividades de seguro	**286.176**	**35.890**	**(431.013)**	**(108.947)**	**(281.394)**	**(4.700)**	**(340.829)**	**(626.923)**
Receitas financeiros ou encargos financeiros de seguro	124.378	(6.387)	217.673	335.664	(310.076)	11.936	240.292	(57.848)
Total das variações do resultado e dos outros resultados abrangentes	**410.553**	**29.503**	**(213.340)**	**226.716**	**(591.470)**	**7.236**	**(100.537)**	**(684.771)**
Fluxo de caixa	70.564	–	–	70.564	453.635	–	–	453.635
Total do fluxo de caixa	**70.564**	**–**	**–**	**70.564**	**453.635**	**–**	**–**	**453.635**
Saldo de ativos no fechamento	165.471	(13.896)	(16.263)	135.312	134.682	(7.374)	(11.302)	116.006
Saldo de passivos no fechamento	(1.361.940)	76.327	1.856.802	571.189	(1.873.848)	53.347	2.075.105	254.604
Saldo líquido de fechamento	**(1.527.411)**	**90.223**	**1.873.065**	**435.878**	**(2.008.530)**	**60.721**	**2.086.407**	**138.599**

14.1.2. Contratos de resseguro

a. Análise por período restante de cobertura e sinistros ocorridos - Método PAA - Vida

	31/12/2024			31/12/2023			
	Ativos líquidos para cobertura restante fora do elemento de recuperação de perda	**Ativos para sinistros ocorridos - Valor presente dos fluxos de caixa futuros**	**Total**	**Ativos líquidos para cobertura restante fora do elemento de recuperação de perda**	**Ativos líquidos para cobertura restante - Elemento de recuperação de perda**	**Ativos para sinistros ocorridos - Valor presente dos fluxos de caixa futuros**	**Total**
Saldo de ativos na abertura	**445**	**5.696**	**6.141**	**348**	**–**	**1.340**	**1.688**
Receitas de resseguro	**–**	**17.263**	**17.263**	**–**	**(13.802)**	**4.356**	**(9.446)**
Montantes recuperados de serviços passados e outras despesas de resseguro	–	17.263	17.263	–	(13.802)	4.356	(9.446)
Despesas de resseguro	**159**	**–**	**159**	**97**	**–**	**–**	**97**
Despesas ou receitas líquidas de contratos de resseguro	**159**	**17.263**	**17.422**	**97**	**(13.802)**	**4.356**	**(9.349)**
Total das variações do resultado e das ORA	**159**	**17.263**	**17.422**	**97**	**(13.802)**	**4.356**	**(9.349)**
Soma recuperada de resseguradores	–	(17.527)	(17.527)	–	13.802	–	13.802
Total de fluxo de caixa	**–**	**(17.527)**	**(17.527)**	**–**	**13.802**	**–**	**13.802**
Saldo de ativos no fechamento	**604**	**5.433**	**6.037**	**445**	**–**	**5.696**	**6.141**

b. Análise por período restante de cobertura e sinistros ocorridos - Método PAA - Não Vida

	31/12/2024				31/12/2023			
	Ativos líquidos para cobertura restante fora do elemento de recuperação de perda	**Ativos líquidos para cobertura restante - Elemento de recuperação de perda**	**Ativos para sinistros ocorridos - Valor presente dos fluxos de caixa futuros**	**Total**	**Ativos líquidos para cobertura restante fora do elemento de recuperação de perda**	**Ativos líquidos para cobertura restante - Elemento de recuperação de perda**	**Ativos para sinistros ocorridos - Valor presente dos fluxos de caixa futuros**	**Total**
Saldo de ativos na abertura	**6.205**	**–**	**45.854**	**52.059**	**10.333**	**–**	**48.432**	**58.765**
Receitas de resseguro	**–**	**–**	**184.963**	**184.963**	**–**	**(1.470)**	**(2.578)**	**(4.048)**
Montantes recuperados de serviços passados e outras despesas de resseguro	–	–	184.963	184.963	–	(1.470)	(2.578)	(4.048)
Despesas de resseguro	**5.364**	**–**	**–**	**5.364**	**(4.127)**	**–**	**–**	**(4.127)**
Despesas ou receitas líquidas de contratos de resseguro	**5.364**	**–**	**184.963**	**190.327**	**(4.127)**	**(1.470)**	**(2.578)**	**(8.175)**
Total das variações do resultado e das ORA	**5.364**	**–**	**184.963**	**190.327**	**(4.127)**	**(1.470)**	**(2.578)**	**(8.175)**
Soma recuperada de resseguradores	–	–	(118.622)	(118.622)	–	1.470	–	1.470
Total de fluxo de caixa	**–**	**–**	**(118.622)**	**(118.622)**	**–**	**1.470**	**–**	**1.470**
Saldo de ativos no fechamento	**11.569**	**–**	**112.194**	**123.763**	**6.205**	**–**	**45.854**	**52.059**

14.2. Análise dos novos contratos reconhecidos durante o exercício

				31/12/2024
	Contratos rentáveis emitidos - Vida	**Contratos rentáveis emitidos - Não Vida**	**Contratos onerosos emitidos - Não Vida**	**Total - Não Vida**
Fluxos de caixa para aquisição de seguros	188	46.414	6.757	53.359
Sinistros e outras despesas de prestação de serviços de seguros a pagar	4.877	311.951	26.778	343.606
Estimativas do valor presente das saídas de caixa	**5.065**	**358.365**	**33.535**	**396.965**
Estimativas do valor presente das entradas de caixa	(5.491)	(402.091)	(32.842)	(440.424)
Ajuste de risco para o risco não financeiro	139	15.091	582	15.673
CSM	287	28.635	–	28.635
Perdas reconhecidas no reconhecimento inicial	**–**	**–**	**1.275**	**1.275**

				31/12/2023
	Contratos rentáveis emitidos - Vida	**Contratos rentáveis emitidos - Não Vida**	**Contratos onerosos emitidos - Não Vida**	**Total - Não vida**
Sinistros e outras despesas de prestação de serviços de seguros a pagar	5.329	16.382	378.529	394.911
Fluxos de caixa para aquisição de seguros	876	8.687	46.011	54.698
Estimativas do valor presente das saídas de caixa	**6.205**	**25.069**	**424.540**	**449.609**
Estimativas do valor presente das entradas de caixa	(6.828)	(38.819)	(420.385)	(459.205)
Ajuste de risco para o risco não financeiro	219	215	10.333	10.548
CSM	404	13.535	–	13.535
Perdas reconhecidas no reconhecimento inicial	**–**	**–**	**14.488**	**14.488**

14.3. Margem de serviço contratual (CSM)

										Consolidado 31/12/2024
	1 ano ou menos	**De 1 a 2 anos**	**De 2 a 3 anos**	**De 3 a 4 anos**	**4 - 5 anos**	**5 a 10 anos**	**10 a 15 anos**	**15 a 20 anos**	**Mais de 20 anos**	**Total**
Vida	627.152	512.798	415.909	334.548	266.810	683.726	188.708	44.781	6.686	**3.081.118**
Não vida	350.630	278.311	230.957	190.450	156.036	435.924	155.217	56.772	18.768	**1.873.065**

										Consolidado 31/12/2023
	1 ano ou menos	**De 1 a 2 anos**	**De 2 a 3 anos**	**De 3 a 4 anos**	**4 - 5 anos**	**5 a 10 anos**	**10 a 15 anos**	**15 a 20 anos**	**Mais de 20 anos**	**Total**
Vida	709.073	572.481	457.790	362.707	284.728	693.010	170.752	37.642	5.694	**3.293.876**
Não vida	418.438	323.740	264.521	216.002	175.225	470.920	151.032	50.092	16.436	**2.086.407**

14.4. Movimentação da CSM de transição e novas safras

a. Vida

				31/12/2024
	Contratos avaliados em Retrospectiva	**Contratos baseados no valor justo**	**Outros Contratos (i)**	**Total**
Saldo na abertura	**3.282.858**	**10.299**	**718**	**3.293.876**
Estimativa de resultados futuros	232.832	6.777	(802)	238.807
Efeito dos contratos do período	–	–	287	287
Despesas com serviços prestados no período	(785.289)	(6.436)	(87)	(791.812)
Receitas ou Despesas com seguros	338.791	1.063	106	339.960
Margem sobre contratos encerrados	**3.069.192**	**11.703**	**222**	**3.081.118**
Produtos de seguros	1.716.425	32.418	3.733	1.752.576

				31/12/2023
	Contratos avaliados em Retrospectiva Modificada	**Contratos baseados no valor justo**	**Outros Contratos**	**Total**
Saldo na abertura	**3.518.016**	**16.138**	**1.264**	**3.535.418**
Estimativa de resultados futuros	237.814	(1.895)	(707)	235.212
Efeito dos contratos do período	–	–	404	404
Despesas com serviços prestados no período	(856.788)	(5.704)	(436)	(862.928)
Receitas ou Despesas com seguros	383.816	1.761	193	385.770
Margem de Serviços Contratual	**3.283.858**	**10.300**	**718**	**3.293.876**
Receita de seguros	1.863.119	36.215	3.311	1.902.645

b. Não Vida

				31/12/2024
	Contratos avaliados em Retrospectiva	**Contratos baseados no valor justo**	**Outros Contratos**	**Não Vida**
Saldo na abertura	**1.938.253**	**131.595**	**16.559**	2.086.407
Estimativa de resultados futuros	(14.906)	7.584	(4.379)	(11.701)
Efeito dos contratos do período	–	–	28.635	28.635
Despesas com serviços prestados no período	(380.150)	(39.350)	(28.450)	(447.947)
Receitas ou Despesas com seguros	200.028	13.581	4.065	217.674
Margem sobre contratos encerrados	**1.743.225**	**113.410**	**16.430**	**1.873.065**
Produtos de seguros	511.724	109.738	461.481	1.082.493

				31/12/2023
	Contratos avaliados em Retrospectiva	**Contratos baseados no valor justo**	**Outros Contratos (i)**	**Total**
Saldo na abertura	**1.945.526**	**204.372**	**37.047**	**2.186.945**
Estimativa de resultados futuros	215.424	(6.628)	(1.366)	207.430
Efeito dos contratos do período	–	–	13.535	13.535
Despesas com serviços prestados no período	(434.954)	(88.446)	(38.396)	(561.796)
Receitas ou Despesas com seguros	212.257	22.297	5.739	240.293
Margem de Serviços Contratual	**1.938.253**	**131.595**	**16.559**	**2.086.407**
Receitas de seguros	615.776	242.229	460.529	1.318.534

(i) outros contratos são as safras reconhecidas após a transição.

continua→★



CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

→★ continuação

14.5. Desenvolvimento de sinistros não descontados

a. Vida

BRUTO — 31/12/2024

Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Ano de ocorrência	997.976	831.885	1.200.224	731.688	684.865	716.189	5.162.827
Um ano mais tarde	890.701	741.655	1.145.114	608.915	589.886	–	3.976.271
Dois anos mais tarde	890.229	739.805	1.153.502	606.100	–	–	3.389.636
Três anos mais tarde	900.833	739.439	1.158.174	–	–	–	2.798.446
Quatro anos mais tarde	897.030	738.766	–	–	–	–	1.635.796
Cinco anos mais tarde	892.145	–	–	–	–	–	892.145
Sinistros brutos acumulados pagos	853.245	704.086	1.103.468	547.374	503.964	390.330	**4.102.467**
Passivo bruto - de 2019 a 2024	38.900	34.680	54.706	58.726	85.922	325.860	598.794
Passivo bruto - antes de 2019	–	–	–	–	–	–	228.273
Efeito do desconto	–	–	–	–	–	–	(316.625)
Ajuste de risco	–	–	–	–	–	–	19.720
Outros efeitos	–	–	–	–	–	–	–
Passivos brutos referentes a sinistros incorridos incluídos no balanço patrimonial	–	–	–	–	–	–	**530.162**

BRUTO — 31/12/2023

Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Ano de ocorrência	1.016.082	997.976	831.885	1.200.224	731.688	684.865	5.462.721
Um ano mais tarde	933.484	890.701	741.655	1.145.114	608.915	–	4.319.869
Dois anos mais tarde	903.333	890.229	739.805	1.153.502	–	–	3.686.870
Três anos mais tarde	903.292	900.833	739.439	–	–	–	2.543.563
Quatro anos mais tarde	908.901	897.030	–	–	–	–	1.805.932
Cinco anos mais tarde	899.738	–	–	–	–	–	899.738
Sinistros brutos acumulados pagos	**862.310**	**846.646**	**697.056**	**1.086.653**	**521.105**	**372.740**	**4.386.510**
Passivo bruto - de 2018 a 2023	37.428	50.384	42.383	66.849	87.810	312.125	596.980
Passivo bruto - antes de 2018	–	–	–	–	–	–	221.284
Efeito do desconto	–	–	–	–	–	–	(251.369)
Ajuste de risco	–	–	–	–	–	–	18.499
Outros efeitos	–	–	–	–	–	–	–
Passivos brutos referentes a sinistros incorridos incluídos no balanço patrimonial	–	–	–	–	–	–	**585.393**

RESSEGURO — 31/12/2024

Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Ano de Ocorrência	13.277	2.915	3.241	282	89	235	20.039
Um ano mais tarde	12.531	4.937	4.351	446	12	–	22.277
Dois anos mais tarde	12.404	4.812	4.258	435	–	–	21.909
Três anos mais tarde	12.373	4.778	3.389	–	–	–	20.540
Quatro anos mais tarde	12.389	4.738	–	–	–	–	17.127
Cinco anos mais tarde	12.634	–	–	–	–	–	12.634
Sinistros brutos acumulados pagos	**11.990**	**4.725**	**3.381**	**112**	**–**	**–**	**20.208**
Passivo bruto - de 2019 a 2024	644	12	8	323	12	235	1.234
Passivo bruto - antes de 2019	–	–	–	–	–	–	5.435
Efeito do desconto	–	–	–	–	–	–	–
Ajuste de risco	–	–	–	–	–	–	–
Outros efeitos	–	–	–	–	–	–	(1.304)
Passivos brutos referentes a sinistros incorridos incluídos no balanço patrimonial	–	–	–	–	–	–	**5.365**

RESSEGURO — 31/12/2023

Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Ano de Ocorrência	52.101	13.277	2.915	3.241	282	108	71.924
Um ano mais tarde	39.165	12.531	4.937	4.351	465	–	61.450
Dois anos mais tarde	39.122	12.404	4.812	4.268	–	–	60.606
Três anos mais tarde	35.320	12.373	4.793	–	–	–	52.486
Quatro anos mais tarde	35.257	12.397	–	–	–	–	47.654
Cinco anos mais tarde	35.348	–	–	–	–	–	35.348
Sinistros brutos acumulados pagos	**35.098**	**11.990**	**4.725**	**3.214**	**112**	**–**	**55.140**
Passivo bruto - de 2018 a 2023	250	407	68	1.053	354	108	2.239
Passivo bruto - antes de 2018	–	–	–	–	–	–	9.357
Efeito do desconto	–	–	–	–	–	–	–
Ajuste de risco	–	–	–	–	–	–	–
Outros efeitos	–	–	–	–	–	–	(2.823)
Passivos brutos referentes a sinistros incorridos incluídos no balanço patrimonial	–	–	–	–	–	–	**8.774**

b. Não Vida

BRUTO — 31/12/2024

Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Ano de ocorrência	452.407	366.780	402.219	436.454	380.660	610.240	2.648.760
Um ano mais tarde	424.967	342.194	356.128	405.060	377.570	–	1.905.919
Dois anos mais tarde	415.329	351.894	360.297	405.019	–	–	1.532.539
Três anos mais tarde	429.875	355.270	354.348	–	–	–	1.139.493
Quatro anos mais tarde	436.638	347.396	–	–	–	–	784.034
Cinco anos mais tarde	431.772	–	–	–	–	–	431.772
Sinistros brutos acumulados pagos	**378.075**	**293.793**	**311.087**	**355.536**	**337.110**	**496.583**	2.172.184
Passivo bruto - de 2019 a 2024	53.697	53.603	43.263	49.483	40.460	113.657	354.163
Passivo bruto - antes de 2019	–	–	–	–	–	–	228.273
Efeito do desconto	–	–	–	–	–	–	(316.625)
Ajuste de risco	–	–	–	–	–	–	19.720
Outros efeitos	–	–	–	–	–	–	–
Passivos brutos referentes a sinistros incorridos incluídos no balanço patrimonial	–	–	–	–	–	–	**285.531**

BRUTO — 31/12/2023

Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Ano de ocorrência	372.810	412.024	361.438	396.644	433.154	379.809	2.355.878
Um ano mais tarde	365.218	386.594	335.210	350.972	401.971	–	1.839.966
Dois anos mais tarde	378.317	377.185	344.887	355.319	–	–	1.455.708
Três anos mais tarde	357.656	391.600	348.389	–	–	–	1.097.645
Quatro anos mais tarde	378.926	398.489	–	–	–	–	777.414
Cinco anos mais tarde	380.856	–	–	–	–	–	380.856
Sinistros brutos acumulados pagos	**334.686**	**338.340**	**283.751**	**304.402**	**348.978**	**275.247**	**1.885.405**
Passivo bruto - de 2018 a 2023	46.170	60.149	64.638	50.917	52.993	104.562	379.428
Passivo bruto - antes de 2018	–	–	–	–	–	–	369.239
Efeito do desconto	–	–	–	–	–	–	(381.559)
Ajuste de risco	–	–	–	–	–	–	4.804
Outros efeitos	–	–	–	–	–	–	(40.055)
Passivos brutos referentes a sinistros incorridos incluídos no balanço patrimonial	–	–	–	–	–	–	**331.857**

RESSEGURO — 31/12/2024

Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Ano de Ocorrência	13.277	2.915	3.241	282	89	235	20.039
Um ano mais tarde	12.531	4.937	4.351	446	12	–	22.277
Dois anos mais tarde	12.404	4.812	4.258	435	–	–	21.909
Três anos mais tarde	12.373	4.778	3.389	–	–	–	20.540
Quatro anos mais tarde	12.389	4.738	–	–	–	–	17.127
Cinco anos mais tarde	12.634	–	–	–	–	–	12.634
Sinistros brutos acumulados pagos	**11.990**	**4.725**	**3.381**	**112**	**–**	**–**	**20.208**
Passivo bruto - de 2019 a 2024	644	12	8	323	12	235	1.234
Passivo bruto - antes de 2019	–	–	–	–	–	–	5.435
Efeito do desconto	–	–	–	–	–	–	–
Ajuste de risco	–	–	–	–	–	–	–
Outros efeitos	–	–	–	–	–	–	(1.304)
Passivos brutos referentes a sinistros incorridos incluídos no balanço patrimonial	–	–	–	–	–	–	**5.365**

RESSEGURO — 31/12/2023

Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Ano de Ocorrência	12.343	52.625	16.816	3.720	5.520	7.001	98.025
Um ano mais tarde	50.992	42.716	23.244	3.126	6.678	–	126.756
Dois anos mais tarde	47.763	48.300	18.975	825	–	–	115.863
Três anos mais tarde	52.656	14.344	15.677	–	–	–	82.677
Quatro anos mais tarde	14.235	10.940	–	–	–	–	25.175
Cinco anos mais tarde	11.349	–	–	–	–	–	11.349
Sinistros brutos acumulados pagos	**6.896**	**8.618**	**10.560**	**(1.522)**	**268**	**765**	**25.585**
Passivo bruto - de 2018 a 2023	4.453	2.322	5.116	2.347	6.410	6.236	26.885
Passivo bruto - antes de 2018	–	–	–	–	–	–	36.455
Efeito do desconto	–	–	–	–	–	–	–
Ajuste de risco	–	–	–	–	–	–	–
Outros efeitos	–	–	–	–	–	–	(20.563)
Passivos brutos referentes a sinistros incorridos incluídos no balanço patrimonial	–	–	–	–	–	–	**42.777**

15. Dividendos a pagar

	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
CNP Assurances	140.863	140.863
Caixa Seguridade Participações S.A.	133.925	133.925
CNP Assurances Latam Holding Ltda.	2.776	2.776
Total	**277.564**	**277.564**

i) Os dividendos provisionados 31 de dezembro de 2023 foram pagos em abril de 2024.

ii) A Companhia efetuou pagamento de dividendos intercalares em outubro de 2024, em valor superior ao mínimo obrigatório, conforme demonstrado na DMPL, por essa razão, não temos valores complementares provisionados para o exercício de 2024.

16. Passivo fiscal corrente

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
IRRF	38	56	3.251	4.289
ISS	–	1	494	452
IOF	–	–	36.450	38.987
INSS e FGTS	35	(5)	6.239	7.441
PIS, COFINS e CSLL retidos	13	62	1.368	1.694
IRPJ e CSLL	1.495	508	345.492	458.557
PIS e COFINS	787	922	9.455	9.629
Provisão de tributos contrato externo	4.662	7.713	4.662	7.713
Outros impostos e contribuições	296	297	297	297
Total	**7.326**	**9.554**	**407.708**	**529.059**

17. Passivo de arrendamento

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

Controladora	Passivo de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2024	**48**	**48**
Pagamentos	(48)	(48)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**–**	**–**

Consolidado	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2024	**8.541**	**(567)**	**7.974**
Apropriação de juros transcorridos	–	545	545
Constituições/reavaliações de contratos	1.530	(393)	1.137
Pagamentos	(5.857)	–	(5.857)
Outras/Baixas	554	(45)	509
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**4.768**	**(460)**	**4.308**

Controladora: Em 31 de dezembro de 2024 não havia contratos ativos e em 31 de dezembro de 2023 a taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arredamento era de 19% a.a.

Consolidada: A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arredamento é de 7,60 % a.a. em 31 de dezembro de 2024 (7,45 % a.a. em 31 de dezembro de 2023).

Valor presente dos pagamentos mínimos dos arredamentos:

	Consolidado 31/12/2024 Até 1 ano	Mais de 1 ano e até 5 anos	Total
Passivo de arrendamento	2.996	1.773	4.768

18. Provisões para processos judiciais

18.1. Composição

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Ações judiciais cíveis	549.374	487.447
Ações judiciais trabalhistas	53.500	51.268
Obrigações legais - fiscal	3.579.338	3.379.317
Outras Obrigações	2.075	2.474
Totais	**4.184.287**	**3.920.506**

Cíveis

As provisões judiciais cíveis referem-se, basicamente, a pedidos de indenização material e moral por negativa de pagamento de sinistros em função, principalmente, de: (i) doenças preexistentes; (ii) discordância em relação ao valor indenizado; (iii) danos físicos ao imóvel por vício de construção; e (iv) falta de pagamento/devolução de prêmio.

Adicionalmente, a Companhia é parte envolvida em 7.268 ações judiciais relacionadas ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH (2023 - 7.289). O SH/SFH foi criado pelo artigo 14 da Lei nº 4.380/1964 e, desde 1988, passou a ter o equilíbrio da apólice garantida pelo FCVS. Em razão dessas demandas judiciais, a Companhia é obrigada a assumir todas as despesas processuais e, posteriormente, busca o ressarcimento dos montantes pagos junto ao FCVS.

Desta forma, considerando os processos em que a Companhia é requerida judicialmente, sem uma perspectiva efetiva de ser totalmente ressarcida pelo FCVS, a Administração entendeu ser adequado efetuar uma provisão para contingenciar parte dos valores que estão em discussão. A provisão é composta pela expectativa de desembolso futuro, líquida dos valores que a Companhia espera ser reembolsada administrativamente pelo fundo, e por fim, desse saldo desembolsado e não ressarcido, aplica-se um percentual estimado de perda das ações judiciais de cobrança. O montante provisionado corresponde a melhor estimativa do saldo líquido que será efetivamente desembolsado, mas que devem ter seu reembolso definitivamente glosado tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial. O saldo da provisão constituída em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 359.009 (31 de dezembro 2023 - R$ 313.749).

Trabalhistas

As provisões judiciais trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de valores por ocasião da rescisão contratual.

Fiscais

As discussões judiciais envolvendo obrigações legais são integralmente provisionadas independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda e referem-se basicamente a discussões de:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é provável. O processo aguarda o julgamento do recurso de Apelação interposto pela União para a aplicação do entendimento firmado no precedente do STF (RE 400.479/rj - Axa seguros) no tocante às receitas de prêmios. Quanto às receitas financeiras de reservas técnicas das seguradoras, aguarda-se o julgamento do Tema 1.309 pelo STF, diante do reconhecimento da matéria como repercussão geral. Período de 02/1999 a 12/2014. Valor provisionado em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 1.248.512 (31 de dezembro de 2023 - R$ 1.188.938);

(ii) Aumento da alíquota da CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 9% para 15% através da Lei 11.727/2008. A probabilidade de perda é provável. O processo aguarda o julgamento do recurso de Apelação interposto pela Companhia, contudo, diante da decisão em 1ª instância que denegou a segurança pleiteada e em decorrência de outras ações da mesma natureza que tiveram julgamento desfavorável, conforme decisões proferidas pelo STF de improcedência das ADIs nº 4101 e 5485, a Companhia realizou o depósito integral a fim de suspender a exigibilidade do crédito tributário, obstando-se a inscrição da contribuinte no CADIN. Majoração considerada constitucional pelo STF sob o fundamento da aplicação de alíquotas diferenciadas em razão da atividade econômica. Embora esteja pendente de julgamento o recurso de apelação interposto, não há expectativa de reversão do entendimento. Valor atualizado provisionado e integralmente depositado em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 2.330.826 (31 de dezembro de 2023 - R$ 2.190.219);

Além dos saldos acima, ainda temos discussões que foram integralmente provisionadas e recolhidas. Caso a decisão seja favorável, as Controladas obterão direito de recuperação dos respectivos valores recolhidos:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é possível. O Processo encontra-se aguardando julgamento dos recursos extraordinário e especial, interpostos pela Companhia, conclusos para admissibilidade recursal, mas o processo deve retornar ao relator para aplicação da decisão do STF (RE 400.479/rj - Axa seguros) ao caso concreto no tocante às receitas de prêmios. Quanto às receitas financeiras de reservas técnicas das seguradoras, aguarda-se o julgamento do Tema 1.309 pelo STF, diante do reconhecimento da matéria como repercussão geral. Período de 02/1999 a 07/2007 - Valor em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 203.719;

(ii) PIS e COFINS - Lei 12.973/14: não incidência de PIS/COFINS sobre receita do ativo garantidor a partir de 2015. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se aguardando julgamento dos recursos extraordinário e especial interpostos pela Companhia, conclusos para admissibilidade recursal. Em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 171.769 (31 de dezembro de 2023 - R$ 163.615);

(iii) Majoração da Alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 15% para 20% através da Lei 13.169/2015. A probabilidade de perda é Provável. O processo encontra-se aguardando julgamento do recurso especial interposto pela Companhia, concluso para admissibilidade recursal. Período de 09/2015 a 12/2018 - Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 385.514;

(iv) Mandado de Segurança - Exclusão do valor da SELIC que incide sobre os indébitos tributários dos contribuintes da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se no tocante à discussão acerca da exigência de IRPJ/CSLL sobre a taxa SELIC na devolução de depósitos judiciais, aguardando julgamento do recurso especial interposto pela Companhia, concluso para admissibilidade recursal. Contudo, a Companhia já obteve decisão favorável quanto ao afastamento da exigência de IRPJ/CSLL sobre os valores relativos à taxa Selic recebidos pelas empresas na repetição de indébito tributário, por meio de processos administrativos ou judiciais, de modo que apenas aguarda a habilitação dos créditos perante a Receita Federal, diante da certidão de trânsito em julgado em relação à parte da decisão que já é definitiva (Tema 962/STF), a fim de recuperar os valores pagos indevidamente a partir de 19/08/2016: "STF decidiu o tema 962 declarando a inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito". O valor solicitado no pedido de habilitação está composto da seguinte forma: Controladora: R$ 25.068, e Consolidado: R$ 33.230.

18.2. Segregação em função da probabilidade de perda

Apresentamos a seguir, os valores em riscos Consolidados:

31/12/2024

Consolidado	Quantidade	Remota	Possível	Provável	Total
Natureza cível	8.179	185.644	112.396	549.374	847.414
Natureza trabalhista	313	4.714	94.867	53.500	153.081
Obrigações legais fiscais	2	–	–	3.579.338	3.579.338
Contingências fiscais	15	–	9.010	–	9.010
Outras obrigações	–	–	–	2.075	2.075
Totais	**8.509**	**190.358**	**216.273**	**4.184.287**	**4.590.918**

31/12/2023

Consolidado	Quantidade	Remota	Possível	Provável	Total
Natureza cível	8.999	209.663	106.781	487.447	803.891
Natureza trabalhista	318	3.664	77.696	51.268	132.628
Obrigações legais fiscais	3	–	–	3.379.317	3.379.317
Contingências fiscais	16	–	25.122	–	25.122
Outras obrigações	–	–	–	2.474	2.474
	9.336	**213.327**	**209.599**	**3.920.506**	**4.343.432**

18.3. Movimentação das ações judiciais consolidadas

	Saldo 01/01/2024	Adições	Reversões	Baixas	Atualizações e juros	Saldo 31/12/2024
Natureza cível	**487.447**	72.545	(15.718)	(11.245)	16.345	**549.374**
Natureza trabalhista	**51.268**	1.011	(3.660)	(921)	5.802	**53.500**
Obrigações legais fiscais	**3.379.317**	–	–	(159)	200.180	**3.579.338**
Outras obrigações	**2.474**	–	(399)	–	–	**2.075**
Totais	**3.920.506**	**73.556**	**(19.777)**	**(12.325)**	**222.327**	**4.184.287**

	Saldo 01/01/2023	Adições	Reversões	Baixas	Atualizações e juros	Saldo 31/12/2023
Natureza cível	**468.054**	41.296	(14.775)	(11.411)	4.283	**487.447**
Natureza trabalhista	**23.330**	46.037	(18.399)	(2.037)	2.337	**51.268**
Obrigações legais fiscais	**2.476.682**	–	–	–	902.635	**3.379.317**
Outras obrigações	**425**	2.049	–	–	–	**2.474**
Totais	**2.968.491**	**89.382**	**(33.174)**	**(13.448)**	**909.255**	**3.920.506**

19. Passivos financeiros e outros passivos

a. Passivos financeiros

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Fornecedores	4	17	5.461	17.562
Honorários e remunerações	–	–	49.214	59.881
Obrigações a pagar empresas ligadas	13.437	18.064	17.194	25.330
Passivos fundo angico	–	–	3.663	–
Outros passivos financeiros	61	480	8.145	8.224
Total	**13.502**	**18.561**	**83.677**	**110.997**

b. Outros passivos

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Fornecedores	–	–	–	(7.547)
Depósitos de terceiros	–	–	373	257
Contas a pagar despesas operacionais	–	–	33.656	29.037
Contas a pagar despesas administrativas	14.435	14.597	94.188	118.508
Passivo de arrendamento	–	48	4.308	1.505
Outras obrigações a pagar	–	–	2.257	2.424
Total	**14.435**	**14.645**	**134.782**	**144.184**

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 2.366.000 em 31 de dezembro de 2024 (31 de dezembro de 2023 - R$ 2.204.000), e está representado por 4.726.868 ações ordinárias nominativas sem valor nominal no período atual e anterior. Em março de 2024 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 162.000, mediante a capitalização da reserva legal.

20.2. Gestão do capital

A Gestão de capital é realizada de forma corporativa e busca assegurar que o Grupo mantenha uma sólida base de capital para fazer frente aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para isso, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas.

20.3. Reservas de lucros

a. Reserva legal - é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 171.810 (31 de dezembro de 2023 - R$ 284.137).

b. Reserva de retenção de lucros - é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo proposto, a reserva legal e os juros sobre o capital próprio. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 2.856.597 (31 de dezembro de 2023 - R$ 2.664.091).

c. Reserva de Capital - é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e poderá ser utilizada conforme os fins previstos na referida lei. O saldo de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 era de R$ 16.210.

20.4. Reserva de valor justo dos ativos financeiros

A reserva de valor justo dos ativos financeiros reflete as variações no valor de mercado dos ativos financeiros avaliados ao valor justo, como títulos de dívida e instrumentos de capital, cuja alteração no valor justo é reconhecida no patrimônio líquido, especificamente em Outros Resultados Abrangentes (ORA). O saldo em 31 de dezembro de 2024 era de R$ (107.932) (31 de dezembro de 2023 - R$ (33.068)).

20.5. Reservas de seguros

Reserva criada para ajustes nas obrigações dos contratos de seguro devido a certos movimentos do mercado financeiro. Especificamente, essa reserva é utilizada para ajustes que surgem das mudanças na taxa de desconto usada para medir as obrigações dos contratos de seguros. A diminuição no valor da reserva financeira de seguros é consequência do impacto no passivo relacionado a contratos de seguros pelo incremento da taxa de juros observada no período. O saldo em 31 de dezembro de 2024 era de R$ (434.684) (31 de dezembro de 2023 - R$ 55.253).

20.6. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do período	993.472	1.168.691
(+) Ajustes de práticas - IFRS17	–	1.029.870
(–) Reserva Legal	(49.674)	(58.435)
Base de cálculo de dividendos	**943.798**	**2.140.126**
Dividendo mínimo - 25%	235.950	277.564
Antecipação de dividendos intermediários	300.450	–
Dividendos e juros sobre o capital próprio líquido de IR	**300.450**	**277.564**

21. Detalhamento das principais contas da demonstração do resultado

Demonstramos abaixo a abertura dos principais grupos de contas do resultado:

21.1. Receita das operações de seguros e resseguro

São as receitas relacionadas a Contratos não mensurados nos termos da abordagem de alocação prêmios (PAA). Referem-se a valores relacionados a variações ou mudanças nos passivos para cobertura remanescente.

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
CSM reconhecido para serviços prestados	1.239.760	1.424.724
Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	78.534	111.757
Expectativa de sinistros incorridos e outras despesas com prestação de serviços de seguro	1.265.974	1.388.780
Recuperação dos custos de aquisição	256.802	270.066
Ajuste de experiência	4.698	33.401
Variação do componente de perda	(10.249)	(7.549)
Receita das operações de seguro	**2.835.519**	**3.221.179**
Contratos mensurados nos termos do PAA	202.226	(13.494)
Total da receita de seguros e resseguros	**3.037.745**	**3.207.685**

continua →★

Eufrázio

CNP Seguros holding | Brasil

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

→★ continuação

21.2. Despesas com operações de seguros e resseguros

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Serviços e custos reais	(752.840)	(455.021)
Comissões	(256.306)	(260.583)
Custos reais atribuíveis	(422.129)	(406.338)
Variação associada a serviços passados	(173.532)	(114.103)
Amortização de custos de aquisição	(256.802)	(270.066)
Variação do ajustamento pelo risco - LIC	4.785	(19.017)
Perdas e recuperações em contratos deficitários	(5.277)	(14.488)
Despesas da operação de seguro	**(1.862.101)**	**(1.539.616)**
Contratos mensurados nos termos do PAA	5.523	(4.030)
Total	**(1.856.578)**	**(1.543.646)**

21.3. Resultado financeiro das operações de seguros

A composição dos resultados financeiros das operações de seguros, está demonstrada a seguir:

	31/12/2024		
	Vida	Não Vida	Total
Receita financeira dos ativos vinculados a contratos de seguros	102.215	85.545	187.760
Valores reconhecidos em ORA	(577.599)	(238.964)	(816.563)
Total das receitas financeiras líquidas	**(475.384)**	**(153.419)**	**(628.803)**
Despesa financeira de contrato de seguros	176.852	(96.701)	80.151
Resultado financeiro das operações de seguros	**(298.532)**	**(250.120)**	**(548.652)**
Representada por:			
Valores reconhecidos no resultado	279.067	(11.156)	267.911
Valores reconhecidos em ORA	(577.599)	(238.963)	(816.562)

	31/12/2023		
	Vida	Não Vida	Total
Receita financeira dos ativos vinculados a contratos de seguros	105.246	114.947	220.194
Valores reconhecidos em ORA	349.649	164.656	514.304
Total das receitas financeiras líquidas	**454.895**	**279.603**	**734.498**
Despesa financeira de contrato de seguros	40.232	(106.454)	(66.221)
Resultado financeiro das operações de seguros	**495.127**	**173.149**	**668.277**
Representada por:			
Valores reconhecidos no resultado	145.479	8.494	153.972
Valores reconhecidos em ORA	349.649	164.656	514.304

21.4. Outros resultados financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita com Título público de renda fixa	9.939	15.445	153.191	151.478
Despesa com Título público de renda fixa	(1.418)	(213)	13.724	(12.919)
Receita Título privado de renda fixa	(3.573)	5.593	(22.617)	8.390
Despesa Título privado de renda fixa	(1.035)	(5.429)	(24.400)	(7.001)
Receita com Fundos de investimento	31.735	27.432	139.733	148.738
Despesa Fundos de investimento	–	–	(734)	(2.320)
Atualização de contingência	–	–	(222.327)	(909.256)
Juros sobre JSCP	6.635	6.413	6.635	6.413
Outras receitas financeiras e despesas financeiras *(i)*	8.087	8.976	141.772	819.388
Outras despesas financeiras	–	1.409	–	20.126
Total	**50.370**	**59.626**	**184.977**	**223.037**

(i) O grupo efetuou o registro de atualização de depósito judicial e contingência fiscal, que até então não vinham sendo atualizados.

21.5. Resultado patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado de equivalência patrimonial - operação continuada	938.808	1.142.737	38.239	19.629
Outros resultados patrimoniais	–	–	–	211
Resultado de equivalência patrimonial - descontinuada	–	(59)	–	(269)
Total	**938.808**	**1.142.678**	**38.239**	**19.571**

21.6. Outros resultados operacionais

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Resultado com baixa de ativos	(8.922)	462
Movimentação do SFH (*i*)	(45.260)	(32.765)
Outros resultados operacionais	273	(323)
Total	**(53.909)**	**(32.626)**

(i) Refere-se substancialmente à reversão da provisão para contingências de parte dos valores que estão em discussão, também relativo ao SH/SFH.

21.7. Redução ao valor recuperável

Refere-se à reversão da provisão para perda de créditos a recuperar junto ao SH/SFH o saldo era de R$ 788 em 31 de dezembro de 2024, (31 de dezembro de 2023 - R$ 42.922).

22. Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos a seguir o cálculo de taxa efetiva:

	Controladora			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	980.806	980.806	1.182.647	1.182.647
(–) Resultado de equivalência patrimonial	(938.808)	(938.808)	(1.142.737)	(1.142.737)
(–) Outras variações	(73.731)	(73.731)	–	–
Base de cálculo	**(31.733)**	**(31.733)**	**39.910**	**39.910**
Taxa nominal do tributo	9,00%	25,00%	9,00%	25,00%
Tributos calculado a taxa nominal	**2.856**	**7.933**	**(3.592)**	**(9.978)**
Ajustes do lucro real	(20.623)	(19.867)	(18.031)	(17.275)
Ajustes temporários diferidos	5.217	5.217	9.068	9.068
Aproveitamento/Const. prejuízo fiscal	9.161	9.485	9.377	9.701
Total ajustes do lucro real	**(6.244)**	**(5.164)**	**414**	**1.494**
Tributos sobre os ajustes	**562**	**1.291**	**(37)**	**(373)**
Incentivos fiscais	–	24	–	24
Despesa contabilizada	**3.418**	**9.248**	**(3.629)**	**(10.327)**
Taxa efetiva	10,77%	29,14%	9,09%	25,88%

	Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	1.533.813	1.533.813	1.851.163	1.851.163
(–) Resultado de equivalência patrimonial	(38.239)	(38.239)	(19.629)	(19.629)
(–) Outras variações	(99.561)	(97.700)	(7.068)	(7.068)
Base de cálculo	**1.396.013**	**1.397.874**	**1.824.465**	**1.824.465**
Tributos calculado a taxa nominal *(i)*	**(209.792)**	**(350.633)**	**(259.892)**	**(439.340)**
Ajustes do lucro real	28.001	26.320	172.672	173.428
Benefícios incentivados	20.500	20.500	(50.609)	(50.609)
Ajustes temporários diferidos	(85.846)	(83.817)	(150.607)	(150.579)
Aproveitamento/Const. prejuízo fiscal	9.086	9.410	9.377	9.701
Efeito do diferencial da alíquota	–	–	–	(3.054)
Total ajustes do lucro real	**(28.259)**	**(27.587)**	**(19.166)**	**(21.113)**
Tributos sobre os ajustes	**3.858**	**6.897**	**2.900**	**5.278**
Incentivos fiscais	–	7.945	–	3.649
Despesa contabilizada	**(205.934)**	**(335.791)**	**(256.992)**	**(430.413)**

23. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas ao Grupo: sua controladora CNP Assurances S.A., suas acionistas Caixa Seguridade Participações S.A., e CNP Assurances Brasil Holding Ltda., suas Controladas e Coligada, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares.

O Grupo atua de forma integrada com suas controladas e compartilha com elas certos componentes da estrutura física, operacional e administrativa. Os custos dessa estrutura são atribuídos segundo critérios definidos pela administração que consideram, dentre outras variáveis, os volumes de negócios de cada uma das empresas.

Os saldos das operações ativas e passivas da Companhia. com as partes relacionadas em 31.12.2024 e 31.12.2023 e seus respectivos resultados dos exercícios 2024 e 2023 são apresentados abaixo:

	Controladora					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Empresa Relacionada *(i)*	Controlador Direto *(ii)*	Controlador Indireto *(iii)*	Empresa Relacionada *(i)*	Controlador Direto *(ii)*	Controlador Indireto *(iii)*
Ativos						
Caixa e Equivalente de Caixa	–	–	1	–	–	240
Dividendos a Receber	7.383	–	–	6.429	–	–
Passivos						
Passivos financeiros	(696)	(12.743)	–	–	(18.064)	–
Dividendos e JSCP a pagar	–	–	–	–	(277.564)	–
Resultado						
Outras receitas e despesas operacionais recorrentes	(617)	(10.221)	–	(639)	(5.321)	–

	Consolidado					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Empresa Relacionada *(i)*	Controlador Direto *(ii)*	Controlador Indireto *(iii)*	Empresa Relacionada *(i)*	Controlador Direto *(ii)*	Controlador Indireto *(iii)*
Ativos						
Caixa e Equivalente de Caixa	8.681	–	1	8.652	–	240
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	66.570	–	–	53.031	–	–
Títulos e créditos a receber	55.481	103	696	218.374	–	–
Dividendos a receber	–	–	–	818	–	–
Passivos						
Passivos relacionados a contratos de seguros	(13.605)	–	–	(14.012)	–	–
Passivos financeiros	(5.410)	(12.743)	–	(8.208)	(18.064)	–
Dividendos e JSCP a pagar	–	–	–	(277.564)	–	–
Resultado						
Receita das operações de seguros	9.010	–	–	7.830	–	–
Custos/Despesas da operação de seguro	(223.004)	–	–	(236.279)	–	–
Resultado financeiro	2	–	–	(39)	–	–
Outras receitas e despesas operacionais recorrentes	68.811	(10.118)	695	184.290	(5.321)	–

(i) Empresas relacionadas: Caixa Seguradora especializada em Saúde S.A., Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda., CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A., Caixa Seguradora S.A.;

(ii) Caixa Seguridade Participações S.A. e CNP Assurances, controladores direto da CNP Seguros Holding Brasil S.A;

(iii) Caixa Econômica Federal, controlador indireto da CNP Seguros Holding Brasil S.A.

A remuneração do pessoal-chave da Administração em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 1.464 (31 de dezembro de 2023 - R$ 3.368).

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

24. Plano de previdência patrocinado

Suas controladas são co-patrocinadoras de planos de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL Previnvest). O Previnvest é um plano de previdência aberto que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Nos termos do regulamento do fundo, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, dependendo da idade de ingresso no plano, aplicados sobre o salário de contribuição do empregado.

Para os admitidos até 31 de dezembro de 2020, os patrocinadores contribuem, ainda, com até 5 vezes o valor das contribuições espontâneas dos empregados, segundo critérios estabelecidos no Regulamento, para os admitidos a partir de janeiro de 2021, a contribuição dos patrocinadores ocorre de forma paritária, na proporção 1:1, considerando o valor das contribuições voluntárias dos empregados, limitada a 12%.

Conforme deliberação da Administração, a partir de 1º de janeiro de 2025, para todos os empregados, independente da data de admissão, a colaboração dos patrocinadores no plano de previdência Preinvest será de forma paritária, na proporção de 1:1, considerando o valor das contribuições voluntárias dos empregados, limitada a 12%.

No exercício findo de 2024, o Grupo efetuou contribuições no montante de R$ 11.027 (31 de dezembro de 2023 - R$ 15.067).

25. Eventos subsequentes

25.1. Alienação de participação

Conforme detalhado na nota 11.1, em 30 de outubro de 2024, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda com a Integra Participações S.A., para a alienação de sua participação na Wiz Co Participações e Corretagem de Seguros S.A.

A partir dessa data, foram iniciados os procedimentos para obtenção da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a qual foi definitivamente concedida em 3 de janeiro de 2025. Com o cumprimento das condições acordadas, a Integra Participações S.A., efetuou o pagamento do valor acordado em 6 de janeiro de 2025, data em que foram realizados os registros contábeis para baixa do investimento.

25.2. Pagamento de dividendos intercalares

Em 13 de janeiro de 2025, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares referentes aos resultados do 3º trimestre de 2024, os quais foram integralmente pagos em 17 de janeiro de 2025.

Os valores distribuídos foram:

	Controladora	Consolidado
Caixa Seguradora S.A.	–	152.707
CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.	–	152.700
CNP Seguros Holding S.A.	180.438	180.438

Conselho de Administração

Thomas Behar - Presidente
Véronique Denise Andreé Weill
Sonia Fanny Marie Odile de Demandolx Furtado
Marie-Aude Thépaut
Eduardo Fabiano Alves da Silva
Maximiliano Alejandro Villanueva
Marcos Brasiliano Rosa
Miriam Aparecida Belchior
Cristina Kiomi Mori
Juliano Fernandes Bourim

Diretoria Executiva

Sany de Jesus Mota Silveira
Diretora Presidente

Leticia de Oliveira Doherty
Diretora de Riscos e Controles Internos

Marco Antonio Barbosa Pires
Diretor Financeiro

Contadora

Roseli de Fatima Bernardi Theobald
CRC DF 014844/O-0

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício de 2024

O Comitê de Auditoria (Comitê) da CNP Seguros Holding Brasil S/A (CSH ou Grupo), instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, composto por três membros, eleitos pela Assembleia Geral, estende a sua competência à Caixa Seguradora S/A e à Youse Seguradora S/A, supervisionadas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, atuando na condição de Comitê de Auditoria Único do Grupo, por deliberação dos seus acionistas e de acordo com o previsto na regulamentação pertinente.

O Comitê, no âmbito de suas atribuições, apoia o Conselho de Administração em suas responsabilidades de zelar pelas atividades que têm como objetivo garantir o cumprimento dos normativos internos e das exigências legais e regulamentares, a integridade e qualidade das demonstrações financeiras, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos e da estrutura de gestão de riscos, e a efetividade e independência das auditorias independente e interna.

O Comitê atua por meio de reuniões com representantes designados pela Administração e/ou convocados para prestar informações e responder a questionamentos formulados pelos seus membros, e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. No exercício de 2024, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento Interno, incluindo discussão com a Administração e com os auditores independentes, sobre o tratamento das questões contábeis, de controles internos, de conformidade e de gestão de riscos mais relevantes, e sobre a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da Administração e a análise dos relatórios dos auditores independentes sobre elas, visando seu alinhamento com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). O Comitê realizou ainda reunião com a Presidência, na qual foram tratados, dentre outros assuntos, o plano de negócios das atividades do Grupo.

Suas avaliações baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, controles internos e compliance, e nas suas próprias análises, sendo da Administração a responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Susep, e o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na sua preparação, bem como o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e conformidade.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras da CSH e das empresas integrantes do grupo CSH e emitir relatório manifestando opinião sobre sua adequação em representar, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira destas empresas, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para as instituições por ela autorizadas a funcionar. O Comitê acompanhou os processos de elaboração das demonstrações financeiras, avaliou e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas. Nesse processo o Comitê também se certificou de que os auditores atuaram em conformidade com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A auditoria interna auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade dos negócios ou a fidedignidade das demonstrações financeiras. Com base nas informações recebidas e nas avaliações efetuadas, o Comitê entende que o sistema de controles internos da CSH é adequado ao porte e complexidade de seus negócios, e avalia como efetiva a qualidade dos trabalhos realizados pela auditoria interna e pela KPMG Auditores Independentes Ltda.

O Comitê, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração da CSH a aprovação das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício de 2024, e que tiveram parecer sem restrições dos auditores independentes.

Brasília (DF), 25 de fevereiro de 2025

Assizio Aparecido de Oliveira
João Decio Ames
João Antonio Chiappa

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da CNP Seguros Holding Brasil S.A.

Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **CNP Seguros Holding Brasil S.A.** (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **CNP Seguros Holding Brasil S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Carolina Maciel Messias dos Santos
Contadora - CRC SP-246031/O-8

Eufrázio



CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

Relatório da Administração - Exercício de 2024

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da CAIXA SEGURADORA S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

A Companhia apresentou no último exercício uma rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio de 25,5%, encerrando o exercício com o lucro líquido de R$ 786,8 milhões. A Companhia registrou prêmios ganhos de R$ 2.879,4 milhões no exercício de 2024, já seu resultado financeiro foi de R$ 265,4 milhões. Os ativos financeiros alcançaram o patamar de R$ 4.209 milhões e as provisões técnicas fecharam o exercício de 2024 em R$ 2.089,9 milhões.

O saldo do patrimônio líquido da Companhia ao final do exercício de 2024 foi de R$ 3.074,5 milhões, inferior ao valor de R$ 3.091,8 milhões alcançado em 2023, o que representa um decréscimo de 0,6% no período comparativo, justificado pela distribuição de dividendos intercalares que ocorreram no segundo semestre do exercício.

Priorizando a continuidade e a solidez dos negócios, a Companhia continua administrando as apólices vigentes e o principal ramo nessa modalidade é o Seguro Habitacional, no qual a Companhia é líder absoluta, com 32,9% de participação de mercado.

Política de Reinvestimento de Lucros e Distribuição de Dividendos

A destinação do lucro apurado em cada exercício social é proposta pelo Conselho de Administração, por ocasião das demonstrações financeiras. A aprovação desta proposta é feita pelos Acionistas e devidamente registrada em ata na qual constará, entre outras informações, e caso aplicável, a parcela de lucro líquido ajustado que será distribuída a título de dividendos e a parcela do lucro que será retida para manutenção da continuidade operacional da Companhia.

A Companhia tem como prática a distribuição dos resultados obtidos, assegurando aos Acionistas, a título de dividendos, o mínimo de 25%, conforme estabelecido no Estatuto Social.

Honorários de Auditoria externa

A divulgação dos honorários de auditoria externa é publicada anualmente nas informações financeiras do controlador final, CNP Assurances, na França.

Estratégias de fidelização dos clientes

Para oferecer a melhor experiência a nossos clientes e para valorizar de maneira consistente nossa carteira, adotamos um conjunto de estratégias com foco em indicadores-chave como o *Net Promoter Score* (NPS) e o *Customer Effort Score* (CES). No resultado acumulado da Caixa Seguradora, alcançamos números que nos colocam em um grau de alta qualidade de atendimento: NPS global de 68,5% e um CES de 80,2%, em 2024.

Paralelamente, concentramos esforços para elevar a reputação da Caixa Seguradora no site Reclame Aqui, que é referência de percepção do mercado. Ao aprimorar nossa capacidade de resposta e resolver problemas com maior eficiência, aumentamos a nota no site - de 6.8 (em setembro 2023) para 8.8 (em dezembro de 2024).

Tragédia do Rio Grande do Sul

A tragédia que atingiu o estado reforçou a importância dos seguros para a vida das pessoas. Registrados 6.213 avisos de sinistros de danos físicos ao imóvel nessa região, montamos uma força-tarefa para atender os clientes do seguro habitacional, que se traduziu na liberação de mais de R$ 140 milhões em indenizações. Além disso, em sinergia com nossa atuação social, direcionamos esforços logísticos e de mão de obra a diversas ONGs que prestaram apoio aos gaúchos.

Prêmios

Além de um significativo reconhecimento no Prêmio Reclame Aqui, na categoria "Seguros em Geral - grandes operações", a Companhia foi premiada outras nove vezes pelos projetos desenvolvidos em ouvidoria, experiência do cliente, cultura organizacional e inovação tecnológica.

Considerações Finais e Agradecimentos

A Companhia agradece o apoio e a confiança de acionistas, conselheiros, colaboradores e clientes.

Brasília, 12 de fevereiro de 2025.

A Administração

Balanço Patrimonial

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		**2.586.060**	**2.148.988**
Disponível		**10.020**	**10.960**
Caixa e bancos		3.560	3.643
Equivalente de caixa		6.460	7.317
Aplicações	**5**	**1.672.009**	**1.053.871**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**663.919**	**617.716**
Prêmios a receber	6.1	588.404	605.459
Operações com seguradoras		408	1.153
Operações com resseguradoras	7	75.107	11.104
Outros créditos operacionais	**6.2**	**18.587**	**22.502**
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	**7**	**25.507**	**18.193**
Títulos e créditos a receber		**151.515**	**381.613**
Títulos e créditos a receber	9.1	140.154	325.525
Créditos tributários e previdenciários	9.2	4.144	3.883
Outros créditos	9.3	7.217	52.205
Outros valores e bens	**8**	**20.281**	**18.370**
Bens a venda		16.761	14.944
Outros valores		3.520	3.426
Despesas antecipadas		**10.145**	**6.312**
Custos de aquisições diferidos	**10.1**	**14.077**	**19.451**
Seguros		14.077	19.451
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**7.515.199**	**8.196.330**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**7.383.955**	**8.030.830**
Aplicações	**5**	**2.536.961**	**3.429.932**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**125.597**	**151.724**
Prêmios a receber	6.1	125.597	151.724
Outros créditos operacionais	**6.2**	**345.724**	**305.187**
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	**7**	**28.814**	**28.203**
Títulos e créditos a receber		**4.296.958**	**4.018.474**
Títulos e créditos a receber		130	126
Créditos tributários e previdenciários	9.2	1.043.565	942.102
Depósitos judiciais e fiscais	18	2.417.332	2.274.609
Outros créditos	9.3	835.931	801.637
Outros valores e bens	**8**	**47.644**	**88.890**
Custos de aquisição diferidos	**10.1**	**2.257**	**8.420**
Seguros		2.257	8.420
Investimentos		**1.176**	**1.178**
Participações societárias		954	954
Outros Investimentos		222	224
Imobilizado	**11**	**12.836**	**16.388**
Bens móveis		7.798	11.508
Outras imobilizações		5.038	4.880
Intangível	**12**	**117.232**	**147.934**
Outros intangíveis		117.232	147.934
TOTAL DO ATIVO		**10.101.259**	**10.345.318**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		**1.595.049**	**1.811.991**
Contas a pagar	**15**	**591.990**	**976.471**
Obrigações a pagar	15.1	45.128	292.340
Impostos e encargos sociais a recolher		47.919	53.027
Encargos trabalhistas		10.772	14.875
Impostos e contribuições	15.2	370.296	482.009
Outras contas a pagar	15.3	117.875	134.220
Débitos de operações com seguros e resseguros	**19**	**60.851**	**56.873**
Prêmios a restituir	19.1	8.381	11.738
Operações com seguradoras		1.288	2.135
Operações com resseguradoras	19.2	45.199	33.091
Corretores de seguros e resseguros		312	510
Outros débitos operacionais	19.3	5.671	9.399
Depósitos de terceiros	**17**	**46.561**	**81.430**
Provisões técnicas - seguros	**10.1**	**881.213**	**676.629**
Danos		482.605	303.094
Pessoas		395.405	371.356
Vida individual		3.203	2.179
Outros débitos		**14.434**	**20.588**
Débitos diversos	16	14.434	20.588
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**5.431.714**	**5.441.534**
Contas a pagar	**15**	**–**	**1.121**
Tributos diferidos		–	1.121
Provisões técnicas - seguros	**10.1**	**1.208.650**	**1.446.590**
Danos		611.552	834.579
Pessoas		595.205	610.058
Vida individual		1.893	1.953
Outros débitos		**4.223.064**	**3.993.823**
Provisões judiciais	18	4.182.077	3.917.761
Débitos diversos	**16**	**40.987**	**76.062**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**20**	**3.074.496**	**3.091.793**
Capital social	20.1	1.324.000	1.190.000
Reservas de lucros	20.2	1.847.153	1.907.545
Ajuste de avaliação patrimonial		(96.657)	(5.752)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**10.101.259**	**10.345.318**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

	Nota	Exercício findo 31/12/2024	Exercício findo 31/12/2023
Prêmios emitidos	23.a	2.831.111	2.950.895
Variações das provisões técnicas de prêmios		48.257	84.387
Prêmios ganhos	**25**	**2.879.368**	**3.035.282**
Sinistros ocorridos	23.b	(1.199.809)	(902.316)
Custos de aquisição	23.c	(268.060)	(282.524)
Outras receitas e despesas operacionais	23.d	(98.738)	(75.466)
Resultado com resseguro		**206.485**	**(16.203)**
Receita com resseguro		240.384	8.105
Despesa com resseguro		(33.867)	(24.344)
Outros resultados com resseguro		(32)	36
Despesas administrativas	23.e	(322.215)	(342.021)
Despesas com tributos	23.f	(99.770)	(109.600)
Resultado financeiro	23.g	265.371	335.858
Resultado operacional		**1.362.632**	**1.643.010**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	23.h	(53.425)	(75.555)
Resultado antes dos impostos e participações		**1.309.207**	**1.567.455**
Imposto de renda	24	(306.046)	(371.275)
Contribuição social	24	(187.967)	(225.347)
Participações sobre o resultado		(28.439)	(20.966)
Lucro líquido do exercício		**786.755**	**949.867**
Quantidade de ações		**8.465.054**	**8.465.054**
Lucro líquido por lote de mil ações em R$		**92,94**	**112,21**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**786.755**	**949.867**
Outros lucros abrangentes	**(90.905)**	**68.650**
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	**(90.905)**	**68.650**
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(152.628)	115.330
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	61.723	(46.680)
Total dos lucros abrangentes para o exercício	**695.850**	**1.018.517**
Quantidade de ações	**8.465.054**	**8.465.054**
Lucro líquido por lote de mil ações em R$	**82,20**	**120,32**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

	31/12/2024	31/12/2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	**786.755**	**949.867**
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	59.114	65.491
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	(1.445)	1.451
Juros em passivos de arrendamento IFRS 16	5.283	8.609
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	14.463	3.507
Outros ajustes - diversos	45.857	75.822
Custos de aquisição diferidos	11.537	21.946
Variação de provisões técnicas - seguros, resseguros	(66.263)	(108.546)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	183.929	(287.531)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(55.958)	81.891
Ativos de resseguro	(3.573)	9.562
Créditos fiscais e previdenciários	(2.535)	(3.283)
Ativo fiscal diferido	(99.191)	(64.759)
Depósitos judiciais e fiscais	(142.724)	(827.667)
Despesas antecipadas	(3.833)	4.221
Outros ativos	196.882	(31.271)
Impostos e contribuições	531.632	661.335
Outras contas a pagar	(37.964)	(2.889)
Débitos de operações com seguros e resseguros	3.978	(517.048)
Depósitos de terceiros	(34.868)	(28.416)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	28.473	(81.786)
Provisões para contingências	219.056	917.173
Outros passivos	(9.498)	(9.567)
Caixa gerado pelas operações	**1.629.106**	**838.112**
Juros pagos	(29)	(88)
Juros recebidos	3.430	1.588
Imposto sobre o lucro pagos	(649.574)	(527.022)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**982.933**	**312.590**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Recebimento pela venda:	**–**	**19**
Imobilizado	–	19
Pagamento pela compra:	**(22.191)**	**(65.193)**
Imobilizado	(3.389)	(5.763)
Intangível	(18.802)	(59.430)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	**(22.191)**	**(65.174)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(938.741)	(222.567)
Pagamentos de arrendamento	(22.941)	(30.578)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	**(961.682)**	**(253.145)**
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(940)**	**(5.729)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**10.960**	**16.689**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**10.020**	**10.960**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Discriminação	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2023	**1.081.350**	**–**	**1.514.489**	**(74.402)**	**–**	**2.521.437**
Dividendos complementares: AGOE de 31.03.2023	–	–	(222.567)	–	–	(222.567)
Aumento de capital - AGOE de 31.03.2023	–	108.650	(108.650)	–	–	–
Aprovação de aumento de capital - Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1648, de 29.08.2023	108.650	(108.650)	–	–	–	–
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	68.650	–	68.650
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	949.867	949.867
Reserva legal	–	–	47.493	–	(47.493)	–
Reserva de lucros	–	–	676.780	–	(676.780)	–
Dividendos (R$ 26,65 por ação)	–	–	–	–	(225.594)	(225.594)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.190.000**	**–**	**1.907.545**	**(5.752)**	**–**	**3.091.793**
Dividendos complementares: AGOE de 27.03.2024	–	–	(451.187)	–	–	(451.187)
Aumento de capital - AGOE de 27.03.2024	–	134.000	(134.000)	–	–	–
Aprovação de aumento de capital - Portaria CGRAJ/SUSEP nº 2.279 de 25.10.2024	134.000	(134.000)	–	–	–	–
Dividendos intercalares: AGE de 30.09.2024	–	–	–	–	(261.960)	(261.960)
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	(90.905)	–	(90.905)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	786.755	786.755
Reserva legal	–	–	39.338	–	(39.338)	–
Reserva de lucros	–	–	485.457	–	(485.457)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.324.000**	**–**	**1.847.153**	**(96.657)**	**–**	**3.074.496**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

1. Contexto operacional

A Caixa Seguradora S.A., com sede na SHN Quadra 1, Conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050, doravante referida também como "Companhia", tem como controladora direta a CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. Sua controladora indireta no Brasil é a CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo grupo segurador francês CNP *Assurances*. Anteriormente atuava em parceria com a Caixa Econômica Federal - CAIXA ("CAIXA") na distribuição de produtos nas modalidades de seguros e de ramos elementares no âmbito do território nacional na rede de distribuição da CAIXA ("Balcão CAIXA").

Em fevereiro de 2021, a Companhia cessou as vendas dos produtos do ramo habitacional e residencial, de acordo com a reestruturação da rede de distribuição da CAIXA. Ainda assim, a Companhia auferirá receita até o fim da vigência do estoque dos contratos já firmados. A partir do segundo semestre de 2023 a Companhia retomou a parceria com a CAIXA para distribuição de produtos do ramo compreensivo empresarial e continua estudando novas parcerias para distribuição dos seus produtos. Além disso, mantém a comercialização direta ao consumidor, por meio da plataforma digital Youse, de produtos dos ramos Automóvel, Residencial e Vida.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos no Manual de Orientação - Manual do Elenco de Contas e dos Modelos de Publicação divulgados pela SUSEP, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 12 de fevereiro 2025.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, por ser o Real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Caixa e equivalente de caixa

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de até três meses a partir da data de contratação, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significativo de mudança de valor justo.

2.4. Mudança nas principais políticas contábeis

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26), a partir de 01 de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetam, as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre as políticas contábeis específicas que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

A Companhia adotou a Circular SUSEP nº 678 de 10 de outubro de 2022 que altera a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revoga dispositivo da Circular SUSEP nº 439, de 27 de junho de 2012, e dentre as alterações trazidas na norma constam a reformulação nas Demonstrações de Resultados para operações de Seguros e aprovação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, estas alterações passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024.

A adoção do normativo em questão não gerou impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.5. Instrumentos financeiros

2.5.1. Classificação e reconhecimento

A classificação dos ativos financeiros nos termos do CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Atualmente, os ativos financeiros da carteira de investimentos consistem exclusivamente em pagamentos de principal e juros (*Solely Payment of Principal and Interest* - SPPI). A Companhia desenvolveu o seu modelo de negócios para o gerenciamento de seus instrumentos financeiros, o qual direciona as estratégias e operações executadas pela Gerência de Investimentos.

A Companhia segue a classificação de ativos do CPC 48, que estabelece três categorias principais para a classificação de ativos financeiros: mensuração ao custo amortizado, valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo através do resultado (VJR), conforme detalhado nos itens abaixo.

Ademais, os ativos financeiros não são reclassificados após o reconhecimento inicial, exceto em circunstâncias em que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão desses ativos. Na hipótese dessa situação, todos os ativos financeiros impactados são reclassificados na primeira data de balanço subsequente à alteração no modelo de negócios.

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São avaliados pelo valor de custo com utilização do método de juros efetivos, ou seja, calculando o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e inserindo o resultado dos juros pela aplicação da taxa efetiva de juros, atualizando o valor de compra do ativo pela taxa de juros negociados na época até seu vencimento. Em se tratando de perda de risco de crédito a contabilização do ativo terá sua contraparte no resultado.

b. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

No valor justo por meio do resultado os ativos financeiros são registrados ao valor justo com contrapartida no resultado.

c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Um ativo financeiro é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR, ou seja:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são pagamento somente do principal e dos juros.

O CPC 48 exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

A carteira de investimentos da Companhia possui ativos classificados como Valor justo por meio do resultado, ativo ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ativos ao custo amortizado, cujo detalhamento pode ser observado no item 5 - Instrumentos Financeiros.

2.6. Impairment

2.6.1. *Impairment* de instrumentos financeiros

a. Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, no final de cada período, se há evidência objetiva de que o instrumento financeiro ou o grupo de instrumentos financeiros está deteriorado. Os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"). Esses eventos de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

• Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
• Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
• Probabilidade de que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
• Do desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
• Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

Para cálculo da provisão para redução ao valor recuperável dos valores a receber do FCVS - Fundo de Compensação de Variações Salariais, a Companhia adota metodologia especifica que está descrita na nota 6.2.1.

b. Ativos classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O CPC 48/ IFRS 9 introduz um conceito de perda esperada prospectivo, considerando não apenas as perdas incorridas, mas também as esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro. A norma exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e possui dois tipos de abordagem para a perda esperada que variam de acordo com o tipo de ativo financeiro: abordagem geral e simplificada.

Os ativos da Companhia se enquadram na abordagem geral e nesta abordagem as perdas de crédito esperadas devem ser mensuradas de acordo com o estágio das operações:

• Estágio I: todas operações ao serem reconhecidas inicialmente são alocadas neste primeiro estágio, sendo estimadas as perdas esperadas para os próximos 12 meses, com os juros efetivos calculados sobre o valor bruto;
• Estágio II: todas operações que tiveram "mudanças significativas no risco de crédito" desde seu reconhecimento inicial, sendo reconhecida as perdas esperadas até o fim do ativo (o reconhecimento de juros continua a ser feito sobre a base bruta da operação); e
• Estágio III: todas operações em inadimplência/*default*. Cálculo das perdas de crédito esperadas para a vida esperada do contrato (o reconhecimento de juros passa a ser feito sobre a base líquida da operação).

A Companhia adota a metodologia mais aplicada no mercado para a provisão de perda de crédito esperada (ECL - *Expected credit losses*) para os ativos financeiros da Companhia, o qual considera perdas estimadas em função de eventos de crédito do passado, do presente e do futuro.

A Companhia adotou a calibração de probabilidades de inadimplência com base nos *ratings* das maiores agências do mercado para mensurar a perda esperada de todos os ativos financeiros da Companhia. No caso dos títulos públicos brasileiros por se tratar de risco soberano e por prática de mercado são considerados títulos livres de risco de crédito, ou seja, a Companhia avaliou que não há risco de perda. Desta forma, não houve impacto nas demonstrações financeiras de perda esperada futura reconhecida.

2.6.2. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, substancialmente compostos pelos gastos com *software*, que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.6.3. Mensuração

O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:

a. Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" emitidos pela Secretária do Tesouro Nacional (STN) informados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

b. Ações: com base nas cotações de preço médio divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no último pregão em que foram negociadas.

c. Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das quotas marcadas a mercado e divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

2.6.4. Operações de seguros e resseguros

• Em atendimento à Circular SUSEP n° 678/2022, a Companhia realiza estudo para definir a redução ao valor recuperável das operações de seguros relativas a prêmios, que é constituída quando o período de inadimplência superar 60 dias da data de vencimento e leva em consideração o valor total dos créditos do devedor, inclusive outros valores a vencer do mesmo devedor.

• Para os valores de crédito a recuperar de resseguro é constituída uma provisão para perda, caso a recuperação não ocorra em até 6 meses para contratos proporcionais e 60 meses para contratos não proporcionais. As provisões de perdas para os contratos não proporcionais ocorrem progressivamente até 60 meses. No caso dos ativos de resseguro, o percentual atual utilizado para o cálculo de redução ao valor recuperável é 0,10%. A área atuarial realiza o monitoramento periódico do percentual de sinistros pagos para permitir a definição do prazo de inadimplência. E, caso seja necessário, para adequar/reavaliar os estudos, conforme determinação da Circular SUSEP n° 678/2022.

• Demais operações: constituída através de análises individualizadas e em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

Mediante avaliações, a Companhia entende que a redução ao valor recuperável em consonância com determinações da SUSEP está adequada e reflete o histórico de perdas internas.

2.7. Ativos e Passivos relacionados a resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da transferência de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações para com os segurados.

2.8. Outros valores e bens

2.8.1. Bens à venda - Salvados

Salvados à venda refere-se ao estoque de bens salvados constituídos através de recuperações oriundas das indenizações integrais aos segurados.

Salvados estimados são calculados através de técnicas estatísticas e atuariais especificadas em nota técnica atuarial, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros. Registra-se esse ativo no grupo de "Outros valores e bens" conforme Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores.

Para a redução ao valor recuperável de salvados a venda, a Companhia avalia o histórico de recebimento de salvados dos ramos de automóvel que ficaram pendentes por mais de 6 meses e que posteriormente foram recebidos. Os percentuais calculados são aplicados no saldo atual, sendo que para a faixa de 0 a 6 meses não há aplicação de redutor, para faixa de 6 a 12 meses são aplicados os percentuais encontrados no histórico e para os casos superiores a 12 meses todo o valor é considerado na provisão.

2.9. Imobilizado e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são:

i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a 50% a.a.;
ii) equipamentos de informática - 20% a.a.;
iii) veículos - 20% a.a.;
iv) benfeitoria de imóveis de terceiros - 20% a.a..

O intangível é composto de licenças de *softwares*, sistemas informatizados desenvolvidos internamente e gastos com desenvolvimento de sistemas, a serem amortizados a partir da data de utilização. A taxa de amortização utilizada é de 20% a.a..

2.10. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela de prêmio comercial correspondente ao período de risco ainda não decorrido, e que deve ser suficiente para arcar com os sinistros a ocorrer relativos aos riscos ativos de contratos emitidos até a data do fechamento relativo ao balanço. A Administração constitui, adicionalmente, a parcela relativa aos Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (RVNE) da PPNG, obtida através do valor médio observado dos prêmios emitidos com atraso nos últimos 12 meses, conforme a metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores que as áreas operacionais e jurídicas estimam serem necessários para arcar com os valores atualizados de indenização dos sinistros já avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. Para os sinistros judiciais, a provisão é calculada através da probabilidade de pagamento do sinistro por tipologia, mediante a metodologia detalhada em Nota Técnica Atuarial.

A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores de indenização que a Companhia estima serem necessários para liquidar os sinistros já ocorridos, mas ainda não avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço, que é estimada pelo método *Chain Ladder* que considera o histórico dos sinistros ocorridos, com observações agrupadas em períodos e ramos de seguro, sendo de 12 trimestres para o grupo Patrimonial, observações de 36 trimestres para o Habitacional (Morte e Invalidez por Acidente), observações de 24 trimestres para o Automóvel, observações de 32 trimestres para Pessoas, observações de 28 trimestres para o Crédito, observações de 20 trimestres para o Habitacional (Danos Físicos) e 20 trimestres para habitacional (Fora do SFH).

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos pagamentos futuros dos valores de despesas diretamente relacionadas aos sinistros já ocorridos até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. A estimativa da provisão é obtida através da relação entre despesas avisadas e sinistros avisados.

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída para a cobertura da insuficiência nas provisões técnicas, quando esta for constatada pelo Teste de Adequação de Passivos (TAP), nos termos do CPC 11 e Circulares SUSEP nº 648/2021 e nº 678/2022.

2.10.1. Tábuas

No quadro a seguir apresentamos o conjunto das tábuas e taxas de carregamento dos principais produtos comercializados pela Companhia em 31 de dezembro de 2024:

Grupo Ramo	Produto	Tábua	Taxas de Carregamento
01	MULTIRISCO EMPRESARIAL	NA	Corretagem: de 0,00% a 40,00%
			Despesas Administrativas e Margem de Lucro: de 0,00% a 100,00%
05	YOUSE AUTO	NA	Corretagem: de 0,01% a 30,00%
			Despesas Operacionais: de 5,00% a 10,00%
			Despesas Administrativas: de 5,00% a 10,00%
			Margem de Lucro: de 10,00% a 20,00%
01	YOUSE RESIDENCIAL	NA	Despesas Comerciais: de 1,00% a 60,00%
			Despesas Administrativas: de 1,00% a 30,00%
			Margem de Lucro: de 1,00% a 30,00%
13	YOUSE VIDA	AT-83 Male	Corretagem: de 0,01%
			Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00%
			Margem de Lucro: de 0,00% a 20,00%

continua →★

Eufrázio

CNP Seguros holding | Brasil

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→★ continuação

2.11. Avaliação dos passivos originados de contratos de seguros

2.11.1. Passivos de contratos de seguros

Os contratos que transferem risco significativo de seguro para Companhia são avaliados segundo uma metodologia, ou modelo contábil aplicável para contratos de seguro. A Companhia utilizou as regras do CPC 11, quando não contrarie as regras da SUSEP e CNSP para avaliação destes contratos. Com isso, a Companhia aplicou as regras e procedimentos mínimos previstos no CPC 11 para avaliação de contratos de seguro que incluem, principalmente: i) a realização de um teste de adequação dos passivos de contratos de seguro (TAP); e ii) processo de classificação econômica e atuarial de contratos entre contratos de seguro ou contratos de investimento.

2.11.2. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição diferidos são compostos por gastos que possuem uma relação direta e incremental com emissão ou renovação de contratos de seguro, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais custos de aquisição que não possuam essa relação direta e incremental são registrados como despesa, conforme incorridos. Para os custos diferidos, a amortização é realizada segundo o período do contrato, e o prazo médio a diferir dos contratos ativos em 31 de dezembro de 2024 era de 11,92 meses e em 31 de dezembro de 2023 foi de 12,45 meses.

2.11.3. Teste de adequação dos passivos (TAP)

O Estudo atuarial contendo o TAP foi assinado pelo Atuário Técnico Responsável e pelo Diretor Técnico e está disponível na sede da Companhia para o órgão regulador e demais fiscalizações, conforme requerido pelo CPC 11. A Companhia efetuou um teste de adequação dos passivos para todos os contratos que atendam à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estejam vigentes na data de execução do teste.

Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos foram agrupados conforme os grupos de ramos estabelecidos em regulamentação específica. Respeitando as segregações obrigatórias será efetuada a compensação dos resultados parciais dos grupos de contratos.

As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) definidas pela SUSEP, conforme determina a legislação. No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida, conforme abaixo:

a) Estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ): para desconto dos valores futuros dos fluxos projetados foram utilizados os índices, conforme rol divulgado pela SUSEP. Caso houver constituição de PCC, a Companhia opta por segregar o impacto da mudança da estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) em Outros Resultados Abrangentes (ORA), com o objetivo de diminuir a volatilidade da conta de resultados e estar alinhado com as práticas utilizadas na controladora que emite demonstrações financeiras em IFRS.

b) Sinistralidade: para estimativa dos sinistros decorrentes de produtos que utilizam tábua de mortalidade em suas projeções, foram utilizadas as tábuas BR-EMS 2021; para sinistros decorrentes de produtos que utilizam tábua de invalidez, foi utilizada a tábua Álvaro Vindas; para estimativa dos sinistros decorrentes de produtos que não utilizem tábuas biométricas e foram apuradas sinistralidades com base no histórico observado, de cada produto que compõe o estudo. Para projeção por grupo foi utilizada a sinistralidade abaixo:

- Automóvel: 67,7%;
- Patrimonial: 29,6%;
- Pessoas: 70,5% para os produtos que não se aplicam tábua, BR-EMS MT para coberturas de morte e Álvaro Vindas para coberturas de invalidez;
- Habitacional: 4,4% cobertura de danos físicos ao imóvel, BR-EMS MT para coberturas de morte e Álvaro Vindas para coberturas de invalidez.

c) Cancelamento: para estimativa de cancelamentos anuais utilizados no modelo, quando aplicável, foram utilizadas as bases históricas da evolução de contratos ativos observado de cada grupo que compõe o estudo;

d) Resseguro: as projeções foram geradas considerando os valores dos fluxos brutos de resseguro.

Como conclusão dos testes realizados não foram encontradas insuficiências em nenhum dos agrupamentos analisados, conforme tabelas abaixo, para a data-base de 31 de dezembro de 2024, dessa forma não há necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) conforme Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações. No prêmio registrado a suficiência é dada pela PPNG menos o valor presente dos fluxos e no prêmio futuro corresponde ao oposto do valor presente dos fluxos:

	(A)	(B)	(C) = (B) - (A)
TIPO DE PRODUTO	**PPNG CONSTITUÍDA LÍQUIDA DO CAD DIRETAMENTE RELACIONADO À PPNG**	**VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG**	**PCC-PPNG**
Automóvel	445.365	280.907	(164.458)
Habitacional	–	–	–
Patrimonial e demais	57.952	24.138	(33.814)
Pessoas coletivo e individual	499	419	(79)
Total	**(D) = ∑(A)**	**(E) = ∑(B)**	**(F) = Máx[0; (E)-(D)]**
	503.816	305.465	–

	(G)
TIPO DE PRODUTO	***VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG FUTURA DE PRÊMIOS NÃO REGISTRADOS (SAÍDAS - ENTRADAS)***
Automóvel	–
Habitacional	(842.595)
Patrimonial e demais	(96.552)
Pessoas coletivo e individual	(614)
Total	**(H) = ∑(G)**
	(939.761)
(I) = Máx[0; (H)] (PCC-NÃO REGISTRADO) = 0	

2.12. Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e quando aplicável, são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

2.13. Apuração do resultado

Os prêmios de seguro e de cosseguro aceito, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro, e os respectivos custos de comercialização correspondentes, são registrados quando da emissão das apólices ou no início da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, em linha com a Circular SUSEP nº 648/2021, e alterações posteriores.

As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.14. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais. A contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15%, respectivamente, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os valores de imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante, até o limite do imposto a pagar e em caso de excedente, é registrado no ativo circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

2.15. Arrendamentos

Definição de arrendamento

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento do CPC 06 (R2)/IFRS 16.

A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16.

Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de mercado. Os ativos de direito de uso são mensurados:

Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. A Companhia utilizou o expediente prático ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil dólares.

2.16. Normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações emitidas, não adotadas ou ainda não vigentes pela SUSEP, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

IFRS 17 - CPC 50 - Contratos de Seguro: Norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. A norma IFRS 17 - CPC 50 substituirá a IFRS 4/CPC 11, aplicando-se a todos os tipos de contratos de seguros, independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária.

O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023, entretanto, a Companhia aguarda o direcionamento do órgão regulador sobre a aplicação da norma na contabilização local.

2.17. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante e não circulante a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar adequadamente os ativos e passivos de acordo com a expectativa de realização, mantendo no não circulante os montantes cuja expectativa de realização ultrapasse o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, exceto quando descrito em Nota Explicativa própria sobre o ativo ou passivo.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii) informações sobre incertezas, e sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Nota 2.10.1 - Classificação dos contratos de seguro;

Notas 2.9, 2.10.3 - Provisões técnicas, Teste de adequação dos passivos; e

Notas 6.2.1 e 18 - Outros créditos operacionais- valores recuperáveis e Provisões judiciais.

4. Gerenciamento de riscos

A implementação do Acordo de Basiléia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores divulgadas na Circular nº 678, de 10 de outubro de 2022, e pelo Banco Central através da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 e suas alterações posteriores divulgadas na Resolução nº 4.943, de 15/09/2021 e a Resolução CNSP 416/21, que regulamenta mais recentemente a EGR - Estrutura de Gestão de Risco. Todas essas normas exigem a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos (*Chief Risk Officer*), independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos.

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégias, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos (DIRRIS) do Grupo CNP Seguros Holding Brasil ("CSH") foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As principais responsabilidades da Diretoria de Riscos e Controles Internos são:

- Definir a visão estratégica em apetite ao risco por meio das políticas de risco e trabalhos de alocação do capital econômico;
- Definir as políticas de gestão de risco (segurança da informação, continuidade de negócios, proteção de dados pessoais, gestão de riscos, riscos operacionais, terceirização e controle interno) de acordo com as estratégias definidas pela PRESI da CNP Seguros Holding Brasil, bem como acompanhar e verificar nas unidades de negócios e áreas centralizadas o seu cumprimento;
- Manter a alta administração da CNP Seguros Holding Brasil informada sobre a evolução do perfil de risco do grupo;
- Revisar e aprovar os relatórios de Solvência II, ORSA, IFRS e de Estudos de Viabilidade;
- Gerir o programa de treinamento relacionado à gestão de riscos e controles internos;
- Elaborar, trimestralmente, o *dashboard* (painel de riscos), destinado à Diretoria Executiva - DIREX, Acionistas, Conselho de Administração, Comitê de Riscos e Comitê de Auditoria, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da CNP Seguros Holding Brasil;
- Auxiliar a CSH no alcance dos objetivos estratégicos, a conformidade e a redução de impactos financeiros, de imagem e jurídicos decorrentes dos riscos operacionais e de sustentabilidade, que lhes sejam inerentes, avaliando permanentemente e fazendo evoluir o ambiente de controle interno da CSH;
- Avaliar os fornecedores críticos; gerir a base de perdas operacionais; e conduzir as atividades de Governança de Riscos;
- Acompanhar e avaliar a eficácia dos dispositivos de vigilância dos Riscos Técnicos e Riscos Financeiros;
- Acompanhar e avaliar a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos de segurança da informação, proteção de dados e continuidade do negócio;

No que tange aos regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a Diretoria de Riscos e Controles Internos organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os *Comitês d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos, Riscos Operacionais e Controles Internos, de Crise e de Incidentes de Segurança.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, um Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se:

(i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e Auditoria Interna;

(ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, às questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, à prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, à prevenção à fraude, entre outros.

4.1. Riscos de seguro

O Risco de Seguro é o risco preexistente, transferido do segurado para a seguradora, ou seja, é o risco que a seguradora aceita do segurado em troca de um prêmio.

O gerenciamento de capital visa assegurar que a Companhia mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características da empresa.

O quadro a seguir demonstra a concentração de risco por região e por ramo baseado nos prêmios ganhos no ano:

a. Bruto de resseguro

							31/12/2024
Região geográfica	**Centro Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Sudeste**	**Sul**	**Total**	**Proporção de ramo %**
Habitacional fora do SFH	261.410	414.213	87.737	1.102.856	436.558	2.302.774	80,0%
Automóvel	69.946	34.211	8.653	197.300	58.036	368.146	12,8%
Compreensivo residencial	13.058	17.949	5.034	68.267	31.831	136.139	4,7%
Compreensivo empresarial	5.218	10.701	5.735	19.633	11.757	53.044	1,8%
Demais ramos	6.780	1.554	501	8.381	2.049	19.265	0,7%
Total	**356.412**	**478.628**	**107.660**	**1.396.437**	**540.231**	**2.879.368**	**100%**

							31/12/2023
Região geográfica	**Centro Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Sudeste**	**Sul**	**Total**	**Proporção de ramo %**
Habitacional fora do SFH	286.518	433.571	93.853	1.149.926	463.598	2.427.466	80,0%
Automóvel	85.410	27.014	7.419	209.679	58.560	388.082	12,8%
Compreensivo residencial	14.541	18.325	5.105	70.986	34.554	143.511	4,7%
Compreensivo empresarial	19.518	8.131	2.659	16.149	9.458	55.915	1,8%
Demais ramos	7.048	1.963	559	8.055	2.683	20.308	0,7%
Total	**413.035**	**489.004**	**109.595**	**1.454.795**	**568.853**	**3.035.282**	**100%**

b. Líquido de resseguro

							31/12/2024
Região geográfica	**Centro Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Sudeste**	**Sul**	**Total**	**Proporção de ramo %**
Habitacional fora do SFH	258.335	409.341	86.705	1.089.884	431.423	2.275.688	80,0%
Automóvel	69.124	33.809	8.551	194.980	57.354	363.818	12,8%
Compreensivo residencial	12.904	17.738	4.975	67.464	31.456	134.537	4,7%
Compreensivo empresarial	5.156	10.575	5.668	19.402	11.619	52.420	1,8%
Demais ramos	6.702	1.535	495	8.282	2.024	19.038	0,7%
Total	**352.221**	**472.998**	**106.394**	**1.380.012**	**533.876**	**2.845.501**	**100%**

							31/12/2023
Região geográfica	**Centro Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Sudeste**	**Sul**	**Total**	**Proporção de ramo %**
Habitacional fora do SFH	284.219	430.093	93.101	1.140.703	459.880	2.407.996	80,0%
Automóvel	84.725	26.797	7.359	207.997	58.091	384.969	12,8%
Compreensivo residencial	14.424	18.178	5.064	70.417	34.277	142.360	4,7%
Compreensivo empresarial	19.362	8.067	2.637	16.019	9.382	55.467	1,8%
Demais ramos	6.992	1.948	554	7.990	2.662	20.146	0,7%
Total	**409.722**	**485.083**	**108.715**	**1.443.126**	**564.292**	**3.010.938**	**100%**

4.1.1. Controle do risco de seguro

A Gestão de Riscos permite que os riscos de seguro sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados através de um forte mecanismo de controle implantado, o qual inclui funções de gerenciamento de risco, funções de controle interno e funções de auditorias internas e externas.

A Companhia conta com um regime de alçadas delineado e com padrões de operação bem definidos por meio de normas, procedimentos e atribuições bem descritos, divulgados e monitorados. Além disso, a Companhia dispõe de políticas de subscrição de risco, de prevenção à fraude, lavagem de dinheiro, e segurança da informação (implantadas e monitoradas), e com o trabalho de profissionais de risco e conformidade designados, conhecedores de suas atribuições e atuantes em todas as áreas.

4.1.2. Estratégia de subscrição

A política de subscrição é parte integrante do quadro de gestão de risco, ou seja, a política estabelece as condições e os limites para aceitação e precificação das garantias prestadas, em linha com as diretrizes estabelecidas pela Alta Administração na forma de apetite a risco e objetivos estratégicos. Tais diretrizes permitem, através de um processo de tomada de decisão claro e partilhado, monitorar e gerir os riscos da Companhia.

4.1.3. Estratégia de resseguro

A estratégia de resseguro da Companhia é baseada numa estrutura central de contratos por risco e catastróficos não-proporcionais que se aplicam de forma corporativa a riscos de diversas carteiras. Os contratos são segregados usualmente em Vida e Não-Vida, exceção feita ao contrato *umbrella,* que provê cobertura para eventos de grande porte para Vida e Não-Vida de forma isolada ou conjunta. Ao redor dessa estrutura central, contratos de menor porte são direcionados à cobertura de riscos específicos, sendo negociados caso a caso, normalmente em modalidade proporcional, podendo a parceria com um ou mais resseguradores destinar-se à aquisição de conhecimento e sua posterior solidificação dentro da Companhia.

Enquanto o atendimento ao ambiente regulatório e às diretrizes da Política de Resseguro são observados em toda a sua abrangência para todo e qualquer contrato, o grupo adota uma postura de risco prudente e conservadora, privilegiando a retenção de prêmios pela seguradora, por meio da calibragem fina dos parâmetros de retenção e cessão em resseguro. Essa estratégia encontra seu complemento na Política de Subscrição do grupo, focada em resguardar a Seguradora quanto ao risco técnico e de imagem. Como prática de subscrição, a empresa não atua como líder na linha dos chamados riscos especiais, que abrangem os segmentos de seguros Rurais, Garantia, Riscos de Engenharia Grupo II, Responsabilidade Civil, Riscos Operacionais e Nomeados, Transportes, Valores, Obras de Arte, Cascos (*Aviation* e *Marine*) ou, de modo geral, todo e qualquer risco ou atividade excluídos dos contratos de resseguro corporativos.

O quadro a seguir apresenta, por contrato de resseguro, as carteiras cobertas, os resseguradores e seus respectivos *ratings*:

CONTRATO	CARTEIRAS	RESSEGURADOR	PARTICIPACÃO RESSEGURADOR	EXPOSIÇÃO DO RESSEGURADOR	*RATING*[(i)]	CONDIÇÃO
PATED 2425CAT0001	Habitacional/DFI, Engenharia, MR Empresarial, Residencial, Auto	IRB Brasil Resseguros S/A	20%	11.200.000	A-	LOCAL
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	25%	14.000.000	A	LOCAL
		Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55%	30.800.000	A+	LOCAL
PATED 2425RIS0001	Habitacional/DFI, Engenharia, MR Empresarial, Residencial	IRB Brasil Resseguros S/A	20%	3.600.000	A-	LOCAL
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	25%	4.500.000	A	LOCAL
		Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55%	9.900.000	A+	LOCAL
PATED 2425RIS0002	Habitacional/DFI, Engenharia, MR Empresarial, Residencial	IRB Brasil Resseguros S/A	20%	14.000.000	A-	LOCAL
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	25%	17.500.000	A	LOCAL
		Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55%	38.500.000	A+	LOCAL
UMBED 2425CAT0001	Habitacional, Engenharia, MR Empresarial, Residencial, Auto, Vida Individual	IRB Brasil Resseguros S/A	20%	18.000.000	A-	LOCAL
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	25%	22.500.000	A	LOCAL
		Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55%	49.500.000	A+	LOCAL
VIDED 2425CAT0001	Habitacional/MIP, Vida Individual	Hannover Rück SE	30%	17.175.000	A+	ADMITIDO
		Austral Resseguradora do Brasil S/A	10%	5.725.000	A-	LOCAL
		IRB Brasil Resseguros S/A	10%	5.725.000	A-	LOCAL
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	50%	28.625.000	A	LOCAL
PATCP 2425CEF0001	MR Empresarial para o patrimônio Caixa Econômica Federal	IRB Brasil Resseguros S/A	20%	39.400.000	A-	LOCAL
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	25%	49.250.000	A	EVENTUAL
		Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55%	108.350.000	A+	LOCAL

(i) Ratings pela A.M Best (rating da casa matriz para resseguradores estrangeiros autorizados a operar no Brasil).

4.1.4. Resseguro em sinistros catastróficos

O levantamento para acionamento do resseguro de catástrofe considera blocos de perdas acumuladas de até 168 horas consecutivas, condicionado à identificação do evento gerador. Nos últimos tempos, a frequência de eventos climáticos extremos tem apresentado uma tendência de aumento, com eventos de grande magnitude que impactam o negócio. O território brasileiro é particularmente sujeito a eventos envolvendo grandes volumes d'água. Nesse sentido, as tempestades são a categoria de evento mais importante, porém alguns outros tipos de eventos decorrem ou do extravasamento dos cursos d'água (inundações ou enxurradas) ou de acúmulos de água (alagamentos), podendo levar a consequências como deslizamentos de terra, entre outros.

O Rio Grande do Sul, em particular, é um dos estados mais afetados historicamente por desastres climáticos no Brasil e foi grandemente afetado pelas fortes chuvas ocorridas em maio/2024. Durante um período que se alongou por mais de um mês, os altos volumes de precipitação deixaram cidades gaúchas debaixo d'água e levaram a mortes e a um montante elevado de prejuízos materiais.

A tragédia atingiu as carteiras patrimoniais da Companhia, tendo gerado uma alta carga de sinistros - 7.824 no período total, com cerca de 7.346 cobertos por contratos de resseguro, enfaticamente no ramo habitacional, representando, em valores aproximados, uma perda de seguros de R$ 228.510 e cobertura de resseguro de R$ 205.613.

4.1.5. Gerenciamento de ativos e passivos

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

4.1.6. Teste de sensibilidade

As análises de sensibilidade da Companhia, considerando-se as mudanças nas principais premissas em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, líquidas dos efeitos tributários, seguem apresentadas nos quadros a seguir, demonstrando os impactos de cada premissa no Resultado e no Patrimônio Líquido:

		31/12/2024		31/12/2023
Sensibilidade	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Taxa +1%	-1,20%	-1,20%	-0,96%	-0,96%
Taxa -1%	1,24%	1,24%	0,98%	0,98%
Mortalidade/Sinistralidade +5%	4,58%	3,66%	2,88%	2,90%
Mortalidade/Sinistralidade -5%	-3,66%	-3,83%	-2,88%	-2,90%
Inflação +1%	-1,52%	-1,52%	1,30%	1,30%
Inflação -1%	1,56%	1,56%	-1,27%	-1,27%

i) A sensibilidade à taxa de juros foi calculada sobre os ativos financeiros, pelo modelo de cálculo de duration e convexidade, considerando a curva de juros prefixada 100 basis points para cima e para baixo;

*ii) Para o teste de sensibilidade da mortalidade/sinistralidade consideramos o cenário de (des)agravamento "A" em +- 5% no volume de sinistros ocorridos, dessa forma o montante de sinistros encontrados nos cenários de stress considera a seguinte fórmula: Sinistros A = Sinistros Ocorridos * (1+A). Por fim, buscando uma estimativa simplificada do impacto no resultado, o impacto percentual informado considera a seguinte relação:*

IMPACTO % = Resultado antes dos impostos e participações + (Sinistros Ocorridos - Sinistros A) Resultado antes dos impostos e participações-1;

iii) O cálculo do risco de inflação considera exclusivamente o impacto direto sobre o apreçamento dos ativos e passivos e a imunização deste risco por meio da estratégia de investimentos. Na ausência de descasamentos e/ou ativos pós-fixados, o risco é equivalente a zero. Porém, é importante destacar que a inflação interfere nas curvas de juros e, por consequência, impactará no valor de mercado. Neste contexto, o cálculo de sensibilidade das curvas de juros considera a abertura ou fechamento da curva de juros, também, em razão do risco indireto da flutuação da inflação.

4.2. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não cumprir ou de sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia. As operações-chave em que a Companhia está exposta ao risco de crédito são:

i) parte ressegurada dos passivos de seguro; ii) montantes devidos pelos resseguradores referentes a sinistros pagos; iii) montantes devidos pelos segurados referentes a contratos de seguro; iv) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; v) montantes referentes a empréstimos e recebíveis; e vi) montantes referentes a títulos de dívidas.

A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradores que atendem os critérios definidos na Política de Resseguro do grupo, dos quais a classificação de crédito é um dos quesitos.

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por Companhias avaliadoras de riscos, tais como *A.M. Best, Fitch Ratings, Standard & Poor's* ou *Moody's,* e atualmente a Companhia privilegia a avaliação produzida pela *A.M. Best.* Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos, conforme ilustrado no quadro do item 4.1.3. com as exposições e *ratings* com as resseguradoras.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito em instrumentos financeiros - (Os *ratings* não são auditados).

														31/12/2024
Composição dos ativos	**AAA**	**AA+**	**AA**	**AA-**	**A+**	**A**	**A-**	**B-**	**BB-**	**BB**	**BB+**	**BBB-**	**Sem *rating***	**Total**
Valor justo por meio do resultado	**3.910**	**4.424**	**776**	**621**	**–**	**1.034**	**–**	**161**	**2.692**	**9.565**	**3.055**	**2.981**	**794.730**	**823.949**
Ações	3.910	4.424	776	621	–	1.034	–	161	2.692	4.347	3.055	2.981	25.604	49.605
Fundos de investimentos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	768.402	768.402
Operações compromissadas	–	–	–	–	–	–	–	–	–	5.218	–	–	–	5.218
Outros valores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	724	724
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**3.385.021**	**–**	**–**	**–**	**3.385.021**
Letras do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2.089.781	–	–	–	2.089.781
Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.295.240	–	–	–	1.295.240
Créditos das operações com seguros	–	–	–	–	75.107	–	–	–	–	–	–	–	714.409	**789.516**
Ativos de resseguros	–	–	1.154	–	25.324	5.239	22.604	–	–	–	–	–	–	**54.321**
Créditos junto ao FCVS *(i)*	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.199.381	–	–	–	**1.199.381**
Exposição máxima	**3.910**	**4.424**	**1.930**	**621**	**100.431**	**6.273**	**22.604**	**161**	**2.692**	**4.593.967**	**3.055**	**2.981**	**1.509.139**	**6.252.188**

									31/12/2023
Composição dos ativos	**AA**	**A+**	**A**	**A-**	**BB**	**BB+**	**BBB+**	**Sem *rating***	**Total**
Valor justo por meio do resultado	**–**	**–**	**–**	**–**	**5.003**	**–**	**–**	**1.058.577**	**1.063.580**
Fundos de investimentos	–	–	–	–	–	–	–	1.058.601	1.058.601
Letras financeiras do tesouro	–	–	–	–	1.152	–	–	–	1.152
Operações compromissadas	–	–	–	–	3.851	–	–	–	3.851
Outros valores	–	–	–	–	–	–	(24)	(24)	(48)
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**–**	**–**	**–**	**–**	**3.420.223**	**–**	**–**	**–**	**3.420.223**
Letras financeiras do tesouro	–	–	–	–	149.688	–	–	–	149.688
Letras do tesouro nacional	–	–	–	–	395.811	–	–	–	395.811
Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	2.874.724	–	–	–	2.874.724
Créditos das operações com seguros	–	–	–	–	–	11.104	–	758.336	769.440
Ativos de resseguros	1.247	18.823	2.627	23.699	–	–	–	–	46.396
Créditos junto ao FCVS *(i)*	–	–	–	–	1.196.628	–	–	–	1.196.628
Exposição máxima	**1.247**	**18.823**	**2.627**	**23.699**	**3.425.226**	**11.104**	**1.196.628**	**1.816.913**	**6.496.267**

(i) A contraparte destes créditos é o fundo público gerido pelo Governo Federal, desta forma, consideramos o rating do risco Brasil (tesouro nacional)

4.3. Risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas, que podem causar descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos de mercado inerentes à Companhia, destaca: o risco de taxa de juros e risco de preço de ações. O *rating* da carteira de ações está sendo divulgado na nota 4.2. Risco de crédito.

4.3.1. Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é *o Value-at-risk* (VaR), o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros são definidos pela SUSEP e os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do VaR, está o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante dos investimentos utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não-paramétrico;
- Intervalo de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA.

O *Value-at-Risk* da carteira de investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 24.915 (31 de dezembro de 2023 era de R$ 9.229).

O valor acima representa a perda máxima das aplicações financeiras da Companhia para o horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

continua →★



CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→★ continuação

4.3.2. Atribuições relacionadas ao monitoramento de risco

Cabe ao administrador da carteira dos ativos:

- Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os fundos e carteiras dos clientes;
- Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos fundos, conforme regras pré-estabelecidas;
- Acompanhar diariamente os limites de cada fundo, verificando seu enquadramento;
- Monitorar a compatibilidade entre a carteira de ativos e de passivos, quanto a prazos, vencimentos e indicadores, bem como o enquadramento aos limites de exposição definidos nas políticas;
- Produzir os relatórios de risco de mercado da Companhia, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (*VaR*) e de análise de perdas e ganhos (*Stress Analysis*); e
- Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pela Companhia.

Cabe à área de controle de risco da Companhia:

- Monitorar se os limites de alocação foram devidamente respeitados para todos os tipos de ativos;
- Monitorar o risco de perda potencial (*VaR)* das carteiras gerenciais;
- Informar aos Gestores em caso de extrapolação dos limites de alocação por ativo e dos limites de perda potencial (*VaR)*;
- Solicitar aos Gestores, em caso de desenquadramento, o reenquadramento dos fundos.

4.4. Risco de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo.

A liquidez é monitorada através do modelo de gestão de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*). O ajuste nos prazos de vencimento das aplicações segundo a projeção de exigibilidade dos recursos é monitorado permanentemente, além da manutenção de um volume mínimo de caixa para atender demandas recorrentes.

A Política de Liquidez de ALM vigente determina um conjunto de estratégias e mecanismos de monitoramento dos indicadores dos riscos. Desta forma, a gestão do fluxo de caixa estabelece critérios para gerir a manutenção de recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à medida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa.

No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois considera as projeções revisadas periodicamente dos fluxos de caixa dos passivos e ativos e seu nível de suficiência, conforme demonstrado no quadro a seguir. Além disso, a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados nas categorias "valor justo por meio do resultado" ou "valor justo por meio de outros resultados abrangentes", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

					31/12/2024
	Até 1 ano	Mais de 1 ano Até 5 anos	Mais de 5 anos	Sem vencimento	Total
Fluxo dos ativos *(i)*	1.623.726	4.127.967	436.230	818.730	**7.006.653**
Fluxo dos passivos *(ii)*	1.595.049	1.272.010	17.603	–	**2.884.662**

				31/12/2023
	Até 1 ano	Mais de 1 ano Até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fluxo dos ativos *(i)*	2.066.584	5.346.671	973	**7.414.228**
Fluxo dos passivos *(ii)*	2.154.402	2.742.941	20.840	**4.918.183**

(i) O fluxo de ativos considera o disponível, aplicações financeiras, créditos das operações com seguros e resseguros, ativos de resseguro e títulos e créditos a receber, e outros créditos. Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. As aplicações financeiras estão classificadas na categoria ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado, e em eventual necessidade de liquidez podem ser alienados para cumprir as necessidades de caixa; e

(ii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, débitos das operações com seguros e resseguro, passivos de arrendamento e provisões técnicas. Os passivos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, exceto para o fluxo de caixa de saída das provisões técnicas, o qual considera a expectativa de liberação das provisões. O modelo de projeção leva em consideração premissas técnicas, tais como permanência e hipóteses econômicas, bem como o comportamento histórico de algumas provisões, permitindo a geração de expectativa futura de liberação.

5. Instrumentos financeiros

5.1. Resumo da classificação das aplicações e da hierarquia do valor justo

Os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos estão sendo apresentados em conjunto com os títulos de propriedade direta da Companhia. Os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos estão sendo apresentados na linha de outros valores.

								31/12/2024		31/12/2023	
	Hierarquia a Valor Justo	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Sem Vencimento	Valor de curva	Valor Justo	Ajuste ao valor justo	Valor de mercado	%	Valor de mercado	%
Valor justo por meio do resultado		**5.218**	–	**818.731**	–	**823.949**	**823.949**	**823.949**	**20%**	**1.063.580**	**24%**
Letras Financeiras do Tesouro	1	–	–	–	–	–	–	–	0%	1.153	0%
Operações Compromissadas	1	5.218	–	–	–	5.218	5.218	5.218	1%	3.851	0%
Quotas de fundos de Investimentos	1	–	–	768.402	–	768.402	768.402	768.402	93%	1.058.576	100%
Caixa/contas a pagar/receber	1	–	–	(1.427)	–	(1.427)	(1.427)	(1.427)	0%	–	0%
Ações	1	–	–	51.756	–	51.756	51.756	51.756	6%	–	0%
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		**859.482**	**2.525.539**	–	**3.546.115**	**3.385.021**	**(161.094)**	**3.385.021**	**80%**	**3.420.223**	**76%**
Nota do Tesouro Nacional	1	859.482	–	–	859.654	859.482	(172)	859.482	25%	2.429.360	71%
Letras Financeiras do Tesouro	1	–	–	–	–	–	–	–	0%	149.688	4%
Letras do Tesouro Nacional	1	–	2.089.781	–	2.244.554	2.089.781	(154.773)	2.089.781	62%	395.811	12%
Nota do Tesouro Nacional	1	–	435.758	–	441.907	435.758	(6.149)	435.758	13%	445.364	13%
Total		**864.700**	**2.525.539**	**818.731**	**3.546.115**	**4.208.970**	**662.855**	**4.208.970**		**4.483.803**	

O saldo do balanço patrimonial é composto pelo valor de mercado.

5.2. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	31/12/2023	Aplicações	Resgates	Ajuste e Valor justo	Rendimentos	31/12/2024
Valor justo por meio do resultado	**1.063.580**	3.268.779	(3.594.508)	–	86.096	**823.949**
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**3.420.223**	2.561.887	(2.757.028)	(152.628)	312.568	**3.385.021**
Saldo	**4.483.803**	**5.830.666**	**(6.351.535)**	**(152.628)**	**398.664**	**4.208.970**
	01/01/2023	**Aplicações**	**Resgates**	**Ajuste e Valor justo**	**Rendimentos**	**31/12/2023**
Valor justo por meio do resultado	**352.591**	2.020.749	(1.436.785)	–	127.025	**1.063.580**
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**3.728.350**	3.281.409	(4.028.949)	115.330	324.083	**3.420.223**
Saldo	**4.080.941**	**5.302.158**	**(5.465.734)**	**115.330**	**451.108**	**4.483.803**

5.3. Análise de sensibilidade

5.3.1. Carteira de ativos

A carteira de investimentos da Companhia possui ativos classificados como: Valor justo por meio do resultado e Ativo ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos da Companhia é o de *Stress Test*. Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do *VaR* das carteiras e o choque de 100 *basis point* curva de juros. Este cenário contempla variações na curva de inflação e curva de juros.

O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

Fatores de Risco	*Value-at-Risk*	DV-1
Fundos	1.629	–
Juros Pré	18.109	(32.642)
Equity	3.047	–
IPCA	2.131	–
LFT	–	(3)
Total	**24.915**	**(32.645)**

5.4. Taxas de juros contratadas

A carteira de investimentos da Companhia possui as seguintes taxas de juros contratadas:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC
Nota do Tesouro Nacional - NTN-F	7,19%	6,05%	11,89%	5,97%
Letras do Tesouro Nacional - LTN	12,77%	10,95%	11,06%	10,94%
Nota do Tesouro Nacional - NTN-B	7,03%	7,03%	6,25%	6,22%

6. Créditos das operações

6.1. Prêmios a receber de segurados

6.1.1. Prêmios a receber e provisão para risco de crédito por ramo

	31/12/2024			31/12/2023		
Ramo	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco e crédito	Prêmios a receber líquido
Habitacional fora do SFH	200.277	(177)	200.100	213.144	(223)	212.921
Automóvel	474.417	(1.564)	472.853	487.865	(8.008)	479.857
Compreensivo residencial	28.866	(4.388)	24.478	34.194	(4.967)	29.227
Compreensivo empresarial	13.951	(3.022)	10.929	32.164	(2.335)	29.829
Demais ramos	5.930	(289)	5.641	5.710	(361)	5.349
Total	**723.441**	**(9.440)**	**714.001**	**773.077**	**(15.894)**	**757.183**

6.1.2. Movimentação dos prêmios a receber e da provisão para risco de crédito

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	**757.183**	**933.614**
Prêmios emitidos	3.297.811	3.590.608
IOF	(2.545)	(698)
Adicional de fracionamento	2	3
Prêmios cancelados	(246.874)	(432.501)
Recebimentos	(3.098.112)	(3.331.008)
Prêmios de RVNE	82	(106)
Saldo	**707.547**	**759.912**
Constituição/(reversão) de provisão para perda	6.454	(2.729)
Saldo total	**714.001**	**757.183**

6.1.3. Faixas de vencimento

	31/12/2024			31/12/2023		
Prêmios a vencer	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido
De 1 a 60 dias	282.488	(741)	281.747	294.989	(1.581)	293.408
De 61 a 120 dias	65.176	(244)	64.932	65.960	(1.228)	64.732
De 121 a 180 dias	59.625	(195)	59.429	61.199	(1.138)	60.061
De 181 a 365 dias	146.846	(476)	146.370	158.040	(2.773)	155.267
Acima de 365 dias	125.984	(387)	125.597	153.712	(1.988)	151.724
Prêmios Vencidos						
De 1 a 60 dias	36.400	(475)	35.926	33.077	(1.086)	31.991
De 61 a 120 dias	372	(372)	–	711	(711)	–
De 121 a 180 dias	366	(366)	–	378	(378)	–
De 181 a 365 dias	992	(992)	–	1.081	(1.081)	–
Acima de 365 dias	5.192	(5.192)	–	3.930	(3.930)	–
Total	**723.441**	**(9.440)**	**714.001**	**773.077**	**(15.894)**	**757.183**

Atualmente a Companhia opera com prêmio parcelado para os produtos empresarial, automóvel e residencial. O prazo médio de parcelamento, em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, foi de 5 meses para o produto empresarial, 24 meses para o produto automóvel e 60 meses para o produto residencial.

6.2. Outros créditos operacionais

A rubrica de outros créditos operacionais é representada integralmente por valores a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

6.2.1. Apresentamos a seguir a composição dos créditos a receber do FCVS

	31/12/2024	31/12/2023
Títulos e créditos a receber - FCVS *(iii)*	51.464	67.302
Créditos a receber do FCVS *(i)*	364.311	327.689
Títulos e créditos a receber - FCVS *(iii)*	975.766	994.585
Redução ao valor recuperáveis *(ii)*	(192.160)	(192.948)
Total do FCVS	**1.199.381**	**1.196.628**

(i) É composto por créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). O FCVS foi criado pela Resolução do Conselho de Administração do Banco Nacional da Habitação - RC BNH nº 25, de 16 de junho de 1967 e, desde 1988, passou a ter o encargo adicional de garantir o equilíbrio da apólice pública do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH.

Entretanto, passaram a figurar no polo passivo de demandas judiciais com fundamento na apólice pública, em que os segurados buscavam indenização pelos danos físicos ao imóvel ou morte e invalidez permanente, suportando todos os ônus do passivo judicial. Dessa forma, a Companhia realiza a defesa dos interesses do Fundo em juízo e, em razão dessas demandas judiciais, é obrigada a assumir todas as despesas processuais e, posteriormente, busca o ressarcimento dos montantes pagos junto ao FCVS, uma vez que a Lei nº 12.409/2011, com nova redação dada pela Lei nº 13.000/2014, bem como a Resolução CCFCVS nº 364/2014 atribuíram expressamente ao FCVS a responsabilidade pelos direitos e obrigações do SH/SFH e pela cobertura direta aos contratos de financiamento habitacional averbados na extinta apólice SH/SFH, além de atribuir à CAIXA, na qualidade de Administradora do Fundo, a competência para representar judicial e extrajudicialmente os interesses do FCVS. Os créditos a receber do FCVS são registrados contabilmente mediante o efetivo desembolso financeiro decorrente da execução dos processos judiciais.

(ii) Representa a provisão para redução ao valor recuperável dos valores a receber do FCVS. Considerando que parte dos valores que a Companhia busca o ressarcimento são glosados pelo fundo, por motivos como:

(a) ausência de comprovação de vínculo; (b) ausência de documentos relacionados ao processo, entre outros. A Companhia, após avaliar a natureza e motivo das glosas, avalia o ingresso de uma ação de cobrança, na esfera judicial, com objetivo de obter o ressarcimento daquilo que foi glosado e que, na sua avaliação, não tem substância ou argumento para tal. Diante deste cenário, a Companhia mensura uma provisão ao valor recuperável, por meio de metodologia específica, que é baseada em médias históricas da experiência da Companhia, que considera: (i) percentual de glosa administrativa realizada diretamente pelo FCVS; e (ii) percentual de perda das ações judiciais de cobrança. Desta forma, a provisão corresponde a estimativa dos montantes que serão glosados administrativamente, ponderado pelas recuperações das ações judiciais de cobrança.

(iii) Para compor o saldo total a receber do FCVS considera-se também parte do valor dos Títulos e créditos a receber - FCVS, conforme demonstrado na nota 9.1.

6.2.2. Movimentação dos créditos a receber do FCVS:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	**1.196.628**	**1.195.067**
Adições - pagamentos realizados	69.401	107.749
Baixas - por recebimentos	(67.437)	(63.266)
Redução ao valor recuperável	788	(42.922)
Saldo final	**1.199.381**	**1.196.628**

7. Operações com resseguradoras

Apresentamos a seguir informações referentes às operações de resseguro:

	31/12/2024	31/12/2023
Sinistros pagos a recuperar *(i)*	103.667	34.490
Provisão para risco de crédito	(28.560)	(23.386)
Operações com resseguradoras	**75.107**	**11.104**
Provisão de sinistros a liquidar	36.446	34.159
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	2.870	4.041
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	11.800	5.950
Provisão de despesas relacionadas	3.246	2.246
Redução ao valor recuperável - ativos de resseguro *(ii)*	(41)	–
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	**54.322**	**46.396**
Total	**129.428**	**57.500**

(i) Aumento observado decorrente de resseguro dos sinistros catastróficos ocorridos no Rio Grande do Sul, detalhados na nota 4.1.4.

(ii) Conforme define a circular nº 678/22 e critérios descritos na nota 2.6.4.

8. Outros valores e bens

Apresentamos a seguir as informações referentes a bens a venda e outros valores:

8.1. Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Bens a venda-salvados (8.2)	16.761	14.944
Direito a salvados - estimado (8.4)	5.426	5.237
Bens de direitos de uso (8.5)	45.640	86.952
Outros	98	127
Total	**67.925**	**107.260**

8.2. Movimentação de bens a venda - salvados

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	**14.944**	**18.568**
Aviso de salvados	66.516	58.307
Reavaliação de salvados	(14.397)	(18.964)
Reabertura de salvados	(2.210)	(1.409)
Cancelamento de salvados	1.311	502
Recebimentos	(50.859)	(42.392)
Saldo	**15.305**	**14.612**
Redução ao valor recuperável	1.456	332
Saldo final	**16.761**	**14.944**

8.3. Faixas de vencimento

Salvados	31/12/2024	31/12/2023
De 1 a 60 dias	7.681	6.424
De 61 a 120 dias	6.681	3.633
De 121 a 180 dias	1.590	3.709
De 181 a 365 dias	2.278	3.788
Acima de 365 dias	6.700	7.016
Total	**24.930**	**24.570**
Redução ao valor recuperável	(8.169)	(9.626)
Total	**16.761**	**14.944**

8.4. Direitos e salvados estimados

	31/12/2024		31/12/2023	
Salvados	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
No mês do pagamento	405	7,47%	391	7,47%
1 mês após o pagamento	405	7,47%	391	7,47%
2 meses após o pagamento	405	7,47%	391	7,47%
3 meses após o pagamento	297	5,47%	287	5,47%
4 meses após o pagamento	297	5,47%	287	5,47%
5 meses após o pagamento	297	5,47%	287	5,47%
6 meses após o pagamento	250	4,61%	241	4,61%
7 meses após o pagamento	250	4,61%	241	4,61%
8 meses após o pagamento	250	4,61%	241	4,61%
9 meses após o pagamento	221	4,07%	213	4,07%
10 meses após o pagamento	221	4,07%	213	4,07%
11 meses após o pagamento	221	4,07%	213	4,07%
De 12 a 18 meses após o pagamento do sinistro	1.059	19,53%	1.023	19,53%
De 18 a 24 meses após o pagamento do sinistro	623	11,49%	602	11,49%
De 24 a 30 meses após o pagamento do sinistro	156	2,88%	151	2,88%
De 36 a 42 meses após o pagamento do sinistro	59	1,08%	57	1,08%
De 54 a 60 meses após o pagamento do sinistro	9	0,16%	8	0,16%
Total	**5.426**	**100%**	**5.237**	**100%**
Circulante	3.518	–	3.396	–
Não circulante	1.906	–	1.840	–

Tivemos um impacto significativo na distribuição de tabela, em função de mudança na forma de abrir o salvado por tempo de realização. A partir de 2023 a Companhia utiliza o mesmo triângulo utilizado no cálculo da reserva (data de pagamento de sinistro versus data de aviso de salvado). Os percentuais se repetem na tabela porque o cálculo dos triângulos é realizado de forma agregada por trimestre.

8.5. Ativo de direito de uso

Referem-se substancialmente aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.14), descontado a valor presente:

		Movimentações			Composição do saldo		
Direito de uso	Saldo em 01/01/2024	Novos contratos/ Reavaliações	Alterações/cancelamentos de contratos	Despesa de depreciação do período	Ativo de direito de uso	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2024
Imóveis	**83.056**	(25.630)	–	(14.631)	113.201	(70.406)	**42.795**
Máquinas e Equipamentos	**3.896**	2.030	(581)	(2.500)	17.668	(14.823)	**2.845**
Total	**86.952**	**(23.600)**	**(581)**	**(17.131)**	**130.869**	**(85.229)**	**45.640**

		Movimentações			Composição do saldo		
Direito de uso	Saldo em 01/01/2023	Novos contratos/ Reavaliações	Alterações/cancelamentos de contratos	Despesa de depreciação do período	Ativo de direito de uso	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2023
Imóveis	**105.548**	(2.433)	(474)	(19.585)	138.831	(55.775)	**83.056**
Máquinas e Equipamentos	**2.818**	7.858	(4.422)	(2.358)	16.219	(12.323)	**3.896**
Total	**108.366**	**5.425**	**(4.986)**	**(21.943)**	**155.050**	**(68.098)**	**86.952**

A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos: em 31 de dezembro de 2024 era representando por uma taxa de 19,04 % a.a. (31 de dezembro de 2023 por uma taxa de 17,77 % a.a.).

9. Títulos e créditos a receber

9.1. Títulos e créditos a receber

A composição dos títulos e créditos a receber são representados conforme a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
FCVS *(i)*	51.464	67.302
Ressarcimentos de custos a receber *(ii)*	55.399	211.090
Ressarcimentos - estimados	371	360
Ressarcimentos - Outros *(iii)*	23.402	34.444
Pagamentos pendentes de baixa *(iv)*	9.648	12.455
Total	**140.284**	**325.651**

(i) Valor a receber do FCVS, conforme detalhado na nota 6.2.1;

(ii) Créditos referentes ao valor a receber de transações intercompany, detalhadas na nota 22. A redução se justifica pelo recebimento do valor da prestação de serviços pendente em 2023;

(iii) Outros ressarcimentos a receber líquido da redução ao valor recuperável;

(iv) O saldo está substancialmente concentrado no fluxo de retornos bancários, referentes aos pagamentos de sinistros pendentes baixa.

9.2. Créditos tributários e previdenciários e passivo fiscal diferido

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários e passivo fiscal diferido, podem ser resumidas como segue:

9.2.1. Composição e movimentação

		Constituições (realizações)			Constituições (realizações)		
Ativo	31/12/2022	IR/CS	Outros tributos	31/12/2023	IR/CS	Outros tributos	31/12/2024
A compensar	1.846	1.073	964	3.883	(368)	629	4.144
Total ativo circulante	**1.846**	**1.073**	**964**	**3.883**	**(368)**	**629**	**4.144**
A compensar	18.915	821	426	20.162	1.875	397	22.434
Diferenças temporárias:							
Contingências fiscais	446.740	27.028	–	473.768	24.175	–	497.943
Contingências cíveis	74.732	(5.362)	–	69.370	6.722	–	76.092
Contingências trabalhistas	9.330	11.177	–	20.507	893	–	21.400
Provisão para risco de crédito	244.980	31.032	–	276.012	17.509	–	293.521
Provisão para participações nos lucros	12.487	(189)	–	12.298	(2.011)	–	10.287
Operações de arrendamento - CPC 06	3.315	302	–	3.617	(239)	–	3.378
Outras provisões	62.676	(143)	–	62.533	(8.461)	–	54.072
Ajuste de títulos a valor justo TVM	49.602	(26.116)	–	3.835	60.603	–	64.438
Total do ativo não circulante	**922.777**	**18.899**	**426**	**942.102**	**101.066**	**398**	**1.043.565**
Ajuste de títulos a valor justo TVM	(207)	–	(914)	(1.121)	–	1.121	–
Total do passivo diferido	**(207)**	**–**	**(914)**	**(1.121)**	**–**	**1.121**	**–**

9.2.2. Expectativa da efetiva realização

	Diferenças Temporárias		Tributos diferidos		Total	
Ano de Realização	Valor	%	Valor	%	Valor	%
2025	370.188	39%	–	0%	370.188	36%
2026	281.374	29%	69	0%	281.443	28%
2027	38.560	4%	24.304	38%	62.864	6%
2028	34.146	4%	40.065	62%	74.211	7%
2029	31.440	3%	–	0%	31.440	3%
2030 até 2034	200.985	21%	–	0%	200.985	20%
Total	**956.693**	**100%**	**64.438**	**100%**	**1.021.131**	**100%**

9.3. Outros créditos

Os saldos de outros créditos registrados no ativo circulante são representados substancialmente por valores inicialmente bloqueados nas contas bancárias da Companhia e posteriormente quando desbloqueados e transferidos para uma conta judicial até o limite do valor executado, são reclassificados para o ativo não circulante, em função da expectativa de realização maior que 365 dias e esses valores ficam à disposição do juízo até que sobrevenha nova decisão judicial sobre a destinação final do valor. O saldo dessa rubrica no curto prazo, em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 7.217 (31 de dezembro de 2023 - R$ 52.205).

Os saldos de outros créditos no ativo não circulante são representados substancialmente por valores a receber do FCVS, o saldo dessa rubrica em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 783.606 (e em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 801.637). Além desse saldo, para 31 de dezembro de 2024, temos o valor de R$ 52.325, referente a transferências judiciais, conforme descrito no parágrafo anterior.

10. Provisões técnicas e custos de aquisições diferidos

Apresentamos a seguir informações referentes às provisões técnicas e custos de aquisição diferidos:

10.1. Abertura

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	514.943	563.200
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	1.098.324	1.104.962
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	341.123	352.496
Provisão de despesa relacionada (PDR)	135.473	102.561
Total das Provisões Técnicas	**2.089.863**	**2.123.219**
Total Custos de aquisições diferidos	**16.334**	**27.871**

10.2. Movimentação

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial das provisões técnicas	**2.123.219**	**2.315.969**
(+) Aviso de sinistros/despesas	821.803	805.015
(+/–) Atualização monetária e juros	51.846	9.681
(–) Pagamentos efetuados	(1.290.981)	(1.052.884)
(+/–) Ajuste de estimativa de sinistros/despesas de sinistro	443.606	158.127
(+/–) Variações das provisões técnicas de prêmios	(48.257)	(84.387)
(+/–) Variações das provisões técnicas de sinistros	(11.373)	(28.302)
Saldo final das provisões técnicas	**2.089.863**	**2.123.219**
	31/12/2024	**31/12/2023**
Saldo inicial dos custos de aquisição diferidos	**27.871**	**49.817**
(+/–) Variações dos custos de aquisições diferidos	(11.537)	(21.946)
Saldo final dos custos de aquisição diferidos	**16.334**	**27.871**

10.3. Garantia das provisões técnicas

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões técnicas	**2.089.863**	**2.123.219**
Total das exclusões	**501.890**	**540.800**
Provisões técnicas - Resseguro	42.521	40.447
Direito creditórios	437.479	470.232
Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG	–	10.042
Depósitos Judiciais	21.890	20.079
Total a ser coberto	**1.587.972**	**1.582.419**
Total dos ativos garantidores:	**1.945.808**	**4.364.213**
Títulos da dívida pública	1.945.808	3.419.439
Quotas de outros fundos financeiros	–	944.774
Suficiência de cobertura	**357.836**	**2.781.794**
Suficiência de Ativos Garantidores (%)	**22,53%**	**175,79%**

11. Imobilizado

O ativo imobilizado está composto da seguinte forma:

	Taxa anual de depreciação (%)	Saldo inicial 01/01/2024	Aquisições	Baixas	Depreciações	Saldo final 31/12/2024
Equipamentos de Informática	10% a 50%	1.684	1.209	(28)	(980)	1.885
Móveis, máquinas e utensílios	10%	7.911	182	(216)	(2.554)	5.323
Veículos	20 %	4.847	868	(1.476)	(889)	3.350
Benfeitoria em imóveis de terceiros	20 %	1.946	1.130	–	(798)	2.278
Total		**16.388**	**3.389**	**(1.720)**	**(5.221)**	**12.836**

	Taxa anual de depreciação (%)	Saldo inicial 01/01/2023	Aquisições	Baixas	Depreciações	Saldo final 31/12/2023
Equipamentos de Informática	10% a 50%	2.624	285	–	(1.225)	1.684
Móveis, máquinas e utensílios	10%	10.298	167	–	(2.554)	7.911
Veículos	20%	808	5.311	(459)	(813)	4.847
Benfeitoria em imóveis de terceiros	20%	2.814	–	–	(868)	1.946
Total		**16.544**	**5.763**	**(459)**	**(5.460)**	**16.388**

12. Intangível

A composição do ativo intangível está da seguinte forma:

	Taxa anual de amortização (%)	Saldo inicial 31/12/2023	Aquisições	Baixas	Transferências	Amortização	Saldo final 31/12/2024
Marcas e patentes *(i)*	–	51	–	–	–	–	51
Sistemas aplicativos	20%	21.410	–	(9.409)	–	(6.421)	5.580
Sistemas de computação	20%	81.062	–	(3.016)	24.320	(30.341)	72.025
Sistemas de computação em desenvolvimento *(ii)*	–	45.411	18.802	(317)	(24.320)	–	39.576
Total		**147.934**	**18.802**	**(12.742)**	**–**	**(36.762)**	**117.232**

continua →★

Eufrázio

CNP Seguros holding | Brasil

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→★ continuação

	Taxa anual de amortização (%)	Saldo inicial 31/12/2022	Aquisições	Baixas	Transferências	Amortização	Saldo final 31/12/2023
Marcas e patentes *(i)*	–	51	–	–	–	–	51
Sistemas aplicativos	20%	22.735	5.783	–	–	(7.108)	21.410
Sistemas de computação	20%	62.782	–	(17)	49.285	(30.988)	81.062
Sistemas em desenvolvimento *(ii)*	–	44.091	53.647	(3.042)	(49.285)	–	45.411
Total		**129.659**	**59.430**	**(3.059)**	**–**	**(38.096)**	**147.934**

(i) Marcas e patentes não são amortizadas;
(ii) Sistemas em desenvolvimento não são amortizados. A amortização ocorre a partir da conclusão do sistema e movimentação para conta de sistemas de computação.

13. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas.

13.1. Sinistros brutos de resseguro

Conciliação	**31/12/2024**
Total do Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros	1.098.324
Total da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) + Provisão sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	**1.098.324**

a. Sinistros administrativos

Data de Aviso	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
No ano do aviso	712.086	833.917	880.256	969.355	1.109.913	906.597	1.456.581	1.050.008	931.964	1.228.019	–
1 ano depois	592.254	707.919	734.181	811.431	905.316	866.390	1.424.847	1.004.577	910.281	–	–
2 anos depois	596.241	716.117	721.116	796.047	908.799	868.474	1.432.219	1.014.723	–	–	–
3 anos depois	598.503	719.684	719.466	797.145	910.596	873.200	1.434.870	–	–	–	–
4 anos depois	598.902	716.290	720.815	798.897	911.453	877.226	–	–	–	–	–
5 anos depois	594.091	716.903	723.143	799.966	910.645	–	–	–	–	–	–
6 anos depois	593.780	718.148	725.414	800.254	–	–	–	–	–	–	–
7 anos depois	594.673	718.247	725.284	–	–	–	–	–	–	–	–
8 anos depois	594.520	718.550	–	–	–	–	–	–	–	–	–
9 anos depois	594.771	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	594.771	718.550	725.284	800.254	910.645	877.226	1.434.870	1.014.723	910.281	1.228.019	9.214.623
Pagamentos acumulados até a data base	594.748	718.127	723.486	799.437	910.486	875.835	1.434.289	1.011.967	908.586	1.062.455	9.039.416
Passivo reconhecido no balanço	23	423	1.798	816	159	1.391	581	2.755	1.695	165.564	175.206
Passivo em relação a anos anteriores a 2015	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	370
PSL de Retrocessão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2.827
Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(10.846)
Total do passivo incluso no balanço	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**167.557**

b. Sinistros judiciais

Data de Aviso	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
No ano do aviso	30.306	38.095	38.889	38.036	50.283	47.109	51.367	64.352	48.470	46.568	–
1 ano depois	67.775	81.931	86.210	80.383	108.761	86.468	95.276	103.035	71.617	–	–
2 anos depois	68.556	109.809	102.236	85.341	122.832	109.446	101.978	99.890	–	–	–
3 anos depois	77.228	118.372	105.198	85.878	139.790	110.762	93.015	–	–	–	–
4 anos depois	78.201	114.804	98.909	95.010	136.259	98.084	–	–	–	–	–
5 anos depois	73.827	114.603	109.653	89.424	123.947	–	–	–	–	–	–
6 anos depois	70.528	117.971	99.678	85.096	–	–	–	–	–	–	–
7 anos depois	75.881	106.643	96.747	–	–	–	–	–	–	–	–
8 anos depois	70.307	102.642	–	–	–	–	–	–	–	–	–
9 anos depois	69.602	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	69.602	102.642	96.747	85.096	123.947	98.084	93.015	99.890	71.617	46.568	887.209
Pagamentos acumulados até a data base	27.306	33.427	30.672	27.555	47.485	14.908	12.260	7.424	2.842	1.254	205.133
Passivo reconhecido no balanço	42.297	69.215	66.075	57.541	76.462	83.176	80.755	92.466	68.774	45.314	682.075
Passivo em relação a anos anteriores a 2015	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	248.692
Total do passivo incluso no balanço	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**930.768**

13.2. Sinistros líquidos de resseguro

Valores em Reais mil	**31/12/2024**
Total do Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros	1.061.878
Total da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	**1.061.878**

c. Sinistros administrativos *(i)*

Data de Aviso	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
No ano do aviso	707.427	822.883	854.919	924.342	1.030.330	889.705	1.448.043	1.045.514	929.756	1.069.003	–
1 ano depois	591.150	701.335	710.230	796.629	845.495	843.997	1.415.671	1.001.748	900.952	–	–
2 anos depois	595.158	707.354	715.442	780.642	832.521	845.278	1.422.395	1.010.473	–	–	–
3 anos depois	597.098	715.823	711.299	780.739	835.431	851.498	1.424.826	–	–	–	–
4 anos depois	597.584	713.056	711.547	782.586	835.862	853.168	–	–	–	–	–
5 anos depois	592.771	713.743	714.723	782.687	835.256	–	–	–	–	–	–
6 anos depois	593.333	716.143	715.015	782.170	–	–	–	–	–	–	–
7 anos depois	594.227	715.835	715.651	–	–	–	–	–	–	–	–
8 anos depois	594.048	716.141	–	–	–	–	–	–	–	–	–
9 anos depois	594.299	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	594.299	716.141	715.651	782.170	835.256	853.168	1.424.826	1.010.473	900.952	1.069.003	8.901.941
Pagamentos acumulados até a data base	594.276	715.672	715.290	781.814	835.162	852.810	1.424.526	1.009.240	900.308	907.835	8.736.934
Passivo reconhecido no balanço	23	469	361	356	94	358	300	1.233	643	161.168	165.007
Passivo em relação a anos anteriores a 2015	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	198
PSL de Retrocessão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2.827
Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(10.846)
Total do passivo incluso no balanço	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**157.186**

d. Sinistros judiciais *(i)*

Data de Aviso	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
No ano do aviso	30.233	36.205	35.063	37.635	42.122	46.478	50.643	63.869	48.118	46.410	–
1 ano depois	67.674	80.320	77.048	79.372	88.440	85.526	94.481	102.228	71.264	–	–
2 anos depois	68.297	102.719	91.146	83.804	100.866	108.573	101.127	99.497	–	–	–
3 anos depois	74.509	111.101	92.845	84.154	118.730	108.776	92.572	–	–	–	–
4 anos depois	75.622	108.215	92.162	93.263	115.250	96.183	–	–	–	–	–
5 anos depois	71.117	105.906	102.094	87.666	103.113	–	–	–	–	–	–
6 anos depois	67.544	111.116	92.447	83.363	–	–	–	–	–	–	–
7 anos depois	72.402	102.768	88.383	–	–	–	–	–	–	–	–
8 anos depois	69.237	98.401	–	–	–	–	–	–	–	–	–
9 anos depois	68.241	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	68.241	98.401	88.383	83.363	103.113	96.183	92.572	99.497	71.264	46.410	847.427
Pagamentos acumulados até a data base	26.504	32.427	30.666	27.168	27.383	13.174	11.973	7.424	2.842	1.254	180.814
Passivo reconhecido no balanço	41.738	65.975	57.717	56.195	75.730	83.009	80.599	92.072	68.422	45.157	666.613
Passivo em relação a anos anteriores a 2015	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	238.079
Total do passivo incluso no balanço	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**904.692**

(i) Os valores informados nos itens (a) e (b) não incluem despesas relacionadas com a regulação de sinistros administrativos ou judiciais, inclusive sucumbência.

14. Discriminação das provisões de sinistros judiciais

	31/12/2024	31/12/2023
Total de ações judiciais pagas no período e que se encontravam provisionadas	51.252	44.584
Total provisionado de ações judiciais pagas no período	70.309	83.791
Processos encerrados sem pagamento no período, para os quais havia provisão constituída	63.073	58.490
Total de ações judiciais pagas no período e não provisionadas no exercício anterior	5.321	17.713

15. Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar

15.1. Obrigações a pagar

A composição em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	5.000	13.635
Dividendos *(i)*	–	225.594
Honorários e remunerações a Pagar	38.507	44.600
Outras Obrigações a Pagar	1.621	8.511
Total	**45.128**	**292.340**

(j) Houve pagamento de dividendos intercalares, conforme ata e AGE de 30.09.2024z

15.2. Impostos e contribuições

Do saldo total observado no grupo, o montante substancial é relativo ao IRPJ e à CSLL, que em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 362.080 (31 de dezembro de 2023 - R$ 473.625).

15.3. Outras contas a pagar

A composição em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros operacional	28.317	23.644
Serviços de terceiros administrativo	79.724	103.851
Outras obrigações a pagar	9.834	6.725
Total	**117.875**	**134.220**

16. Débitos diversos

Do saldo total observado no grupo, o montante substancial é relativo a Passivo de arrendamento, que em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 54.369 (31 de dezembro de 2023 - R$ 96.053).

16.1. Passivo de arrendamento

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurados pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontados por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

			31/12/2024
	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**113.538**	**(17.485)**	**96.053**
Apropriação de juros transcorridos	–	5.283	5.283
Constituições/reavaliações de contratos	(27.290)	3.690	(23.600)
Pagamentos	(22.941)	–	(22.941)
Outras/Baixas	(594)	168	(426)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**62.713**	**(8.344)**	**54.369**
Circulante	18.124	(3.690)	14.434
Não circulante	44.588	(4.653)	39.935

			31/12/2023
	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2023	**141.970**	**(25.394)**	**116.576**
Apropriação de juros transcorridos	–	8.609	8.609
Constituições/reavaliações de contratos	5.418	7	5.425
Pagamentos	(30.188)	–	(30.188)
Outras/Baixas	(3.663)	(706)	(4.369)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**113.537**	**(17.484)**	**96.053**
Circulante	27.023	(6.435)	20.588
Não circulante	86.514	(11.049)	75.465

A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arredamento em 31 de dezembro de 2024 é de 7,60 % a.a. (31 de dezembro de 2023 é de 7,51% a.a.).

Valor presente dos pagamentos mínimos dos arredamentos:

			31/12/2024			31/12/2023
	Até 1 ano	Mais de 1 ano Até 5 anos	Total	Até 1 ano	Mais de 1 ano Até 5 anos	Total
Passivo de arrendamento	18.124	44.588	**62.713**	27.023	86.514	**113.538**

17. Depósitos de terceiros

A composição da conta de depósitos de terceiros, por data de pendência, é a seguinte:

				31/12/2024				31/12/2023
	Prêmios antecipados	Prêmios e emolumentos recebidos	Outros depósitos	Total	Prêmios antecipados	Prêmios e emolumentos recebidos	Outros depósitos	Total
De 1 a 30 dias	–	480	8.869	9.349	–	4.691	9.648	14.339
De 31 a 60 dias	–	4.274	2.831	7.105	–	73	5.294	5.367
De 61 a 120 dias	–	239	746	985	–	218	1.364	1.582
De 121 a 180 dias	–	151	2.611	2.762	194	144	3.934	4.272
De 181 a 365 dias	–	61	4.624	4.685	196	571	3.497	4.264
Acima de 365 dias	249	6.984	14.442	21.675	11	31.504	20.091	51.606
Total	**249**	**12.189**	**34.123**	**46.561**	**401**	**37.201**	**43.828**	**81.430**

18. Depósitos judiciais e fiscais, provisões judiciais e obrigações fiscais

A composição em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está demonstrada a seguir:

	Depósitos judiciais		Provisões judiciais	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contingências cíveis	64.728	58.127	549.239	487.176
Contingências trabalhistas	16.830	21.585	53.500	51.268
Contingências fiscais	492	855	–	–
Obrigações legais - fiscal	2.335.282	2.194.042	3.579.338	3.379.317
Total	**2.417.332**	**2.274.609**	**4.182.077**	**3.917.761**

Os depósitos judiciais de causas cíveis correspondem substancialmente a depósitos para cobertura de sinistros que estão em discussão judicial, contabilizados na conta de Sinistros a Liquidar. O valor contabilizado para os sinistros judiciais em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 930.768 (31 de dezembro de 2023 era de R$ 965.478).

Cíveis

As provisões judiciais cíveis referem-se, basicamente, a pedidos de indenização material e moral por negativa de pagamento de sinistros em função, principalmente, de: (i) doenças preexistentes; (ii) discordância em relação ao valor indenizado; (iii) danos físicos ao imóvel por vício de construção e; (iv) falta de pagamento/devolução de prêmio.

Adicionalmente, a Companhia é parte envolvida em 7.199 (2023 - 7.289) ações judiciais relacionadas ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH. O SH/SFH foi criado pelo artigo 14 da Lei nº 4.380/1964 e, desde 1988, passou a ter o equilíbrio da apólice garantida pelo FCVS, que foi criado no ano de 1967. Em razão dessas demandas judiciais, a Companhia é obrigada a assumir todas as despesas processuais e, posteriormente, busca o ressarcimento dos montantes pagos junto ao FCVS.

Desta forma, considerando os processos em que a Companhia é requerida judicialmente, sem uma perspectiva efetiva de ser totalmente ressarcida pelo FCVS, a Administração entendeu ser adequado efetuar uma provisão para contingenciar parte dos valores que estão em discussão. A provisão é composta pela expectativa de desembolso futuro, líquida dos valores que a Companhia espera ser reembolsada administrativamente pelo fundo, e por fim, sobre desse saldo desembolsado e não ressarcido, aplica-se um percentual estimado de perda das ações judiciais de cobrança. O montante provisionado corresponde à melhor estimativa do saldo líquido que será efetivamente desembolsado, mas que pode ter seu reembolso definitivamente glosado tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial. O saldo da provisão constituída em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 359.009 (em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 313.749).

Trabalhistas

As provisões judiciais trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de valores por ocasião da rescisão contratual.

Fiscais

A Companhia possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento.

As discussões judiciais envolvendo obrigações legais são integralmente provisionadas independentemente da avaliação quanto à probabilidade de perda e referem-se basicamente a discussões de:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é provável. O processo aguarda o julgamento do recurso de Apelação interposto pela União para a aplicação do entendimento firmado no precedente do STF (RE 400.479/rj - Axa seguros). Período de 02/1999 a 12/2014. Valor provisionado em 31 de dezembro foi de R$ 1.248.512 (31 de dezembro de 2023 foi de R$ 1.188.938);

Aumento da alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 9% para 15% através da Lei 11.727/2008. A probabilidade de perda é provável. O processo aguarda o julgamento do recurso de Apelação interposto pela Companhia, contudo, diante da decisão em 1ª instância que denegou a segurança pleiteada e em decorrência de outras ações da mesma natureza que tiveram julgamento desfavorável, conforme decisões proferidas pelo STF de improcedência das ADI nºs 4101 e 5485, a Companhia realizou o depósito integral a fim de suspender a exigibilidade do crédito tributário, obstando-se a inscrição da contribuinte no CADIN. Valor atualizado provisionado e integralmente depositado em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 2.330.826 (31 de dezembro de 2023 foi de R$ 2.190.219).

Além dos saldos acima, a Companhia tem ações no polo ativo, as quais, em caso de êxito, poderão redundar no retorno, os valores recolhidos, que poderá ter o direito de recuperação dos valores recolhidos:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute-se a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se aguardando julgamento dos recursos extraordinário e especial, interpostos pela Companhia, conclusos para admissibilidade recursal, mas o processo deve retornar ao relator para aplicação da decisão do STF (RE 400.479/rj - Axa seguros) ao caso concreto. Período de 02/1999 a 07/2007 - O valor em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 203.719;

(ii) PIS e COFINS - Lei 12.973/14: não incidência de PIS/COFINS sobre receita do ativo garantidor a partir de 2015. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se aguardando julgamento dos recursos extraordinário e especial interpostos pela Companhia, conclusos para admissibilidade recursal. - Em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 171.769 (em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 163.615);

(iii) Majoração da Alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 15% para 20% trazida pela Lei 13.169/2015. A probabilidade de perda é provável. Os autos encontram-se aguardando julgamento do recurso de apelação interposto pela Companhia e aplicação da decisão do STF no processo. Período de 09/2015 a 12/2018 - Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 - R$ 385.514;

(iv) Mandado de Segurança - Exclusão do valor da SELIC que incide sobre os indébitos tributários dos contribuintes da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se na fase da discussão acerca da exigência de IRPJ/CSLL sobre a taxa SELIC na devolução de depósitos judiciais, aguardando julgamento do recurso especial interposto pela Companhia, concluso para admissibilidade recursal. Contudo, a Companhia já obteve decisão favorável quanto ao afastamento da exigência de IRPJ/CSLL sobre os valores relativos à taxa Selic recebidos pelas empresas na repetição de indébito tributário, por meio de processos administrativos ou judiciais. Diante da certidão de trânsito em julgado em relação à parte da decisão que já é definitiva (Tema 962/STF), "STF decidiu o tema 962 declarando a inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito. A fim de recuperar os valores pagos indevidamente a partir de 19/08/2016, a Companhia solicitou a habilitação dos créditos perante a Receita Federal, mediante a homologação da solicitação, efetuou a compensação dos valores em dezembro de 2024, sendo que os valores atualizados e compensados foram de R$ 7.561, não restando valores a registrar sobre o tema".

18.1. Segregação em função da probabilidade de perda

					31/12/2024
	Quantidade	Remota	Possível	Provável	Total
Cíveis	8.147	185.540	112.358	549.239	847.137
Trabalhistas	311	4.690	94.842	53.500	153.032
Natureza fiscal - Obrigações legais	2	–	–	3.579.338	3.579.338
Natureza fiscal - Contingências	15	–	9.010	–	9.010
	8.475	**190.230**	**216.210**	**4.182.077**	**4.588.517**

					31/12/2023
	Quantidade	Remota	Possível	Provável	Total
Cíveis	8.954	209.571	106.721	487.176	803.468
Trabalhistas	316	3.642	77.674	51.268	132.584
Natureza fiscal - Obrigações legais	3	–	–	3.379.317	3.379.317
Natureza fiscal - Contingências	16	–	25.122	–	25.122
	9.289	**213.213**	**209.517**	**3.917.761**	**4.340.491**

18.2. Movimentação das ações judiciais

	Saldo 31/12/2023	Adições	Reversões	Baixas	Atualizações e juros	Saldo 31/12/2024
Contingências cíveis	487.176	71.966	(15.561)	(10.668)	16.327	549.240
Contingências trabalhistas	51.268	1.011	(3.660)	(921)	5.802	53.500
Obrigações legais - fiscais	3.379.317	–	–	(160)	200.180	3.579.337
Total	**3.917.761**	**72.977**	**(19.221)**	**(11.749)**	**222.309**	**4.182.077**

	Saldo 31/12/2022	Adições	Reversões	Baixas	Atualizações e juros	Saldo 31/12/2023
Contingências cíveis	467.815	41.172	(14.683)	(11.411)	4.283	487.176
Contingências trabalhistas	23.326	46.037	(18.397)	(2.035)	2.337	51.268
Obrigações legais - fiscais *(i)*	2.476.682	–	–	–	902.635	3.379.317
Total	**2.967.823**	**87.209**	**(33.080)**	**(13.446)**	**909.255**	**3.917.761**

(i) Reconhecimento de atualização para contingências que possuem depósito judicial, e que estavam reconhecidos até então pelo valor histórico.

19. Débitos de operações com seguros e resseguros

19.1. Prêmios a restituir

Refere-se substancialmente às parcelas de prêmios de seguros cancelados que estão pendentes de restituição. O saldo em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 8.381 (em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 11.738).

19.2. Operações com resseguradoras

Referem-se a prêmios de resseguro cedidos pendentes de liquidação junto aos resseguradores, e líquido da comissão a recuperar. O saldo em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 45.199 (em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 33.091).

19.3. Outros débitos operacionais

O saldo apresentado corresponde substancialmente a valores a pagar de tarifa de uso balcão. O saldo do grupo em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 5.671 (em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 9.399).

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 1.324.000 (em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 1.190.000), e está representado por 8.465.054 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Houve o aumento de Capital efetuado integralmente com a capitalização de Reservas, conforme deliberação em AGOE de 27 de março de 2024, e aprovado pela SUSEP em 25 de outubro de 2024 através da Portaria CGRAJ/SUSEP nº 2.279.

20.2. Gestão de capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

20.3. Reservas de lucros

a. Reserva legal - é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital, sendo constituída no final de cada exercício. O saldo em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 39.338 (em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 83.656).

b. Reserva de retenção de lucros - é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo proposto, a reserva legal e os juros sobre o capital próprio, a cada final de exercício. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 1.807.815(em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 1.823.889).

20.4. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido do exercício, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente, cujos montantes serão provisionados no final do exercício corrente.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	786.755	949.867
(–) Reserva Legal	(39.338)	(47.493)
Base de cálculo de dividendos	**747.417**	**902.374**
Dividendo mínimo - 25%	186.854	225.594
Dividendos antecipados intermediários	261.961	–
Dividendos provisionados	**–**	**225.594**

21. Patrimônio Líquido Ajustado e Adequação de Capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2022 as Sociedades Supervisionadas devem apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR).

A Companhia apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido	**3.074.496**	**3.091.793**
(+) Ajustes contábeis	**(1.057.262)**	**(985.940)**
(–) Participação em soc. financeiras e não financeiras, nacionais ou no ext.	(954)	(954)
(–) Despesas antecipadas	(10.145)	(6.312)
(–) Créditos tributários de dif. temporárias que excederem 15% do CMR	(923.501)	(818.633)
(–) Ativos Intangíveis	(117.232)	(147.934)
(–) Obras de arte	(222)	(224)
(–) Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(5.208)	(11.883)
(–) PLA Nível 3 - (C)	**97.632**	**103.308**
PLA Nível 1 - (A)	**1.919.602**	**2.002.545**
(+) Valor do ajuste = mín (60% ou 100% do item 2.3.44, Limite def. item 2.3.46) *(i)*	121.735	118.674
PLA Nível 2 - (B)	**121.735**	**118.674**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	97.632	103.308
PLA Nível 3 - (C)	**97.632**	**103.308**
Patrimônio líquido ajustado total (A) + (B) + (C) + (D)	**2.138.970**	**2.224.527**
Capital base	**15.000**	**15.000**
	205.974	202.335
Capital de risco de subscrição	434.922	454.671
Capital de risco de mercado	175.079	215.003
Capital de risco de operação	12.193	13.056
Benefício da correção entre risco	(177.288)	(196.349)
Capital mínimo requerido (CMR) - (E)	**650.880**	**688.716**
Suficiência de Capital (PLA - CMR) - (F)	**1.488.090**	**1.535.811**
% Suficiência - (PLA Total (A) + (B) + (C) + (D) / (E))	**229%**	**223%**

(i) Ajuste refere-se ao acréscimo do superávit entre as provisões constituídas que são passíveis de gerar PCC - líquidas dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados à PPNG e dos ativos de resseguro ou retrocessão relacionados àquelas provisões - e o fluxo realista de entradas e saídas decorrentes de prêmios/contribuições registradas - considerando as operações de resseguro ou de retrocessão relacionadas, líquido dos efeitos tributários e limitado ao efeito no capital mínimo requerido da parcela de risco de subscrição.

22. Transações com partes relacionadas

Os saldos das operações ativas e passivas da Companhia com as partes relacionadas em 31.12.2024 e 31.12.2023 e seus respectivos resultados dos exercícios 2024 e 2023 são apresentados abaixo:

			31/12/2024		31/12/2023
	Empresa Relacionada *(i)*	Controlador Direto *(ii)*	Controlador Indireto *(iii)*	Empresa Relacionada *(i)*	Controlador Direto *(ii)*
Ativos					
Caixa e Equivalente de Caixa	8.668	–	–	8.321	–
Direito de Uso - Imóveis	41.717	–	–	79.419	–
Operações de Seguros	143	–	–	452	–
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	54.771	103	696	211.089	–
Passivos					
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	(83)	–	–	(60)	–
Obrigações a Pagar	(1.325)	–	–	(8.208)	–
Provisões Técnicas de seguros	(4.374)	–	–	(4.740)	–
Outros Débitos Operacionais	(9.292)	–	–	(9.725)	–
Passivo de Arrendamento	(50.061)			(87.404)	
Dividendos a Pagar	–	–	–	–	(225.594)

			31/12/2024		31/12/2023
	Empresa Relacionada *(i)*	Controlador Direto *(ii)*	Controlador Indireto *(iii)*	Empresa Relacionada *(i)*	Controlador Direto *(ii)*
Despesa					
Custeio Sociedades Ligadas	(5.420)	–	–	–	–
Despesa com Operações de Seguros	(124.676)	–	–	(102.336)	–
Despesa de Pessoal	(12.327)	–	–	(16.855)	–
Despesas Administrativas	(32.887)	–	–	(46.710)	–
Despesas Financeiras	(4.738)	–	–	(7.260)	–
Outras Despesas Operacionais	(122.799)	–	–	(135.779)	–
Receita					
Custeio Sociedades Ligadas	86.254	103	695	205.066	–
Receita Financeira	4	–	–	20	–
Receitas com Operações de Seguros	9.001	–	–	7.830	–

(i) Empresas relacionadas: Caixa Vida e Previdência S.A., Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda., Jadlog Logística S.A., Wiz BPO Serviços de Teleatendimento Ltda., Fundos de investimento Exclusivos, CNP Capitalização S.A., BRB Corretora de Seguros S.A., Caixa Seguridade Corretagem e Administração De Seg., Finanseg Adm. e Corret. de Seguros LT, Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda, Wiz Corporate Soluções e Corretora, Companhia de Seguros Previdência do Sul, Caixa Econômica Federal, Wiz Co Participações Corret. de Seg. S.A. - SP, Wiz Co Participações e Corret. de Seg. S.A. - BR, Wiz Corporate Soluções e Corretora de Seguros S.A., XS5 Admin. Consórcio S.A., CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios S.A., Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda., Caixa Seguros Saúde, CNP Seguros Holding S.A., CNP Participações Securitárias Ltda., Seguradora Líder - DPVAT, CNP Consórcios S.A., CNP Assurances Latam Holding Ltda., Odonto Empresas, Youse Seguradora S.A. e Fundo De Investimento Imobiliário Renda Corporativa Angico - FII;
(ii) CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., controlador direto da Caixa Seguradora S.A.;
(iii) CNP Seguros Holding Brasil S.A., controlador indireto da Caixa Seguradora S.A.

A remuneração do pessoal-chave da Administração em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 4.590 (31 de dezembro de 2023 - R$ 7.876).

A Companhia realizou operações decorrentes de seus produtos com partes relacionadas para membros do pessoal-chave da Administração em 31 de dezembro de 2024, no valor de R$ 34.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

continua →★

Eufrázio



CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→★ continuação

23. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

Apresentamos a seguir o detalhamento dos principais grupos de contas da demonstração do resultado:

	31/12/2024	31/12/2023
a) Prêmio emitido		
Prêmios diretos	2.830.953	2.951.067
Prêmios de cosseguros aceitos	46	(66)
Prêmios cedidos cosseguros	30	–
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	82	(106)
Total	**2.831.111**	**2.950.895**
b) Sinistros ocorridos		
Indenizações avisadas	(1.191.362)	(930.725)
Despesas com sinistros	(70.983)	(34.685)
Serviços de assistência	(6.076)	(11.468)
Recuperação de sinistros	811	504
Salvados e ressarcimentos	56.428	45.756
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	11.373	28.302
Total	**(1.199.809)**	**(902.316)**
c) Custos de aquisição		
Comissões de corretagem sobre vendas	(97.199)	(99.562)
Comissões sobre prêmios cedidos a congêneres	(4)	–
Campanha de relacionamento	(2.423)	(1.806)
Remuneração CAIXA	(114.594)	(122.006)
Variação das despesas de comercialização diferidas	(11.537)	(21.946)
Campanhas comerciais	(9.985)	(12.834)
Central de relacionamento	(32)	(62)
Outras despesas de comercialização	(32.286)	(24.309)
Total	**(268.060)**	**(282.525)**
d) Outras receitas/despesas operacionais		
Outras receitas com operações de seguros	(2.079)	(292)
Consórcio DPVAT	(1.603)	(1.822)
Tarifa de cobrança e uso de balcão	(7.591)	(7.323)
Despesas com administração de apólices ou contratos	(137)	(9)
Redução ao valor recuperável para recebíveis	658	(1.451)
Despesas com provisões cíveis	(28.481)	(10.329)
Títulos de capitalização	(80)	(726)
Incentivo e manutenção de vendas	(98)	(56)
Custos processuais	(23.126)	(24.259)
Serviços com manuseio de documentos	(7.926)	(4.047)
Central de relacionamento	(7.636)	(4.415)
Serviços técnicos e vistorias	(4.008)	(4.307)
Impressos e formulários produto	(4)	(11)
Publicidade e propaganda - produto	(2.522)	(1.301)
Fretes e correspondências	(78)	(128)
Serviços de terceiros	(12.518)	(11.840)
Outras receitas e despesas operacionais	(1.509)	(3.151)
Total	**(98.738)**	**(75.466)**
e) Despesas administrativas		
Pessoal próprio	(129.089)	(155.988)
Serviços de terceiros	(83.633)	(82.489)
Localização	(45.809)	(33.941)
Publicidade e propaganda	(38.212)	(43.362)
Donativos e contribuições	(1.476)	(435)
Direito de uso - arrendamento	(17.132)	(21.942)
Publicações	44	(351)
Auditoria externa	(1.872)	(1.909)
Outras despesas administrativas	(5.036)	(1.604)
Total	**(322.215)**	**(342.021)**
f) Despesas com tributos		
IPTU e ISS	(871)	(1.148)
PIS/COFINS	(93.183)	(104.110)
Taxa de fiscalização	(5.199)	(4.499)
Tributos federais	(161)	(3)
Outras despesas com tributos	(356)	160
Total	**(99.770)**	**(109.600)**
g) Resultado financeiro		
Resultado com títulos de renda fixa	312.568	324.083
Resultado com fundos de investimentos	86.096	127.025
Receitas financeiras com operações de seguros	4.615	8.871
Despesas financeiras com operações de seguros	(50.284)	(8.956)
Juros e atualizações - contingências tributárias	(200.180)	(902.635)
Juros e atualizações - contingências trabalhistas	(5.802)	(2.337)
Juros e atualizações - contingências cíveis	(16.327)	(4.283)
Juros de arrendamento	(5.283)	(8.609)
IOF sobre operações financeiras	(479)	(902)
Juros e atualizações - Dep. judicial	141.515	833.132
Outras receitas e despesas financeiras	(1.068)	(29.531)
Total	**265.371**	**335.858**

	31/12/2024	31/12/2023
h) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		
Resultado de baixa do ativo imobilizado	(9.165)	(2)
Redução ao valor recuperável *(i)*	789	(42.922)
Outras despesas não correntes *(ii)*	(45.260)	(32.765)
Outras receitas e despesas	211	134
Total	**(53.425)**	**(75.555)**

(i) referem-se à movimentação da provisão para perda do ativo de créditos a recuperar junto ao SH/SFH;
(ii) referente a provisão para riscos de demandas judiciais do SH/SFH;

24. Imposto de renda e contribuição social

Apresentamos a seguir a conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	1.280.768	1.280.768	1.546.489	1.546.489
(–) Outras variações	(14.734)	(12.878)	–	–
Base de cálculo	**1.266.034**	**1.267.890**	**1.546.489**	**1.546.489**
Taxa nominal do tributo	15,00%	25,00%	15,00%	25,00%
Tributos calculados à taxa nominal	**(189.905)**	**(316.973)**	**(231.973)**	**(386.622)**
Ajustes do lucro real	59.992	59.992	166.064	166.064
Benefícios incentivados	23.929	23.929	(50.609)	(50.609)
Ajustes temporários diferidos	(96.844)	(96.244)	(159.631)	(159.603)
Ajuste de exercício anterior	–	–	–	(3.054)
Total dos ajustes a base de cálculo	**(12.923)**	**(12.323)**	**(44.176)**	**(47.202)**
Tributos sobre os ajustes	**1.938**	**3.081**	**6.626**	**11.800**
Incentivos fiscais		7.846		3.547
Despesa contabilizada	**(187.967)**	**(306.046)**	**(225.347)**	**(371.275)**
Taxa efetiva	**14,85%**	**24,14%**	**14,57%**	**24,01%**

25. Abertura de prêmio por ramo, índice de sinistralidade e comissionamento

Demonstramos a seguir os principais ramos de atuação da Companhia, além do índice de sinistralidade e de comercialização:

	31/12/2024			31/12/2023		
Ramos	**Prêmio ganho**	**Índice de sinistralidade*(i)***	**Índice de comissionamento**	**Prêmio ganho**	**Índice de sinistralidade*(i)***	**Índice de comissionamento**
Habitacional fora do SFH	2.319.702	36,83%	8,31%	2.427.466	24,96%	8,23%
Automóvel	405.065	60,83%	11,89%	388.082	63,11%	10,82%
Compreensivo residencial	92.015	43,73%	17,45%	143.510	16,69%	20,10%
Compreensivo empresarial	48.065	74,38%	18,91%	55.916	33,10%	16,03%
Demais ramos	14.521	158,86%	14,01%	20.308	45,00%	14,08%
Total	**2.879.368**	**41,67%**	**9,31%**	**3.035.282**	**29,73%**	**9,31%**

(i) Índice de sinistralidade obtido através da divisão dos Sinistros Ocorridos pelos Prêmios Ganhos.

26. Plano de previdência patrocinado

A Companhia é co-patrocinadora de planos de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL Previnvest). O Previnvest é um plano de benefícios aberto que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Nos termos do regulamento do fundo, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, dependendo da idade de ingresso no plano, aplicados sobre o salário de contribuição do empregado.

Para os admitidos até 31 de dezembro de 2020, os patrocinadores contribuem, ainda, com até 5 vezes o valor das contribuições espontâneas dos empregados, segundo critérios estabelecidos no Regulamento, para os admitidos a partir de janeiro de 2021, a contribuição dos patrocinadores ocorre de forma paritária, na proporção 1:1, considerando o valor das contribuições voluntárias dos empregados, limitada a 12%.

Conforme deliberação da Administração, a partir de 1º de janeiro de 2025, para todos os empregados, independente da data de admissão, a colaboração dos patrocinadores no plano de previdência Preinvest será de forma paritária, na proporção de 1:1, considerando o valor das contribuições voluntárias dos empregados, limitada a 12%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou contribuições no montante de R$ 10.959 (31 de dezembro de 2023 - R$ 14.975).

27. Comitê de auditoria

O Comitê de Auditoria está constituído na CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora), com base na Resolução CNSP nº 432/21, tendo alcance sobre a Companhia. Por essa razão e com amparo no § 2º do artigo 133 daquela Resolução, o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria está publicado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da empresa líder do Grupo.

28. Eventos subsequentes

Em 13 de janeiro de 2025, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares, no valor de R$ 152.707, referentes aos resultados do 3º trimestre de 2024, os quais foram integralmente pagos em 17 de janeiro de 2025.

Conselho de Administração

Maximiliano Alejandro Villanueva
Presidente

Eduardo Fabiano Alves da Silva

Sany de Jesus Mota Silveira

Tânia Maria de Oliveira

Diretoria Executiva

Sany de Jesus Mota Silveira
Diretora Presidente

Marco Antonio Barbosa Pires
Diretor Financeiro

Leticia de Oliveira Doherty
Diretora de Riscos e Controles Internos

Conselho Fiscal

José Linaldo Gomes de Aguiar
Membro do Conselho Fiscal

Laudimiro Almeida da Silva Filho
Membro do Conselho Fiscal

Jailton Zanon da Silveira
Membro do Conselho Fiscal

Contadora

Roseli de Fatima Bernardi Theobald
Contadora CRC DF 014844/O-0

Atuário

Andrés Marco Botalla
Atuário MIBA nº 3663

Parecer do Conselho Fiscal

Queira encontrar abaixo o Parecer do Conselho Fiscal da Caixa Seguradora S.A., emitido em 12 de fevereiro de 2025: *"Concluído o exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2024 e, constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório sem ressalvas emitido pela KPMG, os membros do Conselho Fiscal da Caixa Seguradora S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas."*

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Administradores e Acionistas Caixa Seguradora S.A.

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Caixa Seguradora S.A. (Sociedade), em 31 de dezembro de 2024 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da administração

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Caixa Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2024, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados
em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Brasília, 12 de fevereiro de 2025

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
ST SHS Quadra 06 Conjunto A Bloco C, sala 823
Asa Sul, Brasília - DF, CEP 70316-109
CNPJ 02.646.397/0003-80
CIBA105
Vinícius Oliveira Cecaroli
MIBA 2699

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Caixa Seguradora S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Caixa Seguradora S.A.** (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do património líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Caixa Seguradora S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da redução ao valor recuperável de ativos financeiros - créditos do SFH

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Principal assunto de auditoria Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS relativo ao seguro habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, conforme detalhado na nota explicativa n° 6.2. A Companhia vem realizando, ao longo dos últimos anos, desembolsos relativos a processos judiciais associados à apólice pública do SFH. Os créditos a receber do FCVS são registrados contabilmente mediante o efetivo desembolso financeiro decorrente da condenação nos processos judiciais. A mensuração da redução ao valor recuperável dos referidos créditos está baseada em premissas e metodologia que levam em consideração a expectativa de perda com base na experiência de perdas históricas nestes processos. Consideramos a avaliação das premissas e metodologia adotadas pela Administração para a mensuração da redução ao valor recuperável de ativos financeiros - créditos do SFH, como principal assunto de auditoria, em função da magnitude dos valores envolvidos e do julgamento envolvido na determinação do saldo da referida provisão.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos processos relacionados à identificação e registro dos créditos a receber do FCVS relativo ao seguro habitacional do SFH, bem como o processo de mensuração da respectiva redução ao valor recuperável; (ii) avaliação da razoabilidade da metodologia e das premissas utilizadas pela Administração na mensuração da redução ao valor recuperável dos créditos a receber do FCVS, tais como índice histórico de glosa e de recuperabilidade das ações de cobrança; (iii) recálculo da referida provisão com base no método e premissas adotadas pela Administração; (iv) inspeção, com base em amostragem, dos documentos suportes das transações que originaram os créditos a receber do FCVS, incluindo a avaliação da precisão dos dados utilizados para cálculo da redução ao valor recuperável; e (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Mensuração das provisões técnicas de seguros (PSL, PDR e IBNR) e teste de adequação de passivos

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia mantém provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 conforme notas explicativas n° 2.10 e 10. Para mensurar o teste de adequação de passivos e certas provisões técnicas de seguros, tais como provisão de sinistros a liquidar (PSL), a provisão de despesas relacionadas (PDR) e provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), a Companhia utiliza técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem a expectativa de sinistralidade e taxas de desconto. Consideramos a avaliação da mensuração do teste de adequação de passivos e de determinadas provisões técnicas de seguros como um principal assunto de auditoria, dada a subjetividade e julgamento envolvidos na determinação dos métodos e premissas chave relacionadas.	Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram o resumo abaixo: (i) entendimento do processo de mensuração, revisão e aprovação dos cálculos relativos a provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), provisão de sinistros a liquidar (PSL), provisão de despesas relacionadas (PDR) e teste de adequação dos passivos. (ii) envolvimento de profissionais atuariais com conhecimento e experiência no setor, que nos auxiliaram: - na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de sinistralidade e taxas de desconto utilizadas na mensuração das provisões técnicas (IBNR e PDR) e do teste de adequação de passivos, por meio do estabelecimento de um intervalo da melhor estimativa com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Companhia; - na determinação, com base em amostragem, de estimativa independente das provisões técnicas (IBNR e PDR), incluindo a utilização de premissas independentes e técnicas atuariais geralmente aceitas; - na avaliação da suficiência das provisões técnicas (IBNR e PSL) por meio de comparação das estimativas históricas com os valores efetivamente observados; - nos testes de integridade e precisão das bases de dados de sinistros avisados, que contém as informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, conforme aplicável, incluindo o confronto com as bases analíticas suportes aos registros contábeis;(iii) testes com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, como valores, ramos de seguros, datas de aviso e ocorrência dos sinistros, período de vigência dos riscos, data de pagamento, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suportes incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e(iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Carolina Maciel Messias dos Santos
Contadora - CRC SP-246031/O-8

Eufrázio



YOUSE SEGURADORA S.A.
CNPJ: 24.856.160/0001-03

Relatório da Administração - Exercício de 2024

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da YOUSE SEGURADORA S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

A Companhia encerrou o exercício com um lucro líquido de R$ 3.355 mil, o que representa uma taxa de rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio de 6,0%. Como a Companhia ainda não está comercializando produtos, esse resultado foi alcançado substancialmente em decorrência do resultado financeiro dos recursos aplicados.

Os ativos financeiros da Companhia, ao final do exercício de 2024, totalizaram o valor de R$ 58.744 mil, superando em 1,4% o valor alcançado no final do ano anterior e seu patrimônio líquido alcançou o valor de R$ 57.007 mil.

Honorários de Auditoria externa

A divulgação dos honorários de auditoria externa é publicada anualmente nas informações financeiras do controlador final, CNP Assurances, na França.

Política de Reinvestimento de Lucros e Distribuição de Dividendos

A destinação do lucro apurado em cada exercício social é proposta pelo Conselho de Administração, por ocasião das demonstrações financeiras. A aprovação desta proposta é feita pelos Acionistas e devidamente registrada em ata na qual constará, entre outras informações, e caso aplicável, a parcela de lucro líquido ajustado que será distribuída a título de dividendos e a parcela do lucro que será retida para manutenção da continuidade operacional da Companhia.

A Companhia tem como prática a distribuição dos resultados obtidos, assegurando aos acionistas, a título de dividendos, o mínimo de 25%, conforme estabelecido no Estatuto Social.

Considerações Finais e Agradecimentos

A YOUSE SEGURADORA S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas, conselheiros e colaboradores.

Brasília, 25 de fevereiro de 2025

A Administração

Balanço Patrimonial
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

	NOTA	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
CIRCULANTE		**21.745**	**31.822**
Disponível		**9**	**67**
Caixa e bancos		9	67
Aplicações	**5**	**21.687**	**31.721**
Títulos e créditos a receber	**6**	**49**	**34**
Títulos e créditos a receber	6.1	22	18
Outros créditos		27	16
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**37.887**	**26.235**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**37.885**	**26.231**
Aplicações	**5**	37.057	**26.231**
Títulos e créditos a receber	**6**	**828**	**–**
Créditos tributários e previdenciários	6.2	828	–
Imobilizado		**2**	**3**
Bens móveis		2	3
Intangível		**–**	**1**
Outros intangíveis		–	1
TOTAL DO ATIVO		**59.632**	**58.057**

	NOTA	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE		**2.625**	**3.174**
Contas a pagar		**2.625**	**3.174**
Obrigações a pagar	7.1	798	918
Impostos e encargos sociais a recolher		2	3
Impostos e contribuições	7.2	1.771	2.179
Outras contas a pagar		54	74
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**–**	**103**
Contas a pagar		**–**	**103**
Tributos diferidos	6.2	–	103
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**8**	**57.007**	**54.780**
Capital social	8.1	40.000	40.000
Reservas de lucros	8.3	18.055	14.582
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.048)	198
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**59.632**	**58.057**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Despesas administrativas	11	(379)	(446)
Despesas com tributos	11	(260)	(222)
Resultado financeiro	11	6.029	7.061
Resultado operacional		**5.390**	**6.393**
Resultado antes dos impostos e participações		**5.390**	**6.393**
Imposto de renda	12	(1.263)	(1.579)
Contribuição social	12	(772)	(962)
Lucro líquido do exercício		**3.355**	**3.852**
Quantidade de ações		**40.000.000**	**40.000.000**
Lucro líquido por lote mil ações		0,08	0,10

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**3.355**	**3.852**
Outros resultados abrangentes	**(1.246)**	**27**
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	**(1.246)**	**27**
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(2.077)	44
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	831	(17)
Total dos resultados abrangentes para o exercício	**2.109**	**3.879**
Quantidade de ações	**40.000.000**	**40.000.000**
Lucro líquido por lote mil ações	0,05	0,10

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Discriminação	Capital Social	Reservas de lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2023	**40.000**	**11.033**	**171**	**–**	**51.204**
Reserva de lucros - reversão de dividendos mínimos obrigatórios: AGOE de 31.03.2023	–	612	–	–	612
Títulos e valores mobiliários	–	–	27	–	27
Lucro líquido do exercício	–	–	–	3.852	3.852
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	–	193	–	(193)	–
Reserva de lucros	–	2.744	–	(2.744)	–
Dividendos	–	–	–	(915)	(915)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**40.000**	**14.582**	**198**	**–**	**54.780**
Reserva de lucros - reversão de dividendos mínimos obrigatórios: AGOE de 27.03.2024	–	915	–	–	915
Títulos e valores mobiliários	–	–	(1.246)	–	(1.246)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	3.355	3.355
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	–	167	–	(167)	–
Reserva de lucros	–	2.391	–	(2.391)	–
Dividendos	–	–	–	(797)	(797)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**40.000**	**18.055**	**(1.048)**	**–**	**57.007**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2024	31/12/2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	**3.355**	**3.852**
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	1	7
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(2.038)	(4.803)
Créditos fiscais e previdenciários	(126)	311
Ativo fiscal diferido	(702)	(7)
Outros ativos	(15)	55
Impostos e contribuições	2.031	2.500
Outras contas a pagar	(20)	25
Outros passivos	1	(84)
Caixa gerado pelas operações	**2.487**	**1.856**
Juros pagos	(1)	–
Juros recebidos	–	9
Imposto sobre o lucro pagos	(2.544)	(1.817)
Caixa líquido gerado/consumido nas atividades operacionais	**(58)**	**48**
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(58)**	**48**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**67**	**19**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**9**	**67**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

1. Contexto operacional

A Youse Seguradora S.A. "Companhia", foi constituída em 11 de maio de 2016, com sede na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050, controlada pela CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. Sua controladora indireta no Brasil é a CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo grupo segurador francês CNP *Assurances* e atua em parceria com a Caixa Econômica Federal ("CAIXA") na distribuição de seus produtos nas modalidades de seguros e de ramos elementares no âmbito do território nacional. Tem por objeto social a exploração de operações de seguros de danos e de pessoas, em quaisquer de suas modalidades ou formas, em todo o território nacional, podendo, ainda, participar do capital social de outras Companhias, observadas as disposições legais pertinentes.

A autorização para exploração das operações de seguros de danos e pessoas foi publicada pela SUSEP em 26 de março de 2018, entretanto, por decisão estratégica dos Acionistas da Companhia, as operações de seguros não foram iniciadas até o momento da aprovação dessas demonstrações financeiras.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela SUSEP". As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos no Manual de Orientação - Manual do Elenco de Contas e dos Modelos de Publicação divulgados pela SUSEP, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar início aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de geração de caixa, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de fevereiro 2025.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

2.4. Mudança nas principais políticas contábeis

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26), a partir de 01 de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetam as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre as políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

A Companhia adotou a circular SUSEP nº 678 de 10 de outubro de 2022 que altera a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revoga dispositivo da Circular Susep nº 439, de 27 de junho de 2012, dentre as alterações trazidas na norma temos reformulação nas Demonstrações de Resultados para operações de Seguros e aprovação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, estas alterações vigorarão a partir de 1º de janeiro de 2024.

A adoção do normativo em questão não gerou impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.5. Instrumentos financeiros

2.5.1. Classificação e reconhecimento

A classificação dos ativos financeiros nos termos do CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Atualmente, os ativos financeiros de nossa carteira de investimentos consistem exclusivamente em pagamentos de principal e juros (*Solely Payment of Principal and Interest - SPPI*).

A Companhia desenvolveu o seu modelo de negócios para o gerenciamento de seus instrumentos financeiros, o qual direciona as estratégias e operações executadas pela Gerência de Investimentos.

A Companhia segue a classificação de ativos do CPC 48, que estabelece três categorias principais para a classificação de ativos financeiros: mensuração ao custo amortizado, valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo através do resultado (VJR), conforme detalhado nos itens abaixo.

Ademais, os ativos financeiros não são reclassificados após o reconhecimento inicial, exceto em circunstâncias em que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão desses ativos. Na hipótese dessa situação, todos os ativos financeiros impactados são reclassificados na primeira data de balanço subsequente à alteração no modelo de negócios.

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São avaliados pelo valor de custo com utilização do método de juros efetivos, ou seja, calculando o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e inserindo o resultado dos juros pela aplicação da taxa efetiva de juros, atualizando o valor de compra do Ativo pela taxa de juros negociados na época até seu vencimento. Em se tratando de perda de risco de crédito a contabilização do ativo terá sua contraparte no resultado.

b. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

No valor justo por meio do resultado os ativos financeiros são registrados ao valor justo com contrapartida no resultado.

c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Um ativo financeiro é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR, ou seja:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são pagamento somente do principal e dos juros.

O CPC 48 exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

2.6. Impairment

2.6.1. *Impairment* de instrumentos financeiros

a. Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia ao final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros estar deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

b. Ativos classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O CPC 48/ IFRS 9 introduz um conceito de perda esperada prospectivo, considerando não apenas as perdas incorridas, mas também as esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro. A norma exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e possui dois tipos de abordagem para a perda esperada que variam de acordo com o tipo de ativo financeiro: abordagem geral e simplificada.

Os ativos da Companhia se enquadram na abordagem geral e nesta abordagem as perdas de crédito esperadas devem ser mensuradas de acordo com o estágio das operações:

- Estágio I: todas as operações ao serem reconhecidas inicialmente são alocadas neste primeiro estágio, sendo estimadas as perdas esperadas para os próximos 12 meses, com os juros efetivos calculados sobre o valor bruto;
- Estágio II: todas as operações que tiveram "mudanças significativas no risco de crédito" desde seu reconhecimento inicial, sendo reconhecidas as perdas esperadas até o fim do ativo (o reconhecimento de juros continua a ser feito sobre a base bruta da operação); e
- Estágio III: todas as operações em inadimplência / default. Cálculo das perdas de crédito esperadas para a vida esperada do contrato (o reconhecimento de juros passa a ser feito sobre a base líquida da operação).

A Companhia adota a metodologia mais aplicada no mercado para a provisão de perda de crédito esperada (ECL - *Expected credit losses*) para os ativos financeiros da Companhia, o qual considera perdas estimadas em função de eventos de crédito do passado, do presente e do futuro.

A Companhia adotou a análise de probabilidades de inadimplência com base nos *ratings* das maiores agências do mercado para mensurar a perda esperada de todos os ativos financeiros da companhia. No caso dos títulos públicos brasileiros por se tratar de risco soberano e por prática de mercado a serem considerados títulos livres de baixíssimo risco de crédito, a Companhia avaliou que não há risco de perda. Desta forma, não houve impacto nas demonstrações financeiras de perda esperada futura reconhecida.

2.6.2. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com software, que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.6.3. Mensuração

O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:

a. Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" emitidos pela Secretária do Tesouro Nacional (STN) informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

b. Fundos de investimentos: registrados com base nos valores das quotas marcadas a mercado e divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

2.7. Imobilizado e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a.a.; ii) equipamentos de informática 10% a 50% a.a.

O intangível refere-se a licença de *software*, e foi totalmente amortizado até a data de sua utilização. A taxa de amortização utilizada pela Companhia foi de 20% a.a.

2.8. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas, quando aplicável. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

2.9. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros que estão reconhecidos no resultado.

As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.10. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda (IRPJ) é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais. A contribuição social (CSLL) foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15% para IRPJ e CSLL respectivamente, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

2.11. Normas e interpretações ainda não adotadas

As novas normas e interpretações emitidas e não vigentes e ou adotadas pela SUSEP, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

IFRS 17 - CPC 50 - Contratos de Seguro: Norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. A norma IFRS 17 - CPC 50 substituirá a IFRS 4/CPC 11, aplicando-se a todos os tipos de contratos de seguros, independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária.

O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023, entretanto, a Companhia aguarda o direcionamento do órgão regulador sobre a aplicação da norma na contabilização local.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A nota explicativa 5 - Instrumentos Financeiros (Aplicações) inclui: i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

3.1. Estimativas utilizadas para cálculo de *impairment* de ativos financeiros

A Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*, a Companhia avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

4. Gestão de riscos

A implementação do Acordo de Basiléia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores divulgadas na Circular nº 678, de 10 de outubro de 2022, e pelo Banco Central através da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 e suas alterações posteriores divulgadas na Resolução nº 4.943, de 15/09/2021 e a Resolução CNSP 416/21, que regulamenta mais recentemente a EGR - Estrutura de Gestão de Risco. Todas essas normas exigem a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos (*Chief Risk Officer*), independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos.

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégias, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor. O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos (DIRRIS) do Grupo CNP Seguros *Holding* Brasil foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As principais responsabilidades da DIRRIS são:

- Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais e áreas centralizadas;
- Manter a alta administração da CNP Seguros *Holding* Brasil informada sobre a evolução do perfil de risco do grupo;
- Revisar e aprovar as políticas de subscrição, resseguro e investimento, levando em consideração os procedimentos referentes a Solvência II, ORSA e IFRS;
- Elaborar, o *dashboard* (painel de riscos), destinado à alta Gestão, Acionistas, Comitês de Riscos e Comitê de Auditoria, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia;
- Promover a gestão de risco na cultura da Companhia.

No que tange regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a DIRRIS organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os *Comitês d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos, Riscos Operacionais e Controles Internos, de Crise e de Incidentes de Segurança.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à Segurança da Informação e Segurança Cibernética, a prevenção à fraude, entre outros.

4.1. Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's* entre outras, e atualmente a Companhia utiliza a avaliação da *Fitch Ratings*.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito:

	31/12/2024			31/12/2023		
Composição dos ativos	BB	Sem *Rating*	Total	BB-	Sem *Rating*	Total
Ao valor justo por meio do resultado	**–**	**21.687**	**21.687**	**–**	**5.899**	**5.899**
Fundos de investimentos não exclusivo	–	21.687	21.687	–	5.899	5.899
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**37.057**	**–**	**37.057**	**52.053**	**–**	**52.053**
Letras do tesouro nacional	37.057	–	37.057	25.822	–	25.822
Notas do tesouro nacional	–	–	–	26.231	–	26.231
Exposição máxima ao risco de crédito	**37.057**	**21.687**	**58.744**	**52.053**	**5.899**	**57.952**

continua →★

Eufrázio



YOUSE SEGURADORA S.A.
CNPJ: 24.856.160/0001-03

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

→★ continuação

4.2. Risco de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo.

A liquidez é monitorada através do modelo de gestão de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*). O ajuste nos prazos de vencimento das aplicações segundo a projeção de exigibilidade dos recursos é monitorado permanentemente, além da manutenção de um volume mínimo de caixa para atender as demandas recorrentes.

A Política de liquidez de ALM vigente determina um conjunto de estratégias e mecanismos de monitoramento dos indicadores dos riscos. Desta forma, a gestão do fluxo de caixa estabelece critérios para gerir a manutenção de recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à medida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa.

No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois considera as projeções revisadas periodicamente dos fluxos de caixa dos passivos e ativos e seu casamento. Além disso, a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados nas categorias "ao valor justo por meio do resultado" ou "ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

	31/12/2024				31/12/2023		
	Até 1 ano	Entre 01 e 05 anos	Sem vencimento	Total	Até 1 ano	Entre 01 e 05 anos	Total
Fluxo dos ativos (i)	58	37.057	21.687	58.802	31.823	26.230	58.053
Fluxo dos passivos (ii)	2.625	–	–	2.625	3.174	103	3.277

(i) O fluxo de ativos considera o disponível, aplicações financeiras. Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. As aplicações financeiras estão classificadas na categoria "ao valor justo por meio do resultado" e "ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes", e em eventual necessidade de liquidez podem ser alienados para cumprir as necessidades de caixa; e

(ii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar.

4.3. Risco de mercado

4.3.1. Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à Companhia, destacam-se: risco de taxa de juros e risco de preço de ações.

4.3.2. Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os fatores são definidos nos Anexos XX a XXII da Resolução CNSP 432/21, e os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do *VaR*, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não-paramétrico;
- Intervalo de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA.

O *Value at Risk* da carteira de investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 203 (31 de dezembro de 2023 - R$ 31).

Fatores de Risco	*Value-at-Risk*	DV-1
Fundos	3	
Curva de juros Pré	200	(418)
Total	**203**	**(418)**

O valor acima representa a perda máxima das aplicações financeiras da Companhia para o horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

4.3.3. Atribuições relacionadas ao monitoramento de risco

Cabe ao administrador da carteira dos ativos:

- Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os fundos e carteiras dos clientes;
- Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos fundos, conforme regras pré-estabelecidas;
- Acompanhar diariamente os limites de cada fundo, verificando seu enquadramento;
- Produzir os relatórios de risco de mercado da Companhia, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (*VaR*) e de análise de perdas e ganhos (*Stress Analysis*); e
- Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pela Companhia.

Cabe à área de controle de risco da Companhia:

- Monitorar se os limites de alocação foram devidamente respeitados para todos os tipos de ativos;
- Monitorar o risco de perda potencial (*VaR)* das carteiras gerenciais;
- Informar aos Gestores em caso de extrapolação dos limites de alocação por ativo e dos limites de perda potencial (*VaR)*;
- Solicitar aos Gestores, em caso de desenquadramento, o reenquadramento dos fundos.

5. Instrumentos financeiros

5.1. Resumo da classificação das aplicações e da hierarquia do valor justo

As carteiras dos fundos de investimentos são apresentadas segregadas por tipo de investimento, classificação e prazo de vencimento.

	Hierarquia a Valor Justo	Entre 1 e 5 anos	Sem vencimento	Valor de curva	Valor Justo	Ajuste ao valor justo	31/12/2024 Valor de mercado	%	31/12/2023 Valor de mercado	%
Ao valor justo por meio do resultado		**–**	**21.687**	**–**	**21.687**	**21.687**	**21.687**	**37%**	**5.899**	**10%**
Quotas de fundos de Investimentos	1	–	21.687	–	21.687	21.687	21.687	100%	5.899	100%
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		**37.057**	**–**	**38.804**	**37.057**	**(1.746)**	**37.057**	**63%**	**52.053**	**90%**
Nota do Tesouro Nacional	1	–	–	–	–	–	–	–	26.231	50%
Letras do Tesouro Nacional	1	37.057	–	38.804	37.057	(1.746)	37.057	100%	25.822	50%
Total		**37.057**	**21.687**	**38.804**	**58.744**	**19.941**	**58.744**		**57.952**	

O saldo do balanço patrimonial é composto pelo valor de mercado.

5.2. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	01/01/2024	Aplicações	Resgates	Ajuste e Valor justo	Rendimentos	31/12/2024
Ao valor justo por meio do resultado	**5.899**	30.223	(16.793)	–	2.358	**21.687**
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**52.053**	37.288	(54.081)	(2.077)	3.874	**37.057**
Saldo	**57.952**	**67.511**	**(70.874)**	**(2.077)**	**6.232**	**58.744**

	01/01/2023	Aplicações	Resgates	Ajuste e Valor justo	Rendimentos	31/12/2023
Ao valor justo por meio do resultado	**14.927**	48.481	(59.844)	–	2.335	**5.899**
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**38.177**	50.533	(41.431)	44	4.730	**52.053**
Saldo	**53.104**	**99.014**	**(101.275)**	**44**	**7.065**	**57.952**

5.3. Taxas contratadas

a. Taxas de juros contratadas

A carteira de investimentos da Companhia possui as seguintes taxas de juros contratadas:

Título	31/12/2024 Maior taxa	31/12/2024 Menor taxa	31/12/2023 Maior taxa	31/12/2023 Menor taxa
Nota do Tesouro Nacional - NTN-F	–	–	11,21%	11,21%
Letras do Tesouro Nacional - LTN	12,26%	11,69%	11,69%	11,69%

6. Títulos e créditos a receber

6.1. Títulos e créditos a receber

São representados integralmente por valores a receber da Caixa Seguradora. O saldo em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 22 (31 de dezembro de 2023 - R$ 18).

6.2. Créditos tributários e previdenciários e passivo diferido

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação, podem ser resumidas como segue:

6.2.1. Composição e movimentação

	01/01/2023	Constituições (realizações) IR/CS	31/12/2023	Constituições (realizações) IR/CS	31/12/2024
A compensar	311	(311)	–	126	126
Diferenças temporárias:					
Outras provisões	–	–	–	3	3
Ajuste de títulos a valor justo TVM	–	–	–	699	699
Total do ativo não circulante	**311**	**(311)**	**–**	**828**	**828**
Diferenças temporárias:					
Outras provisões	**11**	18	**29**	(29)	**–**
Ajuste de títulos a valor justo TVM	**(114)**	(18)	**(132)**	132	**–**
Total do passivo diferido	**(103)**	**(15)**	**(103)**	**103**	**–**

6.2.2. Expectativa da efetiva realização

Ano de Realização	Diferenças Temporárias Valor	Diferenças Temporárias %	Tributos diferidos Valor	Tributos diferidos %	Valor Valor	Total % %
2025	3	100%	–	0%	3	0%
2027	–	0%	699	100%	699	100%
Total	**3**	**100%**	**699**	**100%**	**702**	**100%**

7. Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar

7.1. Obrigações a pagar

São representadas substancialmente por dividendos a pagar. Em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 797 (31 de dezembro de 2023 - R$ 918).

7.2. Impostos e contribuições

São representados integralmente pelo IRPJ e pela CSLL a recolher. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 1.771 (31 de dezembro de 2023 - R$ 2.179).

8. Patrimônio líquido

8.1. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 40.000 em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, e está representado por 40.000.000 (quarenta milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

8.2. Gestão de Capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

8.3. Reservas de lucros

a. Reserva legal - É constituída em conformidade com a Lei das Companhias por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 942 (31 de dezembro de 2023 - de R$ 775).

b. Reserva de retenção de lucros - É constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo proposto, a reserva legal e os juros sobre o capital próprio. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 17.113 (31 de dezembro de 2023 - R$ 13.807).

8.4. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido do exercício, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente, cujos montantes são provisionados no final do exercício corrente.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do período	3.355	3.852
(–) Reserva legal	(167)	(193)
Base de cálculo de dividendos	**3.188**	**3.659**
Dividendo mínimo - 25%	797	915
Dividendos provisionados	**797**	**915**

9. Patrimônio Líquido Ajustado e Adequação de Capital

Em atendimento à Resolução CNSP 432/2022, e suas alterações, as Companhias Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR).

A Companhia apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido	31/12/2024	31/12/2023
	57.007	**54.780**
(+) Ajustes contábeis	**–**	**(1)**
Ativos Intangíveis	–	(1)
PLA Nível 1 - (A)	**57.007**	**54.779**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	702	–
PLA Nível 3 - (C)	**702**	**–**
Patrimônio líquido ajustado total (A) + (B) + (C)	**57.709**	**54.779**
Capital base	**15.000**	**15.000**
Capital de risco de crédito	1.825	476
Capital de risco de mercado	4.931	1.438
Benefício da correção entre risco	(1.086)	(290)
Capital mínimo requerido (CMR) - (E)	**15.000**	**15.000**
Suficiência de Capital (PLA - CMR) - (F)	**42.709**	**39.780**
% Suficiência - (PLA Total (A) + (B) + (C) - (E) / (E))	**285%**	**265%**

10. Transações com partes relacionadas

Os saldos das operações ativas e passivas da Youse Seguradora S.A. com as partes relacionadas em 31.12.2024 e 31.12.2023 e seus respectivos resultados dos exercícios 2024 e 2023 são apresentados abaixo:

	31/12/2024 Empresa Relacionada *(i)*	31/12/2024 Controlador Direto *(ii)*	31/12/2023 Empresa Relacionada *(i)*	31/12/2023 Controlador Direto *(ii)*
Ativos				
Caixa e Equivalente de Caixa	4	–	44	–
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	22	–	18	–
Passivos				
Dividendos a Pagar	–	(797)	–	(915)

(i) Empresas relacionadas: Caixa Seguradora especializada em Saúde S.A., Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda., Caixa Seguradora S.A., e Caixa Econômica Federal;

(ii) CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., controlador direto da Youse Seguradora S.A..

A Remuneração do pessoal-chave da Administração em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 69 (31 de dezembro de 2023 - R$ 26).

A Companhia não fornece benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

11. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

Apresentamos a seguir o detalhamento dos principais grupos de contas da demonstração do resultado:

Despesas administrativas	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal próprio *(i)*	(97)	(1)
Serviços de terceiros	(174)	(269)
Localização	(12)	(24)
Publicações legais	(20)	(120)
Contribuições para entidade de classe	(30)	(19)
Multas diversas	(45)	(12)
Outras despesas administrativas	(1)	(1)
Total	**(379)**	**(446)**
Despesas com tributos	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Taxa de fiscalização	(252)	(218)
Outras despesas com tributos	(8)	(4)
Total	**(260)**	**(222)**
Receitas/despesas financeiras	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Resultado com títulos de renda fixa	3.874	4.730
Resultado com fundos de investimentos	2.358	2.335
Receitas financeiras - juros	–	9
Outras despesas financeiras	(203)	(13)
Total	**6.029**	**7.061**

(iii) Variação ocorrida em função de que em 2023 houve redução na despesa com honorários e reversão de valores de encargos provisionados de exercícios anteriores.

12. Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos a seguir o cálculo de taxa efetiva:

Descrição	31/12/2024 Contribuição Social	31/12/2024 Imposto de Renda	31/12/2023 Contribuição Social	31/12/2023 Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	5.390	5.390	6.393	6.393
(–) Outras variações	(319)	(314)	–	–
Base de cálculo	**5.071**	**5.076**	**6.393**	**6.393**
Taxa nominal do tributo	15%	25%	15%	25%
Tributos calculado a taxa nominal	**(761)**	**(1.269)**	**(959)**	**(1.598)**
Ajustes do lucro real	9	9	63	63
Ajustes temporários diferidos	64	64	(44)	(44)
Total dos ajustes a base de cálculo	**73**	**73**	**19**	**19**
Tributos sobre os ajustes	**(11)**	**(18)**	**(3)**	**(5)**
Incentivos fiscais		24		24
Despesa contabilizada	**(772)**	**(1.263)**	**(962)**	**(1.579)**
Taxa efetiva	**15,22%**	**24,89%**	**15,05%**	**24,70%**

13. Contingências

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não existiam ações judiciais impetradas contra a Companhia.

14. Comitê de auditoria

O Comitê de Auditoria está constituído na CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora), com base na Resolução CNSP nº 432/21, tendo alcance sobre a Companhia. Por essa razão e com amparo no § 2º do artigo 133 daquela Resolução, o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria está publicado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da empresa líder do Grupo.

Diretoria Executiva

Sany de Jesus Mota Silveira - Diretora Presidente | **Marco Antonio Barbosa Pires -** Diretor Financeiro | **Leticia de Oliveira Doherty -** Diretora de Riscos e Controles Internos

Conselho de Administração

Eduardo Fabiano Alves da Silva - Presidente
Sergio Eduardo Arbulu Mendonça
Maximiliano Alejandro Villanueva
Sany de Jesus Mota Silveira

Contadora

Roseli de Fatima Bernardi Theobald
Contadora - CRC DF 014844/O-0

Atuário

Andrés Marco Botalla
Atuário - MIBA nº 3663

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Youse Seguradora S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Youse Seguradora S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Youse Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

<table>
<tr><th colspan="2">Aplicações financeiras</th></tr>
<tr><th>Principal assunto de auditoria</th><th>Como auditoria endereçou esse assunto</th></tr>
<tr><td>A Companhia ainda não iniciou a comercialização de seguros, todavia possui aplicações financeiras em títulos públicos e fundos de investimentos não exclusivos, que representam parte substancial do total do ativo, conforme descrito nas notas explicativas n° 2.5 e 5.
Devido a relevância das aplicações financeiras e sua representatividade sobre as demonstrações financeiras, consideramos as aplicações financeiras como o principal assunto de auditoria.</td><td>Nossos principais procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:
(i) Entendimento do processo de registro, valorização e custódia das aplicações financeiras;
(ii) Efetuamos recálculo independente do valor justo das aplicações financeiras, utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos;
(iii) com o auxílio dos nossos especialistas de instrumentos financeiros efetuamos o recálculo independente do resultado das aplicações financeiras, utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos;
(iv) (iv) avaliação da existência desses ativos por meio de confirmação independente com os órgãos custodiantes e bancos; e
(v) avaliação ainda se, as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.</td></tr>
</table>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Carolina Maciel Messias dos Santos
Contadora - CRC SP-246031/O-8

Eufrázio

